

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Paulo Vitor Palma Navasconi

“OS NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE”: A CONTRIBUIÇÃO DE 4
AUTORAS NEGRAS PARA PSICOLOGIA BRASILEIRA ANTIRRACISTA

Maringá
2022

PAULO VITOR PALMA NAVASCONI

“OS NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE”: A CONTRIBUIÇÃO DE 4
AUTORAS NEGRAS PARA PSICOLOGIA BRASILEIRA
ANTIRRACISTA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para obtenção do título de Doutor em Psicologia

Área de concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade.

Orientador: Prof. Dr. Murilo dos Santos Moscheta

Maringá
2022

PAULO VITOR PALMA NAVASCONI

“OS NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE”: A CONTRIBUIÇÃO DE 4
AUTORAS NEGRAS PARA PSICOLOGIA BRASILEIRA
ANTIRRACISTA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr. Murilo dos Santos Moscheta
PPI/Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

Profa. Dr. Jeane Saskya Campos Tavares
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profa. Dra. Lia Vainer Schucman
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Aline Sanches
PPI/Universidade Estadual de Maringá

Profa. Dr. Alvaro Marcel Palomo Alves
PPI/Universidade Estadual de Maringá

Profa. Dra. Eliane Silvia Costa (Suplente)
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dr. Sylvia Mara Pires de Freitas (Suplente)
PPI/Universidade Estadual de Maringá

Aprovada em: 03 de junho de 2022.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

N322n

Navasconi, Paulo Vitor Palma

"Os nossos passos vêm de longe": a contribuição de 4 autoras negras para a psicologia brasileira antirracista / Paulo Vitor Palma Navasconi. -- Maringá, PR, 2022.

237 f.: il. color., figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Murilo dos Santos Moscheta.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2022.

CDD 23.ed. 177.5

A Virgínia Leone Bicudo (*In memoriam*),

A Neusa Santos Souza (*In memoriam*);

A Isildinha Baptista Nogueira;

A Maria Aparecida Silva Bento;

A bell hooks (*In memoriam*);

A todos os corpos intelectuais negros que atravessaram e romperam

inúmeras barreiras para que eu pudesse estar aqui hoje;

E para nós que aqui estamos e que seguimos na enorme tarefa que é

tentar construir uma psicologia antirracista em dias do impossível.

AGRADECIMENTO(S)

Para começar, peço licença e a benção dos que se foram, aos mais velhos e aos mais novos.

Gostaria de começar essa escrita saudando todos e todas que lutaram para que eu pudesse estar aqui, afinal, nossos passos vêm de longe. Também gostaria de pedir licença para entregar a cada parte do meu corpo para a produção desta tese, pois cada parte deste corpo é fruto de inúmeras relações, conexões e atravessamentos.

Esta tese nasce em 2018 numa tentativa de encontrar respostas para lidar com conteúdos ainda abstratos e munida pelo desejo de construir novos caminhos para se pensar uma Psicologia Brasileira Antirracista e é, diante desses encontros, atravessamentos e conexões, que vou conseguindo vislumbrar possíveis caminhos. Mas para que este desejo se tornasse uma realidade, foi necessário estar em (com)junto. Hoje, esta tese nasce, e se consigo almejar e esperar, mesmo estando em tempos pandêmicos e sombrios, é porque não estou só nessa caminhada, por isso, gostaria de agradecer:

Ao meu orientador Murilo dos Santos Moscheta, pela confiança, acolhimento, pelos ensinamentos e compromisso com o saber plural, pela leveza e sensibilidade, e, sobretudo, pelo cuidado. Murilo, desde 2014 você tem caminhado comigo, por vezes, me guiando e segurando a minha mão para que continuemos na luta por uma Psicologia Antirracista.

À Virgínia Leone Bicudo, pela virtuosidade, pioneirismo e coragem ao dizer e revelar por meio de sua pesquisa de mestrado a importância da raça na produção das desigualdades sociais em contexto cultural, social e intelectual no qual prevalecia a máxima de que o preconceito de classe seria o determinante na produção das desigualdades na sociedade brasileira.

À Neusa Santos Souza, também pelo pioneirismo, coragem e sabedoria em demarcar o processo do tornar-se negro. Obrigado por me acolher, acompanhar e guiar, mesmo que indiretamente, o meu processo de tornar-me negro e por revolucionar os estudos dos saberes *psis* e relações raciais. Neusa Santos Souza presente hoje e amanhã.

À Isildinha Baptista Nogueira, pela coragem, sabedoria e, também, pelo pioneirismo ao demarcar a importância de se compreender os efeitos psíquicos do racismo para se entender o Brasil, bem como, pensar, por exemplo, como as humilhações das palavras, o não pertencimento, o silenciamento e olhares de desprezo constituem marcas

subjetivas. Além disso, obrigado querida Isildinha pelo abraço que você me deu no ano de 2018 e por me receber e prostrar comigo por mais de uma hora, você não sabe o quão importante foi te encontrar e escutar. Minha sincera gratidão.

À Cida Bento, pelo compromisso social, ético e político, pela coragem e pela luta na construção de uma sociedade e Psicologia plural e equânime. Obrigado por ser uma das primeiras teóricas brasileiras em demarcar a brancura e a branquitude dos espaços de poder, sobretudo, no contexto da Psicologia nas suas mais diversas áreas de atuação e conhecimento. Portanto, professora Cida, obrigado por me incentivar, mesmo que indiretamente, por meio de seus estudos e de sua voz a lutar por uma Psicologia Antirracista.

Às Professoras Lucia Cecilia da Silva, Sylvia Mara Pires de Freitas e Marlene Simionato por me acolherem, desde a graduação, e abrirem os meus olhos para o mundo acadêmico, e pelas contribuições no meu tornar-se pesquisador e professor. Meu sincero obrigado a vocês, professoras.

À Professora Lia Vainer Schucman, por me acolher, escutar e, principalmente, pelos ensinamentos, direcionamentos e por me apresentar Neusa Santos Souza, no caso, por me apresentar o programa espelhos. Obrigado por me inspirar, e por seguir comigo na luta diária da construção de uma Psicologia Antirracista.

À Professora Jeane Saskya Campos Tavares, por ampliar o meu olhar nos estudos das relações raciais, morte, suicídio e luto. Mas também pelo carinho, pelas palavras sinceras, cuidadosas, pelos ensinamentos, indicações e por estar comigo nesta jornada que é o fazer uma Psicologia Brasileira Antirracista.

Ao Professor Alvaro Maciel Palomo, que me acompanhou no primeiro ano e que me apresentou Juliano Moreira (texto que guardo até hoje). Obrigado por me inspirar e desejar conhecer outras facetas da Psicologia que, por vezes, foram apagadas e silenciadas. Muito obrigado, professor.

À Professora Aline Sanches que, mesmo sem saber, me tranquilizou, acolheu e me deu forças. Além disso, professora, muito obrigado por acreditar e lutar por uma Psicologia plural e antirracista.

Às professoras Eliane Silva Costa e Sylvia Mara Pires de Freitas, por aceitarem estar presentes no processo de qualificação e defesa como professoras suplentes, bem como pelos seus ensinamentos.

A todos os professores, professoras, funcionários e técnicos/as que passaram durante a minha formação e que deixaram suas marcas, ensinamentos e sabedorias.

À Universidade Estadual de Maringá, em especial ao Departamento de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, pela possibilidade de minha formação profissional.

Ao Coletivo Yalodê-Badá, o primeiro coletivo da Juventude Negra de Maringá, local onde pude me construir enquanto um corpo negro, mas também pude me identificar, aquilombar-se e ressignificar marcas, vivências e sonhos. Meu sincero obrigado, por estarem comigo na irmandade e na luta por uma sociedade plural, equânime e antirracista.

Ao Deverso (Grupo de Pesquisa em Sexualidade, Saúde e Política) pelo espaço de acolhimento, de troca, de diálogos e, sobretudo, de afetos.

Ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiro (NEIAB/UEM), pelo espaço de militância, de aprendizagem, formação e de quilombo.

À Comissão Étnico-racial do Conselho Regional de Psicologia, por estarem comigo na construção de uma Psicologia Antirracista.

À Comissão Psi-Antirracista, foi por meio desta comissão que pudemos lutar, construir e participar da produção do novo Projeto Político Pedagógico da Universidade Estadual de Maringá, inserindo, então, as discussões das relações étnico-raciais nas disciplinas e criando uma disciplina de relações étnico-raciais. Que vitória. Meu sincero obrigado.

À Comissão de Ações afirmativas do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá, onde, através de muita luta e engajamento, conseguimos que o Conselho Acadêmico do PPI aprovasse, no dia 16/02/22, a implantação da política de ação afirmativa que reserva 50% das vagas de mestrado e doutorado para negros, indígenas, pessoas trans e pessoas com deficiências.

À ANPSINEP - Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es), pela inspiração e pelo trabalho incessante no enfrentamento ao racismo.

À Janaina Damaceno Gomes, não tenho palavras para agradecê-la, foi através de seu trabalho que me conectei com Virgínia Leone Bicudo; você abriu caminhos e fez com que estes caminhos se tornassem mais leves e possíveis. Meu sincero obrigado.

À William Pereira Penna, por também abrir caminhos e possibilidades. Através do seu trabalho, pude me conectar, ainda mais, com Neusa Santos Souza, você pode ver que tem muito de você aqui e de Neusa neste trabalho. Muito obrigado.

À Waldeciria Costa, gostaria de agradecer pela confiança em meu trabalho, afinal, você acreditou em mim quando me chamou para participar do teste seletivo para vaga de

docente em Psicologia, mas agradeço, também, pela acolhida e, principalmente, pelas trocas de experiência e de vida. Levo você sempre comigo. Obrigado por tudo.

Aos meus colegas de trabalho, em especial, Mariana Lins, Nilson Lucas Dias Gabriel, Débora de Deus, Waldeciria Costa, Marcos Paulo Shiozaki, Carol Polizelli e a Michelle Aparecida dos Santos, por me acolher, me afetar, me escutar e seguir junto comigo nas lutas diárias do fazer e ser docente em Psicologia.

À Tamires Tolomeotti, pelos mais de 20 anos de amizade, por me escutar e acolher. Te amo.

À Mônica Mendes Gonçalves, pela inspiração, pelo afeto, carinho e ensinamentos.

Aos meus amigos Bruno Barra, Eloá Lamin e Adelmo Filho, por me escutarem e guiarem na produção desta tese.

À Lorena Maria, pelo compromisso político com a Psicologia, pelo incentivo e amizade, amo você.

À Luana Lima, grande amiga que Psicologia colocou nos meus caminhos, obrigado pela escuta, pelos afetos e por todo amor envolvido em nosso caminhar.

À Maria Rita, por sempre me acolher com seus abraçados de mãe e com as sábias palavras, onde aquecia o meu coração e a alma. Meus sincero obrigado, amo você.

À Amanda Lima, Luara Vieira e Vivian Thomaz, por serem o meu porto seguro, minhas candinhas, por me escutarem e estarem comigo nos tempos de possibilidades, nos tempos sombrios, e me acompanharem na construção desta tese, amo vocês.

A todas teóricas, teóricos, militantes negros/as e demais corpos negros que resistiram, lutaram e nunca desistiram de seus objetivos, bem como da luta por uma sociedade antirracista. Se, hoje, escrevo e insisto escrever, é porque eu existo. E se, nesta escrita, eu grito, o grito não é mais para ser escutado. Grito porque sou valente. E não grito só por mim, grito pelos meus. Comigo ninguém pode. Porque o meu povo é forte, e foi com vocês que pude aprender este lema. Meu sincero obrigado.

A todas as minhas “pestinhas”, ou seja, a todas as minhas alunas e alunos que me ensinaram a desejar à docência, bem como a visualizar o espaço da sala de aula como sendo um espaço de possibilidades. Sou eternamente grato a todas as minhas pestinhas. Obrigado por estarem comigo neste processo de construção e formação. Sigamos na luta juntas e juntos. Amo vocês.

A todas as pessoas que estiveram comigo durante estes quatro anos e que, indiretamente e diretamente, ajudaram a construir um sonho, afinal, um sonho que se sonha só é apenas um sonho, mas um sonho que se sonha junto é a realidade. Portanto, o meu muito obrigado.

Ao Hugo, por segurar a minha mão e me acolher nos momentos de dificuldade. Por me escutar e pensar junto comigo os delineamentos do processo desta tese, bem como pela atenção e pelos momentos de aconchego, afeto e de amor. Obrigado por tudo, eu te amo, meu amor.

Às minhas avós Josefina e Leticia, e meu avô Alcino, por me fazerem retornar às minhas raízes e enxergar um passado e um presente com as lentes de uma identidade negra. Amo vocês.

Não menos importante, aos meus pais, Maria Donizete e Edelson Navasconi, e meu irmão William Navasconi. Obrigado, mãe, por me ensinar, me acolher, me guiar e me preparar para estar imerso neste mundo tão complexo. Mesmo com tantas dificuldades, você me mostrou o que é amor e eu sou muito grato a isto, eu te amo. Obrigado, também, a você, Pai, por ser tão sensível, cuidadoso, atencioso e amoroso comigo, eu te amo. E, por fim, ao meu irmão que, hoje, é meu anjo que me guia e me acompanha nos dias de alegrias e de tristezas. Muito obrigado por tudo, eu amo vocês.

Não se desesperem! A universidade negra não lhes tirará os dedos, nem os anéis. Não mexerá no conforto de vocês, tampouco, nada disso. A universidade negra apenas criará possibilidades de conforto existencial e epistêmico para os que só conhecem o desconforto. Porque o mundo é um conjunto de possibilidades, mais do que um conjunto de realidades, lição do mestre **Milton Santos** disponível há muito tempo para aprendizado. A universidade negra quer afirmar direitos, promover culturas e saberes que não tem tido vez no mundo globalizado. Quer a ética como base epistemológica inegociável. Quer coexistir, e não eliminar os indivíduos, mas é certo que queira eliminar o racismo e estabelecer a convivência equânime entre as pessoas, respeitando todos os seus pertencimentos.

(**SILVA**, 2019, p. 152).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo conhecer e discutir a contribuição teórica de quatro intelectuais negras brasileiras para a construção de uma Psicologia Brasileira antirracista. Desenvolvo uma reflexão crítica para demarcar a existência e a possibilidade da produção de uma Psicologia Antirracista a partir das intelectuais Virgínia Leone Bicudo, Neusa Santos Souza, Isildinha Baptista Nogueira e Maria Aparecida Silva Bento. Acredito que recuperar as ideias destas intelectuais negras implica descobrir, reinterpretar e ressignificar a história da Psicologia brasileira, bem como refletir sobre as contribuições teóricas destas autoras e sobre o modo como foi construída uma política de circulação de determinados conhecimentos em detrimento de outros conhecimentos, política esta que passa a operar em direção do projeto de epistemicídio. Do mesmo modo, discuto sobre a importância de entendermos o quanto a colonialidade do poder se estrutura como uma matriz de inteligibilidade social, cultural e epistemológica, onde se consolidou no desenvolvimento das Ciências Humanas e, sobretudo, na Psicologia. Além disso, articulo, com reflexões e análises sobre os atravessamentos que as obras destas intelectuais negras brasileiras produziram em mim, por meio das escrevivências das minhas experiências enquanto psicólogo, professor e corpo negro. Desta maneira, relaciono as minhas reflexões, bem como as minhas vivências com a produção teórica das autoras, para se pensar sobre a emergência da construção de uma Psicologia Brasileira Antirracista, rompendo com a produção de um saber e de uma Psicologia que corrobore olhares dicotômicos, americano-eurocêntricos, haja vista que romper com as matrizes colonialistas e lógicas maniqueístas é poder fazer, existir e sonhar dentro deste sistema que nos sucumbe a todo o momento. Por fim, através do *escreviver*, me coloco como sujeito autor testemunhando uma Psicologia no qual o étnico-racial não seja apenas um elemento pontual e subalterno, mas que se faz presente no hoje, no amanhã e no sempre. Com isto, fazendo uso da produção intelectual destas quatro mulheres negras, a voz que se ergue está carregada de denúncia, de política, de raiva, de ódio, mas, também, de amor, afeto, desejo e esperança. É uma narrativa que cria. Que almeja a invenção e de produções de utopias possíveis.

Palavras-chaves: Colonialismo. Epistemicídio. Esperança. Intelectuais Negras. Psicologia. Relações étnico-raciais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Caravela Epistêmica.....	32
Figura 02: Retratos de participantes do Congresso Universal de Raças.....	48
Figura 03: Diagramas sobre a constituição racial da população brasileira.....	49
Figura 04: Movimento Negro Unificado.....	51
Figura 05: Imagem de militantes da Frente Negra Brasileira em uma delegação da entidade (local não identificado).....	52
Figura 06: Marcha Zumbi dos Palmares 1995 em Brasília.....	54
Figura 07: Campanha Nacional das comissões de direitos humanos dos conselhos de Psicologia, 2002.....	57
Figura 08: Relações Raciais: Referências Técnicas.....	58
Figura 09: Campanha Conselho Federal de Psicologia lançada em 2018.....	59
Figura 10: Virgínia Bicudo, data desconhecida.....	68
Figura 11: Virgínia Leone Bicudo.....	70
Figura 12: A Notável experiência de Virgínia Bicudo em "O Nosso Mundo Mental"	71
Figura 13: Livro <i>Nosso Mundo Mental</i>	73
Figura 14: Virgínia Leone Bicudo no IV Congresso Psicanalítico Latino-Americano.....	75
Figura 15: Ata de eleição do Primeiro Conselho Federal de Psicologia.....	75
Figura 16: Virgínia Leone Bicudo e seu sorriso.....	76
Figura 17: Bilhete de Virgínia Bicudo à família, DDPHP-SBP, 1993.....	77
Figura 18: Neusa Santos Souza 1948-2008.....	78
Figura 19: A Psicose um estudo lacaniano – Neusa Santos Souza.....	84
Figura 20: O objeto da Angústia. Maria Silvia G. F. Hanna e Neusa Santos Souza.....	84
Figura 21: Tornar-se Negro 2021 – Neusa Santos Souza.....	85
Figura 22: CAPS Neusa Santos Souza.....	86
Figura 23: Neusa e seu sorriso.....	86
Figura 24: Isildinha Baptista Nogueira.....	87
Figura 25: Isildinha Baptista Nogueira Conferência no Masp.....	88
Figura 26: Isildinha Baptista Nogueira – 2018	91
Figura 27: A cor do Inconsciente: significações do corpo negro.....	92
Figura 28: Cida Bento.....	93
Figura 29: Cida Bento e CEERT.....	96
Figura 30: Cida Bento – Roda Viva 2022.....	97

Figura 31: Ação afirmativa e diversidade no trabalho: desafios e possibilidades.....	98
Figura 32: Inclusão no trabalho: desafios e perspectivas.....	99
Figura 33: Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.....	100
Figura 34: Identidade, branquitude e negritude - contribuições para a Psicologia social no Brasil: novos ensaios, relatos de experiência e de pesquisa.....	101
Figura 35: O Pacto da Branquitude.....	102
Figura 36: Fotografia com Ana Rocha, à esquerda, e Neusa Santos Souza, à direita.....	113
Figura 37: Erguer a Voz.....	163
Figura 38: Um pouco de mim.....	165
Figura 39: Coletivo Yalodê-Badá I.....	183
Figura 40: Coletivo Yalodê-Badá II.....	183
Figura 41: Coletivo Yalodê-Badá III.....	183
Figura 42: Poder ao povo negro.....	188
Figura 43: Disciplinas de Psicologia – Relações Étnico-raciais.....	214
Figura 44: Palavras que remetem as relações étnico-raciais nos Planos de Ensino das disciplinas dos 10 cursos de Psicologia.....	216

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Ranking de Cursos de Graduação.....	36
Tabela 02: Ranking de Cursos de Graduação.....	212

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Revisão Sistemática.....	211
Quadro 02: Disciplinas com temáticas referentes as relações étnico-raciais.....	215
Quadro 03: Referências sobre a temática das Relações Étnico-raciais.....	217
Quadro 04: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.....	218
Quadro 05: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.....	218
Quadro 06: Universidade de Brasília – UNB.....	219
Quadro 07: Universidade de Brasília – UNB.....	220
Quadro 08: Universidade de Brasília – UNB.....	220
Quadro 09: Universidade de Brasília – UNB.....	221
Quadro 10: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.....	221
Quadro 11: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.....	222
Quadro 12: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.....	222
Quadro 13: Universidade de São Paulo – USP.....	222
Quadro 14: Universidade de São Paulo – USP.....	223
Quadro 15: Universidade de São Paulo – USP.....	224
Quadro 16: Universidade de São Paulo – USP.....	225
Quadro 17: Universidade de São Paulo – USP.....	225
Quadro 18: Universidade de São Paulo – USP.....	227
Quadro 19: Universidade de São Paulo – USP.....	228
Quadro 20: Universidade Federal Fluminense – UFF.....	230
Quadro 21: Universidade Federal Fluminense – UFF.....	230
Quadro 22: Universidade Federal Fluminense – UFF.....	230
Quadro 23: Universidade Federal Fluminense – UFF.....	231
Quadro 24: Universidade Estadual Paulista – UNESP (Bauru).....	231
Quadro 25: Universidade Estadual Paulista – UNESP (Bauru).....	232
Quadro 26: Universidade Federal do Pernambuco – UFPE.....	233
Quadro 27: Universidade Federal do Pernambuco – UFPE.....	233
Quadro 28: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.....	234
Quadro 29: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.....	236
Quadro 30: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.....	236
Quadro 31: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.....	237
Quadro 32: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.....	237

LISTA DE AUTORAS E AUTORES NEGRAS/OS

Abdias do Nascimento

Abrahão de Oliveira Santos

Aimé Césaire

Alessandro de Oliveira dos Santos

Alexsandro Rodrigues

Alex Ratts

Alice Walker

Amanda Lima

Angela Davis

Aparecida Sueli Carneiro

Audre Lorde

Bárbara Oliveira Souza

bell hooks

Benedita da Silva

Bruno Barra

Blanca Rodriguez-Evangelista (Personagem ficcional) – MJ Rodriguez

Carlos Moore

Carolina Maria de Jesus

Castiel Vitorino Brasileiro

Conceição Evaristo

Cornel West

Chimamanda Adichie

Clélia R. S. Prestes

Deivison Mendes Faustino

Eloá Lamin da Gama

Eliane Silva Costa

Elisabete Figueroa dos Santos

Fátima Lima

Françoise Vergès

Frantz Fanon
Gislene Aparecida dos Santos
Grada Kilomba
Gloria Ladson Billings
Guerreiro Ramos
Haroldo Costa
Hellen Maciel Santana
Hildeberto Vieira Martins
Isildinha Baptista Nogueira
James Arthur Baldwin
Janaina Damasceno Gomes
Jeane Saskya Campos Tavares
Joaze Bernardino Costa
José Carlos Limeira Marinho Santos
Josefa Maria da Conceição
Jota Mombaça
Joseph-Achille Mbembe
Juliano Moreira
Jurema Werneck
Karinne Vieira de Jesus
Katúscia Ribeiro
Keeanga-Yamahtta Taylor
Lelia Gonzáles
Lewis Ricardo Gordon
Lima Barreto
Linn da Quebrada
Luís Carlos Ferreira dos Santos
Lissandra Vieira Soares
Luiza Rodrigues de Oliveira
Liziane Guedes da Silva
Lourdes da Silva

Luara Vieira Baia
Luciane Ramos Silva
Luedji Luna
Malcolm X
Maiara de Souza Benedito
Maria Aparecida Silva Bento
Maria Beatriz Nascimento
Maria de Jesus Moura
Maria Lucia da Silva
Marielle Franco
Megg Rayara Gomes de Oliveira
Molefi Ketu Asante
Mônica Mendes Gonçalves
Mônica Ramos Daltro
Mc Tha
Neusa Santos Souza
Nilma Lino Gomes
Nilson Lucas Dias Gabriel
Neuza Maria Sant Anna de Oliveira
Oliveira Silveira
Patricia Hill Collins
Petrônio Domingues
Rachel Gouveia Passos
Regina Marques de Souza Oliveira
Ricardo Dias de Castro
Rosângela Aparecida Cardoso da Cruz
Ruth Wilson Gilmore
Stephanie Borges
Steve Biko
Silvio Almeida
Stuart Hall

Sueli Feliziani

Tatiana Nascimento dos Santos

Thula Rafaela de Oliveira Pires

Urias

Virgínia Leone Bicudo

Vivian Thomaz

Wanderson Flor do Nascimento

W. E. B. Du Bois

William Penna

Zé Manoel

Sumário

Apresentação	21
Algumas considerações preliminares para orientar a leitura.....	23
Enegrecendo a Psicologia	25
Desaprender para aprender: os nossos passos vêm de longe.....	31
Intelectualidade negra no espaço colonial: lidando com a política do esquecimento.....	33
Psicologia e Relações Raciais no Brasil	40
“Se você esquecer, não é proibido voltar atrás e reconstruir”	66
Biografia de quatro intelectuais negras: e suas implicações para o saber da Psicologia	67
Virginia Leone Bicudo (1910 – 2003)	68
Neusa Santos Souza (1948-2008)	78
Isildinha Baptista Nogueira	87
Maria Aparecida Silva Bento.....	93
O que deixamos de aprender com Virgínia Leone Bicudo?.....	103
O que deixamos de aprender com Neusa Santos Souza?.....	111
O que deixamos de aprender com Isildinha Baptista Nogueira?.....	124
O que deixamos de aprender com Maria Aparecida Silva Bento?.....	139
Itinerários Encarnados na Produção de uma Psicologia Antirracista	153
A importância do erguer a voz enquanto pessoa, professor e ativista.....	163
Como vou conseguir fazer alguma intervenção com quem me agrediu?.....	173
Encontros.....	176
Rotas invertidas para caminhos possíveis	186
Considerações Finais	188
Referências.....	194
Apêndices.....	208
A presença da “Caravela Epistêmica” na formação da Psicologia contemporânea	209

APRESENTAÇÃO

Esta tese dedica-se a investigação de um tema urgente para a transformação da Psicologia. Ela nasce da pergunta retórica que questiona se é possível construir uma Psicologia antirracista. A pergunta é retórica, pois, desde já, afirmo uma posição epistemológica e política que demarca que essa construção deve ser possível, pois, se não for, nenhuma Psicologia mais nos servirá. Mas a pergunta (como qualquer pergunta) está carregada de pressupostos. Nesse caso, pressupõe que a Psicologia que temos hoje segue atravessada pelo racismo e, assim, contribui com a perpetuação das desigualdades de raça.

Essa falha será analisada nesse trabalho, sobretudo, pelo viés do apagamento dos saberes antirracistas produzidos no campo, por meio do conceito de epistemicídio. Ao lançar esse questionamento à Psicologia, pressuponho, também, que ela tem algo a contribuir com a luta antirracista. Com esse trabalho, quero, portanto, afirmar a possibilidade de transformação, e essa transformação também aparecerá, no texto, quando relato minhas experiências enquanto professor e estudante.

De modo específico, busquei, neste trabalho, discutir a contribuição teórica de **Virgínia Leone Bicudo, Neusa Santos Souza, Isildinha Batista Nogueira e Maria Aparecida Silva Bento** no campo da Psicologia, refletir sobre o modo como uma política de circulação dos conhecimentos científicos age de modo a resistir a essas contribuições e alinhar essa contribuição com práticas cotidianas de ensino em Psicologia alinhadas a luta contra o racismo.

Nessa direção, o trabalho, primeiramente, revisa e apresenta a produção e a contribuição teórica em Psicologia das quatro autoras. Em seguida, discute o modo como essas contribuições fizeram parte da minha prática enquanto docente, trazendo vinhetas de minha formação, do engajamento em coletivos e do cotidiano docente no curso de Psicologia.

Se, na primeira parte, o texto é mais panorâmico e cumpre função de síntese, na segunda parte, ele torna-se específico e pessoal, de modo a favorecer uma apreensão encarnada do que está em jogo na produção de uma Psicologia antirracista. Espero, assim, transitar pelo complexo terreno que decidi abordar na tese, afirmando que não se trata, apenas, de produzir conhecimento, mas de encarnar essa produção. A ilusão de conhecimentos universais, neutros e desencarnados é o que quero ver ruir neste texto e na Psicologia. Contra binarismos epistemicidas, quero colapsar a dimensão coletiva e

individual. De um lado, fazer saltar as marcas de um corpo no conhecimento que ele produz e, de outro, fazer emergir a voz coletiva de uma experiência pessoal.

Assim, o texto é, também, uma homenagem e agradecimento as quatro autoras que analiso aqui, por aquilo que produziram no campo do conhecimento em Psicologia e pela vida possível que se entretence aí. Portanto, é através do apagado, mas do visível, do erro, mas do acerto, do que está fora do programa, da bibliografia, como aquele que está dentro, que construí esta tese.

Metodologicamente, a tese se orienta a partir dos conceitos-chave de Escrivência, conforme apresentado por **Evaristo** (2008) e no potencial de insubordinação de **Jota Mombaça** (2016). Logo, é através da insubordinação que esta tese se produz e assumir a desobediência em um espaço que se estruturou e edificou-se pela e através da disciplina é um risco (**MOMBAÇA**, 2016). Risco da incompreensão, da reprovação e da exclusão por meio da lógica do saber institucional. Contudo, é preciso arriscar-me.

Em meio aos diversos recursos metodológicos de escrita, a escrivência utiliza-se da experiência do autor para viabilizar narrativas que dizem respeito à experiência coletiva de corpos negros. **Escriviver** significa contar histórias absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas, uma vez que se compreende existir um comum constituinte entre autor/a e protagonista, quer seja por características compartilhadas, através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas (**SOARES, MACHADO**, 2017).

Evaristo (s/d, em **Cruz**, 2017), considera que “o sujeito da literatura negra tem a sua existência marcada por sua relação e por sua cumplicidade com outros sujeitos. Temos um sujeito que, ao falar de si, fala dos outros e, ao falar dos outros, fala de si”. Pensar a escrivência como ferramenta metodológica nos possibilita construir um espaço de subversão no que se refere a produção de conhecimento, pois, além de introduzir uma fissura na escrita científica, apresenta-se a construção de outras rotas do saber por meio da produção de vozes subalternas e de sua posicionalidade na narração da sua própria existência. Logo, este corpo que vos fala não é mais o objeto descrito, mas, sim, o sujeito que descreve.

Parafraseando **Mombaça**, escrevo para fazer correr, em circuito aberto, um conhecimento que já transborda as estruturas sistemáticas que procuram tangenciá-lo, para afirmar essa bibliografia insubordinada, que ousa e resiste ser *apagada* dos arquivos oficiais. Em síntese, compreender este processo metodológico enquanto sendo uma ferramenta de desobediência, também é pensar a pesquisa como uma prática social e,

consequentemente, adotando uma postura reflexiva em face do que significa produzir conhecimento (NAVASCONI, 2019; NAVASCONI; MOSCHETA, 2017).

O jogo das normas que regulam o aceitável e o correto no campo acadêmico está montado em vinculação ao projeto epistêmico que visou problematizar neste trabalho. Assim, desobedecer e ferir a norma é uma estratégia de fazer acontecer outras formas de conhecer que permitam a proliferação de saberes e experiências que interessam aos corpos negros. Nesse trabalho, essa desobediência se manifesta no modo como ousou misturar diferentes estilos de redação que incluem a linguagem mais comum na academia, mas, também, cartas, trechos de diários, poemas e diálogos.

Também desobedeço ao assumir que o destinatário do meu texto é, principalmente, composto de jovens estudantes negros em cursos de Psicologia. Eles e elas que povoam minha prática profissional cotidiana, povoam também esse texto. Nessa composição, incluo uma linguagem que habita uma pedagogia afetiva, expressa no modo como recolho experiências pessoais, como me refiro às autoras estudadas e como amarro citações de autores, poetas e cantores ao longo do texto. Escrevo contra uma racionalidade analítica que se presume neutra e universal. Escrevo para encarnar e fazer falar meu próprio corpo naquilo que tem de singular, particular e comunitário.

Algumas considerações preliminares para orientar a leitura

1. Propositadamente, você verá que, nesta tese, autoras e autores negras/os serão destacadas em negrito. Justamente para demarcar a sua racialidade, existência e intelectualidade.

2. O trabalho está montado em duas rotas. A primeira que retoma a trajetória e contribuição das autoras e a segunda que alinha essas contribuições como minha própria trajetória.

3. Além disso, você verá que, no decorrer desta tese, falarei em *corpos negros*. Neste trabalho, a noção de corpo e corporeidade estão conectadas e relacionadas à ideia de adquirir corpo; dar ou ganhar materialidade; transformar-se em algo concreto, ou seja, em existência.

4. No decorrer desta tese, utilizo o termo “cistema” ao invés de sistema, como forma de apontar que a cisnormatividade constitui um eixo de naturalização dos modos de organização e regulação do gênero, que é atravessado e regulado pelos marcadores de raça e classe que se encontram imersos nas relações de poder e saber, determinando e validando certos corpos e narrativas em detrimento de outras.

5. Propositalmente, afirmei, afirmo e afirmarei que “os nossos passos veem de longe”. Essa tese, apesar de se estruturar por um objetivo geral, felizmente, não se restringe apenas a ele. Neste sentido, não se restringe, apenas, em descrever e narrar a trajetória de intelectuais negras no campo da Psicologia, mas passa a ser uma tentativa de dar continuidade ao que os meus antepassados começaram a fazer: isto é, a tentativa de desobedecer à ausência em favor da existência.

ENEGRECENDO A PSICOLOGIA

Fazendo uso da expressão utilizada por **Sueli Carneiro**, “enegrecendo o feminismo”, ao se referir à trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro, emprego o termo **enegrecendo a Psicologia**, justamente para tensionar e pontuar: Qual é a cor da Psicologia enquanto um instrumento de formação, de ciência e de profissão. Atualmente, a Psicologia brasileira é composta por um total de 425.476 psicólogas/os. Atualizado em 30/05/2022 às 03h00, no site do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Quem são essas psicólogas e psicólogos? Segundo o “Levantamento de informações sobre a inserção dos psicólogos no mercado de trabalho brasileiro” (2016), pode-se verificar a predominância feminina, além disso, observa-se uma maior concentração de psicólogas e psicólogos atuando na região sudeste com mais de 90 mil. Na região Sul, estimava-se a presença de 26.366 profissionais em atividade. As três demais regiões respondiam por menos de 30 mil psicólogos.

De acordo com o levantamento, as profissionais de psicologia possuem um rendimento mensal domiciliar médio de R\$10.795,00, valor 24,4% superior ao rendimento total das pessoas ocupadas com ensino superior (R\$8.680,00). Cabe reforçar que este é o valor do rendimento domiciliar, que é calculado somando-se os rendimentos mensais de todos os moradores da unidade domiciliar.

Quanto à raça/cor, 16,5% dos psicólogos/as eram negros ou negras e 83,5% não-negros, portanto, tendo em vista que a população negra representa, segundo o IBGE, cerca de 54% da população, é possível concluir que a categoria das psicólogas, definitivamente, não representa a população brasileira, sendo ainda majoritariamente branca (CFP, 2016).

Quando a pesquisa foi realizada (em 2016), os/as psicólogos/as negros/as ocupados/as recebiam, em média, menos que os/as não negros. Um(a) psicólogo/a negro/a, em média, recebia R\$ 2.921, valor que corresponde, aproximadamente, a 83% do que um(a) não negro/a (R\$ 3.514). Quanto à remuneração por tipo de atuação, eram os que trabalhavam por “conta própria” que recebiam valores superiores (R\$ 3.772) aos auferidos pelos que atuam como funcionários públicos estatutários (R\$ 3.246), empregados com carteira (R\$ 3.214) e sem carteira (R\$ 2.452).

Segundo o CFP (2016)¹, as informações obtidas possibilitaram identificar várias características (entre pessoais, educacionais e familiares) de psicólogos e psicólogas que se encontravam ocupados em 2014, além de apresentar informações sobre o conjunto de ocupados com ensino superior completo – de modo a fornecer uma base de comparação entre a situação dos psicólogos e a dos demais profissionais com o mesmo grau de formação.

Por sua vez, na medicina, por exemplo, na última década, de 2010 a 2019, 179.838 novos médicos/as entraram no mercado de trabalho. Em 2020, os homens representavam 53,4% e as mulheres 46,6%. Porém, em 2015, os homens somavam 57,5 % e as mulheres 42,5%. Há 30 anos, em 1990, as mulheres eram 30,8%. Portanto, pode-se afirmar que diferentemente da Psicologia, a medicina se refere, ainda, a uma profissão majoritariamente masculina (REVISAMED, 2021).

Todos estes dados fazem parte do estudo Demografia Médica do Brasil, uma publicação do Conselho Federal de Medicina e da Universidade de São Paulo (USP). Contudo, a semelhança entre Psicologia e Medicina se refere quando racializamos os dados, haja vista que, em levantamento realizado com base nos inscritos na prova do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP), de 2014, somente 0,9%, dos cerca de três mil novos médicos formados no ano anterior, no Estado de São Paulo, eram negros e 85% se declararam brancos, quando o percentual de brancos em São Paulo, no mesmo ano, é de 63%. (CAMBRICOLI, 2015).

Já na Enfermagem, segundo (COREN-MT, 2018) os dados do levantamento “Perfil da Enfermagem no Brasil”, realizado pelo Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em 2013, mostram uma realidade que guarda as marcas da história da formação da sociedade brasileira, caracterizada pelas desigualdades raciais e sociais, em que os negros foram excluídos da profissionalização na Enfermagem, embora tenham sido pioneiros na arte do cuidado, como curandeiros, benzedores, babás, amas de leite e em organizações do movimento negro etc.

A formação em enfermagem, historicamente, excluiu as mulheres negras e, de lá para cá, com sua inserção cada vez maior no ambiente de profissionalização ao longo da história, o preconceito é, ainda, um fato cotidiano. Em 2010, a população de profissionais de enfermagem residentes no Brasil foi estimada em aproximadamente 722 mil pessoas, representadas, majoritariamente, por técnicos de enfermagem (61,9%; IC95% 61,4-62,4).

¹ Conselho Federal de Psicologia (CFP), no final do segundo semestre do ano de 2021, iniciou-se um Censo da Psicologia Brasileira, o qual pretendia mapear o perfil das/os psicólogas/os brasileiras/os e de suas atuações nos mais diversos campos do país.

No total, a maioria dos profissionais de enfermagem foram classificados como brancos na pergunta sobre cor ou raça (54,3%; IC95% 53,8-54,8), seguidos por pardos (35,2%; IC95% 34,7-35,7) e pretos (10,5%; IC95% 10,2-10,9) (MARINHO et al, 2021).

Como pode-se observar, a predominância de corpos brancos não é uma realidade que se restringe à Psicologia, é notável a predominância destes nas áreas de atuação e formação, é perceptível um perfil de profissionais, ou seja, em se tratando da raça, fica mais do que *claro* dizer que a Psicologia brasileira é branca.

Por mais óbvio que seja este dado, é necessário e fundamental colocarmos em discussão, pois, como aprendemos na história da Psicologia, esta era a área encarregada de detectar a anormalidade psíquica focando nos “problemas”, nas “dificuldades” e na “carência” (PATTO, 1990), e que, conseqüentemente, os corpos e as populações que carregavam estes estigmas eram os corpos negros.

Por exemplo, neste período, os corpos negros e os mestiços recebiam muito mais diagnósticos de doenças mentais toxinfeciosas, como a sífilis e o alcoolismo, do que corpos brancos. E, também, eram mais acometidos pelas doenças chamadas constitucionais, como a esquizofrenia e a psicose maníaco-depressiva (SANTOS, SCHUCMAN, MARTINS, 2012). Sendo assim, o “negro” corresponderia a um objeto, “algo” sem vida e valor, ou seja, um elemento que portava certas características patologizáveis, portanto, um objeto da ciência.

Atualmente, muito se mudou, mas o passado ainda se faz presente, por exemplo, quando pensamos nas crianças e nos adolescentes negras e negros nas escolas que têm seus destinos traçados por meio da emissão de diagnósticos feitos por profissionais da Psicologia, atestando deficiências intelectuais, transtornos de conduta e outras “patologias” que eram – e, para muitos profissionais, ainda são – exclusivas da população negra (ESPINHA, 2017).

Haja vista que há segmentos da Psicologia que continuam corroborando e produzindo lógicas do cuidado, assentadas no cis-tema colonial racista, bem como afirma PATTO (2006, p. 15), há, ainda, uma concepção naturalista de indivíduo, ou seja, a “[...] crença de que pobres e não-brancos são inferiores intelectual e moralmente permanece”. Sendo assim, pode-se afirmar que, enquanto ciência e profissão, ao desconsiderar e reforçar a produção de temas, como racismo, desigualdade e exclusão acaba por perpetuar a violência contra quem sofre com isso. Aliás, isso se faz presente, pois há um caráter nas sociedades ocidentais que têm enraizado, tanto nas consciências dos dominados como nas dos dominadores, sofisticados mecanismos automáticos de controle e submissão, que dispensam os instrumentos que permitam a negociação propriamente grupal (MOORE,

2007). Como é o caso da sociedade brasileira, que, de modo geral, considera-se pacífica e ordeira, justamente pelo fato de não levar em conta os diversos tipos de desigualdades, o racismo, a intolerância, a corrupção e o sexismo como formas de violências. Com isso, a produção de discursos sobre a própria violência é violenta, já que ignora que o lugar efetivo de sua produção é a estrutura social (CHAUÍ, 2000).

Deste modo, se tais violências no Brasil são estruturais, as discussões a respeito delas necessitam ser centrais na formação em Psicologia, e, se a Psicologia brasileira esteve presente na construção de um projeto genocida, colonialista, sexista e racista, cabe a pergunta: hoje, essa realidade se faz presente? A psicologia do passado se faz presente? Por isso, acredito e pontuo: **Enegrecer a Psicologia é impreterível.**

Afinal, há uma espécie de confinamento racial vivenciado entre os corpos acadêmicos brasileiros. Em um levantamento realizado “entre os anos de 1999 a 2003, o número total dos/as professores/as das principais universidades brasileiras era de 18.330 docentes brancos e 70 negros” (CARVALHO, 2006, p. 92).

No Censo de 2017, é possível observar uma certa transformação, ainda que exígua, neste cenário. 53,62% das/dos professoras/es do ensino superior se autodeclararam brancos, 15,86% se autodeclararam negros, sendo 1,81% pretos e 14,05% pardos, 1,01% se autodeclararam amarelos e 29,39% não quiseram declarar cor ou raça (IBGE, 2017).

Durante a minha graduação, infelizmente, não tive nenhum professor ou professora negro. Esse “vazio arquitetado”², que não se refere-se à questão do mérito, e sim há uma estrutura que marca corpos e lugares, continuou durante a pós-graduação e, hoje, por vezes, ainda permanece na minha prática de docência.

Ao longo dessa caminhada, fui aprendendo que lidar e trabalhar com a temática das relações raciais, por vezes, é um caminho solitário, mas não ando só, afinal, muitos corpos negros pavimentaram os caminhos para que, hoje, nós pudéssemos passar e percorrer no aqui e agora, rompendo com a lógica de que o corpo negro, na Psicologia, seja um emigrante de um ambiente que não é seu. Por isso, que sigamos na luta do resgate e da resignificação de um passado que foi marcado pelo apagamento.

² De acordo com **Bernardino-Costa** (2016), que, a partir das leituras de **Fanon**, uma das principais, senão a principal, características de uma sociedade colonial é o racismo. E um dos inúmeros efeitos deste processo pode se afirmar que se refere ao que **Fanon** (2008) nomeou como sendo a existência de uma zona do não-ser. No entanto, cabe demarcar que o olhar imperial do corpo branco o fixou nesta zona, “o negro não é um homem” (**FANON**, 2008, p. 26), logo, não é um ser. Tendo, como base, o conceito de zona-do-não-ser e os efeitos das políticas de violências e apagamentos coloniais é que entendo que vazio arquitetado pode ser simbolizado e representado no sentimento do não lugar, ou seja, o sentimento de que a academia não é o meu lugar. De que este local não me pertence. Afinal, o espaço acadêmico foi, e ainda é, um território mantido e dominado majoritariamente por pessoas brancas, principalmente, homens brancos, no qual a população negra encontra-se relegada a posições subalternas. Mas recuso está afirmação, para isto, tentarei significar e, sobretudo, resignificar essa história junto aos meus.

No entanto, este caminhar é árduo, uma vez que não é raro perceber que, por diferentes situações, o momento em que a temática das relações raciais é colocada em pauta, por vezes, o silêncio se faz presente por parte do colegiado branco. Por parte dos diretores e por parte dos discentes, em sua maioria, brancos e brancas, afinal, é um problema que é do outro.

De acordo com o professor **Alex Ratts**, os intelectuais brancos, encastelados em sua branquitude, tendem por construir redes profissionais fechadas e cindidas racialmente, criando mecanismos e formas de legitimar suas redes acadêmicas, citando-se mutuamente em suas produções e validando, com isso, não apenas seus trabalhos, mas também a si. “Essa estrutura de manutenção de privilégios acaba por caracterizar e perfazer o esquecimento de intelectuais negras(os), ainda mais quando associados à recusa e/ou refutação de suas produções, prática também comum dessas redes” (**RATTS**, 2006, p. 30).

Vinhas (2016), em sua tese de doutorado, discorre sobre a invisibilidade e apagamento de pensadores e pensadoras negras. O autor utiliza, como mote para compreensão do silenciamento da intelectualidade negra no país, a trajetória de **Beatriz Nascimento**. O autor parte do conceito de *política do esquecimento*, o qual se configura como uma prática social que acaba por promover o apagamento dessas(es) autoras(es) para as novas gerações, subvertendo a ordem científica em função da ordem social, promovendo a manutenção das hierarquias forjadas pela dinâmica social.

A *política de esquecimento* atua para a manutenção da tradição colonial euro-estadunidense, a fim de promover a perpetuação do poder e a legitimação de um único grupo social, uma vez que atribui, a si, a autoridade da fala e a produção de um único discurso legítimo.

Neste sentido, há uma tendência nos currículos dos cursos de formação em Psicologia serem monocromáticos – ou seja, os autores são brancos, a literatura é branca, principalmente, homens e eurocêntricos ou estadunidenses. Brancas são as questões estudadas, lidas, discutidas e debatidas. Assim como o público central da maioria dos estudos e pesquisas. Mas, se mais da metade da população brasileira não é branca, há algo de estranho e errado com esses currículos, conforme a narrativa colonial nos ensinou.

Nomes como **Virgínia Bicudo**, **Frantz Fanon**, **Juliano Moreira**, **Virgínia Leone Bicudo**, **Neusa Santos Souza**, **Isildinha Baptista Nogueira**, **Maria Aparecida Silva Bento**, **Lélia González**, **Beatriz Nascimento**, **Abdias do Nascimento**, **Guerreiro Ramos**, **Luisa Bairros**, **Sueli Carneiro**, **Audre Lorde**, **Grada Kilomba**, **Wade Nobles** foram e são vítimas do epistemicídio, ou seja, a forma da materialização perversa do

racismo, no qual exclui, apaga e invisibiliza a produção intelectual realizada por e a respeito de corpos negros.

Repensar os cânones da Psicologia e sua estruturação enquanto ciência é mais do que urgente e necessário, haja vista que nos possibilita forjar uma teoria e uma historiografia com diferentes sujeitos que agem no/e sobre o mundo das mais diversas formas, a partir das mais distintas cosmovisões.

Portanto, desnaturalizar essa não-presença da população negra nos espaços de produção de conhecimento, trazer, à tona, suas produções intelectuais/acadêmicas e, ainda, suas experiências enquanto sujeitos ativos da história é urgente para a transformação desse cenário e, sobretudo, para uma democratização efetiva das universidades e do conhecimento.

Não é apenas evidenciar o racismo, mas “um combate às linhas estruturais dos epistemicídios inerentes aos discursos universalistas, porém eurocêntricos, dominantes na produção de conhecimento” (PINN, 2019, p. 149). Como nos ensina **Conceição Evaristo**, que utilizemos a nossa escrevivência não mais para ser “lida como histórias para “ninar os da casa grande” e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (EVARISTO, 2005/2007, p. 5).

Desaprender para aprender: os nossos passos vêm de longe

Uma ideologia de libertação deve encontrar sua experiência em nós mesmos: ela não pode ser externa a nós e imposta por outros que não nós próprios, deve ser derivada da nossa experiência histórica e cultural particular. Então porque não abandonar as reproduções de um imperialismo que massacra não só os povos do continente, mas de muitas outras partes do mundo e reafirma a particularidade da nossa experiência na América como um todo, sem nunca perder a consciência da nossa dívida e dos profundos laços que temos com a África? (GONZÁLES, 2020, p. 137, grifo nosso).

As concepções de **colonialismo** e *colonialidade* se diferenciam na medida em que a primeira corresponde ao marco inaugural da expropriação racializada de mundo, nos termos geopolítico, moderno e capitalista, e a segunda à manutenção e atualização de suas bases ao longo do tempo, ressaltando ser essa mais duradoura (QUIJANO, 2005).

Violência, tortura, sangue, desapropriação, apagamento, *isso é o colonialismo*. O colonialismo usava a violência como método de estruturação, isto é, recorria à exploração dos corpos oprimidos. Hoje, encontramos instituições legalizadas para manutenção de tais lógicas. Como afirma **Benedito**; Fernandes (2020), o racismo caminha ao lado do verbo “viver”, como uma companhia que até pode fechar os olhos, mas que nunca dorme, ou seja, permanece como herança passada de geração em geração e transmitida pelas alianças contraídas no seio de grupos sociais.

E por mais que seja possível visualizar avanços significativos sobre a questão racial na Psicologia, esta ainda é atravessada por conteúdos colonialistas, por exemplo, testes de personalidade, testes de inteligência, testes de avaliação de desempenho e novos discursos psicológicos de autorrealização, experiências de ponta e treinamento de *mindfulness*, que contribuem para a ideologia de um Eu neoliberal também se encontram marcados por pressupostos colonialistas, em outras palavras, conforme Borges (2017) e **Benedito**; Fernandes (2020), citando Kon, explica, o trauma do Brasil com relação às dores de sua colonização e escravatura é uma conta que se mantém aberta.

Por exemplo, segundo **Tavares** e Kuratani (2019); **Tavares**, Oliveira e Lages (2013), os/as profissionais de psicologia tendem a não desenvolver uma percepção crítica sobre as relações étnico-raciais e suas implicações no campo da saúde, deste modo, pode-se dizer que acabam por reproduzir a ideologia da igualdade social e da democracia racial no país, não contribuindo, assim, para com as ações promotoras da equidade.

Com isto, a tecnologia do controle colonial se atualizou exercendo influência sobre a linguagem, os discursos e as formas de expressão de cada cultura. Segundo **Fanon**

(1968), a alienação seria um resultado deste processo. O esquecimento imposto e produzido refere-se a um elemento desta tecnologia colonial, uma vez que faz a pessoa esquecer sua historicidade e, ainda mais, retira suas perspectivas de futuro.

Por exemplo, o etnocentrismo europeu cristão, por séculos, fez com que os portugueses acreditassem que certos corpos não teriam humanidade, bem como duvidassem, a princípio, da humanidade dos corpos indígenas, tratando-os como bárbaros por serem pagãos e andarem nus, e, assim, o processo de alienação se fez presente e constante no modo de produção de subjetividades, **Fanon** aponta esse processo como sendo um dos fatores e consequências da colonialidade.

O pensamento do cis-tema colonial é um pensamento da monocultura, ou seja, impõem-se um único Deus, uma única verdade, um único saber de conhecimento, modo de se relacionar, de expressar a sexualidade, em outras palavras, um único modo de ser e estar neste sistema. Diante deste cenário, verifica-se que a lógica colonial se refere à noção binária de mente e corpo; homem e animal; branco e negro. Quem tem corpo? Quem tem mente?

Para ser civilizado, é preciso se afastar daquilo que é natureza, animal e corpóreo. No entanto, essa divisão, como bem pontua Núñez (2020), é uma invenção que produz sofrimento e feridas que são expostas em diferentes contextos. Tais binarismos encontram-se presentes na Psicologia, haja vista que o discurso e a palavra são práticas de produções.

As violências do cis-tema colonial acontecem em nome do bem. Em nome do desenvolvimento e do progresso. Eis que surge, então, a *caravela epistêmica* (Núñez, 2020), com pregadores, discípulos e agentes da transformação, para salvar, humanizar, catequizar, educar e, também, ordenar.

Figura 01: Caravela Epistêmica



Fonte: Isotock.

E se tratando do conhecimento da Psicologia e da própria narrativa que permeia esta ciência, a caravela epistêmica se faz presente, afinal, é preciso dar voz ao outro, cuidar do outro, educar o outro, ensinar o outro, impondo, então, esse “bem” como forma de manutenção da caravela epistêmica e de sua lógica colonial-humanizadora, posto que os critérios de conhecimento e de saber não são os conhecimentos dos povos indígenas e dos povos negros, quilombolas, ribeirinhos, população do campo e dentre outros corpos.

Passa-se a produzir um sistema de morte, aniquilando e matando tudo aquilo que não se encontra presente e espelhado nessa cosmologia de mundo e de viver. A colonização está a nossa volta. O tempo inteiro. É preciso afirmar e reafirmar que: O espelho do cis-tema colonial nos adocece. Logo, “recriar a partir da colonialidade e fugir do caminho que nos empurra para a morte” (Mombaça & Mattiuzzi, 2019, p. 25) é preciso.

Intelectualidade negra no espaço colonial: lidando com a política do esquecimento

Aimé Césaire (2020), em seu discurso sobre o colonialismo, afirma que a colonização trabalha para descivilizar o colonizado. Deste modo, tendo como referência o pensamento de **Vergès** (2020), acredito e aponto que reescrever a história da Psicologia desde a colônia é primordial para a decolonial. Posto que não podemos nos contentar em pensar a colônia como uma questão subsidiária da história. É preciso, de fato, considerar que, sem ela, não teríamos uma Psicologia estruturalmente racista.

Pensando o Feminismo Decolonial, **Vergès** (2020) afirma que uma feminista não pode ambicionar possuir “a” teoria e “o” método. Ela busca ser transversal. Penso que o mesmo deva acontecer no contexto da Psicologia. Sou adepto de uma Psicologia que pensa conjuntamente o racismo, o patriarcado, o sexismo, o Estado e capital, a justiça reprodutiva, a justiça ambiental, e que faça a crítica à indústria farmacêutica, que visualiza o direito dos imigrantes e refugiados; que lute pelo fim do feminicídio, e lute frente a descriminalização das drogas, bem como contra o encarceramento em massa. Afinal, um olhar multidimensional permite evitar uma hierarquização das lutas fundada em uma escola de urgência, cuja estrutura, geralmente, permanece ditada por preconceitos.

Penso que a Psicologia brasileira que se faz presente nos manuais didáticos foi gerida e arquitetada de um modo a silenciar intelectuais negros e negras. Sendo, então,

um instrumento de constituição de subjetividades por meio da operação do controle, silenciamento e apagamento de corpos e de modos de subjetivação.

Assim, os saberes *psis* buscam, incessantemente, se apresentar como um dispositivo disciplinar capturando subjetividades ditas desviantes e abjetas para colocar em prática a narrativa da promessa de correção e do cuidado. Entretanto, o que se pode afirmar é que, na realidade, seu papel era de manutenção, naturalização e produção de necrorelações³ e de pedagogias da violência.

A esses processos denominamos epistemicídio (SANTOS, 2007 & CARNEIRO, 2005). *Episteme* nos remete à ideia de conhecimento ou estudo do conhecimento. Por sua vez, *cídio* exprime a ideia de morte ou extermínio. Logo, epistemicídio pode ser entendido como assassinato do conhecimento de algo. Mas que “algo” seria esse que está sujeito ao epistemicídio? Pode-se pensar que aqueles/as que apresentavam modos de ser, costumes e fenótipos diferentes daqueles partilhados pelos europeus estariam sujeitos ao epistemicídio, uma vez que:

Eliminaram-se povos estranhos, porque tinham formas de conhecimento estranho, porque eram sustentados por práticas sociais e povos estranhos. O epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio, porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar e marginalizar (SANTOS, 1996, p. 104).

Segundo **Carneiro** (2005), no caso dos/as negros/as, o epistemicídio atua como um conjunto de práticas educacionais desfavorecedoras e como constrangimentos sociais cotidianos, visando obstar a trajetória do sujeito negro como sujeito de conhecimento. Impossibilitando esse papel, impossibilita-se, também, o processo social de emancipação do sujeito e de seu grupo. Desta maneira, pode-se pensar em *epistemicídio* a partir do momento em que um grupo elege apenas um único conhecimento científico e negligencia outros saberes, retirando, assim, suas validades e potencialidades.

Santos (2007) denomina esse processo de monocultura do saber e do rigor, o qual se baseia na negação de outros conhecimentos e de formas de se produzir conhecimento (*epistemicídio*). Apagam-se inúmeras histórias, vozes e lutas, uma vez que se naturaliza a ideia de que a cultura teria um sentido, uma direção e uma dinâmica, ou seja, parte do pressuposto que esse processo foi construído linearmente e de forma pacífica. No entanto,

³ Os saberes hegemônicos modernos, como psicologia, psiquiatria e psicanálise se apresentavam e, por vezes, se apresentam como um conjunto das práticas que dominam, controlam, violentam e apagam modos de existência por meio da produção de discursos e práticas de medicalização, normalização e produção do sujeito normal e anormal. Com isto, inspirado no conceito de Mbembe de necropolítica, aponto que os saberes *psis* hegemônicos se estruturam e se relacionam de modo a produzir uma gestão relacional que se pauta pela disciplina, apagamento, silenciamento e morte.

a violência e a exploração foram o meio e o fim para manter o sistema colonial. A violência se torna chave analítica para a compreensão do colonialismo e epistemicídio. Não existe um sistema colonial que não seja violento e que não tenha as suas relações coloniais mediadas, principalmente, pela violência do colono.

Como forma de explicitar a política do epistemicídio e como o racismo se implanta nos conhecimentos e nas práxis profissionais de saúde, podemos dar o exemplo da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC) instituída no ano de 2006, esta política atende à necessidade de se conhecer, apoiar, incorporar e implementar experiências que já vêm sendo desenvolvidas na rede pública de muitos municípios e estados, entre as quais destacam-se aquelas no âmbito da Medicina Tradicional Chinesa, Acupuntura, da Homeopatia, da Fitoterapia, da Medicina Antroposófica e do Termalismo-Crenoterapia (BRASIL, 2006).

No entanto, se olharmos as práticas apresentadas pelo viés político, é possível verificar diversas condutas, mas não há nenhuma prática de cuidado que se encontra relacionada aos terreiros candomblecistas, às rezadeiras, benzedadeiras, curandeiras, aos pajés e dentre outros conhecimentos e práxis de cuidado. Este exemplo deixa explícito o como assimilamos um conhecimento, mas negamos a nossa história, as nossas raízes e, sobretudo, as práticas de cuidado. Portanto, o saber biomédico, mediante a prática homogeneizadora, tem a perspectiva hospitalocêntrica e racista, ao ignorar e silenciar o potencial das práticas de cuidado produzidas por corpos negros e indígenas frente ao processo saúde-doença, o que reforça e mantém a lógica epistemicida.

Nesta perspectiva, urge reconhecer esse processo destrutivo, produtor de assimetrias e injustiças que se perpetuaram nas sociedades marcadas pela violência da colonização para além dos aspectos econômicos, apresentados, por muito tempo, como preponderantes na escalada de autoritarismo a que foram submetidas populações inteiras.

Assim como urge entender que intelectuais negros e negras do saber *psi*, há mais de um século, estão denunciando os efeitos nefastos do racismo e dos modelos de gestão coloniais. Eles e elas têm refletido sobre o processo de colonização como elemento que alterou e altera o curso de tantas subjetividades, apropriando-se da riqueza das múltiplas identidades presentes em qualquer coletividade humana (MATTOS, 2020).

**“O grande nervo do projeto imperial é a
diferença racial”**

Achille Mbembe.

Como forma de ilustração, acerca do apagamento e a perpetuação da política do esquecimento, analisamos, brevemente, os 10 cursos mais bem avaliados pelo Ranking Universitário Folha (RUF), que é uma avaliação anual do ensino superior do Brasil feito pela Folha de São Paulo, desde 2012. No ranking de universidades, estão classificadas as 195 universidades brasileiras, públicas e privadas, a partir de cinco indicadores: pesquisa, internacionalização, inovação, ensino e mercado. No ano de 2019, os 10 cursos mais bem avaliados em Psicologia foram:

Tabela 01: Ranking de Cursos de Graduação

Ranking de cursos de graduação	
1°	UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
2°	UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
3°	UNB – Universidade de Brasília
4°	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
5°	PUCSP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
6°	USP – Universidade de São Paulo
7°	UFF – Universidade Federal Fluminense
8°	PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
9°	UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
10°	UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

Fonte: RUF, 2020.

Das 10 universidades listadas pela RUF (2019), tivemos acesso ao Projeto Pedagógico do curso de Psicologia de 09 universidades (apenas na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul não foi possível acessá-lo), bem como as ementas das disciplinas. Um dado para ser demarcado é que a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), colocada na posição 13°, possui, na grade curricular, uma disciplina obrigatória referente à Psicologia e Relações Étnico-raciais. Com acesso a estes materiais, passamos a investigar, minuciosamente, a seguinte questão: Quais disciplinas trabalham com as questões étnico-raciais? Quais são as referências utilizadas?

Através destas perguntas, passamos a buscar nas ementas, objetivos e referências as seguintes palavras-chave: Racismo; Racial; Raça; Etnia; Negritude; Negro/a; Cor; Relações Raciais; Relações étnico-raciais; Étnico-racial; Escravização; Afrodescendentes.

Verificou-se que a temática das relações étnico-raciais, nas disciplinas de Psicologia, se fez presente em disciplinas eletivas/optativas, em comparação com as disciplinas obrigatórias. Em relação as obras das autoras **Virgínia Leone Bicudo**, **Neusa Santos Souza**, **Isildinha Baptista Nogueira** e **Maria Aparecida Silva Bento**, nenhuma

destas encontram-se presentes nos documentos verificados dos 10 principais cursos de Psicologia.

Só o racismo pode explicar o fato de que as melhores universidades do País não implantem, nas ementas das disciplinas, o assunto das relações étnico-raciais.

Apesar de não ter relações étnico-raciais, apesar de não estudarem os problemas que atravessam os corpos negros, apesar de que o sofrimento ético-político é produzido a partir da estrutura social racista e apesar de não serem temas dessas universidades, elas são boas. Não. Não é apesar. Infelizmente, não é isso. É exatamente por conta desta realidade não ser um tema e prioridade das discussões e construções pedagógicas que se reforça e se realimenta uma lógica do saber epistemicida, colonialista e silenciadora no campo dos espaços do saber e poder.

Então, me questiono: Quais são as prioridades desses espaços? Seria, apenas, a classificação Qualis-Periódicos ou Qualis/CAPES? Como se pensa ensino, pesquisa e extensão sem visualizar e compreender a realidade brasileira e, conseqüentemente, uma Psicologia Brasileira atravessada e constituída pelas relações étnico-raciais?

Tendo, como base, essa ilustração é que demarco que esses espaços. A Psicologia acaba elencando critérios, abordagens, conhecimentos e práxis racistas, mas sem que se pareçam racistas. Portanto, isto não é neutralidade. É racismo.

A obra de **Neusa Santos Souza** encontra-se listada na disciplina de Psicologia Social II, ofertada na Universidade de São Paulo (USP), contudo, na lista das referências bibliográficas, encontra-se, apenas, a utilização do prefácio de sua obra escrita pelo autor Jurandir Freire Costa.

Além disso, cabe ressaltar que, na disciplina (7610), Psicologia e relações étnico-raciais, ministrada por Lia Vainer Schucman na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), as obras de **Neusa Santos Souza**, **Isildinha Baptista Nogueira** e **Maria Aparecida Silva Bento** encontram-se listadas nas referências sejam elas obrigatórias ou complementares.

Um dado de análise importante é que, no curso de Psicologia ofertado na Universidade de São Paulo (USP), a temática das relações étnico-raciais se mostrou mais presente que nas outras universidades analisadas. No entanto, a Universidade de São Paulo foi a última das grandes universidades no Brasil a adotar ações afirmativas para pessoas negras, pardas e indígenas (PPI). Apesar de ter sido um dos primeiros locais de debate acerca da implementação de cotas raciais no Brasil, somente quinze anos depois de o Estado do Rio de Janeiro adotar as cotas raciais em suas universidades estaduais, a

USP decidiu implantar, a partir de 2018, um sistema similar ao sistema que vigora nas universidades federais desde 2013.

De acordo com a Agência Brasil (2017), o Conselho Universitário da USP aprovou, no início de julho de 2017, que, a partir do ano seguinte, seriam reservadas 37% das vagas de cada unidade de ensino e pesquisa para alunos egressos de escolas públicas. Em 2019, a porcentagem deveria ser de 40% de vagas reservadas em cada curso de graduação. Para 2020, a reserva das vagas deveria ser de 45% em cada curso e turno de aulas; e, no ingresso de 2021 e anos subsequentes, o índice passaria a ser de 50% por curso e turno.

Penso que este dado é um ponto de reflexão e análise, ainda mais neste momento com a inserção de corpos negros, pardos e indígenas ocupando um ambiente que, historicamente, se estruturou pela elitização do ensino.

Tenho ciência que esses dados são apenas uma parcela da realidade. Afinal, não necessariamente tudo que se encontra nos documentos oficiais são concretizados nos espaços de salas de aula, bem como sabemos que o/a docente, muitas vezes, faz uso de outras referências, isto é, para além das quais encontra-se instituídas em planos de ensino e de aula. Logo, pode-se demarcar que outros livros, vídeos, artigos científicos, filmes e dentre outros recursos foram e estão sendo utilizados para falar e abordar a temática das relações étnico-raciais e psicologia, e, neste sentido, talvez as autoras **Virgínia, Neusa, Isildinha e Cida Bento** encontram-se presentes.

No entanto, a nossa intenção é demarcar o porquê essas e outras intelectuais negras/os não estão nas páginas dos documentos oficiais? E, quando estão, encontram-se nas margens? Como já discutimos, é imprescindível entendermos o quanto a colonialidade do poder (QUIJANO, 2002) se estrutura como uma matriz de inteligibilidade social, cultural e epistemológica, que se consolidou no desenvolvimento das Ciências Humanas e na Psicologia.

Deste modo, relacionar a ciência psicológica como sendo *Guardiã da Ordem* (COIMBRA, 2005), também é demarcar que formação sem crítica, meramente descritiva, acaba por favorecer e consolidar o *status quo*. Por isso a importância de demarcar e pontuar a necessidade de rompermos com uma realidade que se faz presente e que não é natural, afinal, é preciso vislumbrar outras formas de construções de saberes e formações em Psicologia. No sentido de expandir outras formas de pensar uma genealogia de formação e de práticas “*psi*” no Brasil.

E penso que isto deve ser trabalho coletivo de todos os que atuam no campo “*psi*” – e não só nele – e que em seu cotidiano estão formando outras práticas,

fazendo parte dessa sempre renovada luta contra as tendências sedutoras ao acomodamento e à naturalização, às facilidades e aos confortos do que se estabelece, se institui e tenta permanecer (COIMBRA, 2004, p. 50).

É por isto que acreditamos que a prática reflexiva e o esclarecimento do lugar de enunciação do/a intelectual são essenciais para um fazer teórico de fato crítico, justamente por não acreditar no mito da neutralidade científica e por entender que são as diferentes formações e práticas que produzem, neste mundo, os saberes e sujeitos do conhecimento, bem como seus objetos e, conseqüentemente, não apresentando uma essência e existência em si (COIMBRA, 2004).

E que possamos entender e nos apropriar dos pressupostos da colonialidade para, então, destruímos esta, haja vista que um dos pressupostos deste cis-tema nocivo é reduzir o corpo colonizado a uma nota de rodapé de sua própria história. No entanto, [...] ser o sujeito do próprio desejo é uma atitude anticolonial.

Assim como **Santos** (1983) pontua, sermos donos da própria voz e da nossa própria existência também é uma atitude anticolonial. A grande batalha, hoje, é travada no campo da legitimidade discursiva. O que está em jogo é a legitimidade do lugar de enunciação de quem fala, mais até do que “o que” está sendo dito. Enquanto nos mantivermos atrelados à lógica desde a qual nós, como negros e negras, indígenas, amazônicos/as, sertanejas/os, latinos/as, quilombolas, *queer*, mulheres, favelados/as, caipiras..., não somos sujeitos produtores ativos e continuamente de epistemopolíticas radicais, seguiremos mantendo uma ordem discursiva bem-comportada e compartimentalizada na e para a academia, bem como para a manutenção do *status quo*.

Psicologia e Relações Raciais no Brasil

Com o propósito de analisar de que modo a Psicologia tem abordado a temática étnico-racial, **Santos**, Schucman e **Martins** (2012) traçaram uma linha do tempo sobre o pensamento psicológico brasileiro, delimitado a partir de tendências moldadas por rupturas e constituição de novos saberes, cujas orientações preponderantes foram de ordens biológico-causal, culturalista e relacional (**SANTOS, SCOPINHO, 2015**).

Martins, Santos e Colosso (2013) apresentaram um panorama de como as relações étnico-raciais têm sido tratadas pela Psicologia no Brasil, a partir da análise de artigos publicados em periódicos nacionais de Psicologia, no período de 2000 a 2009. O exame dos 41 artigos identificados apontou que esta produção esteve centrada em discutir a violência psicológica do preconceito e do racismo; o legado social do branqueamento e seus efeitos psicossociais sobre a identidade étnico-racial de negros e brancos; e o monitoramento dos efeitos das políticas e dos programas de promoção da igualdade étnico-racial.

Apenas com esses dois parágrafos, é mais do que manifesto e evidente que as relações raciais têm sido objeto de investigação da Psicologia, particularmente da Social, e que a noção de raça, paulatinamente, é dimensionada pelas/os pesquisadoras/es deste campo como categoria de análise para compreensão das diferenças, discriminações e desigualdades sociais (**SANTOS, SCOPINHO, 2015**). É perceptível que, nas últimas décadas, a Psicologia tem despertado um novo interesse sobre a questão do racismo e das práticas ligadas ao preconceito e à discriminação (**SCHUCMAN, MARTINS, 2017**). No entanto, ainda, a brasileira possui uma grande lacuna na discussão acerca das relações raciais e, conseqüentemente, do racismo no Brasil. Tal percepção aponta para o desafio que é a abordagem desta questão em um país que ainda nega a sua ideologia racista associada a uma Psicologia majoritariamente importada em suas bases teóricas.

1888 e agora Brasil? Lili não cantou

De acordo com **Nogueira** (1998), a historiografia oficial nos conta que a substituição do braço escravo indígena pelo do negro se deu por este apresentar maior resistência física e por ser mais dócil. O que essa historiografia não nos conta é que os corpos negros resistiram violenta e sistematicamente à escravização⁴. Posto que foram

⁴ Cabe pontuar que, assim como no caderno de referências técnicas para a atuação de Psicólogos/as produzido pelo Conselho Federal de Psicologia (2017), nesta tese, utilizarei os termos escravismo, escravização, escravizado/a em contraposição à noção de escravidão e escravo, posto que a escravização é um sistema de dominação que transforma a pessoa que está nesta condição em um corpo inferior, diferente, sem valor, logo, não nasce escravo, torna-se por meio de um processo de opressões e de discriminações. É de suma importância pontuar essa questão, pois negros e negras que se encontravam na posição de

capturados de seu continente, transportados já na condição de escravizados, tendo que passar por inúmeras violências e sofrendo todos os horrores, com isso, o corpo negro era, assim, “preparado” para estar na condição de escravizado.

Ainda segundo **Nogueira** (1998/2021), a distribuição de corpos negros era feita de maneira tal que, num mesmo ambiente de trabalho, eram reunidos corpos negros com línguas, culturas e religiões diversas, cujo objetivo era dificultar a comunicação entre os semelhantes.

Logo, perde-se, progressivamente, as identidades originais, no entanto, por mais dor, desgraça e violência, a partir deste processo de transculturação, **Nogueira** (1998/2021) aponta que passou a surgir uma nova identidade negra, resultada tanto da transculturação como da existência e criação de novas formas de resistência.

A história oficial nos mostrou, e ainda nos mostra, que meus antepassados viviam em condições desumanas e, por isso, foram comparados aos animais, justificando, assim, as condições em que viviam como sendo “naturais”. Mas pouco sabemos do processo de resistência. Como **Beatriz Nascimento** nos afirmou: “**A história do Brasil é uma história escrita por mãos brancas**”.

A história do Brasil é uma história escrita por mãos brancas”. Tanto os negros quanto os índios, e os povos que viveram aqui, juntos com os brancos ainda não tem a sua história escrita e isso é um problema muito sério porque a gente frequenta a universidade e a escola e não tem uma visão correta do passado da gente, do povo negro. Então ela não foi somente omissa, ela foi muito mais terrível na parte em que ela não foi omissa. Ela negligência parte muito importante e deforma muito a história do negro. Ela trata basicamente da escravização, deixando de lado outras formas do negro viver no Brasil, como foi o processo de alforria que teve durante todos os quatro séculos de escravização e principalmente, com relação ao quilombo (Entrevista com **Beatriz Nascimento**, disponível no YouTube)⁵.

O Brasil tem, no âmago de sua história, o tráfico e o comércio de africanos/as e escravizados, mesmo que, hoje, 2021, há estruturas e dispositivos do poder que se articulam para manter essa história na invisibilidade, nós, corpos negros, e, sobretudo, movimentos negros⁶ denunciemos diariamente o passado. Posto que o Brasil foi o país que mais importou escravizados e aquele que, por último, aboliu legalmente a escravização.

escravização resistiram e utilizaram-se de diferentes formas de resistências, tais como rebeliões, suicídios, agressões, fugas das fazendas e formação de quilombos.

⁵ **NASCIMENTO**, B. Entrevista - *A história do Brasil é uma história escrita por mãos brancas*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-LhM1MaPE9c> Acesso em: 23/10/2020.

⁶ Utilizo “um movimento”, “movimentos”, ou “os movimentos” e não digo “o movimento”, pois trabalho com a ideia de uma pluralidade de movimentos negros, a possibilidade de alternativas de existências e lutas.

A profunda participação brasileira está marcada na estimativa de que cerca de 40% dos africanos escravizados tiveram, como destino, o Brasil (SOUZA, 2008). Consequência de seu papel dominante na escravização de povos africanos, atualmente, cerca de 65% da população negra nas Américas é constituída de brasileiros.

Segundo a literatura especializada dos estudos raciais, pode-se afirmar que, assim que meus ancestrais chegavam ao Brasil, a maior parte eram levados para o interior. Logo, castigos, punições, violências, abusos, torturas, açoites do chicote serviam para legitimar a estrutura colonial escravista. **Um passado que se atualiza em um presente tão presente.**

Como bem pontua **Fátima Lima**, “as ruínas deste mundo findo como conhecemos têm na racialidade um dos pontos nevrálgicos” (LIMA, 2020, p. 83). Construindo o que **Mbembe** irá chamar de complexo perverso produtor de terror, medo, sofrimento e desgraças, uma vez que se refere a “um complexo perverso, gerador de temores e tormentos, de perturbações do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes” (MBEMBE, 2018, p. 27).

Por mais dolorosa que seja a constatação desses elementos e fatos, penso e afirmo que seja de extrema importância demarcarmos e reafirmarmos para rasgarmos as dinâmicas brasileiras em que há a centralização de uma noção de subjetividade que se estabelece e opera a partir de modelos universais. Interessa-me, aqui, perceber a colonialidade e suas reatualizações contemporâneas, posto que, mesmo com a abolição da escravatura em 1888, ainda temos a perpetuação da lógica colonialista, escravocrata e racista, expressa diariamente em nosso cotidiano. Embora em 1888 fosse extinta em termos estatais/legislativos a escravização no Brasil, o processo de inclusão social e igualdade em direitos é uma luta que persiste até os dias atuais. Como sabemos, a história da população negra no Brasil é marcada por resistências e enfrentamentos a favor da liberdade, um movimento para imposição de uma identidade (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

Por exemplo [...] A história repetindo o passado

A Lei da Vadiagem nº 3.688/1941, de 3 de outubro de 1941, sancionada no governo de Getúlio Vargas, foi construída para reafirmar um projeto etnocida e genocida, onde tal lei abordava quais pessoas eram consideradas perigosas para a sociedade. São eles, de acordo com o artigo 14: “o condenado por motivo de contravenção cometido, em estado de embriaguez pelo álcool ou substância de efeitos análogos, quando habitual a

embriaguez” (BRASIL, 1941). Está lei aborda um fenômeno cotidiano na vida das pessoas, mas que, à luz de um projeto higienista baseado na “moral e os bons costumes”, racializou e estigmatizou sujeitos negros.

Neste sentido, vadiagem consistira em “entregar-se habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita” (BRASIL, 1941), com penas de 15 dias a três meses de reclusão.

Está lei, segundo **Jesus, Silva e Nascimento** (2020), permitia que a polícia usasse de sua autoridade para prender, de forma arbitrária sob o argumento da “ociosidade”, visando, então, a perseguição e a repressão das camadas sociais mais pobres, principalmente, dos corpos negros. Pois bem, o Brasil tinha pela frente um desafio de tornar-se uma nação moderna e de progresso, tendo, como projeto político, um desenvolvimento social e cultural.

Neste sentido, Psicologia e Medicina passaram a ser áreas de suma importância para resolução de problemas relacionados à violência, saúde, educação e trabalho. A Psicologia passou a ser associada à área da Medicina e da Educação, logo é, nesse contexto brasileiro, que as *Relações Étnico-Raciais* ganham notoriedade, posto que, por meio de estudos científicos da época, passou-se a realizar associações entre aspectos étnico-raciais e doenças mentais, a tipos de caráter e de personalidade.

Segundo Schwarcz (1996), do ponto de vista científico, haviam duas correntes de pensamento europeu que sobressaíram no contexto brasileiro e que, conseqüentemente, passaram a influenciar o modo de compreensão da população brasileira, ou seja, a corrente monogenista, que afirma que há grupos humanos mais evoluídos que outros, por outro lado, a corrente poligenistas compreendia que a espécie humana se dividiria em subespécies biologicamente diferentes, em raças com origens distintas, contudo, havendo raças superiores e outras inferiores.

A raça passa ser um tema central nos estudos científicos, nos discursos e nos meios de comunicação da época, afinal como construir e formar uma nação de progresso e civilizada? Segundo CFP (2017), Sílvio Romero foi um dos principais defensores da corrente monogenista e acreditava na purificação racial por meio da miscigenação entre negros/as e brancos/as. Por outro lado, Raimundo Nina Rodrigues, médico pernambucano, repudiava a miscigenação, pois, para o autor, o mestiço não deixaria de ser um corpo inferior e degenerado.

Raça não diz respeito às características biológicas ou a traços físicos. Mas é a partir desta noção que se passa a construir dispositivos e mecanismos de controle, de

ajuste e de organização social, e também das desigualdades materiais e simbólicas. Esta lógica seja pautada nas correntes monogenistas ou poligenistas orienta modos de perceber, ser, estar, agir, interagir, pensar... a divisão racial na perpetuação de privilégios do grupo racial branco, isto é, por meio de processos econômicos, culturais, políticos e psicológicos, os brancos progridem à custa da população negra (CFP, 2017).

Nina Rodrigues afirmava que a raça seria um fator explicativo fundamental da sociedade brasileira e de seus cidadãos (SANTOS, SHUCMAN, MARTINS, 2012).

Com base no evolucionismo social ou darwinismo social, segundo o qual os seres humanos são desiguais por natureza devido às diferentes aptidões inatas que fazem de uns superiores e outros inferiores, ele produziu estudos relacionando raça, patologias psiquiátricas e tipologias criminais. E elaborou o conceito de que o retrocesso econômico da Bahia se devia à grande presença da raça negra e de mestiços no Estado, que, com suas doenças, costumes e religião, influenciavam o restante da população (SANTOS, SCHUCMAN, MARTINS, 2012, p 169).

Deste modo, os estudos de Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) foram fundamentais para a consolidação de um modelo psicofísico capaz de nomear e descrever as deficiências do negro brasileiro. Nina Rodrigues acreditava que o convívio com essa raça poderia produzir e acarretar consequências para a sociedade brasileira. Além disso, o autor acreditava na importância de se definir, com maior rigor, e classificar raças puras primitivas e raças cruzadas. Em seus estudos, Nina considerou a existência de três raças puras primitivas: a branca, a vermelha e a negra.

Nina Rodrigues considerava os mulatos como sendo o resultado do cruzamento do português com o africano. Os mulatos poderiam ser classificados em três subgrupos: os mulatos de primeiro sangue; os mulatos claros (que retornam à raça branca) e os mulatos escuros, também chamados “cabras”, que podiam ser confundidos com os “negros crioulos” (Rodrigues, [1894], 1933, p. 91). Nos estudos raciais, o autor mostrou-se preocupado em relação ao segundo subgrupo (mulatos claros) que representaria a diluição da raça branca como expressou na frase: “de retorno à raça branca e que ameaçam absorvê-la de todo” (RODRIGUES [1894], 1933, p. 91 apud SCHUCMAN, MARTINS, 2017, p. 174).

Nina Rodrigues considerava algumas raças inferiores a outras e era contra a mestiçagem que, em suas próprias palavras, apenas “retardava a eliminação do sangue branco”. Embora, de um modo geral, considerasse a raça negra inferior à branca e nociva como elemento étnico na formação do povo brasileiro, admitia que essa nocividade poderia se manifestar em diferentes graus, conforme a procedência dos africanos (NEVES, 2008).

Posto que, para o autor, não havia saída para a população negra e, por conseguinte, não também haveria para o Brasil. Se o negro, depois de séculos em contato com povos mais superiores, não havia civilizado, é porque esta população não consegue, e, logo, se demonstra inferior.

Nesse período, os negros e os mestiços recebiam muito mais diagnósticos de doenças mentais toxinfeciosas, como a sífilis e o alcoolismo, do que os brancos. E eram mais acometidos pelas doenças chamadas constitucionais, como a esquizofrenia e a psicose maníaco-depressiva (SANTOS, SCHUCMAN, MARTINS, 2012). Com isso, durante o início do século XX, os estudos, pautando-se nos ideais de Nina Rodrigues e de outros autores, se fizeram presentes no imaginário social brasileiro e no conhecimento científico.

Portanto, neste momento, o “negro” corresponderia a um objeto, “algo” sem vida e valor, ou seja, um elemento portador de certas características patologizáveis, um objeto da ciência. A ciência e o Estado Brasileiro tinham, como pretexto, o fato de que um país moderno significava apagar a história, as marcas, os corpos e o passado da população negra e indígena do território brasileiro, uma vez que corpos negros e indígenas não poderiam ser referências para modernidade. Jamais.

Tendo em vista que, no cenário europeu, indígenas e africanos eram expostos em zoológicos humanos, como animais exóticos e pertencentes às sociedades selvagens, inferiores e bárbaras, passa a ser fundamental excluir, aniquilar e apagar lembranças, histórias e vidas que remetiam a esses corpos⁷. Uma vez que: “Sua terra natal era considerada como a terra de pecado e de imoralidade geradora de homens corrompidos e a cor que os distinguia dos brancos era estranha e pedia explicação” (SANTOS, 2003, p. 55).

Além disso, inúmeras “justificativas” científicas foram construídas para validar todo o processo de violência, silenciamento e apagamento frente à população negra, posto que:

O negro é um ser inferior no âmbito intelectual e social.
 O negro é puramente emocional, não há razão;
 O negro representa: falta de moralidade, e sinônimo de corrupção;
 Em contrapartida, o branco, signo de vida e de pureza.
 O negro não é civilizado.
 O negro é propenso a ser criminoso.

⁷ Por exemplo, o caso de Rui Barbosa, ministro da Fazenda de Deodoro da Fonseca que, no dia 14 de dezembro de 1890, determinou que fosse queimados livros de matrícula, de controle aduaneiro e de recolhimento de tributos que envolvessem pessoas escravizadas.

O negro é infantil, pré-lógico e animista.

Fundamentada nestes e outros pressupostos, a ciência moderna produziu inúmeros saberes sobre a população negra e, conseqüentemente, utilizou destes “saberes” para aniquilar e silenciar tais corpos. Por exemplo, para Nina Rodrigues, a Psicologia sobre o negro é do *phatos* e da criminalidade, uma vez que, para o autor, povos negros seriam primitivos e infantis, sendo governados pelas emoções, e não pela razão como era deduzido do paradigma racionalista que vigorava na época.

Surge, então, a ideia de que o negro não era e não poderia ser civilizado, porque, por mais que fosse “depurado” pelos constantes relacionamentos com os brancos, a sua natureza não permitia as alterações necessárias para a sua evolução ao padrão hegemônico.

Nina Rodrigues teve, como maiores discípulos e divulgadores de suas ideias, Afrânio Peixoto e Arthur Ramos, que se apoiaram na Medicina Legal, Psicopatologia Forense, na Higienização, na Antropologia Criminal e na Psicologia Coletiva e Étnica para analisar a conjuntura nacional e, em destaque, a população negra (CFP, 2017).

Outra figura importante da *política do embranquecimento* foi o médico e antropólogo João Baptista Lacerda, que representou o Brasil no I Congresso Universal das Raças em Londres, no ano de 1911. De acordo com Souza; Santos (2012), o primeiro Congresso Universal de Raças (*First Universal Races Congress*) foi realizado em Londres nos dias 26 a 29 de julho de 1911, promovido no contexto de expansão da política imperialista europeia e das discussões sobre a paz mundial.

Amplamente divulgado no meio científico internacional, mas também entre políticos e ativistas envolvidos com a questão racial e as relações entre o Ocidente e o Oriente, o congresso reuniu representantes de mais de 50 países da Europa, América do Sul e do Norte, África e Ásia (SOUZA; SANTOS, 2012).

Estava em questão eram os conflitos raciais em diversas partes do mundo e a própria sobrevivência do sistema colonialista, que, na passagem do século XIX para o XX, chegara ao seu auge, envolvendo especialmente países da Europa e suas colônias nos continentes africano e asiático. As disputas e rivalidades entre as nações europeias pelo domínio colonial também mobilizavam os participantes do congresso. Ainda estavam bastante vivas na memória dos governos e administradores coloniais europeus as conseqüências da Guerra dos Bôers, conflito ocorrido na África do Sul envolvendo colonizadores britânicos e colonos franceses e holandeses estabelecidos no continente desde o século XVIII (SOUZA, SANTOS, 2012).

Figura 02: Retratos de participantes do Congresso Universal de Raças⁸

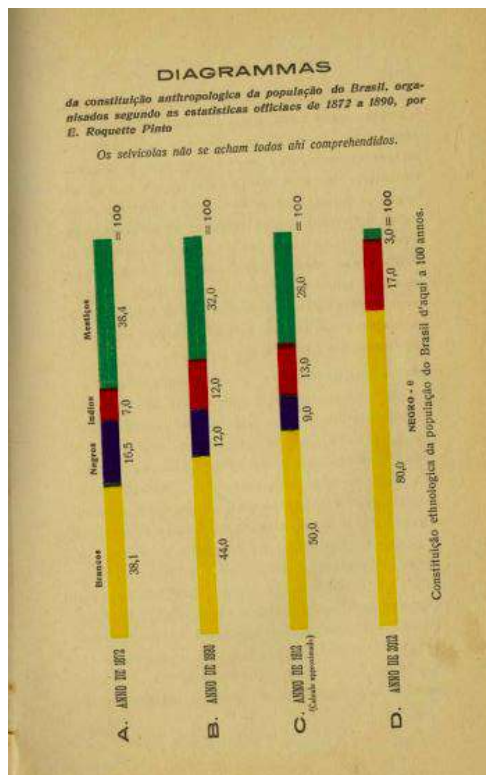


Fonte: (SOUZA, SANTOS, 2012).

Mediante estimativas estatísticas, apresentou, no Congresso, que a saída para a questão racial estava em vias de ser resolvida pela imigração e “seleção sexual”, ou seja, de casamentos entre mestiços ou negros com brancos, o que deveria extinguir a raça negra num prazo de cem anos. De acordo com essas estimativas, em 2011, não teríamos mais negros no Brasil.

⁸ Figura 1. Retratos de participantes do Congresso. Destaque para o sociólogo americano W. E. B. Du Bois e o antropólogo brasileiro João Baptista de Lacerda. Fonte: First Universal Races Congress (1911) (SOUZA; SANTOS, 2012).

Figura 03: Diagramas sobre a constituição racial da população brasileira⁹



Fonte: (SOUZA, SANTOS, 2012).

A partir da década de 1930, outro importante nome se faz presente nos estudos das relações raciais, isto é, Gilberto Freyre. Esse período também “é o cenário da realização dos primeiros cursos universitários em que a Psicologia Social é discutida, como os ministrados pelo próprio Arthur Ramos, por Raul Briquet (1887–1953) e Donald Pierson (1900–1995)” (SCHUCMAN, MARTINS, 2017, p. 176).

Em 1945, sob orientação de Donald Pierson, **Virgínia Leone Bicudo** defende a dissertação de mestrado intitulada “Estudos de Atitudes de Pretos e Mulatos em São Paulo”. A década de 1950 foi marcada pelos estudos sobre relações raciais patrocinados pelo ciclo de pesquisas comparativas, organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em diferentes regiões brasileiras, ocorrido nos anos de 1951 e 1952.

O objetivo de tais pesquisas era demonstrar a existência de experiências exitosas e harmônicas, isto é, de que no Brasil haveria harmonia/democracia racial. No entanto, o projeto da Unesco marcou uma ruptura de uma visão irreal sobre as relações raciais no Brasil e colocou em pauta a ideia de democracia racial brasileira.

⁹ Figura 2. Diagrama sobre a constituição racial da população brasileira que apresenta a suposta tendência ao branqueamento. Os dados foram reunidos por Roquette-Pinto e utilizados por Lacerda para reforçar a tese apresentada no congresso de Londres. Fonte: Lacerda (1912b) (SOUZA, SANTOS, 2012).

Os estudos iniciados a partir do projeto Unesco são aqui pensados como fatores definidores de uma nova maneira de discutir a questão racial brasileira. Não por acaso, para alguns autores, esses estudos determinaram uma outra forma de entender a questão das relações raciais, permitindo uma outra nomeação para essa problemática, ou seja, já não mais tratar-se-ia de “democracia racial”, mas sim de “racismo à brasileira” (Telles, 2003) ou o “mito da democracia racial” (GUIMARÃES, 2002 apud SCHUCMAN, **MARTINS**, 2017, p. 177).

Durante a década de 1970, verifica-se uma mudança nos estudos de raça e racismo no Brasil, o trabalho do sociólogo Hasenbalg (1979) aparece como um marco dentro dos estudos sobre relações raciais no país, posto que o autor, de certa forma, abriu um leque de possibilidades e de estímulos às outras pesquisas na área de educação, mercado de trabalho, mobilidade social e formação da classe média negra.

Além disso, pode-se afirmar que, assim como as conclusões realizadas pelo projeto da UNESCO, Carlos Hasenbalg desmonta a compreensão e afirmação de que, no Brasil, haveria uma democracia racial, ou seja, afirma que as desigualdades raciais não corresponderiam, apenas, como produto do sistema escravocrata, mas sim como produto de uma sociedade racista e discriminatória naquele momento.

Hasenbalg demonstra como, através de mecanismos racistas, negros nascidos na mesma condição social que brancos tem menores possibilidades de ascensão social, além de sofrerem uma desvantagem competitiva em todas as fases da sequência de transmissão de status (SCHUCMAN, **MARTINS**, 2017, p. 178).

Neste sentido, os estudos referentes ao campo da Psicologia passam a compreender a raça como construto social, ou seja, passa a pensar e a visualizar o fenômeno racial do ponto de vista psicossocial e não mais psicologizante, haja vista que não localizam, no sujeito discriminado, a responsabilidade pela discriminação racial que vive diariamente, e sim nas relações e nas estruturas de poder entre diferentes grupos.

Cabe pontuar que este movimento de compreender a raça como e enquanto construção social não aconteceu somente ou pela via da academia, mas teve forte influência do movimento negro brasileiro. Haja vista que o movimento negro, através de muita luta e resistência, passa a ressignificar e politizar afirmativamente a noção de raça, entendendo-a como potência de emancipação (**GOMES**, 2017), e não como uma regulação conservadora. Neste sentido, ao ressignificar o termo raça, indaga-se, automaticamente, a história do Brasil e da população negra.

Assim como a autora **Nilma Lino Gomes** e outros autores e autoras, parto da premissa de que os movimentos sociais e, principalmente, o Movimento Negro, ao agir social e politicamente, reconstrói identidades, realidades e traz indagações, ressignifica e

politiza conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social. Ou seja: constrói conhecimentos, logo não é somente a academia que produz, constrói e reproduz conhecimento:

Por menos que conte a história
 Não te esqueço meu povo
 Se **Palmares** não vive mais
 Faremos **Palmares** de novo¹⁰.

Toda ação é, também, formação de saber e de experiência, sendo assim, torna-se possível afirmar que não existe conhecimento sem práticas e atores sociais. Portanto, o movimento negro é entendido como sujeito político produtor e produto de experiências sociais diversas que ressignificam a questão étnico-racial em nossa história, é reconhecido, neste estudo, como sujeito de conhecimento (GOMES, 2017).

Uma vez que, neste momento da década de 1960 a 1990, o movimento negro e de psicólogos/as em sua maioria negros/as passa a cobrar uma postura crítica e a prestar conta das lacunas em sua produção no que tange os estudos das relações raciais. Em relação ao movimento negro, cabe contextualizar, brevemente, a sua história, bem como constituição, pois este resgate está interligado com a história da Psicologia e das relações étnico-raciais e a Psicologia enquanto ciência e profissão.

Figura 04: Movimento Negro Unificado



Fonte: Criador: Foto: Jesus Carlos/Imagemglobal.

¹⁰ 4. **José Carlos Limeira Marinho Santos** nasceu em Salvador, no dia primeiro de maio de 1951. Exerce, atualmente, o cargo de Chefe do Cerimonial da UNEB. Escreve e publica contos, artigos, crônicas e poemas desde os anos setenta, tendo trabalhos traduzidos para vários idiomas. Os fragmentos do poema “Quilombos” estão no livro *Atabaques*, 1979, publicado em parceria com o poeta carioca Éle Semog.

Segundo **Domingues** (2007), é possível dividir a história política do movimento negro em três fases principais. A primeira faz o que, hoje em dia, chamamos de Movimento Negro e se deu entre a Primeira República ao Estado Novo (1889 a 1937), em que diversas entidades foram criadas, como clubes negros, jornais escritos por e para negros, comunidades e grêmios. A entidade que mais se destacou foi a Frente Negra Brasileira (FBN), criada em 1936, desenvolveu várias ações combatendo a discriminação racial, como, por exemplo, a criação de escolas voltadas especificamente para a população negra.

Figura 05: Imagem de militantes da Frente Negra Brasileira em uma delegação da entidade (local não identificado)¹¹



Fonte: BBC News Brasil em São Paulo.

Um segundo momento foi entre a Segunda República e a ditadura civil militar (1945 – 1964). Dessa época, um dos principais agrupamentos foi a União dos Homens de Cor, também intitulada Uagacê ou, simplesmente, UHC, foi fundada por João Cabral Alves, em Porto Alegre, em janeiro de 1943. Já no primeiro artigo do estatuto, a entidade declarava que sua finalidade central era “elevar o nível econômico, e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades” (**DOMINGUES**, 2004, p. 108).

Ainda de acordo com **Domingues** (2004), na segunda metade da década de 1940, abriram-se algumas filiais em, pelo menos, 10 Estados da Federação (Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e

¹¹ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53000662>>.

Paraná), estando presente em inúmeros municípios do interior. Somente no Estado do Paraná, a UHC mantinha contato com 23 cidades em 1948. Em linhas gerais, sua atuação era marcada pela promoção de debates na imprensa local, publicação de jornais próprios, serviços de assistência jurídica e médica, aulas de alfabetização, ações de voluntariado e participação em campanhas eleitorais.

O Teatro Experimental do Negro (TEM) também marcou história, surgindo em meio a um período de governo autoritário o Estado Novo. Fundado no Rio de Janeiro, em 1944, tinha **Abdias do Nascimento** como a sua principal liderança.

Segundo CFP (2017), O TEN teve, como alicerce, três eixos afirmativos: **o do resgate e fortalecimento da identidade cultural negra africana; do poder negro e a luta pela liberdade dos povos africanos colonizados e do diálogo interétnico entre diferentes povos**. Com a palavra, **Abdias do Nascimento** (apud NUNES, 2021, p. 18):

[...] Pretendi organizar um tempo de ação que a um tempo tivesse significação cultural, valor artístico e função social. [...] de início, havia a necessidade do resgate da cultura negra e seus valores, violentados, negados, oprimidos e desfigurados [...] O negro não deseja a ajuda isolada e paternalista, como um favor especial. Ele deseja e reclama um status elevado na sociedade, na forma de oportunidade coletiva, para todos, a um povo com irrevogáveis direitos históricos. [...] abertura de oportunidades reais de ascensão econômica, política, cultural social, para o negro respeitando-se sua origem africana.

Além disto, cabe pontuar que o TEN foi de suma importância na luta internacional contra o colonialismo, o imperialismo e o racismo. Sua proposta original era formar um grupo teatral constituído, apenas, por atores negros, mas, posteriormente, o TEN adquiriu um caráter mais amplo:

Publicou o jornal Quilombo, passou a oferecer curso de alfabetização, de corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro Brasileiro; promoveu a eleição da Rainha da Mulata e da Boneca de Pixe; tempo depois, realizou o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro, com repercussão na opinião pública (DOMINGUES, 2004, p. 108).

A atuação do Movimento Negro também se deu nos fóruns de políticas educacionais, por exemplo, a reivindicação no início do século XX para inclusão de negros e negras nas escolas públicas. A inclusão da discussão sobre a raça no processo de tramitação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a saber, a lei 4.024/61 (GOMES, 2017).

Com o golpe militar de 1964, verificou-se uma desarticulação e uma coalização de forças no que tange o combate e o enfrentamento do preconceito de cor, sendo assim,

a discussão acerca da questão racial foi praticamente excluída. A centralidade racial só foi retomada apenas na nova LDB (Lei 9.394/96) com a inclusão dos artigos 26-A e 79-B pela lei 10.639/03 (GOMES, 2017).

O terceiro momento foi marcado pelo surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978. Momento este em que o movimento se passou a construir discursos radicalmente contra o racismo e a favor de uma melhor qualidade de vida para a população negra, visando o estabelecimento de uma identidade étnico-racial específica do negro.

A partir dos anos de 1980, com a redemocratização do país, o movimento negro passa a lutar e a reivindicar políticas públicas de educação, não mais de caráter universal, posto que as políticas existentes não chegavam e não atendiam a população negra. Logo, é neste momento que se passa a discutir e falar sobre ações afirmativas. Ano de 1990, com muitas transformações nas esferas da política, economia e cultura, verifica-se inúmeras reformas constitucionais possibilitando novos olhares e projetos frente à temática racial.

Em 1995, dia 20 de novembro, aconteceu a **Marcha Zumbi dos Palmares**, que reuniu cerca de 30 mil pessoas em Brasília, para reivindicar e entregar um documento no qual o movimento negro pontuava a necessidade e a urgência de criações de políticas públicas e de promoção da igualdade. A trajetória desse movimento vem se caracterizando pelo dinamismo, pela elaboração e reelaboração, em cada conjuntura histórica, de diversas estratégias de luta a favor da integração do negro e erradicação do racismo na sociedade brasileira.

Figura 06: Marcha Zumbi dos Palmares 1995 em Brasília



Fonte: Memorial da Democracia.

Em 2001, o Brasil participou da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância em Durban, África do Sul, nela, se estabeleceu como prioridade e dever:

(a) Adoção de medidas reparatórias às vítimas do racismo, da discriminação racial e de formas conexas de intolerância, por meio de políticas específicas para a superação da desigualdade; (b) Criação de um fundo de reparação social gerido pelo Governo e pela sociedade civil destinado a financiar políticas de cunho inclusivo no âmbito da educação; (c) Proposição de emenda ao art. 45 da Lei de Licitações Públicas, de modo a possibilitar que, uma vez esgotados todos os procedimentos licitatórios, configurando-se empate, o critério de desempate, definido até então por sorteio, fosse substituído pelo critério de maior presença vertical de negros(as), homossexuais e mulheres no quadro funcional dos licitantes; (d) Adoção de cotas ou outras medidas afirmativas que promovam o acesso dos negros às universidades públicas (CFP, 2017, p. 65/66).

Segundo **Gomes** (2017), a partir dos anos 2000, o movimento negro intensificou ainda mais o processo de ressignificação e politização da raça, por exemplo, no ano de 2003, houve a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Diversas universidades públicas passaram a adotar medidas de ações afirmativas como forma de acesso, em especial, as cotas raciais.

No que diz respeito aos planos acadêmicos, no ano 2000, foi fundada a **Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN)**, uma organização sem fins lucrativos e apartidária, que se destina à defesa da pesquisa acadêmico-científica e/ou espaços afins e realizada, prioritariamente, por pesquisadores/as negros/as, sobre temas de interesse direto das populações negras no Brasil e de todos os demais temas pertinentes à construção e à ampliação do conhecimento humano e, igualmente, ao desenvolvimento sócio político e cultural da sociedade. A ABPN também é responsável pelo Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (Copene), o qual se encontra em sua 11ª edição (2020).

Em 2003, foi sancionada a Lei 10.639/03, incluindo os artigos 26-A e 79-B da LDB e tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas dos ensinos Fundamentais e Médio. Em 2008, essa lei foi, novamente, alterada pela Lei 11.645/08, com a inclusão da temática indígena.

Os/as intelectuais negros/as fundaram vários Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs), sobretudo, a partir da década de 1990. Os NEABs são núcleos compostos de pesquisadores e pesquisadoras, em sua maioria negros/as, que tematizam a diversidade étnico-racial e realizam ações de ensino, pesquisa e extensão voltados para a mesma (**GOMES**, 2017).

Nesta perspectiva, é de suma importância pontuar que o Movimento Negro ressignifica e politiza a raça, compreendendo-a como construção social. Como afirma **Gomes** (2017), ele reeduca e emancipa a sociedade, a si próprio e ao Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a diáspora africana.

Pode-se afirmar que trazer a temática racial para o campo da Psicologia enquanto ciência e profissão tem sido uma tarefa árdua de Psicólogos/as negros/as de diferentes regiões do Brasil. Ainda mais diante de uma realidade da qual Coimbra (1995) nos ensinou: **A Psicologia Guardiões da Ordem ou Desordem?**

O Presidente da República, João Belchior Goulart, promulga, em 27 de agosto de 1962, a Lei nº 4.119. É o primeiro diploma legal específico sobre Cursos de Formação de Psicólogos, sendo assim, a partir desta lei, a Psicologia passa a se configurar como Profissão no Brasil. Sabemos que, historicamente, a Psicologia brasileira posicionou-se como cúmplice do racismo, isto é, produzindo e reproduzindo conhecimentos que legitimassem o racismo, bem como validassem, cientificamente, estereótipos infundados por meio de teorias eurocêntricas discriminatórias (SOARES, 2010).

Durante a década de 1990, surgiram duas organizações não governamentais do Movimento Negro que foram fundamentais para o direcionamento das discussões de cunho político-jurídico e psicológico sobre racismo, igualdade racial, sexismo e igualdade de gênero no Brasil. O Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), criado em 1990, e o Instituto Amma Psique Negritude, instituído em 1995.

De acordo com o site AMMA, sob direção e presidência de **Maria Lúcia da Silva**, o Instituto AMMA Psique e Negritude é uma organização não governamental, cuja atuação é pautada pela convicção de que o enfrentamento do Racismo, da Discriminação e do Preconceito se faz necessariamente por duas vias: politicamente e psiquicamente. Foi fundado, em 1995, por um grupo de psicólogas, ativistas, comprometidas e familiarizadas com o enfrentamento político e que constatou que, somente, a via política não era suficiente. Desde então, o instituto tem buscado, por meio de formação e prática clínica, identificar, elaborar e desconstruir o racismo e seus efeitos psicossociais.

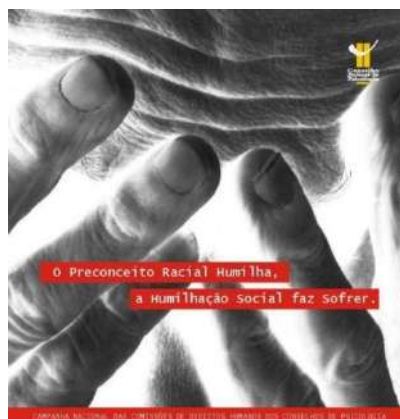
Por sua vez, o CEERT é composto por juristas, educadores, sociólogos, assistentes sociais e gestores de pessoal, os quais fazem diagnósticos, elaboram e implementam programas de promoção da igualdade racial em sindicatos, empresas, escolas e órgãos públicos. Fundado por três negros: a Psicóloga e atual coordenadora **Maria Aparecida da Silva Bento**, o advogado **Hélio Silva Júnior** e **Ivair Augusto Alves Santos**, químico de formação e doutor em Sociologia (CFP, 2017).

Além destas duas organizações situadas no Estado de São Paulo, Pernambuco e Bahia também entraram em cena, por meio das ações realizadas pelo Observatório Negro, sob direção de **Maria de Jesus Moura** e pelo psicólogo social Marcus Vinícius de Oliveira Silva¹², que, formalmente, como membro do CFP, buscou, junto com o Movimento Negro organizado, institucionalizar a temática no CFP.

No ano de 2001, na 4^o Edição do Congresso Nacional de Psicologia (CNP), em Brasília, foram aprovadas as primeiras teses com o recorte racial, este foi um momento de suma importância, pois é significativo dar visibilidade nacional e regional à temática dentro dos sistemas conselhos, posto que o CNP funciona como uma instância deliberativa para a gestão do Sistema Conselhos.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), em 2002, junto com a Comissão Nacional de Direitos Humanos, lançou a campanha **O Preconceito Racial Humilha, A Humilhação Social faz sofrer**, que propôs, pela primeira vez, um debate nacional sobre o racismo no âmbito do Sistema Conselhos.

Figura 07: Campanha Nacional das comissões de direitos humanos dos conselhos de Psicologia, 2002



Fonte: Conselho Federal de Psicologia.

Como resultado dessa reflexão, o CFP publicou, em 2002, a Resolução nº18/2002, que estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação ao preconceito e à discriminação racial.

Neste mesmo ano, foi realizado um compilado de artigos sobre o tema e, pela primeira vez, a revista *Psicologia: Ciência e Profissão* publicou um número especial sobre *Relações Raciais*. Em 2019, a mesma revista publica uma edição especial: *Psicologia, povos e comunidades tradicionais e diversidade etnocultural*.

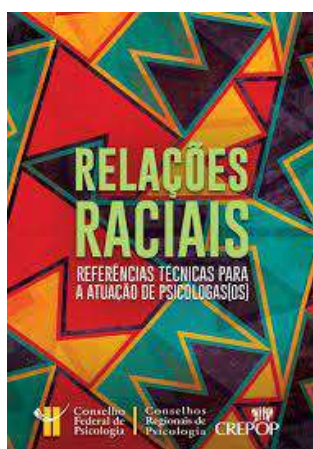
¹² Marcus Vinícius foi assassinado no povoado de Pirajuía, município de Jaguaripe, no Recôncavo baiano, e as circunstâncias de sua morte não foram desvendadas até hoje.

Segundo CFP (2017), no ano de 2008, um grupo de psicólogas(os), pesquisadoras(es) da temática racial e ativistas de organizações do Movimento Negro, e com o apoio do Sistema Conselhos de Psicologia, organizou o I Encontro Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) sobre Relações Raciais e Subjetividades (IPSINEP), ocorrido em outubro de 2010. Tendo sua segunda edição em 2014 e a terceira prevista para 2022.

Outro importante desdobramento foi a criação da Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) – ANPSINEP, que tem, como missão, “Articular a produção de conhecimento e a ação política, no campo da Psicologia, sobre o impacto do racismo na construção das subjetividades e nas relações raciais, bem como garantir que o tema das relações raciais esteja, de fato, na agenda (CFP, 2017).

No ano de 2017, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) lança à categoria e à sociedade, o documento *Relações Raciais: Referências Técnicas para a Prática da(o) Psicóloga(o)*, elaborado no âmbito do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).

Figura 08: *Relações Raciais: Referências Técnicas*



Fonte: Conselho Federal de Psicologia.

Em 2018, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) promoveu o seminário “Todo racismo é uma forma de violência: reflexões sobre o racismo, políticas públicas e Direitos Humanos”, iniciativa do Grupo de Trabalho da Assembleia de Polícias e Administração Financeira (APAF), para evidenciar a Resolução CFP nº 018/2002, que estabelece normas de atuação para profissionais da Psicologia em relação ao preconceito e à discriminação racial.

Figura 09: Campanha Conselho Federal de Psicologia lançada em 2018



Fonte: Conselho Federal de Psicologia.

Em 2019, aconteceu o 10º Congresso Nacional da Psicologia (CNP). O CNP é a instância máxima de deliberação do Sistema Conselhos de Psicologia. As diretrizes devem nortear as próximas gestões do CFP e dos CRPs nos próximos três anos. Durante o 2º dia, houve uma intervenção “Vidas Negras Importam” em resistência a atos e ações racistas e em combate ao racismo e ao extermínio da população negra.

Em 13 de Março de 2020, o Conselho Regional de São Paulo CRP-06, através da comissão História e Memória, realizou um evento em Homenagem à Virginia Leone Bicudo, uma vez que esta contribuiu, de forma intensa, para a consolidação da Psicanálise no Brasil e foi a primeira pessoa a ser reconhecida como psicanalista sem possuir formação médica no Brasil, além de ser uma pioneira no estudo das relações raciais e do racismo. Evento nomeado como: **Virginia Leone Bicudo: uma história de luta, resistência e pioneirismo**, mediado por Maria da Gloria Calado e composto por: **Isildinha B. Nogueira**, Milena Cristina, **Clélia Prestes** e Gabriela Alvim.

Em 2021, o Conselho Federal de Psicologia lançou o Prêmio Profissional Virgínia Bicudo, como forma de enaltecer o pioneirismo e a valiosa contribuição para a Psicologia brasileira. A iniciativa pretendeu fomentar a divulgação de estudos e ações exitosas no campo e em sua interface com as questões raciais. O prêmio teve, como objetivo, identificar, valorizar e divulgar estudos e ações de psicólogas(os) e coletivos que envolvam a Psicologia e as Relações Étnico-Raciais fundamentadas nos Direitos Humanos e que tenham impacto na saúde mental, na redução das desigualdades sociais e no posicionamento antirracista.

Com a Pandemia da COVID-19, pode-se observar uma série de campanhas realizadas por diversas instituições de ensino, conselhos, órgãos, coletivos e associações em prol da divulgação do saber do povo negro. Durante a pandemia, os nomes de **Virgínia Leone Bicudo**, **Neusa Santos Souza**, **Isildinha Baptista Nogueira** e **Maria Aparecida Silva Bento** estiveram presentes conosco todos os dias. Por mais doloroso que foi, e que está sendo, este processo de isolamento social, e das inúmeras lições que estamos tendo que aprender, aqui, talvez, caiba dizer que o que estamos vivendo é um futuro possível, e não mais distante. Ele está aqui no Presente.

Uma vez que o saber dessas intelectuais negras, que estiveram conosco ontem, estão, hoje, e estarão mais vivos no amanhã, tendo em vista que o processo histórico é contínuo, mas não linear. Não é uma linha reta, muito ao contrário, possui idas e vindas, desvios, avanços e recuos, inversões etc. Todos os acontecimentos presentes possuem relações com os fatos passados, todas as chamadas rupturas históricas não acontecem da noite para o dia e, sim, são lentamente preparadas (BORGES, 1987).

Após a aprovação da Lei nº 4119 de 27, de agosto de 1962, bem como a aprovação do parecer “403, elaborado pelas Comissões de Ensino Superior e de Legislação e Normas do Conselho Federal de Educação, que trata do currículo mínimo e da duração do curso de Psicologia” (BAPTISTA, 2010, p. 187), a formação em Psicologia começou a se fazer presente. Naquela época, por exemplo, os cursos de Bacharelado e Licenciatura na área tinham duração de quatro anos e o Currículo Mínimo previa as seguintes matérias: 1) Fisiologia, 2) Estatística, 3) Psicologia Geral e Experimental, 4) Psicologia do Desenvolvimento, 5) Psicologia da Personalidade, 6) Psicologia Social e 7) Psicopatologia Geral (ESPINHA, 2017).

E, para o diploma de psicólogo/a, o que levaria o curso para uma duração de cinco anos era exigir, no mínimo, 500 horas de estágio supervisionado e as disciplinas: 8) Técnicas de Exame Profissional e Aconselhamento Psicológico e 9) Ética Profissional, além de 10) mais três das seguintes opções: Psicologia do Excepcional, Dinâmica de Grupo e Relações Humanas, Pedagogia Terapêutica, Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem, Teorias e Técnicas Psicoterápicas, Seleção e Orientação Profissional e Psicologia da Indústria (ESPINHA, 2017).

A atuação da/o profissional, segundo o Currículo Mínimo, se restringia a quatro áreas: magistério, clínica, escola e trabalho. As disciplinas dos currículos, inicialmente, tinham, como prioridade, as áreas de psicodiagnóstico, psicoterapia e avaliação psicológica. Foram mantidas assim até a década de 70 e estavam significativamente

presentes no período da ditadura militar (BRASILEIRO; SOUZA, 2010; ESPINHA, 2017).

E, neste contexto, podemos observar que a formação e a atuação se restringiam a uma visão “moral” ou “médica” da saúde. Era preciso ajustar o desajustado, bem como os corpos carentes, posto que tais tipos de intervenções, de acordo com Coimbra (1999), foram fundamentais para amparar o regime ditatorial da época, e, ainda hoje, práticas com o viés cientificista continuam promovendo exclusões sociais. Desta forma, a Psicologia formava: **Psicólogos e Psicólogas Guardiões da Ordem**.

Uma vez que: A ordem, a lei e a família precisavam ser restauradas, pela análise psi, pela internação ou pela força policial. Coimbra (1995) chama a esses especialistas de guardiões da ordem. Enquanto faziam apenas o seu trabalho, resguardavam os interesses do capital estrangeiro em manter sob controle mais um país da América Latina.

Pois bem, assim a Psicologia brasileira se estruturou por um discurso da neutralidade e da constituição e afirmação de que o “homem” se autodetermina e se autodesenvolve, isto é, a ideia de uma pessoa apriorística que teria seu desenvolvimento previsto pela sua própria condição de sujeito (BOCK, 1999). Logo, este “homem” encontra-se inserido em um contexto que independe da sua existência, uma vez que este “homem” já nasce pronto, em outras palavras, o sujeito carrega, em si, a sua própria essência e *natureza humana*.

Contudo, acreditar que indivíduos se autodesenvolvem e se autodeterminam acaba por colocar os sujeitos em um lugar de culpabilização e responsabilização dos seus problemas, esquecendo-se, desse modo, dos aspectos sociais, uma das esferas que compõem a vida. Essa concepção, aliada ao racismo camuflado, impede visibilizar os efeitos psicossociais do racismo e, conseqüentemente, na construção de outras narrativas e formas de ser-estar. Portanto, toda dissidência deveria ser reprimida, enquanto, nos divãs confortáveis, se falava dos sonhos, da sexualidade, do desejo, dos conflitos emocionais, da infância e de papai e mamãe (MATTAR, 2020).

Os que lutavam e ainda lutam por um estado democrático de direito eram alocados, demarcados e considerados como corpos desviantes e ideologistas, como fui chamado por um professor, que afirmou que eu estaria fazendo *ideologia de raça* na sala de aula.

Isso me faz pensar no que **Bento** (2002) e Enriquez (1997) chamam a atenção, posto que as instituições são profundamente marcadas por ideologias, embora muitos as neguem categoricamente. Com isto, a ideologia sempre designa alguns como irmãos, com os quais há que trabalhar na grande obra e na reconciliação humana, e outros como

estrangeiros, adversários ou inimigos. Justamente essas são as características que revelam como a ideologia cumpre uma função psíquica essencial: ela mobiliza desejos, afetos e incentiva a libido. Ela se refere às identificações profundas e ao que podemos chamar de *posição paranoica* (BENTO, 2002), pois permite a cada um desembaraçar-se de suas pulsões arcaicas virulentas ao encontrar adversários e inimigos, considerados como perseguidores que devem ser aniquilados ou convertidos.

Deste modo, a gama de traços negativos que caracterizam os corpos dissidentes, neste caso, o corpo de um professor negro corresponde a noções como: invasor, arrogante, produtor de ideologias. Nesse sentido, a identidade racial é profundamente ideológica, porque auxilia a identificação de quem são o “eles” e quem são o “nós”. Sobre o “eles”, ficará depositado o pior do “nós” e esse pior do “nós” justificará a rejeição, a preterição, a exclusão.

1962; 1970; 1980; 1990; 2000; 2010; 2020; 2021; 2022

Então, a Psicologia passou a se afirmar como saber e prática de afirmação da necropolítica (OLIVEIRA, BALIEIRO, SANTOS, 2020).

2022, 2021, 2020, 2010, 2000, 1990, 1980, 1970, 1962

Santana, Daltro e Castelarm (2018) questionam: Em que medida a presença ou ausência do tema das relações raciais, na formação acadêmica, impactam a prática profissional de psicólogas brancas? Quais ações na formação podem ser adotadas com vistas a sensibilizar uma profissão de maioria branca e que invisibiliza discussões relativas às relações raciais, relações de poder e o sofrimento psíquico oriundo do racismo?

Uma vez que, mesmo quando a Psicologia se propõe, ou se propôs a criticar o seu próprio campo teórico, epistemológico, metodológico e prático, não raro, o desencontro com a temática étnico-racial se fez presente. “Tal como podemos ver nos movimentos que instituem o campo da psicologia escolar crítica (PATTO, 1987; 1999) e da psicologia institucional” (FERNANDES, ROZENOWICZ, FREITAS, & FERREIRA, 2003; Guirado, 2009 apud OLIVEIRA, BALIEIRO, SANTOS, 2020, p. 97).

Portanto, algumas práticas revestidas de neutralidade e, até mesmo, de criticidade, muitas vezes, ainda perpetuam a discriminação que se estende há séculos. Principalmente quando pensamos nas crianças e adolescentes negras e negros nas escolas, que têm seus

destinos traçados por meio da emissão de diagnósticos feitos por profissionais da Psicologia, atestando deficiências intelectuais, transtornos de conduta e outras “patologias” que eram – e para muitos profissionais ainda são – exclusivas da população negra (ESPINHA, 2017).

Haja vista que há segmentos da Psicologia que continuam corroborando e produzindo lógicas do cuidado assentados no cis-tema colonial racista, bem como afirma PATTO (2006, p. 15), há, ainda, uma concepção naturalista de indivíduo, ou seja, a “[...] crença de que pobres e não-brancos são inferiores intelectual e moralmente permanece”.

Sendo assim, pode-se afirmar que desconsiderar temas como racismo, desigualdade e exclusão é perpetuar a violência contra quem sofre com isso. Pode-se dizer que há um caráter nas sociedades ocidentais que tem enraizado, tanto nas consciências dos dominados como nas dos dominadores, sofisticados mecanismos automáticos de controle e submissão, que dispensam os instrumentos que permitem a negociação propriamente grupal (MOORE, 2007).

Como é o caso da sociedade brasileira que, de modo geral, considera-se pacífica e ordeira, justamente pelo fato de não levar em conta os diversos tipos de desigualdades, o racismo, a intolerância, a corrupção e o sexismo como formas de violências. Com isso, a produção de discursos sobre a própria violência é violenta, já que ignora que o lugar efetivo de sua produção é a estrutura social (CHAUÍ, 2000).

Se tais violências no Brasil são estruturais, as discussões a respeito delas necessitam ser centrais na formação em Psicologia. É mais do que preciso descolonizar esse e tantos outros saberes. E, aqui, cabe pontuar que descolonizar exige que formemos conceitualmente, politicamente, epistemologicamente, subjetivamente os psicólogos e psicólogas que estão nos campos de atuações que, também colonizados, vivem o adoecimento da impossibilidade de ser e acabam por reforçar a cultura assimilada (OLIVEIRA, BALIEIRO, SANTOS, 2020).

Afinal, descolonizar não deve ser apenas um adjetivo bonito e da moda. Mas por onde começar? Provavelmente não se tem uma única resposta, contudo, uma sugestão? Começando pelo Projeto político-pedagógico (PPP).

O projeto político-pedagógico, também chamado de PPP, se refere a um documento que definirá diretrizes, metas e métodos para que a instituição de ensino consiga atingir os objetivos a que se propõe. O PPP visa melhorar a capacidade de ensino, bem como define a identidade da escola, por exemplo, e indica caminhos para ensinar com qualidade.

De modo geral, pode-se dizer que é projeto porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período. É político por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir. E, por fim, é pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Pois bem, o PPP funciona como um guia para as ações a serem desenvolvidas na instituição. No entanto, por décadas, a Psicologia como ciência e profissão, de certo modo, desconsiderou questões relacionadas aos marcadores étnico-raciais, favorecendo a construção e manutenção de um conhecimento branco-ocidental marcado por um conhecimento universal, oriundo das particularidades branco-europeias que toma o local como global.

Contudo, de acordo com a proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais, os cursos de Graduação em Psicologia contemplam uma formação ampla do/a psicólogo/a, respeitando a multiplicidade de suas concepções teóricas e metodológicas, originadas em diferentes paradigmas e modos distintos de compreender a ciência, mas, em planos de **diversidade**, quais aparecem nos currículos e nas práticas?

Tatiana Gomez Espinha nos responde tal indagação em sua Tese de Doutorado intitulada: “A temática racial na formação em Psicologia a partir da análise de Projetos Político-Pedagógicos: Silêncio e ocultação”. No qual, segundo a autora, os PPPs raramente abordam temas que evidenciam contradições, sobrepondo discussões a respeito da diversidade, inclusão e etnia. “Se esses assuntos não vêm acompanhados daqueles que evidenciam as contradições, como por exemplo a questão da desigualdade, as referências feitas mantêm a circulação da ideologia da democracia racial” (ESPINHA, 2017, p. 219).

É possível notar esse fato nos próprios PPPs que, embora apresentem um discurso diferente dos modos tradicionais de pensar e fazer a Psicologia, ao serem analisados com maior profundidade, apresentam elementos significativamente parecidos com aquilo que criticam (ESPINHA, 2017, p. 213).

Deste modo, é possível pensar que o silêncio sobre temas tão caros à Psicologia, como o próprio racismo que ela ajudou a legitimar, no contexto da formação, pode ocorrer por diversos motivos. Os PPPs apontam a necessidade dos cursos se repensarem de maneira mais estrutural e não somente no âmbito do conteúdo de uma ou outra disciplina que, grande parte das vezes, é aquela que faz interface com a Psicologia (ESPINHA, 2017).

Neste contexto, questiona a autora, de que adianta ofertar uma disciplina de Antropologia que aborda o racismo em um subitem, se as e os docentes, de Psicologia, não percebem que a grande maioria das suas alunas e colegas de trabalho são brancas, por exemplo? Ao nos colocarmos diante do compromisso social que a Psicologia nos convoca, é necessário rever-nos constantemente, e esse engajamento é significativo ao ponto de não permitir ambiguidades. Nessa situação, já não podemos mais atuar como atuamos e nem permanecer mais como estamos (FREIRE, 2005).

Bem como nos lembra **Fanon** (1968), a descolonização é um processo lento, mas é um movimento que não necessariamente será feito de maneira amigável. É preciso continuarmos caminhando e lutando para produção de desordens produtivas, pois os projetos são escritos por pessoas que lançam mão de visões de mundo, teorias e concepções que as impregnam. Faz-se história com isso.

Espinha (2017) aponta que é necessário rever-nos enquanto ciência e profissão, e, para isso, é imprescindível que nos voltemos continuamente à nossa história, pois é a partir dela que decidimos para onde vamos seguir. Assim como é de suma importância considerar os PPPs, pois eles registram momentos importantes da história da formação em Psicologia no Brasil, bem como foi possível perceber com a análise presente nesta pesquisa.

Chauí (2000) comenta que, quando a dita “desordem” é percebida, passa a ser sentida como ameaça. Podemos citar um exemplo, no qual diz respeito a repressão policial aos movimentos sociais e de resistência, sobretudo, contra os corpos negros.

Portanto, mais do que urgente, assim como **Mbembe** (2014/2019) reflete, em uma obra chamada “Sair da Grande Noite – ensaios sobre a África Descolonizada”, é preciso sair da Grande noite, título que nos provoca e que retoma Fanon quando este nos convoca à emergencial necessidade de que saíamos da noite da colonização/descolonização e de tudo aquilo que ela produziu, principalmente a coisificação do negro.

Sair da grande noite também é sair da neutralidade que a ordenança cobra e se perceber opressora. É ouvir novas teorias, com outras cosmovisões, que subvertem nossas lógicas. É nos dar conta de que isso é um começo para uma mudança mais radical nos processos de formação (ESPINHA, 2017).

“Se você esquecer, não é proibido voltar atrás e reconstruir”¹³

Isis Aparecida da Conceição (2020)¹⁴ diz que histórias de indivíduos devem ser ouvidas, alinhando-se com essa construção ancestral de que o viver a vida implica em acúmulo de saberes e, portanto, ouvir os episódios da vida de mais velhos é fonte de sabedoria e de aprendizado. Além disso, reconhecer narrativas no espaço da academia permite que não somente o que foi lançado em livros, de acordo com o modelo hegemônico de percepção de saber, seja reconhecido como sabedoria.

Historicamente, corpos negros foram lidos e descritos como corpos violentos, corroborando a linguagem sobre a nossa história e sobre nossos corpos corresponder a uma linguagem da dor, desgraça, morte e violência. Como você, leitor e leitora, já pode perceber, falamos e falarei disso, também, ou seja, falarei de dor, tristeza e de violência. Mas, nas próximas laudas, também falarei sobre a potência da vida.

A partir do resgate de quatro autoras negras, poderei apresentar e falar de uma Psicologia Brasileira Antirracista e suas possibilidades em uma sociedade que hierarquiza opressões, vidas e saberes. Pois bem, que possamos seguir com este mapa em mãos na busca do nosso destino e, para isso, é necessário que estejamos imersos na esperança.

¹³ Sabedoria dos Povos Asante - África Ocidental.

¹⁴ **CONCEIÇÃO ISIS, A.** Bibliotecas em chamas: réquiem ao não epistemicídio de um intelectual. *Carta Capital*, 2020.

ROTA 01

Biografia de quatro intelectuais negras: e suas implicações para o saber da Psicologia

A crescente visibilidade das mulheres negras intelectuais em faculdades, universidades e espaços semelhantes de produção do conhecimento no Brasil reflete décadas de lutas contínuas e árduas empreendidas de forma individual por mulheres negras, não apenas para levar novas ideias e conhecimentos já existentes, como também para redefinir a própria natureza do trabalho intelectual (COLLINS, 2019, p. 19)⁶.

⁶ Patricia Hill Collins no prefácio do livro – Intelectuais Negras Brasileiras horizontes políticos de Ana Cláudia Jaquetto Pereira.

Figura 10: Virgínia Bicudo, data desconhecida



Fonte: Acervo ABA - AEL.

Virginia Leone Bicudo (1910 – 2003)

Quanto mais subimos nas classes sociais, tanto mais aumenta a consciência de cor e tanto maior o esforço despendido para compensar o sentimento de inferioridade. [...] Entretanto, a ascensão ocupacional não confere ao preto o mesmo *status* social do branco, consideradas as restrições demarcadas na linha de cor, ao passo que o mulato garante sua inclusão no grupo dominante, embora em sua personalidade permaneçam as consequências do conflito mental (BICUDO, 1945/2010, p. 160).

Dia 21 de novembro de 1910, nasce Virgínia Leone Bicudo. Neta de escravos e imigrantes italianos, ao longo de seus 93 anos de vida, Virgínia viveu em São Paulo toda sua infância e adolescência, sendo sua mãe, Giovanna Leone, imigrante italiana e seu pai, Theofilo Júlio Bicudo, descendente de escravos.

Theofilo era um jovem bastante ambicioso e que desejava ingressar na Faculdade de Medicina de São Paulo, contudo, encontrou a oposição de um professor que acreditava que aquele espaço não seria um local para negros/as (**GOMES**, 2014).

Nascido em Campinas, interior do estado de São Paulo, onde sua mãe Virgínia Júlio fora escravizada, morou e trabalhou na Fazenda Matto Dentro do Jaguari - na região onde atualmente se encontra o bairro rural Carlos Gomes - boa parte da sua vida, principalmente depois do desaparecimento da mãe enquanto ele ainda era menino. Esta fazenda de café pertencia ao Coronel Bento Bicudo, um dos maiores plantadores de café da região. Filho de uma família “quatrocentona”, sua fazenda era uma antiga sesmaria herdada pelos seus familiares. Sorocabano, foi educado no Colégio do Lageado, dirigido por Francisco de Paula Xavier de Toledo, escola dirigida à elite de Sorocaba e região. Grande parte de seus alunos eram filhos de membros da maçonaria. Nela também estudavam mulatos e alguns pretos filhos de escravizados, devido a orientação abolicionista de seu idealizador (**GOMES**, 2014, p. 44).

Ainda segundo **Gomes** (2014), o fato de não ter filhos fez com que Bento Bicudo e sua companheira Ursulina Engler apadrinhassem diversas crianças órfãs, negras e filhas de imigrantes que viviam em suas terras. Após a abolição da escravatura, Bicudo passou a empregar imigrantes italianos para trabalharem em suas terras.

Pietro Paolo Leone e Aggripina Leone chegaram na fazenda com três de seus quatro filhos, como explica Moretzsohn (2010), pois sua filha mais nova havia falecido no navio durante a vinda ao Brasil. Das crianças que sobreviveram, uma era Giovanna Leone, futura mãe de Virgínia. Bem jovem, ela começou a trabalhar como criada dentro da casa dos Bicudo. Lá conheceu Theofilo e, posteriormente, casou-se com ele. A fazenda contava com uma pequena escola (**GOMES**, 2014, p. 46).

Virgínia, Leone e Bicudo, três nomes que circulavam pelo mesmo espaço, no entanto, exercendo papéis distintos: o escravo, o imigrante o dono da fazenda. Virgínia Leone Bicudo recebeu o prenome da avó e os sobrenomes da mãe e do padrinho do pai.

A menina Bicudo aprendeu a gostar de música com o piano que o pai fez questão de comprar para os filhos. **Theóphilo** era um “preto metido” – tornou-se carteiro e gerente de uma agência dos correios – com a ajuda de Bento Bicudo que lhe conseguiu uma colocação. Vestia-se bem. Tinha orgulho de si e da família, era um homem correto, mas com um sonho frustrado: a medicina. Mesmo com uma das melhores notas do Ginásio do Estado, foi impedido por um professor de entrar na faculdade porque aquele não era um lugar para pretos. Na infância, Virgínia, dizia ser tratada como uma “negrinha pobre” e agredida constantemente pelos colegas da escola que a seguiam aos brados de

“negrinha, negrinha, negrinha” (Teperman, 2011). Apesar disso, gostava de estudar e era aplicada explica que isso era uma recomendação de seus pais “para evitar ser prejudicada e dominada pela expectativa da rejeição... por causa da cor da pele” (Haudenschild, s/d). Em 1930, no 5º. ano Mixto, ela se forma pela Escola Normal Caetano de Campos, onde pode ter acesso à oportunidades de estudos de uma classe social distinta da sua (Haudenschild, s/d) (GOMES, 2014, p. 48/49).

Virgínia Leone Bicudo foi a única mulher a obter o bacharelado em Ciências Políticas e Sociais em 1938, na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP). Acompanhou um curso de Lèvi-Strauss e, segundo depoimento, a socióloga e psicanalista diz ter optado por este curso para compreender melhor o fenômeno do preconceito racial: “Desde criança eu sentia preconceito de cor. Queria o curso de sociologia porque se o problema era esse preconceito, eu deveria estudar sociologia para me proteger do preconceito...” (BICUDO, 1994).

Figura 11: Virgínia Leone Bicudo



Fonte: Tese: “Segredos de Virgínia: Estudos de Atitudes Raciais em São Paulo” (1945-1955).

Segundo **Gomes** (2014), posteriormente, **Bicudo** desistiria da profissão de socióloga e se tornaria psicanalista, uma vez que havia buscado a sociologia para tentar compreender o seu sofrimento.

Então eu pensei que a sociologia iria me esclarecer sobre os motivos do meu sofrimento. ...e estando no curso, eu estava no segundo ano, pela primeira vez em minha vida eu ouvi falar de Freud, em sublimação e fatores internos. Então eu disse, bem, não é sociologia que eu tenho que estudar, eu tenho que estudar é psicanálise e Freud. (Depoimento de **Virgínia Leone Bicudo** ao Projeto Memória da Psicanálise, 1994 apud **GOMES**, 2014, p. 48).

Em 1945, **Virgínia** defendeu a primeira dissertação de mestrado sobre a questão racial no Brasil, sob a orientação de Donald Pierson, intitulada “Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo”.

Além da formação em Ciências Sociais e Psicanálise, Virgínia fez o curso de educação sanitária no Instituto de Higiene de São Paulo, em 1932. Após o curso, tornou-se funcionária da Diretoria do Serviço de Saúde Escolar do Departamento de Educação, onde tinha, como atribuição, dar aulas de higiene em escolas do Estado de São Paulo. Em 1945, tornou-se professora assistente da cadeira de higiene mental da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Figura 12: A Notável experiência de Virgínia Bicudo em "O Nosso Mundo Mental"



Fonte: SBPSP – Algumas notas sobre a trajetória de Virgínia Leone Bicudo.

Em 1949, Virgínia foi convidada para integrar a equipe do Projeto Unesco em São Paulo, que visava realizar diversas pesquisas sobre as relações raciais. O projeto era coordenado por Roger Bastide e Florestan Fernandes (BALIEIRO, 2016).

A profissão de educadora sanitária, além de dar independência financeira à Bicudo, fez com que ela começasse a circular, ainda mais, pela cidade. Se como professora ela iria ficar restrita à circulação no espaço de um determinado ambiente escolar, ao optar pelo trabalho como educadora sanitária, ela estava escolhendo circular pela cidade de modo distinto (**GOMES**, 2014).

No entanto, Virgínia, para além do pioneirismo, passou por diversos ataques e resistências, posto que adentrou em um espaço branco, masculinizado, burguês, como, por exemplo, o espaço da academia e o meio psicanalítico. Cabe pontuar que, naquela época, a Psicanálise não estava totalmente institucionalizada, conseqüentemente, argumentos contrários eram recorrentes, principalmente por parte de médicos da Faculdade de Medicina de São Paulo, em sua totalidade, brancos. Para Virgínia, isso se tornava mais intenso e difícil, posto que Virgínia se tornou a primeira Psicanalista não médica no Brasil.

De acordo com **GOMES** (2014), isso lhe valeu a acusação de charlatã em grandes eventos e em pequenos folhetos que eram distribuídos no centro de São Paulo com os dizeres: “Se eres neurótico e queres se tornar psicótico, procura a doutora Virgínia Bicudo. Se trate com a doutora Virgínia Bicudo!” (**Bicudo**, 1994 apud **GOMES**, 2014, p. 59).

[...] eu estava sentada e era a hora da Higiene Mental apresentar. Eu estava sentada e os médicos, todos de pé, todos gritando: “Absurdo! Psicanalistas não médicos!” Foi horrível! Olha que eu quase me suicidei por isso. Você ouvir outras pessoas dizendo: “Você é charlatã!” Ser chamada de charlatã publicamente! Ah! Você não fica de pé! Você vai para casa e quer morrer! (**BICUDO**, 1994).

Seus oponentes eram poderosos. Flamínio Fávero (1895-1982) foi um dos que comandou a ofensiva. Formado na primeira turma da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, ele logo tornou-se reconhecido como o principal pupilo de Oscar Freire e um dos mais diletos membros da Escola Nina Rodrigues. Médico legista, ele se tornou o primeiro diretor do Conselho de Medicina de São Paulo, além de ter sido presidente do Complexo Penitenciário do Carandiru. Dois meses antes do imbróglgio, os dois tinham participado juntos como professores do curso de Educação Sexual promovido pelo Sesi. Além dos gritos e panfletos, Flamínio atacou também pelos jornais: “tenho estudado em congressos realizados entre nós o problema do exercício da psicanálise por leigos. Estará certo este exercício? Defendo a tese contrária. (Folha da Manhã, 10/10/1954) (**GOMES**, 2014, p. 60).

De acordo com Balieiro (2016), nas décadas seguintes, Virgínia Bicudo continuou com o trabalho de divulgação e institucionalização da psicanálise no Brasil. Unindo-se ao crescente interesse na divulgação de atividades das instituições científicas, por intermédio

dos meios de comunicação, Virgínia, que tem uma grande facilidade de se expressar e comunicar, com paixão, o que pensa e sabe, se dedica a transmitir conhecimentos básicos que possam auxiliar pais e educadores na compreensão das necessidades emocionais da criança em seu desenvolvimento, através de um programa de rádio que comanda, chamado *Nosso Mundo Mental*, na Rádio Excelsior, onde orientava jovens casais, famílias e pais no reconhecimento e tratamento de suas neuroses.

Seu programa de rádio, em formato de novela, era um meio de expandir o conhecimento sobre a psicanálise, mas também de uma determinada psicanálise civilizatória, da qual não se pode extirpar um caráter político. Seja pela amplitude das pessoas que poderia alcançar por meio desse mecanismo, seja pela possibilidade de servir como “guia” de uma moderna conduta familiar, sexual, social, centrada no indivíduo que emerge dessa nova ordem (GOMES, 2014).

Com a mesma intenção, publica textos no jornal *Folha da Manhã*. Em 1955, publicou seu livro, *Nosso Mundo Mental*, baseado nos escritos para o jornal. Em 1954, **Virgínia** foi contratada pelo Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

Figura 13: Livro *Nosso Mundo Mental*



Fonte: (1) SBPSP – Algumas notas sobre a trajetória de Virgínia Leone Bicudo
 (2) Retirado do vídeo “Virgínia Bicudo e as Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo – Janaina Damasceno Gomes e Ana Paula Musatti Braga (2020).

Na introdução do seu livro, **Virgínia** diz:

O motivo que nos levou a escrever um livro sobre o ‘nosso mundo mental’ decorre do desejo incoercível que existe em cada um de nós expresso na busca de melhores condições de vida. Embora cada um a seu modo tenha uma definição do que lhe seja a felicidade e para alcançá-la trace caminhos aparentemente individuais, em essência todo ser humano procura os mesmos fins, movido por imperativo interior, que não é apanágio de nenhum indivíduo ou grupo e sim característico da espécie (**BICUDO**, 1956 apud GIANESI, 2021, online).

Em 1953, no mês de dezembro, foi realizado, no Paraná, o I Congresso Brasileiro de Psicologia, e, neste congresso, vários intelectuais do campo da Psicologia e da Psicanálise se faziam presentes, dentre eles, **Virgínia Leone Bicudo**, apresentando um trabalho-intervenção sobre “Contribuição da Psicanálise na compreensão da criança-problema”. Esse trabalho ressalta a necessidade de olharmos e intervirmos não necessariamente sobre a criança, mas sim sobre o ambiente.

Bicudo afirma que, na realidade, olhar e pensar a criança-problema é, justamente, pensar sobre o ambiente no qual ela se encontra inserida. Neste ponto, cabe fazer uma breve reflexão que esta ideia pode ter um perigo acerca da normatização do ambiente saudável X ambiente não saudável, necessitando a cautela de não descontextualizá-lo. De todo modo, o pensamento foi um avanço para época, deslocando a ideia de que o corpo infantil era o problema.

Em 1955, **Virgínia** iniciou uma temporada de estudos psicanalíticos em Londres. Além dos cursos na Tavistock Clinic e da formação na British Society, **Virgínia** teve contato e estudou com os analistas mais significativos da época: Melanie Klein, Ernest Jones, Winnicott, Bion e Anna Freud entre outros. Mesmo durante o seu período londrino, não diminui a sua disposição de divulgar a psicanálise transmitindo, para o Brasil, pela BBC, algumas palestras. Permaneceu estudando na Inglaterra até o final de 1959, quando retornou ao Brasil. Aqui, retomou sua atividade clínica iniciada em 1944 (**BALIEIRO**, 2016).

Na década de 1970, **Virgínia** embarcou no projeto de Brasília e passou a dividir-se por mais de 20 anos entre as duas cidades, trabalhando em São Paulo e, paralelamente, lecionando na Universidade Nacional de Brasília, onde, com outros colegas paulistas, constituiu a sede de Brasília do Instituto de Psicanálise da SBPSB, que iria gerar, mais tarde, a Sociedade de Psicanálise de Brasília.

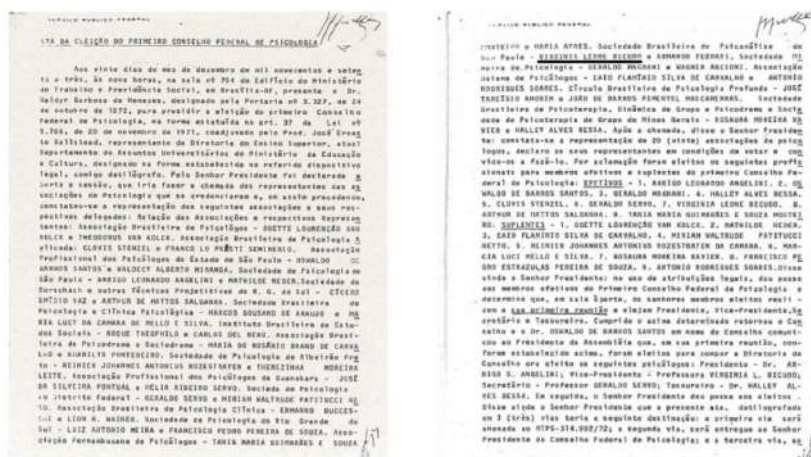
Figura 14: Virgínia Leone Bicudo no IV Congresso Psicanalítico Latino-Americano



Fonte: DDPHP. Sem data¹⁵.

Bicudo foi a primeira mulher a fazer psicanálise na América Latina, a primeira estudiosa a redigir uma tese sobre relações raciais no Brasil e a primeira psicanalista não médica no país. Também integrou o primeiro Conselho Federal de Psicologia, sendo a ata de sua posse datada em dezembro de 1973, assinando, como representante da sociedade brasileira de Psicanálise de São Paulo, junto de Armando Ferrari, conforme a imagem a seguir.

Figura 15: Ata de eleição do Primeiro Conselho Federal de Psicologia



Fonte: Conselho Federal de Psicologia, 2021.

¹⁵ SCHECHTER, R. C. *Um percurso através de Virgínia Leone Bicudo - Marcas, Caminhos e Memórias*. Rosa Coutinho Schechter; Paulo Eduardo Viana Vidal, orientador. Dissertação (mestrado) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

Virgínia parou de trabalhar em Brasília somente em 1993, mas continuou seu trabalho clínico até o ano 2000, empreendendo, até o final de sua vida, várias iniciativas destinadas à difusão e ao ensino da psicanálise.

Figura 16: Virgínia Leone Bicudo e seu sorriso



Fonte: SBPSP – Algumas notas sobre a trajetória de Virgínia Leone Bicudo.

Segundo Dunker (2018), junto com a velhice, reaparece a questão da negritude. Ela passa a usar turbantes e falar do cabelo como marcador social, bem como readquire sua casa dos anos 1960, como parte de um movimento de voltar a um dado lugar. É, nesse momento, que, talvez, ela encontre seu lugar de escuta, para o conjunto de uma trajetória de vida. É o tempo no qual problemas familiares retornam de maneira inesperada. Nas palavras de **Gomes**, “*ela não teve uma morte branca, ela morreu como uma mulher negra*” (2014).

No ano de 2003, aos 93 anos, Virgínia falece em São Paulo.

Em sua mesa, havia uma carta escrita, ainda em 1983, sobre o destino de seu corpo depois da morte, ou seja, uma última palavra para os que ficam ou mesmo para os que ainda vão chegar: “[...] solicito fazer cumprir meu desejo de ser incinerada em lugar de ser enterrada. O corpo sem vida retorna ao mundo inorgânico e em vez de tomar espaço em cemitério é mais inteligente que seja transformado em um punhado de cinzas atirado à terra. Sejamos razoáveis. Estaremos sempre juntos! Somos da natureza.

São Paulo, 22 de dezembro, 1983”.

Figura 17: Bilhete de Virgínia Bicudo à família, DDPHP-SBP, 1993

À minha Família: Mãe e
 Irmãos e Irmãs solicito fazer
 cumprir meu desejo de ser
 incinerada e não de ser
 enterrada. Este desejo está
 pensado em meu mundo de pensar
 sobre o corpo humano.
 O corpo não é a matéria
 do mundo inorgânico e em lugar
 de tomar espaço no cemitério
 é mais inteligente que seja
 transformado em um fertilizante da
 criação da terra.
 Somos pessoas. Intencionalmente
 sempre fomos! Somos da natureza.
 (Virgínia Bicudo, 1993)
 (Firma (Rua Síntese Unisa))

Fonte: TEPERMAN, KNOFF, 2011.

Despeço-me feliz e agradecida, vendo-os emancipados para o desempenho de trabalho que alcança limites além do espaço geográfico (BICUDO, 1983 apud MORETZSOHN, 2013, p. 226).

Figura 18: Neusa Santos Souza 1948 – 2008



Fonte: Leal Freire/Acervo pessoal - ECOA UOL.

Neusa Santos Souza (1948-2008)

“Diferente de Aristóteles, por exemplo, que diria ser a matéria o que preenche o vazio, para Jacques Lacan a matéria é o vazio. O essencial é o buraco.”¹⁶

Neusa Santos Souza nasceu em Cachoeira, no recôncavo Baiano, em 1948. Contudo, Neusa desenvolveu sua carreira enquanto Psiquiatra e Psicanalista na cidade do Rio de Janeiro. Têm-se poucas informações sobre sua infância e família, pois, ao que parece, Neusa Santos Souza não comentava muito sobre isso com os amigos e conhecidos (PENNA, 2019).

¹⁶ Citado por José Luiz Dutra de Toledo, in “O Gato Que Ri do Meu Ego Esquizofrênico”. Edição eBooksBrasil, 2006.

Neusa cresceu em meio a um ambiente de terreiros e candomblé, embora tenha afirmado que sua família se manteve, relativamente, afastada dessa tradição (PENHA, 2019). Neusa, em uma entrevista para o Programa Espelhos, exibido pelo Cana Brasil e apresentado por **Lázaro Ramos** e **Sandra Almada**, conta sobre experiências de vida e de familiares próximos ao candomblé:

A religião não dá conta de tudo. Sobretudo a religião do candomblé que se sabe não onipotente. Porque talvez existam certas religiões que se creiam onipotentes e que queiram dar conta de tudo. A minha experiência de vida, inclusive com pessoas próximas da minha família, muito próximas, ligadas ao candomblé é de que o candomblé não responde tudo. Eu tenho uma tia que ela é mãe de santo e que ela me disse: minha filha, eu sou do candomblé, mas eu não sou invocada com o candomblé. Eu perguntei - o que é ser invocada, minha tia, com o candomblé? Então ela me explicou: ser invocada com o candomblé é querer explicar tudo com o candomblé. (SOUZA, 2008; PENNA, 2019).

Neusa, mulher negra de família pobre e do interior da Bahia, se formou na então Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Segundo **Penna** (2019), durante a graduação, Neusa conheceu Ana Rocha, com quem passou a desenvolver uma grande amizade, tendo enfrentado, juntas, discriminações raciais durante a travessia dessa graduação. Ana revela que, constantemente, eram lembradas, pelos demais, de que não tinham “pinta” de médicas e que a mesma foi obrigada a alisar o cabelo para uma foto de formatura (PENNA, 2019).

Neusa, desde o início da graduação, desejava se especializar em Psiquiatria:

Então eu entrei na faculdade de medicina, no primeiro ano o terror dos alunos de medicina é anatomia. Eu ao invés de estudar anatomia ia para a biblioteca e pegava qualquer livro para estudar psiquiatria. Quer dizer, estava interessada. E nesse percurso de estudar psiquiatria eu descobri Freud. Então achei aquilo bastante interessante, aquilo me respondia a muitas questões inclusive questões minhas, obviamente. A gente é sempre movida a priori por suas razões, por suas questões. E a partir daí não parei mais. Isso foi desde o terceiro ano de medicina. O terceiro ano de medicina você tem uma matéria que se chamava, não sei agora como estão às coisas, se chamava relação médico paciente. Relação médico paciente nada mais é que um espaço afetivo que se estabelece entre médico e paciente e torna possível o efeito terapêutico. Sem esse laço afetivo não há trabalho possível. Mesmo, digamos assim, quando se trata de questões mais objetivas, da medicina. Imagine quando se trata de questões psicológicas, questões psíquicas, questões emocionais. Então a questão da transferência que se estuda desde o terceiro ano de medicina, nessa matéria, relação médico paciente. A transferência é questão central da psicanálise. A transferência e o manejo dessa transferência. Como trabalhar com isso. Então isso é a psicanálise. Desde sempre, talvez, eu tenha sido fígada por ela. (SOUZA, 2008; PENNA, 2019).

Segundo **Penna** (2019), no início dos 1970, Ana Rocha havia se formado e estava trabalhando no Sanatório Bahia, em uma clínica de saúde mental localizada no Largo da Lapinha, em Salvador, Neusa, ainda na graduação, a acompanhou enquanto sua assistente. Lá puderam realizar um trabalho com os pacientes psiquiátricos a partir de dispositivos outros que não o estritamente medicamentoso e enclausurador.

Ana e **Souza** desenvolveram diversos trabalhos, como, por exemplo, trabalhos com grupos de pacientes psicóticos e manejo de hortas que construíram no próprio espaço do sanatório. Cabe pontuar que esta prática se deu em um momento anterior à reforma psiquiátrica.

Nesse momento elas também participaram de grupos de estudo que foram importantes para a formação do pensamento de Neusa Santos Souza, com o que parece ser a continuação do contato dela com a psicanálise. Assim, fizeram parte do Núcleo de Estudos Psicanalíticos (NEP), onde se tinha o esforço de levar à Bahia psicanalistas de outras regiões do país, como a psicodramatista Martha Berlin, o Kleiniano Emilio Marcus Rodrigué e Carlos César Castellar Pinto (COUTINHO & SABACK, 2007 apud **PENNA**, 2019, p. 59).

Nesta mesma época, **Neusa** e Ana discutiam alguns autores, como Franz Alexander, Melanie Klein e Pichon Rivier, e foi, neste contexto, que Neusa Santos Souza e Ana Rocha se mudaram para o Rio de Janeiro para expandir suas formações e experiências.

Em 1975, **Neusa** iniciou o mestrado em Psiquiatria e desenvolveu a sua dissertação “Tornar-se negro”, que foi orientada por José Otávio de Freitas Júnior e co-orientada por Gregório Baremlitt, A dissertação foi defendida em 1981, no curso de Pós-Graduação do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O texto é, basicamente, o livro *Tornar-se Negro*, que, em suas edições, ganhou o prefácio de Jurandir Freire Costa e um posfácio de Gregório Baremlitt (**PENNA**, 2019).

De acordo com **Penna** (2019), **Neusa**, ainda na década de 1980, participou de maneira direta na política partidária no início da construção do Partido dos Trabalhadores. Momento este em que o movimento negro se encontrava em constante transformação e em emergência.

Neusa Santos Souza, assim como muitas outras pessoas militantes negras no Rio, frequentava as discussões e os debates deste movimento, que tinha o objetivo de disseminar a mobilização negra em África e na diáspora, discutindo a atuação das pessoas negras norte-americanas e das ex-colônias africanas, buscando criar, aqui, uma identidade negra positivada (MACHADO, 2014).

Neusa ministrou um encontro do curso “Conscientização da Cultura Afro-Brasileira” que ocorreu entre os anos de 1984 e 1986 na PUC-SP e na UERJ. Na revista *Afrodiaspórica*, vol. 6 e 7 de 1985, está bem marcado que ela daria uma palestra sobre “Identidade Negra e Ascensão Social do Brasil” no dia 18 de junho, no Rio de Janeiro. **Neusa Santos Souza** está ao lado de outros palestrantes como **Abdias Nascimento**, **Beatriz Nascimento**, **Muniz Sodré**, **Nei Lopes** e **Lélia Gonzalez** (PENNA, 2019, p. 62, grifo nosso).

Ainda no que diz respeito estar ao lado de outros intelectuais e pensadores/as negros/as, **Faustino** (2015) afirma que o trabalho de **Neusa Santos Souza** vai além de meras referências a **Fanon**. Em *Tornar-se Negro*, o enfoque de diálogo e reflexividades se refere à psicanálise, logo, as preocupações do texto, segundo **Faustino** (2015), buscam, em última instância, chamar atenção para as dores vividas pelos/as negros/as que ascenderam socialmente, mas não estão isentos das vicissitudes do racismo.

Neusa trabalhou no Núcleo de Atendimento Terapêutico, o NAT, o qual encontra-se em funcionamento até os dias atuais. Esse local foi um espaço de passagem de muitos psicanalistas, haja vista que a proposta do local era atender e oferecer um espaço de aprendizagem e produção do conhecimento. Posteriormente, **Neusa** passou a trabalhar no Centro Psiquiátrico do Hospital Pedro II, atual IMAS Nise da Silveira.

No entanto, **Neusa** optou por deixar o trabalho em instituições e passou a se manter com os rendimentos de seu trabalho em consultório clínico. Durante esse processo, Neusa se aproximou, cada vez mais, da obra de Lacan. Segundo Francisco Leonel Fernandes, citado por **Penna** (2019), ela foi uma personagem importante que, em conjunto com um grupo de psicanalistas, operou uma mudança no cenário da psicanálise do Rio de Janeiro, que estava muito vinculado à IPA e a uma orientação Kleiniana, e, a partir de uma série de grupos autônomos, foi se processando uma mudança para a orientação Lacaniana (**PENNA**, 2019).

Ainda nesta perspectiva de saída das instituições, Neusa Santos Souza manteve sua independência financeira e intelectual trabalhando no consultório, primeiro, alugando um espaço em Copacabana e, após um tempo, organizando um consultório em sua própria residência, que, naquele período, se localizava de Laranjeiras no Rio de Janeiro, onde ela morava sozinha (**PENNA**, 2019).

Em seu trabalho mais conhecido, *Tornar-se Negro*, ela se afirmou como negra e discutiu as expectativas, dilemas e os efeitos dessa posição. Posteriormente, ela passou a se declarar como psicanalista e coordenadora do Seminário da Casa Verde. No entanto, esta forma de posicionar e se apresentar não a fez deixar de ser mulher negra e muito menos de abordar ou lidar com a temática racial. Por exemplo, no ano de 2008, ela publicou uma carta, ao correio da Baixada, em que, de forma pungente, se colocou frente

aos 120 anos da nossa falsa abolição. No programa Espelho, Neusa comentou sobre a mudança em seus estudos e atuações:

Sandra Almada: Há 25 anos atrás foi lançado o livro, ao qual a senhora já fez menção e que continua sendo uma referência para pensar a questão da negritude, os dilemas do negro em ascensão ou aqueles ainda em situação difícil, subalterna. E nunca mais se viu a senhora nos grandes círculos de debate da questão racial. Então a minha pergunta, acho que muita gente saudosa gostaria de fazer: Porque Neusa Santos Souza, depois dessa contribuição tão bacana não apareceu mais?

Neusa Santos Souza: Eu acho que é porque eu me detive, depois disso, no estudo de uma questão também muito marginal que é a questão dos loucos. Eu me detive em estudar e trabalhar e me desenvolver nessa direção. Então eu mergulhei fundo na questão da psicose, inclusive escrevi um livro também, sobre a psicose e me detive nisso. Quer dizer, a questão racial está aí, está presente na minha vida ela é cotidiana então eu estou confrontada com essa questão. Mas eu me recusei - e hoje é realmente uma exceção - em falar nessa questão por que eu não estou na militância cotidiana, aquela militância organizada. Então tem muita gente, muitas pessoas que estão nessa militância e eu acho que é hora de elas falarem, mesmo porque de direito elas tem muito mais razão de falar do que eu. Não porque eu não tenha alguma coisa a falar, mas como eu não estou na militância cotidiana seria exposição da minha imagem em nome talvez de uma vaidade, em nome de um passado, onde eu estive realmente nessa militância orgânica. Então não vejo muita razão de ser para que eu aceite o convite já que no cotidiano eu não estou mergulhada nesse trabalho. (SOUZA, 2008; PENNA, 2019).

Neusa encontrava-se conectada aos trabalhos e estudos com pacientes psicóticos, bem como com a sua atividade como analista e seus grupos de estudos de orientação lacaniana em Psicanálise. Cabe pontuar que **Neusa Santos Souza** foi uma das primeiras pessoas a constituir intervenções em uma perspectiva na qual reconhecia a Psicose para além da falta e do desvio ou da falha, uma vez que, na época do lançamento de *A Psicose*: Um estudo lacaniano (1991) parecia haver uma visão pejorativa, como se a experiência da psicose estivesse fadada a um regime de déficit. **Neusa** estava convicta e fazia questão de marcar que os sujeitos psicóticos conseguiam inventar, criar, que os delírios não eram coisas simples e apenas manifestações desse déficit com relação aos neuróticos (PENNA, 2019).

Neusa (2021) fazia questão de afirmar que um dos primeiros aprendizados que um analista pode ter com pacientes psicóticos é aceitar e não julgar. Em suas palavras: “receber, aceitar o paciente, é também acatar o tempo”.

Acatar o tempo em seu transcorrer, ora ruidoso, ora silencioso, tempo de acontecimentos e de aparentemente ausência de acontecimentos; há momentos em que parece não acontecer nada, momentos de aparente estagnação e vazio, momentos em que os dias correm, o calendário avança, e nada parece acontecer. Momentos difíceis em que é preciso aprender e consolidar a lição

da paciência. Nesses momentos difíceis é exigido ao analista aprender que o calendário dos acontecimentos não acompanha o calendário dos dias, e que, quando nada acontece, um milagre está no caminho. No entanto, o analista às vezes se esquece disso e quase desanima (SOUZA, 2021, p. 143).

De acordo com **Penna**:

O fato é que para além dos casos mais explícitos, a questão racial continuou muito presente para Neusa Santos Souza, seja pela via das homenagens e esperanças frustradas dos movimentos negros de que ela retomasse esse trabalho, seja pela via do apagamento e do desprezo de parte dos meios psis sobre esse mesmo trabalho. Essa ambiguidade até hoje está presente e sinto que é dentro desta grade em que se debate o legado de Neusa Santos Souza. Há uma disputa pela sua memória: de um lado uma tentativa de se ressaltar a **Neusa Santos Souza** psicanalista, uma ótima clínica das psicoses e uma excelente transmissora da psicanálise, e de outro os movimentos negros que ainda hoje a citam e trabalham com seu texto Tornar-se Negro (2019, p, 79).

Pela alta produtividade de seu trabalho, e ao caráter autônomo de sua produção e articulação aos mais variados grupos que esteve presente durante a sua vida, é possível afirmar que **Neusa Santos Souza** tenha produzido muitas outras atuações marcantes e importantes. De acordo com **Penna** (2019, p. 86):

Neusa Santos Souza publicou alguns artigos: o primeiro nasceu de um grupo de trabalho sobre as psicoses com Francisco Leonel Fernandes, Nestor Lima Vaz e Sérgio Rezende: A Foraclusão, um Caso de Grandeza Negativa (1994), publicado na sessão Clinicando do Boletim de Novidades; o Sexualidade e Morte na Psicose (1995) também publicado no Boletim de Novidades; o escrito em conjunto com Ana Beatriz Freire e Francisco Leonel Fernandes e publicado no SPCRJ, Lendo “A ciência e a verdade” (1998); O sujeito suposto saber: Uma objeção à transferência na psicose? (1999), publicado na revista *Ágora* do programa de pós-graduação em Teoria Psicanalítica do Instituto de Psicologia da UFRJ; O Eu e o Sujeito: Ressentimento, culpa e responsabilidade (2002), publicado no Caderno de Psicanálise do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro; Alguns capítulos de livros: A Palavra na Psicose (1991), presente no livro “Psicanálise, Ofício Impossível?” Organizado por Joel Birman e Marcelo Marques Damião; O estrangeiro: nossa condição (1998), presente no livro “O estrangeiro” organizado por Caterina Koltai e finalmente, A clínica analítica com pacientes psicóticos é possível? (2001), presente no livro “Psicanálise e Psiquiatria: controvérsias e convergências”, organizado por Antônio Quinet. Além disso, temos uma conferência dela pronunciada na Letra Freudiana em Transferência e Direção de Cura na Psicose (1994), publicada na sessão Clinicando do Boletim de Novidades; uma entrevista intitulada Só e Bem Acompanhada (1990), publicada na revista *Cadernos de Psicanálise*; o artigo de periódico A questão do dinheiro na psicanálise (1989), publicado na *Agenda de Psicanálise* e disponível na biblioteca da SBPRJ e, por fim, o artigo de periódico Teoria e clínica da psicose (1997), publicado na revista *Latusa*.

Figura 19: *A Psicose: um estudo lacaniano* – Neusa Santos Souza



Fonte: Livraria do Psicanalista.

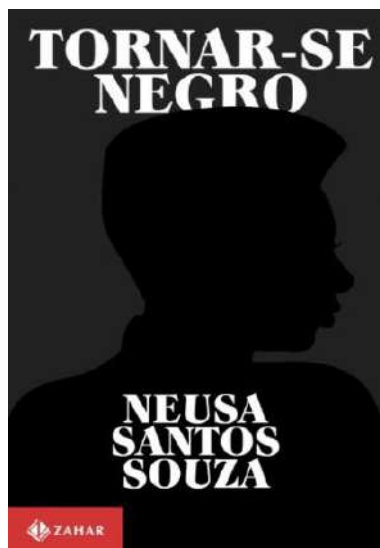
Figura 20: *O objeto da Angústia* – Orgs. Maria Silvia G. F. Hanna e Neusa Santos Souza



Fonte: Livraria da Travessa.

No ano de 2021, *Tornar-se Negro*, de Neusa, foi relançado, apresentando uma capa potente na qual se faz presente o contorno do rosto de Neusa. Além disso, na nova edição da obra, é possível verificar escritos inéditos da autora abordando temáticas relacionadas ao corpo em psicanálise, o que o analista pode aprender com os pacientes psicóticos, bem como escritos íntimos e específicos da psicanálise.

Figura 21: *Tornar-se Negro* 2021 – Neusa Santos Souza



Fonte: Livraria Zahar.

Além disso, a obra conta com novo prefácio de **Maria Lúcia da Silva**, além do prefácio de Jurandir Freire Costa. *Tornar-se Negro* é uma obra que inova, potencializa e transgride o debate das relações raciais e os efeitos na subjetividade, é um livro que possui uma escrita de si, que traduz um processo de escrevivência, como afirma Conceição Evaristo.

Como afirmou a professora Iolanda de Oliveira, no evento Racismo e Legado de Neusa Santos Souza, ocorrido em dezembro de 2018, na Universidade Federal Fluminense: “Nós permanecemos com essa obra como um clássico, na expectativa de que um dia nós possamos colocá-la nas nossas prateleiras, mas ainda hoje tem que ser uma obra de cabeceira”.

Neusa Santos Souza, pioneira nos estudos sobre relações raciais e os impactos psíquicos do racismo nos corpos negros, bem como nos trabalhos sobre loucura, psicose e psicanálise. Mesmo antes da promulgação da lei referente à reforma psiquiátrica (Lei 10.216, de 2001), a qual teve, como marca registrada, o fechamento gradual de manicômios e hospícios que proliferavam país afora. **Neusa**, a frente do seu tempo, adotava e realizava práticas inovadoras e, sobretudo, humanizando o tratamento, a relação e o olhar frente aos corpos psicóticos. **Neusa** fez uso do trabalho terapêutico através das artes.

Além disso, por anos, **Neusa** organizou, no Hospital Casa Verde, seminários abertos à participação dos pacientes, os quais se tornaram um espaço potente e rico para o estudo dos transtornos mentais, influenciando, assim, na formação de muitos profissionais.

No ano de 2016, foi inaugurado, no Rio de Janeiro, um Centro de Atenção Psicossocial **Neusa Santos Souza**. Sendo possível afirmar e demarcar o quanto **Neusa Santos Souza** ainda se faz presente e fará presente em nossas memórias, sentimentos, práticas na história da Psicologia, da Psicanálise e dos movimentos negros.

Neusa Santos Souza suicidou-se em 20 de dezembro de 2008.

Figura 22: CAPS Neusa Santos Souza



Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Figura 23: Neusa e seu Sorriso



Fonte: Uol.

Figura 24: Isildinha Baptista Nogueira



Fonte: Aller Editora.

Isildinha Baptista Nogueira

A despeito de sua condição econômica social e intelectual, o negro quase sempre vive um processo de destituição do seu lugar ou de suas conquistas, porque o olhar do branco e o ideal de brancura não reconhecem como legítimas suas possibilidades e conquistas (NOGUEIRA, 2019).

“A fala é que faz o lugar – Quando o outro fala que eu entendo de que lugar ele está falando”

(**NOGUEIRA**, 2021).

Isildinha Baptista Nogueira nasceu na cidade de Ribeirão Preto, no interior do estado de São Paulo, Região Sudeste do país. Seu nome, Isildinha, se deu devido a um voto feito a uma santa “Menina Izildinha”, uma vez que o parto de mãe seria um parto complicado, já, prestes a nascer, e, naquele momento de aflição por não ter um parto natural, sua mãe fez uma promessa a ela e, assim, nasceu Isildinha Baptista Nogueira.

Isildinha, uma mulher negra, psicanalista e psicóloga que ousou a produzir um estudo inédito no Brasil sobre a questão do racismo, discutindo não apenas pela ótica das ciências sociais, antropologia e da história, mas também pelo plano psíquico, buscando compreender os processos de constituição de subjetivação dos corpos negros numa sociedade racista, e explicitando o quanto o olhar do outro nos constitui, uma vez que nos tornamos sujeitos a partir do olhar do outro e, sendo assim, uma das questões centrais dos corpos negros é que ser sujeito, no olhar do outro, é ser outro sem ser ele mesmo, é negar a sua própria negritude. Significações do Corpo Negro, fruto de sua tese de doutorado no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, em 1998, é vanguarda numa época onde encontrar uma mulher negra nos corredores dos programas de pós-graduação da USP era raríssimo, se não impossível (**MUNANGA**, 2021).

Figura 25: Conferência no Masp



Fonte: Youtube, 2018.

Quase 23 anos depois, sua tese se transformou em um livro intitulado “A cor do inconsciente: Significações do Corpo Negro”:

Quando defendi *Significações do Corpo Negro* no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo há mais de duas décadas, considerava atribuir-lhe o título “A Cor do Inconsciente”, mas percebi que isso poderia causar polêmica na academia, pois, de um ponto de vista estritamente teórico, dizia-se que o inconsciente não tem cor. Hoje, penso que esta é uma provocação que posso sustentar (NOGUEIRA, 2021, p. 11).

Em 1984, Isildinha Baptista Nogueira iniciava a sua pós-graduação (mestrado), orientada por Suely Rolnik, e, naquele período, Isildinha realizou um intercâmbio na França, na cidade de Bordeaux. Lá, a autora fez um estágio em *Bonneuil-sur-Marne*, uma escola experimental para crianças e adolescentes com problemas de ordem psíquica, criada pela psicanalista Maud Mannoni.

E foi nesta experiência que Isildinha inicia uma série de contatos com grandes nomes da filosofia, psicanálise e psicologia. Um desses nomes é o filósofo Felix Guatarri, uma vez que Suely Rolnik havia pedido para que ela levasse uma carta para o filósofo. Segundo a autora (2021), Felix Guatarri a recebeu de maneira carinhosa e generosa.

Passei a frequentá-lo e jamais me esqueci das noites de quintas-feiras nas quais intelectuais franceses e de todo mundo se reuniam em sua casa para discutir tudo quanto a mente humana era capaz de alcançar, fosse política, arte, filosofia. Um tipo de convivência que eu, uma menina pobre de periferia, jamais poderia imaginar estar tomando parte (NOGUEIRA, 2021, p. 12).

Numa dessas conversas, o filósofo afirma para Isildinha que ela precisaria falar sobre o que aconteceria com ela, isto é, sobre a sua negritude, afinal, se ela gostaria de ser uma psicanalista, a psicanálise seria um instrumento para isso. Então, passaram a se encontrar e a falar sobre os processos e as vicissitudes da negritude.

De acordo com Nogueira (2021), Guatarri havia recebido um convite para participar de um painel no congresso *Rencontre Latino-Américaine de Psychanalyse*, cujo tema seria “*Le Psychanalyste sous la terreur*” (O Psicanalista Sob Terror), organizado por um psicanalista brasileiro radicado em Paris, Heitor O’Dwyer de Macedo. No entanto, Guatarri teria um compromisso na Itália que coincidiria com o encontro, então, o filósofo propôs que Isildinha fosse em seu lugar para apresentar um trabalho.

[...] Tenho vivo em minha memória o pânico de que fui tomada frente a esse compromisso [...] começamos, eu e ele, uma série de conversas que mudaram minha vida para sempre. Eu dizia: “Mas Felix, eu não sei o que falar, nem tampouco o que escrever, mau falo o francês!” Estava tomada de pavor. Ele me respondeu: “Não se preocupe, pode falar em português, lá terá um

intérprete e você vai falar de você mesma e da negritude.” (NOGUEIRA, 2021, p. 13).

Mas como falar de algo que eu não aprendera a pensar, um tema que era proibido, que não aprendi na escola, questionava a autora, pois, socialmente, Isildinha não podia apresentar-se como negra, tendo em vista que a história dos corpos negros era a de um passado de escravizados, em que passou a aprender, desde pequena, que deveria se envergonhar, isto é, deveria ser uma branca num corpo negro.

De acordo com a autora, Felix Guatarri foi a primeira pessoa que trouxe a real possibilidade, ou seja, de como se ver como negra e como seria essa questão no Brasil, uma vez que, até então, Isildinha não considerava que pudesse pensar as coisas que a afligiam, pois, quando abordava e falava, sentia-se silenciada e estranha.

Na época já em análise, passando de um analista para o outro, sempre escutando que, no Brasil, não existiria essa questão, ou seja, não teria racismo, e que sua fala corresponderia a um sentimento persecutório, logo, escutar isso era como se fosse escutar: você não tem um problema real, não tem uma questão real. “Vamos falar da sua família. Mas eu dizia, falar disso é falar do meu terror interno, é falar de como eu me sinto com essa questão” (ABRÃO SLAVUTZKY ENTREVISTA **ISILDINHA NOGUEIRA**, 2021).

Então, Isildinha, apavorada e imersa nessas reflexões, escuta de Felix, como um analista muito “perspicaz e de um incrível bom humor: – Calma. Vamos conversar sobre a negritude” (NOGUEIRA, 2021, p. 13).

Como combinado, fui ao evento, levando um bilhete que ele me pediu que entregasse a uma pessoa que estaria na porta da Maison de L’Amérique Latine, local do evento. Fui recebida gentilmente, os analistas e intelectuais europeus presentes me olhavam surpresos, mas se dirigiam a mim de maneira acolhedora. Os analistas e intelectuais brasileiros me dirigiam um olhar de espanto e pouco amigável. Nunca soube o que estava escrito naquele bilhete, mas tive um acolhimento que jamais havia experimentado no Brasil. Afinal, eu era apenas uma estudante em início de carreira, uma ilustre desconhecida. Hoje, lembro disso, dou muita risada. Só Felix poderia ter feito algo assim (NOGUEIRA, 2021, p. 13).

Figura 26: Isildinha Baptista Nogueira – 2018



Fonte: Youtube, 2018.

Quando terminei a minha fala, Françoise Dolto levanta e diz: “Me perdoe, nós não temos o que dizer sobre a sua fala. A sua fala sangra, a sua fala é você, a Psicanálise lhe deve isso, lhe deve que a gente comece a pensar sobre essa questão. Dali para a frente à minha vida na França mudou e então começamos a falar sobre psicanálise e a questão da negritude e comecei a estudar nos ateliês de psicanálise, e foi assim que a questão chegou para mim (ABRÃO SLAVUTZKY ENTREVISTA **ISILDINHA NOGUEIRA**, 2021).

De acordo com a autora (2021), décadas depois, novamente em Paris, entrei em uma livraria e me deparei com o livro *Le Psychanalyste sous la terreur. “Responsable: Heitor O’Dwyer de Macedo. Edition Matrice*. E lá estava anotada sua participação. Isildinha não sabia do livro, mas quis o destino que fosse assim, meio ao acaso, que o soubesse; como a própria afirma: o registro do dia em que meu percurso como pesquisadora e psicanalista mudou para sempre.

Quando voltou para o Brasil, **Isildinha Baptista Nogueira** defendeu sua dissertação de mestrado e, em seguida, Iray Carone, professora que dava aula na Universidade Estadual de São Paulo (USP) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), propôs, a Isildinha, que realizasse um doutorado na USP dizendo: “vamos falar desta questão que você quer tanto falar, e então surgiu significações do corpo negro” (ABRÃO SLAVUTZKY ENTREVISTA **ISILDINHA NOGUEIRA**, 2021).

No ano de 2021, como dito anteriormente, foi lançado, pela Editora Perspectiva, a obra “A cor do inconsciente: significações do corpo negro” e, como Abrão Slavutzky afirmou, a expressão “a cor do inconsciente” choca, pois o inconsciente, em princípio,

não tem cor, mas essa imagem revela uma verdade psíquica, intuída, talvez, por Françoise Dolto ao dizer o quanto a psicanálise devia à **Isildinha Baptista Nogueira**.

Figura 27: *A cor do Inconsciente: significações do corpo negro*



Fonte: Editora Perspectiva.

Nesta obra, Isildinha delinea as diversas amarras que interditam o desenvolvimento dos corpos negros, a autodepreciação e processos autodestrutivos culturalmente introjetados numa sociedade racista. Bem como apresenta as raízes psíquicas do racismo estrutural, um racismo entranhado, até hoje, na sociedade branca, marcas de uma história de escravização, abandono, maus-tratos, assassinatos, apagamentos e silenciamentos.

Figura 28: Cida Bento



Fonte: CEERT.

Maria Aparecida Silva Bento

O silêncio, não é neutro, transparente. Ele é tão significativo quanto as palavras. Desta forma, a ideologia está em pleno funcionamento: no que obrigatoriamente se silencia.

Assim, quando destacamos que branquitude é território do silêncio, da negação, da interdição, da neutralidade, do medo e do privilégio, entre outros, enfatizamos que se trata de uma dimensão ideológica, no sentido mais pleno da ideologia: com sangue, ícones e calor (**BENTO**, 2005).

O desafio que me foi colocado foi refletir um pouco sobre a Psicologia que precisamos, aquela que temos e que necessitamos, e aí como o Professor Serafin se pergunta sobre o que nós fazemos enquanto psicólogos, eu também me pergunto ainda mais nos últimos anos. Na verdade, nos últimos tempos não sai da minha mente o filme “O ovo da serpente”, pois esse filme é bastante interessante que fala e mostra um pouco dos sinais do nazismo quando ele estava chegando e as pessoas não estavam vendo. O ovo da serpente é isso, e tem até uma parte em que deixa o ovo translúcido e você vê a serpente lá dentro, mas os sinais todos de que a serpente já estava chegando estavam ali dados, e as pessoas não notavam, e essa é a mesma sensação que eu tenho olhando para o momento em que a América Latina, que o mundo e que o Brasil está vivendo. Ou seja, uma angústia em relação a este momento¹⁷.

Cida Bento, assim como gosta de ser nomeada, foi a primeira da família a concluir curso superior, a ter carro e um cargo de liderança em uma das maiores empresas do país. Desde o início de sua carreira, dedicou-se às questões de gênero e raça. Depois de deixar o setor privado, Cida fez mestrado e doutorado na área de Psicologia e se especializou em estudar a branquitude. Em 1990, junto com o cientista político **Ivair Augusto Alves do Santos** e o advogado **Hédio Silva Júnior**, ela criou o CEERT, que tem, como foco, a equidade de gênero e raça na educação, no mercado de trabalho e na justiça.

Em uma entrevista par *Believe Earth*¹⁸, Cida Bento conversa sobre a diversidade e relações raciais, e, nesta entrevista, a intelectual conta um pouco de como começou a sua trajetória:

Sou de uma família de oito filhos da zona norte de São Paulo. Meu pai era motorista e minha mãe, servente, que dizia pra mim e pra minha irmã que não queria que nós tivéssemos a mesma vida que ela e minha tia tiveram, presas ao lar. Minha tia trabalhava para uma família rica e era uma cozinheira excelente, mas ia pra cozinha quando eles tocavam o sino. Ainda assim, minha mãe nunca deixou que tivessem pena dela. Ela falava que ela quis ter oito filhos e que eles eram sua grande realização, que ela sempre fez o que desejava. Eu fiz psicologia, fui a primeira da família a concluir curso superior, ter carro, conseguir emprego na terceira maior empresa do país na época e deixar todo mundo em pânico quando abandonei tudo para trabalhar com questões de gênero e raça. E jamais me arrependi. Sempre fui uma criança que não aceitava injustiças. Lidava mal com ver ou viver opressão, discriminação, tratamento desigual. Quando me tornei executiva, isso ficou mais forte porque eu via como ser mulher, ser negra interferia na trajetória profissional. Mesmo quando uma pessoa tinha todas as condições para ser contratada, o fato de ser mulher, de ter filhos, de ser negra dificultava a possibilidade de entrada, de assumir um cargo mais alto, de liderar. Havia um conceito de que mulheres não são tão boas (2018, n.p).

¹⁷ Fala realizada em 2018 no Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – 12º Região.

¹⁸ Reportagem: OMS, CAROLINA. **Cida Bento**: a diversidade faz bem para todo mundo. *Believe.Earth*, 2018.

Ao ser questionada sobre o porquê decidiu fazer essa mudança de carreira, Cida, apenas, pontua que um dos principais motivos foi, principalmente, o desejo de independência e autonomia. Posto que: “Trabalhar em uma grande empresa era muito legal, mas eu tinha dificuldade de fazer mestrado, doutorado, ser liberada para fazer cursos mesmo quando não tinha tanto trabalho. Eu queria autonomia no meu voo, estar mais próxima do meu filho, mesmo baixando um pouco meu padrão de vida, o que acabou não acontecendo”.

Cida Bento é uma psicóloga e ativista brasileira, uma das fundadoras do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), que atua na redução das desigualdades raciais e de gênero no ambiente de trabalho. Além disso, Cida Bento possui graduação em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Farias Brito (1977), mestrado em Psicologia (Psicologia Social), pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992), e doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, pela Universidade de São Paulo (2002). Foi professora visitante na Universidade do Texas em Austin, nos Estados Unidos. Cida tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Desenvolvimento Humano.

Atualmente, Cida Bento é conselheira do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), que é uma organização não-governamental brasileira, fundada em 1992. Segundo informações colhidas na página da instituição, a ONG declara, oficialmente, procurar garantir os direitos da população negra, apoiando a luta pelo fim das desigualdades étnico-raciais e o preconceito existente. A ONG possui uma equipe de psicólogos, juristas, educadores, sociólogos, assistentes sociais e gestores de pessoal, que procuram promover e divulgar a ideia da inclusão racial.

Pode-se dizer que o trabalho é feito baseado em diagnósticos, passando por algumas etapas, como a primeira sendo a elaboração e, depois, a implementação de programas que promovem a igualdade racial e a valorização da diversidade em sindicatos, escolas, empresas e órgãos públicos. Além do trabalho motivado por uma questão social, o CEERT é responsável por assessorar órgãos do governo, instituições privadas e movimentos sociais em formação política, capacitação do pessoal e produção de material didático. Além disso, a ONG possui várias áreas de atuação, dentre elas: Jurídico, Educação, Trabalho e Políticas Públicas.

Em cada uma das áreas de atuação, há um objetivo específico. Por exemplo, no Jurídico, a preocupação é em produzir conhecimento, auxiliar profissionais do Direito para a luta em prol da igualdade racial. Já, na área da Educação, o foco é cuidar e educar as crianças do projeto, para que valorizem as diversidades étnico-raciais. Na área do

Trabalho, realizam pesquisas e intervenções focalizadas na valorização da diversidade e na superação de todas as formas de discriminação. Já, sobre as Políticas Públicas, é implementando programas direcionados para a realização de diagnósticos institucionais, como capacitação de gestores públicos, direcionado, para as relações raciais, em especial ligados à implementação da questão cor. Nesta perspectiva, pode-se dizer que, há quase três décadas, **Cida Bento**, junto ao CEERT, nas escolas, empresas e na justiça, buscam promover a igualdade racial e de gênero.

No ano de 2015, **Cida Bento** foi nomeada pela revista The Economist como uma das 50 pessoas mais influentes do mundo no campo da diversidade.

Figura 29: Cida Bento e CEERT



Fonte: UOL.

Atualmente, é Diretora Executiva do Centro de Estudo das Relações de Trabalho e Desigualdades e atua, principalmente, nos temas relacionados às ações afirmativas, identidade étnica, discriminação no trabalho, administração de recursos humanos, preconceito e discriminação de gênero e raça.

No ano de 2022, **Cida bento** participou do programa 'Roda Viva', um programa de entrevistas e debates brasileiro produzido e transmitido pela TV Cultura, desde 1986.

Figura 30: Cida Bento – Roda Viva

Fonte: Youtube, 2022.

Cida, a partir de sua fala, mostrou como o racismo estrutural, existente no contexto brasileiro, impede qualquer avanço para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse [...] O pacto da branquitude, porém, não se revela apenas no ambiente de trabalho: ele é produto de um passado colonial e escravocrata, e uma das principais engrenagens do sistema capitalista. É parte da hegemonia que, há séculos, domina a sociedade [...] podendo dizer que se refere há um pacto não-verbalizado que mantém um grupo masculino e branco na liderança das diferentes instituições. É um pacto que sustenta as desigualdades, e dentro de uma instituição, essas desigualdades (...) são tratadas como mérito. Então, se este grupo está na liderança das grandes instituições é porque tem mérito; e os grupos que não estão é porque não têm mérito e não estão devidamente preparados (RODA VIVA - **CIDA BENTO**, 2022).

Sendo assim, **Cida Bento**, nos últimos 30 anos, vem produzindo inúmeros materiais, como livros, artigos científicos e entrevistas, nos quais a autora aborda e discute temáticas relacionadas à desigualdade raciais e de gênero, branquitude, ações afirmativas e políticas públicas. A autora, por meio de suas obras sobre o fenômeno da branquitude, discute dimensões do que podemos nomear como branquitude, ou seja, traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento. Cida se tornou uma das pioneiras ao trabalhar e abordar a temática da branquitude nos estudos das relações raciais no Brasil, apresentando que, no Brasil, o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais.

Em meu trabalho, o primeiro e mais importante aspecto que chama a atenção nos debates, nas pesquisas, na implementação de programas institucionais de combate às desigualdades é o silêncio, a omissão ou a distorção que há em torno do lugar que o branco ocupou e ocupa, de fato, nas relações raciais brasileiras. A falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado (CIDA BENTO, 2002, p. 2).

E esta realidade se faz presente na percepção da autora desde 1994, quando participava dos estudos sobre branquitude da USP coordenados pela professora Iray Carone no Instituto de Psicologia da USP (1993-1996). Foi a partir desses estudos e pesquisas que Bento (2002) observa que, nas discussões sobre relações raciais, o foco da discussão é o negro e há um silêncio sobre o branco. “Assim, o que parece interferir neste processo é uma espécie de pacto, um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil” (p. 2).

Em 2000, Cida Bento, em colaboração com o Conselho Regional de Psicologia (CRP 06) e o Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades (CEERT), lançou o livro *Ação afirmativa e diversidade no trabalho: desafios e possibilidades*, pela Casa do Psicólogo. Tendo, como objetivo, apresentar reflexões e discussões sobre incipientes experiências empresariais com programas de diversidade de raça, gênero e pessoas com deficiência, ampliando, assim, os horizontes sobre as possibilidades de implementar programas que visam a igualdade de oportunidade e o tratamento no mundo do trabalho.

Figura 31: Livro: *Ação afirmativa e diversidade no trabalho: desafios e possibilidades*



Fonte: Casa do Psicólogo.

Em 2001, **Cida Bento**, junto com Marilda Castelar, publicam a obra *Inclusão no trabalho: desafios e perspectivas*, livro este que tinha, como premissa, abordar e discutir as possibilidades de enfrentamento do problema da exclusão no mercado formal, abordando, então, temas relacionados à diversidade e à responsabilidade social, bem como discussões de raça, gênero, pessoas com deficiência, ações afirmativas, o papel dos movimentos sindicais, economia solidária e formas alternativas de respostas às mudanças no mundo do trabalho.

Figura 32: *Inclusão no trabalho: desafios e perspectivas*



Fonte: Casa do Psicólogo.

No ano de 2002, **Cida Bento** defende sua tese intitulada “Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público”, orientada pela professora Iray Carone, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. A tese aborda as manifestações da racialidade branca a partir dos discursos de gestores e profissionais dos setores dos recursos humanos de duas prefeituras do Sudeste brasileiro. Cida Bento, a partir de sua tese, tem, por objetivo, compreender como se dá a reprodução das desigualdades raciais nas relações de trabalho no interior das organizações.

É a partir deste trabalho que **Bento** (2002) apresenta o conceito de pacto narcísico que implicaria na negação e evitamento do problema racial, com vistas a manutenção de privilégios raciais, afinal, o medo da perda desses privilégios e o da responsabilização pelas desigualdades raciais constituem o substrato psicológico que gera a projeção do branco sobre o negro, carregada de negatividade, afirma a autora.

Ainda no ano de 2002, Iray Carone e **Cida Bento** organizam um livro que marcou os estudos da Psicologia e relações raciais no Brasil intitulado: *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*.

Figura 33: *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil - 6ª ED (2014)*



Fonte: Editora Vozes.

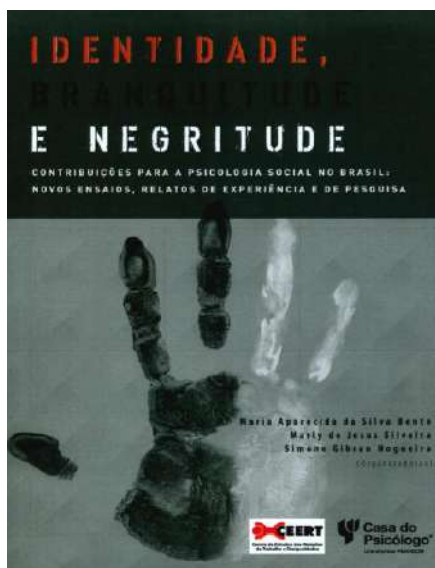
Como afirma Junior (2003), a Psicologia Social, no Brasil, se caracteriza por seu afastamento, quando não ausência, das questões raciais e suas consequências na estrutura psíquica individual ou coletiva da população envolvida no contexto da discriminação, seja no papel de vítima ou agente discriminador. Neste sentido, essa obra trata-se de um esforço significativo de contribuição para as discussões da Psicologia e relações raciais. O livro é composto por um prefácio e 9 capítulos, escritos por sete pesquisadoras, incluindo as organizadoras, e o prefácio foi escrito por **Kabengele Munanga**.

No ano de 2014, em parceria com o Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades (CEERT) e a editora Casa do Psicólogo, **Maria Aparecida da Silva Bento**, Marly de Jesus Silveira e Simone Gibran Nogueira organizaram o livro intitulado: *Identidade, branquitude e negritude - contribuições para a psicologia social no Brasil: novos ensaios, relatos de experiência e de pesquisa*.

Cabe salientar que o CEERT tornou público o edital nacional, convidando, gratuitamente, psicólogos, pedagogos, educadores e demais profissionais de áreas afins que desenvolvem trabalhos ou pesquisas sobre os temas identidade, branquitude e negritude a submeterem artigos para a seleção de trabalhos para serem publicados no

livro. As inscrições aconteceram de 15 de junho a 15 de setembro de 2011. Foram recebidos e analisados 38 artigos e, ao término do processo seletivo, foram selecionados 14 artigos das 5 regiões do Brasil.

Figura 34: *Identidade, branquitude e negritude - contribuições para a psicologia social no Brasil: novos ensaios, relatos de experiência e de pesquisa*



Fonte: Casa do Psicólogo.

De acordo com a sinopse do livro, o objetivo desta obra é focalizar a complexidade da identidade racial de brancos e negros, afetada, diretamente, pelo sistema de relações raciais vigente, em que a desigualdade e a exclusão racial são agudas e brancos e negros são colocados em lugares simbólicos e concretos, extremamente diferentes, não raro antagônicos, muitas vezes vendo, a si próprios e ao outro, de maneira distorcida, o que favorece o tensionamento entre os grupos, bem como a permanência do quadro das desigualdades. A obra apresenta 14 capítulos nos quais é possível observar discussões sobre a expressão da branquitude nas instituições, identidade, branquitude e educação, identidade étnica e estereótipos em crianças quilombolas e indígenas, literatura afro-brasileira e identidade negra, relações grupais e identidade negra, depressão e relações raciais e pertença religiosa e relações étnico-raciais.

E, por fim, em março de 2002, foi lançada a sua última obra intitulada *O Pacto da branquitude*. Pode-se dizer que a obra explora o discurso meritocrático que privilegia pessoas brancas no mercado de trabalho.

Figura 35: *O pacto da branquitude*



Fonte: Companhia das Letras.

Cida, a partir desta obra, explicita a existência de um acordo tácito para manter a herança de poder que pessoas brancas receberam da escravização de corpos negros, herança que tem sido, sistematicamente, protegida, estimulada e perpetuada, mesmo com o fim oficial do sistema. Nesta obra, Cida Bento, além de discutir temas, como: pacto narcísico, branquitude e colonização europeia, personalidade autoritária e masculinidade branca, racismo institucional, relações raciais e gênero, também realiza uma discussão potente acerca da temática da segurança pública.

O que deixamos de aprender com Virgínia Leone Bicudo?

Peço permissão a você, agora, Virgínia, para que eu fale, aliás, para que possamos falar, para que o amanhã não seja só um ontem com um novo nome.

Virgínia Leone Bicudo [...]

Como eu gostaria de me encontrar contigo em vida, conhecer mais sobre você, sobre os percalços e desafios que você teve que lidar e enfrentar. Como não poderei fazer isso, a convidei para este plano simbólico para que pudéssemos conversar e dialogar nestas próximas páginas. Eu espero que você esteja bem, onde quer que esteja, e que possa ver que sua história, seu legado e sua luta não foram em vão. Por mais que o sistema colonial ache que as mazelas do racismo nos definem, e isso, talvez, seja o pior dos crimes, nós, corpos negros, estamos afirmando e reafirmando o contrário. Para isso, estamos acionando o seu trabalho, acredita?

Desde 1945, quando foi publicado seu trabalho de mestrado, você se caracteriza por ser uma pessoa, aliás, uma mulher negra dotada de uma profunda sensibilidade para compreender as vicissitudes da vida humana, com uma intensa capacidade de transformar experiências de vida em ações transformadoras.

Por uma série de questões, dentre elas, o epistemicídio, só pude te conhecer em 2014, por meio de uma reportagem na qual dizia que você tinha ajudado a implantar a psicanálise no Brasil e sido a pioneira nos estudos das relações raciais.

Lembro que, ao ler aquela reportagem, fiquei pasmo. Com muita raiva, lembro-me dizendo, comigo mesmo e, as vezes, em terapia, “como um curso de psicologia que se diz crítico nunca me apresentou Virgínia”? **Audre Lorde** (2019) diz que a raiva é cheia de informação e energia e, dessa forma, pode criar respostas. Por vezes, tomado de raiva, segui na tentativa de conhecer mais sobre você.

Imerso pela raiva, busquei informações a seu respeito, mas, infelizmente, na época, encontrei pouca coisa. Depois de uns dois anos, encontrei a sua dissertação em formato de livro organizado pelo professor Marcos Chor Maio. A partir daí, fui me encantando mais e mais com a sua história e com sua produção.

Sabe Virgínia, consciente ou inconscientemente, sabia que, em algum momento, quando me tornasse professor, eu iria falar de você para os meus alunos e alunas. Como

medida de reparação, sabe? Quero oferecer, a eles e elas, o que eu não tive. Então, foi assim que aconteceu comigo.

Fui professor em duas faculdades privadas, atualmente, continuo em uma e assumi, temporariamente, como professor colaborador na Universidade que me formei. Mas um ponto importante é que, em específico, na faculdade em que trabalhei na cidade de Paranaíba, ministrava a disciplina de Psicologia Social, pela qual tenho enorme paixão. Acredita que, no primeiro dia de aula, já levei sua imagem?

Objetivo? Ah, **Virgínia**, aprendi, com o meu professor e orientador, Murilo Moscheta, que é preciso contornarmos a borda do invisível para que este invisível se torne visível. Desde então, tenho carregado você comigo, bem como **Neusa Santos Souza**, **Isildinha Baptista Nogueira**, **Maria Aparecida Silva Bento** e tantos outros corpos negros para me guiar e co-construir a minha prática profissional.

Fico reparando a expressão dos meus alunos e alunas, sabe? Ao ver que você foi a primeira mulher, a primeira mulher negra a deitar-se em um divã na América Latina, em 1937, e a integrar o grupo que daria início a edificação da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP). Bem como a única mulher negra em um grupo, predominante, masculino e com formação em medicina.

Muitos até deixam o inconsciente falar por meio das palavras: “Nossa, professor, ela era negra!”. O espanto, a identificação por meio de alguns alunos e alunas, como também a esperança nos olhos dos meus alunos e alunas negras de que é possível ser, talvez, num futuro não tão distante, alguém como você.

Pois bem, estamos em 2022, quase cinco décadas desde que Virgínia Leone Bicudo defendeu sua dissertação de mestrado, intitulada “Estudos de Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo” (1945), pode-se afirmar que este estudo foi uma investigação pioneira sobre as relações raciais em grande centro urbano (MAIO, 2010). Sua dissertação foi desenvolvida entre os anos 1941 e 1944, defendida, no ano seguinte, sob a orientação do sociólogo Donald Pierson.

Seu trabalho, por meio do estudo das “atitudes raciais”, orientada pelas intersecções entre Sociologia, Antropologia e Psicologia Social, teve, por base, estudos de casos, entrevistas, análises de documentação da Frente Negra Brasileira (1931-1937) e do jornal Voz da Raça.

O trabalho de Bicudo, junto com os trabalhos de Oracy Nogueira, apresenta nova reflexão sobre as relações entre cor/raça e classe social. Pode-se dizer que é um marco epistemológico, ou melhor, há uma virada epistemológica no que se refere à compreensão

dos estudos sobre relações raciais, haja vista que estes estudos evidenciam a persistência do preconceito de cor, mesmo quando se atenua as diferenças sociais e de classe. Os estudos de Bicudo contrapõem-se às concepções tradicionais acerca da existência de uma harmonia racial na sociedade brasileira (democracia racial) embasada no pressuposto de que o preconceito de cor estaria submisso ao de classe (MAIO, 2010).

Gosto de afirmar que Virginia Leone Bicudo, assim como **bell hooks**, chegou à teoria, porque estava sofrendo.

"Cheguei à teoria porque estava sofrendo, a dor dentro de mim era tão intensa que eu não poderia continuar a viver. **Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender, querendo entender o que estava acontecendo ao meu redor.** Acima de tudo, cheguei à teoria porque queria fazer a dor ir embora. Eu vi, na teoria, um local para a cura." (**bell hooks**, In: Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade, grifo nosso).

Em diversas entrevistas Virgínia fala em “sofrimento” como um importante motivo para sua opção pelo curso de ciências na ELSP, “**imaginando que lá (...) descobriria as causas da dor, e, portanto, o lenitivo**” (Bicudo, 1989, p. 5 apud MAIO, 2010, p. 31, grifo nosso).

Desde pequenina eu fui vista como uma ‘**negrinha pobre**’. Quando cresci, meu crime foi ser mulher emancipada. Em depoimento a Meyer (2004) Virgínia recordou que “**eu fui criada fechada em casa, quando eu saí foi para ir à escola e foi quando pela primeira vez, na escola, a criançada começou: ‘negrinha, negrinha’. Quando estava dentro de casa eu nunca tinha ouvido. Então levei um susto**” (p. 17-18). [...] “Desde criança eu sentia o preconceito de cor. Queria o curso de sociologia, porque, se o problema era esse preconceito, eu deveria estudar sociologia para me proteger do preconceito, que é formado ao nível sociocultural” (Bicudo, 1946, p. 6 apud MAIO, 2010, p. 31, grifo nosso).

Assim como **bell hooks** e **Virgínia Leone Bicudo**, a teoria transformou quem eu era. Antes de me tornar estudante de Psicologia, ainda no ensino médio, tive um breve contato com o autor **Lima Barreto**. O interessante é que, na época, se não me falha a memória, estava no 1º ano do ensino médio, e, naquela época, tinha cabelos curtos, uma vez que meus pais não me autorizavam a ter cabelo grande. Segundo eles, além de feio, dava trabalho. Em determinado momento do ano, a professora de Língua Portuguesa e Literatura nos apresentou **Lima Barreto**, e me lembro que senti algo muito estranho que, hoje, nomearia como um sentimento ambivalente, isto é, similar ao mix de identificação-raiva, emoção-ódio e assim por diante. **Lima Barreto**, exposto em uma TV de tubo

laranja e, ao fundo, alguns alunos rindo e gritando “ah lá, o pai do Paulo”. Escutar aquilo foi tão violento, pois não queria me parecer com ele, achava-o feio e não queria ser feio. **Virgínia, Neusa Cida Bento e Isildinha** sabem do que estou falando.

Pois bem, quando comecei a ler *Triste fim de Policarpo Quaresma* fiquei encantado com a obra e com a genialidade de **Lima Barreto**. já não olhava com os olhos de quem enxerga um homem negro e feio, mas sim um homem intelectual negro.

Passados anos, já, enquanto estudante de Psicologia e me aproximando dos últimos anos da formação, encontrava-me em um dos momentos mais críticos da minha vida, com ideações suicidas e intensas crises existenciais. Eis que escrevo uma carta de despedida endereçada a mim mesmo, onde dizia que **não queria morrer, mas queria outra vida**.

Fato é que, somente em 2018, passo a conhecer o livro *Diário de Um Hospício* e, logo nas páginas iniciais, **Lima Barreto** diz: “**Não quero morrer, não; quero outra vida**”. Não conseguirei descrever o que senti, mas foi de tamanha intensidade que paralisei. Alguma companhia eu encontrei ali. Foi, então, a literatura, a Psicologia, mas, sobretudo, os movimentos negros que me ensinaram e me fizeram entender e compreender o que estava acontecendo ao meu redor, assim como **bell hooks** e **Virgínia** nos contam.

Mas, voltando para a obra de **Bicudo** (1945/2010), no final da segunda guerra mundial, **Virgínia Bicudo** apresentou uma reflexão inovadora, ao considerar a cor como importante variável na produção de desigualdades sociais em contexto intelectual no qual prevalecia a máxima de que o preconceito de classe seria reinante na sociedade brasileira.

Bicudo (1945/2010) deixa explícito que estuda a experiência de seus entrevistados para além das causas meramente intrapsíquicas, contemplando, também, os aspectos sociais (AIELLO-FERNANDES, 2018). O trabalho de **Virgínia Bicudo** foi realizado em São Paulo, tendo 30 casos apresentados, 11 foram encontrados na Clínica de Orientação Infantil da Sessão de Higiene Mental Escolar. A autora visitava os grupos escolares da capital e tomava o endereço de estudantes pretos ou mulatos, e, assim, contatava aos pais, dizendo-lhes que desejavam conhecer as condições do ambiente afetivo para orientá-los na educação dos filhos. Por sua vez, os pretos e mulatos das classes sociais intermediárias foram procurados por meio de apresentações e as pessoas eram informadas dos intentos da pesquisa.

É importante demarcar que **Bicudo** (1945/2010) não utilizou o critério de autotaxação racial que se emprega, por exemplo, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Deste modo, a autora recorreu a uma classificação,

segundo a qual identificou os pretos como indivíduos de cor preta e cabelos encarapinhados, com pais de mesmos traços físicos. Já os mulatos eram os de cor parda, cujos genitores eram compostos por pares de negro e branco, pardo e branco ou indivíduos pardos.

Bicudo (1945/2010) estudou, também, uma instituição, a *Frente Negra Brasileira*, realizando entrevistas com seus dirigentes e procedendo à análise de documentações e do jornal da entidade, o *Voz da Raça*. O intuito era examinar atitudes e opiniões raciais, manifestadas em âmbito institucional e assumidas publicamente. Em função do momento político no qual a pesquisa se deu – estávamos no Estado Novo e organizações políticas não eram permitidas – a autora renomeou a Frente Negra como “Associação de Negros Brasileiros”, referindo-se, ao jornal, como “Remanescentes de Palmares” (AIELLO-FERNANDES, 2018).

Em sua pesquisa, Virgínia recolhe importantes relatos:

Antonia – Preta, aparenta ter 40 anos, analfabeta: “Não quero mais ligações com patrícios (pretos). Fui criada por branco. Minha madrinha dizia sempre: “Por que os pretos não se unem, para conseguir vida melhor?” Hoje eu vejo que a raça de cor não tem união, porque cada um quer ser mais que o outro.

José – Preto, 32 anos, alfabetizado: Não sou fanático por esse negócio de união de pretos. Divirto-me em casa. Nunca fui desprezado. Dou-me bem com os vizinhos. Entre os próprios negros, uns querem ser melhor do que outros. Às vezes, sou mais bem tratado por branco do que por “patrício”.

CASO 07 – Trata-se de uma pessoa de 28 anos de idade de cor preta e solteira. Trabalhando como empregada doméstica. É analfabeta: o branco faz pouco caso do preto, por causa da cor. Quando me mudei do interior para São Paulo [há 10 anos], sofri muito, porque na rua me xigavam de negra ou mexiam comigo. Certo dia, passava por uma rua [Bela Vista], vestida com uma blusa branca engomada, e uma moça que sempre me aborrecia me disse: “Mosca caída no leite”. Não me contive e virei-lhe um tapa no rosto. Nunca mais ela mexeu comigo. Nas lojas da cidade, quando a gente entra para comprar alguma coisa, só é atendida depois de muito esperar.

CASO 10 – Preto, 38 anos de idade é funcionário público. Possui curso secundário: Não tenho fé nos pretos: sou contra os pretos. O preto é uma raça miserável de gente ignorante. Evito a companhia deles. Tenho prevenção com o mulato. Considero o branco pela seleção que ele fez em festas, não permitindo a entrada de preto. Procuro vestir-me bem para ter boa aparência.

Segundo **Bicudo** (1945), os pretos de classe social “inferior” apresentados evidenciam: distância social entre os pretos manifestada por atitudes de rivalidade, ou seja, como afirma um dos entrevistados, “cada um quer ser melhor do que o outro”, bem como manifestam desprezo, “é pior o desprezo de preto que melhora economicamente do que o do branco”, manifestam, também, antipatia, “preto não gosta do preto”, de

antagonismo, “os pretos são contra os pretos”, e de inveja, “os pretos são pessoas invejosas, desejam ver-nos sempre mal”.

Bem como o sentimento de inferioridade perante o corpo branco, o que concorreria para arrefecer os sentimentos de hostilidade, logo, a ambiguidade nas narrativas de seus entrevistados, em relação à questão racial, pode ser percebida em minha própria experiência e vivência com o autor **Lima Barreto**, bem como na fala de uma das participantes:

Justina – Preta, aparenta ter 30 anos, alfabetizada: Quase não tenho relações com gente de cor, porque são pessoas invejosas, desejam ver-nos sempre mal economicamente ou lutando com doenças; então ficam satisfeitos. Dou-me melhor com os vizinhos brancos. Desejaria ser branca, mas que fazer...Não me sinto infeliz por ser preta, mas pelas dificuldades econômicas e pela doença de mamãe.

Diante destes relatos, pode-se afirmar que corpos negros, sejam eles em ascensão social ou não, internalizaram, em algum momento de sua existência, ou ainda se encontram fixados numa concepção desfavorável de si próprios, em consequência de intenso processo de identificação, por meio de contato primário com pessoas do grupo dominante, principalmente, na infância.

Assim como aparece em algumas falas das entrevistas do livro *Tornar-se Negro*, Jurandir Freire Costa pontua que o “negro, no desejo de embranquecer, deseja nada mais, nada menos, que a própria extinção. Seu projeto é o de, no futuro, deixar de existir, sua aspiração é a de não ser ou não ter sido” (COSTA, 1983, p. 5).

CASO 11 – Preto, 43 anos de idade. Exerce o funcionalismo público. Tem curso primário: O preto é uma raça completamente inferior: não vale nada. Evito trabalhar com subordinados pretos, e, por outro lado, quero colocar o branco sob minha autoridade, submetê-lo no trabalho. Fui criado por brancos e me senti espezinhado. Só possui relações sociais com brancos. As sociedades de brancos nos vedam para participar como sócios. O preto deve viver separado do branco. Acho que o mulato deve evoluir, casando-se sempre com branco, para extinguir a raça (**BICUDO**, 1945/2010, p. 94).

Portanto, o fato de o corpo preto, pertencente às classes sociais intermediárias, não apresentar, diretamente, atitudes de hostilidade contra o branco, encontraria explicação no intenso sofrimento do processo de identificação com este, ao mesmo tempo em que sofreriam com a discriminação. Nesse ponto, **Bicudo** (1945/2010), revelando mais uma vez seu diálogo com a Psicanálise, volta sua atenção para a constituição subjetiva dos entrevistados – muitos dos quais tinham sido criados por brancos.

No convívio íntimo com brancos, o corpo negro adquiriria as maneiras de pensar e sentir do corpo branco, inclusive, no que se refere ao próprio preto, passando a ter, para com o corpo negro, a mesma atitude e os mesmos sentimentos do corpo branco. Ou seja, em virtude dos contatos primários da infância e do mecanismo psíquico da identificação, o corpo negro introjetaria as ideias do branco e passaria, então, a ver os corpos pretos do ponto de vista dos brancos, desprezando-os. Questão que **Neusa Santos Souza** e **Isildinha Baptista Nogueira**, posteriormente, descrevem e desenvolvem em seus trabalhos.

Assim, fazendo e vendo-se, também, a si do ponto de vista do branco, acabariam por sentir que perdiam o direito de reagir contra este último. Suas energias passariam a se concentrar no esforço de eliminar os motivos do conceito de inferioridade, a fim de conquistar a consideração do branco. Com mentalidade formada pelo branco, o preto desenvolveria um autoideal de branco – que, no entanto, nos casos analisados na classe intermediária, não se expressava abertamente no desejo de ser branco (AIELLO-FERNANDES, 2018).

Nesta perspectiva, podemos ir além e afirmar, assim como Costa (1983) e **Santos** (1983), que outro traço da violência racista é a construção de uma relação persecutória entre o sujeito negro e seu corpo. Para Psicanálise, por exemplo, o corpo é um dos componentes fundamentais na construção da identidade do sujeito, o qual passa a investir libido frente a sua imagem corporal, deste modo, a identidade do sujeito depende da relação que este sujeito cria com o corpo.

Por sua vez, um corpo que não consegue ser absolvido do sofrimento que infringe o sujeito torna-se um corpo perseguido, odiado, visto como foco permanente de ameaça de morte e dor. Neste sentido, a medida em que o corpo negro toma consciência do racismo, seu psiquismo é atravessado e marcado com o selo da perseguição pelo corpo-próprio (COSTA, 1983), logo, este sujeito passa a controlar, observar e vigiar este corpo que se opõe à construção da identidade branca que ele foi coagido a desejar.

E, muitas vezes, a revolta, ódio, amargura, resultantes da diferença, em relação ao corpo branco, passam a traduzir-se em ódio ao corpo negro, criando, então, diversas feridas, marcas e dores, como pode-se observar nas falas das entrevistas realizadas por **Virgínia Leone Bicudo**.

O interessante é que **Neusa Santos Souza**¹⁹ não leu **Virgínia Leone Bicudo**, mas é possível afirmar e pontuar o quanto suas obras convergem, bem como as narrativas das pessoas entrevistadas se assemelham, mesmo depois de quase 30 anos de publicação da obra de Bicudo. As narrativas encontradas nas entrevistas feitas por Souza se parecem, afinal, estamos falando das vicissitudes do corpo negro, e sabemos que, por mais singular que este corpo seja, ele é constituído por um contexto e por uma estrutura que é racista e que se expressa a partir de cada contexto que apresenta suas particulares, mas o centro passa ser o mesmo: o racismo.

Aiello-Fernandes (2018) afirma que **Neusa Santos Souza** não teve oportunidade de conhecer o mestrado de **Virgínia Leone Bicudo** uma vez que esse permaneceu, relativamente, desconhecido como item do acervo da biblioteca da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, só publicado ao final da primeira década do século XXI.

¹⁹ Poderíamos refletir e tecer inúmeras hipóteses sobre o desconhecimento de **Neusa** acerca da obra de **Virgínia**, talvez, uma das possíveis respostas é que tanto Virgínia quanto Neusa foram vítimas de um sistema colonial epistemicida.

O que deixamos de aprender com Neusa Santos Souza?

Parei. Respirei.

Levantei-me.

Passei as mãos sob o meu rosto.

Inspirei fundo e soltei todo o ar possível.

E, agora, estou aqui, em lágrimas, escrevendo estas palavras.

Tentarei ser forte para conseguir terminar o meu raciocínio. As lágrimas não são de tristeza, mas também não são de felicidade.

Infelizmente, não tive a oportunidade de estar com você, Neusa. Mas, desde o momento em que a conheci, através de sua obra *Tornar-se Negro*, pela primeira vez na minha vida, alguém conseguia colocar em palavras e externalizar todos os sofrimentos, angústias e mal estar que eu vivenciava, mas que não conseguia organizar em palavras e entender tais vivências.

E você conseguiu.

Está sendo difícil escrever sobre você. Sobre sua obra. Uma pessoa que conheci não por via de professores e professoras, mas sim, novamente, por meio dos movimentos negros, afinal, como **Nilma Lino Gomes** afirma, os movimentos negros são, sobretudo, movimentos educadores. Foi com eles que pude aprender quem eu sou e quem você é.

Lembro que, após ler a sua obra, fui, imediatamente, para o navegador *google* na tentativa e na esperança de te conhecer, mas, infelizmente, não encontrei nenhuma imagem que pudesse me fazer conectado com você, Neusa. O não encontro, assim como o vazio, me deixou devastado e questionador: Por que não tínhamos, sequer, uma imagem de Neusa Santos Souza?

Das poucas imagens que encontrei, não sabia quais dela era você. E, assim, fui construindo, em meu pensamento, uma imagem ideal de Neusa Santos Souza. Em 2015, em um congresso internacional de Psicologia, tive o privilégio e o prazer de escutar e conversar com Lia Vainer Schucman. Lembro-me que, por quase um dia, ensaiei como poderia abordá-la para parabenizar a conferência que ela havia ministrado na manhã do dia anterior. Eis que, mesmo tremendo e nervoso, cheguei até ela após o intervalo do seu minicurso. Ela, toda receptiva e afetuosa, me acalmou dizendo que era uma pessoa comum, acabamos rindo da situação e, aos poucos, o tremor foi passando e a sensação que se fazia presente era de acolhida.

Em um determinado momento, começo a falar sobre a minha proposta de mestrado e, então, ela para e me pergunta: “Você sabe que a Neusa se suicidou, né?”.

Aquilo me paralisou por dentro. Afinal, por mais uma vez, eu pude me identificar com você, Neusa. Por fora, tentei manter a postura e disse que não, e logo mudamos de assunto e voltamos para o minicurso. Mas aquela informação ficou ecoando por dias, meses e, talvez, até os dias de hoje, afinal, em 2021, completo 10 anos de estudo e trabalho com a temática do suicídio.

Algo está conectado e interligado seja conscientemente ou inconscientemente.

Em meu ponto de vista, a obra *Tornar-se Negro* não só inaugurou os estudos sobre relações raciais e saúde mental do corpo negro no Brasil, como também inverteu a lógica de produzir conhecimento sobre nós, negros e negras, haja vista que tanto **Virgínia** quanto **Neusa** estavam falando de si também, ambas percorreram um campo metodológico que tínhamos pouco conhecimento na época.

Quase 40 anos de *Tornar-se Negro* e sua obra nos espaços acadêmicos, em específico, nos *saberes psis*, ainda se faz pouco presente, seja nas discussões das disciplinas ou, até mesmo, nas bibliografias básicas e complementares dos cursos de Psicologia, Psicanálise e Medicina.

Por que, até o ano de 2021, essa obra não foi reeditada?²⁰ Não tenho respostas, mas uma das hipóteses é que, talvez, colocar, novamente, sua obra para todas e todos, inclusive nas instituições psicanalíticas, é escancarar e questionar a branquitude. No entanto, contra ou não a sua vontade, a obra foi reeditada no ano de 2021 e lançada no mês de outubro, ganhando uma capa poderosa, com um novo prefácio de **Maria Lucia da Silva** e um compilado de seus textos e arquivos pessoais.

Foi em meu encontro com Lia que soube sobre um programa de TV chamado “Espelhos”, que Neusa havia participado em 2008, pouco antes de sua morte. Infelizmente, só conseguir ter contato com o programa em 2017 e lembro-me como se fosse hoje. Meus olhos brilhavam, finalmente, pude vê-la e, enfim, escutar Neusa Santos Souza. Chorei por horas.

Nesse programa você diz:

Sandra Almada: Não valeria à pena continuar usando a Psicanálise como acadêmica, para olhar para situação dos negros e continuar dando a sua contribuição?

Neusa Santos Sousa: O que eu tenho a dizer, do ponto de vista dessa generalidade que você me solicita, eu já disse. Está aí neste livro que vocês

²⁰ Talvez, estaríamos respeitando o seu desejo, Neusa, pois, conforme você afirma na entrevista, em 2008, no programa “Espelhos”, ao ser questionada se republicaria o livro, convictamente você diz que não. No entanto, em 2021, sua obra foi reeditada e lançada pela Editora Zahar.

estão trazendo a baila que é o Tornar-se Negro. *Então, do ponto de vista que eu disse, naquele momento da minha trajetória, está dito e bem dito. Mas, hoje, eu teria assim uma restrição importante ao fazer generalizações a partir da psicanálise, justamente porque eu acho que generalizações não cabem com psicanálise.* Há uma certa contradição.

Sandra Almada: Então você não republicaria?

Neusa Santos Sousa: Eu não republicaria, é um livro que é para ser usado, mas eu estou em outro momento. *Eu vejo a psicanálise um pouco diferente do eu via, talvez, naquele momento, eu pudesse achar que fosse possível aplicar a psicanálise a essa questão. Hoje, eu tenho grandes restrições à ideia de psicanálise aplicada, eu acho que a psicanálise, o que ela tem importante e de forte a dizer é que ela concerne ao singular, ao individual.* Eu acho que a contribuição assim, radical dela, é singular. Daí, talvez, a minha dificuldade e minha insistência em não aceitar os convites para falar da questão racial, da questão racial a partir da psicanálise, porque eu acho, realmente, inconsistente essa articulação. Eu sei que se faz, eu sei que se pensa, mas, sinceramente, eu acho, eu não assino embaixo (SOUZA, 2008, grifo nosso).

Neste momento do programa, quando questionada sobre a republicação de seu livro e sobre a aplicabilidade da psicanálise, **Neusa** apresenta uma fala eloquente, ou seja, uma fala assertiva e explícita de que não republicaria seu livro e que a contribuição da psicanálise frente às questões raciais estaria relacionada ao individual, ou seja, a contribuição radical da psicanálise estaria na singularidade. **Neusa** ao dizer isto, ela não nega que o racismo atravessa todas e todos, mas que quando se trata de psicanálise focalizaremos na singularidade-individualidade, precisaremos antes de tudo, escutar para compreender e visualizar de qual lugar este corpo habita e fala.

Figura 36: Fotografia com Ana Rocha à esquerda e Neusa Santos Souza à direita



Fonte: Acervo Pessoal de Ana Rocha²¹.

Em *Tornar-se Negro*, **Neusa** nos diz que uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo, discurso que se faz muito mais significativo quanto mais fundamentado no conhecimento concreto da realidade. Assim, eu não sou mais o

²¹ Acervo retirado da Dissertação de **William Pereira Penna** (2019): *Escrevivências das memórias de Neusa Santos Souza: Apagamentos e lembranças negras nas práticas psis.*

objeto. Eu sou o sujeito da minha história, posto que a reivindicação da condição humana não está dada, somos nós que a conquistamos.

Assim como **Nogueira** (1998) afirma, numa sociedade racista, a auto rejeição, o auto ódio é uma **norma**. Não podemos ver isso do ponto de vista moral, e sim da ética, haja vista que tiraram de nós a nossa **humanidade**. Pois bem, descolonizar o conhecimento, o saber, a vida e a história de si e do mundo, significa criar outras configurações de conhecimento e de poder.

Kilomba (2019) afirma: se minhas palavras parecem preocupadas demais em narrar posições e subjetividade como parte do discurso, vale lembrar que a teoria não é universal nem neutra, mas **sempre localizada** em algum lugar e sempre escrita por alguém, e que este alguém tem uma história.

Faço essa reflexão para dizer que o livro *Tornar-se Negro*, assim como a dissertação de **Virgínia Leone Bicudo**, é uma obra que viabiliza a construção de um discurso do corpo negro sobre o corpo negro, narrada por uma mulher negra que não só vivenciou a experiência de ser negra em uma sociedade branca/misógina/cis-colonial, mas se tornou referência fundamental para os estudos das relações raciais, bem como Bicudo.

Em específico **Neusa**, em 1983, apresentou seu primeiro livro, fruto de uma dissertação de mestrado defendida em 1981, na qual a autora pretende estudar os passos e trajetórias de pessoas negras, justificando a importância de tal obra, visto que, na época, havia uma ausência de estudos e trabalhos acadêmicos sobre a vida emocional dos negros e negras e da absoluta ausência de um discurso a esse nível elaborado pelo corpo negro, acerca de si mesmo.

A partir das leituras deste livro, é possível nos indagar: A descoberta de ser negra é mais que a constatação do óbvio, afinal, o que é óbvio?

Como Darcy Ribeiro (1986) pontua, o óbvio é aquela categoria que só aparece enquanto tal depois do trabalho de se descortinar muitos véus. E foi isso que **Neusa**, **Virgínia**, **Fanon**, **Isildinha** e **Cida Bento**, como tantos outros e outras, fizeram e ainda fazem.

Tendo em vista que saber-se negra, como **Santos** afirmou (1983), é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas expectativas, submetida às exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é, também, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades.

Se Jurandir Freire Costa afirma que: “Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso” (1983, p. 2), hoje, a partir das nossas narrativas, saberes e conhecimentos, podemos **contrapor** e afirmar que o corpo negro não é apenas um corpo do despejo ou subjugado, pois existem outros processos psíquicos implicados no racismo que envolvem a resistência e a ressignificação desta subjugação. Sendo assim, nem sempre corpos negros cedem à ideologia do embranquecimento ou se deixam calar. *Há busca pelo valor de si, pelo amor de si, por outras identificações e identidades*, como nos ensinou **Neusa Santos Souza**.

Aiello-Fernandes (2018) pontua que a vivência pessoal de **Neusa Santos Souza** se encontra presente em sua obra como matéria-prima, que é articulada com experiências vividas por outros negros e negras. Ainda, segundo o autor, **Neusa** assinala ser fundamental que o conhecimento produzido nessa obra possa alcançar, também, os brancos engajados com o objetivo da construção de um processo real de libertação.

Baseada na experiência de ser negro em uma sociedade branca, de classe e ideologia dominante brancas, de estética e comportamentos brancos, de exigências e expectativas brancas. A autora busca, então, analisar a experiência emocional do corpo negro que, vivendo nessa sociedade, responde positivamente ao apelo de ascensão social.

Na medida em que a sociedade escravagista transforma o corpo africano em sujeito escravizado, ela definiu o negro como raça e, assim, demarcou seu lugar, sua história, a maneira de tratar e ser tratado, bem como os padrões de interações com o branco, instituindo, então, o paralelo entre cor negra e a posição social inferior. Com isto, desde o processo de escravização, busca-se novos elementos que lhe permitam justificar a representação do corpo negro como socialmente inferior.

Santos (1983) afirma que, muitas vezes, para livrar-se desta concepção e das amarras do cis-tema colonial, corpos negros são constrangidos a tomar o branco como modelo de identidade, ao estruturar e levar, a cabo, a estratégia de ascensão social, ou seja, de reconhecimento.

Tendo em vista que o cidadão era o branco, os direitos eram para o branco, os serviços respeitáveis eram os “serviços de branco”, ser bem tratado era ser tratado como o branco (**SANTOS**, 1983). Foi a partir do desejo de ser humano, que o corpo negro “organizou-se para a ascensão, o que corresponde dizer: foi com a principal determinação de assemelhar-se ao branco, ainda que tendo que deixar de ser negro, que o negro buscou, via ascensão social, tornar-se gente” (**SANTOS**, 1983, p. 21).

Para isto, três elementos foram necessários para sustentar as relações raciais no Brasil: hierarquização, segregação, e, também, possibilidades de ascensão do negro. Este

tripé correspondia ao contínuo de cor, ideologia do embranquecimento e democracia racial. Em relação ao contínuo de cor, **Santos** (1983) afirma que o branco e o negro representam, apenas, os extremos de uma linha ininterrupta, onde as diferentes colorações, isto é, nuances de cor, adscreviam significados diversos. Sendo assim, quanto maior a brancura, maiores as possibilidades de êxito e aceitação frente ao olhar do branco/humano/universal.

Com isto, a associação à ideologia do embranquecimento, bem como à ideia de democracia racial, resultaria em um crescente desestímulo à solidariedade do negro que percebia seu grupo de origem como referência negativa, isto é, grupo do qual não quero me identificar, reconhecer e estar, logo, seria preciso escapar para realizar, individualmente as expectativas de mobilidade vertical ascendente (**SANTOS**, 1983).

Como pode-se observar no Caso 12, apresentado por sua precursora **Virgínia Leone Bicudo** (1945/2010, p. 95, grifo nosso):

CASO 12 – Preto, 36 anos de idade. Tem curso primário: Os pretos são mais relaxados que os brancos. Acho que o governo devia tomar a iniciativa de educá-los. Ou então os pretos deveriam unir-se e trabalhar no interior, para em primeiro lugar organizar sua vida econômica. Não existe preconceito do branco contra o preto, pois é o próprio preto que faz surgir situações de desprezo para ele, devido a suas atitudes inferiores. O preto só pensa em dançar. **É preciso instruir o negro para melhorar suas atitudes e então ser aceito pelo branco.**

O que **Virgínia** e, sobretudo, **Neusa** apontam acerca da mobilidade vertical ascendente é plausível de correlacionar com a noção de meritocracia que se acirra, cada vez mais, a partir dos moldes e atravessamentos do cis-tema neoliberal. Pois, desde que nascemos, somos instruídos a acreditar na falsa ideia que subjaz a lógica meritocrática, isto é, o mito e ilusão de que todos os corpos sociais seriam dotados de iguais condições para alcançar os bens da vida. No entanto, é mais do que óbvio e visível (mas apenas para alguns) que a igualdade de oportunidades, prometida pela meritocracia, é uma mera ideologia, cujo intuito é justificar a permanência das desigualdades sociais, tornando-as aceitáveis a todos.

Lógica esta que estrutura o saber da Psicologia, por exemplo, quando **Bock** (1999) afirma que a visão de sujeito, predominantemente na Psicologia, pode ser resumida como sendo a imagem do *Barão de Munchhausen* – seria possível sair do pântano puxando seus próprios cabelos a partir dos seus próprios esforços pessoais.

A produção de **Neusa** desafia a crença psicológica de que o sujeito seria um ser dotado de capacidades e potencialidades que lhes são naturais; de que, tendo em vista as

condições sociais e ambientais, a pessoa pode “desabrochar” ou não “desabrochar”. Há um ser humano pronto dentro de cada um de nós, como uma semente que tem seu desenvolvimento já determinado, e as condições climáticas poderão facilitar ou dificultar seu desabrochar. A pessoa deve ser capaz de se puxar, pelos seus próprios cabelos, para sair do pântano.

A partir desta lógica apresentada por **Neusa**, os esforços para curar a “ferida” e ser reconhecido pelo outro (corpo branco) vão, então, suceder-se numa escalada patética e dolorosamente inútil. Como afirma a autora, as inúmeras barreiras à conquista da ascensão social encontradas pelo negro contribuíram para ampliar o fosso que o separava de sua identidade enquanto indivíduo e enquanto grupo.

A autora pontua que o meio negro se dividia: de um lado, ficavam aqueles que se conformavam com a “vida de negro” e, do outro, os que ousavam romper com o paralelismo negros/miséria. Uns e outros hostilizavam-se reciprocamente.

Os primeiros, pelo ressentimento de não “subir na vida” e pela convicção de que perderiam o antigo companheiro que, ao ascender, se afastaria do meio negro. Os outros, por um sentimento de retaliação frente à hostilidade dos primeiros e pela tendência a assimilar o discurso ideológico da democracia racial que vê o negro que não sobre como um desqualificado, do ponto de vista individual (SOUZA, 1983, p. 22-23).

Deste modo, para autora, a história da ascensão social do negro brasileiro é, assim, a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais. Mais uma vez, recorro à **Virgínia Leone Bicudo**, com o Caso 08 – Preto, alfabetizado, possui curso secundário e exerce uma profissão intelectual:

“A questão racial no Brasil, prende-se à queda do regime escravocrata, com a abolição da escravidão, que acarretou a ruína de muitos fazendeiros. Vende-se arruinados, os fazendeiros investiram injustamente seu ódio contra o negro, como é facilmente verificado nas cidades fastigiosas do interior. Em São Paulo, o preconceito parece gerado pelo convívio com imigrantes. Afirmar-se na Bahia, como o fez o professor Pierson, que o negro rico não sofre preconceitos. Tal afirmação não é verdadeira em São Paulo. Em primeiro lugar, pode-se afirmar que não existe negro economicamente independente, portanto, aqui entendemos por negro rico aquele que for instruído, educado. As experiências diárias mostram que também eles sofrem as consequências da cor de pele. O centro dos funcionários Públicos vedou a entrada a moças formadas em nossas escolas secundárias, filhas de um intelectual que entre nós exerce suas funções, unicamente por se tratar de pessoas de cor. Sob minha chefia trabalham vários moços. Certo dia, um deles entregava-me um convite de festa de formatura em presença de sua irmã. No dia seguinte, conta-me ingenuamente o rapaz: “ontem minha irmã ficou preocupada vendo-me convidá-lo para a festa de formatura e me censurou. Tranquilizei-a imediatamente, dizendo-lhe que o havia convidado porque sabia que o senhor não iria”. Acidentes como estes são pequeninas coisas do branco que me fazem confiar, desconfiando. Passava diante de um estabelecimento de diversões

quando, por algum motivo, parei e ouvi que alguém me dirigia a palavra. Dizia-me o porteiro do estabelecimento: “Você não pode entrar aqui”. Eu, que não estava interessado em entrar naquela casa de diversões, insisti em saber por que não poderia entrar, pedindo falar ao gerente. “O gerente está muito ocupado e não pode atender um negro”. Acontece, porém, que no momento o gerente apareceu à porta, indagando o que havia. Conhecíamos-nos por causa do meu trabalho, e logo me indagou, expliquei-lhe o ocorrido. Virando-se para o porteiro, que era preto, diz-lhe: “Este preto pode entrar, ele manda em São Paulo”. E, voltando-se para mim: “Vamos entrar?”. Eu que não pretendia mais do que aquela satisfação despedi-me.

A amizade do branco pra o negro é sempre interesseira. Dado o cargo que ocupo, há interesses em me agradar, fora isso, pouco valor tenho, não sou homenageado simplesmente pela minha pessoa, mas as atenções são para as funções que exerço.

Percebo que me tratam com deficiência para encobrir qualquer coisa. Existe preconceito de cor e de classe, sou doente e sei, portanto, onde me dói. O preto sobe na carreira ocupacional dando o triplo. Se para o branco for necessário saber A, o preto deverá saber A, B, C.

Terminando o curso primário, fui prestar exames para o curso secundário na cidade vizinha. Dias depois, os jornais publicaram os resultados – eu estava colocado em terceiro lugar entre os concorrentes. A minha colocação despertou admiração de todos na cidade. Muitos chegavam a me perguntar: “Você é o preto que tirou o terceiro lugar nos exames?”. Eu achava natural e não compreendia o motivo de tanta admiração. Mais tarde, ao ingressar na profissão que atualmente exerço, fui submetido a um exame. Entretanto, notei que somente de mim exigiram conhecimentos além do estipulado para os outros. Depois de comprovar que tinha conhecimento além do esperado, fui aceito no emprego.

Os pretos pouco se visitam. Há preconceitos entre o próprio preto. Muitos não querem demonstrar a sua origem e por isso não se reúnem. **O negro não quer ser negro.** *Eu faço questão de ser negro.* Os pretos sem educação não gostam de mim: dizendo que vivo fazendo graça para branco, colocando o negro em ridículo. Uma sociedade recreativa de pretos me vedou a entrada. Quando vou a uma festa, nas raras vezes que vou, procuro me apoiar em amigos brancos chegados, evitando ficar só. Quando percebo que vou ficar só, sem apoio de uma pessoa mais chegada, retiro-me imediatamente.

Com isto, a estrutura racista passa a criar mitos, que são discursos ilusórios, buscando a negação da história, transformando-a em suposta natureza. Por exemplo, Eliade (1963/1996), em *Mito e Realidade*, afirma que:

O mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do princípio. Em outros termos, o mito narra como, graças às façanhas dos entes sobrenaturais, uma realidade que passou a existir... é sempre, portanto, uma narrativa de criação: ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser. O mito fala apenas do que realmente ocorreu, do que se manifestou plenamente. Os personagens dos mitos são os entes sobrenaturais. Eles são conhecidos, sobretudo, pelo que fizeram no tempo prestigioso dos primórdios. Os mitos revelam, portanto, sua atividade criadora e desvendam a sacralidade (ou simplesmente a sobrenaturalidade) de suas obras. Em suma, os mitos descrevem as diversas e, algumas vezes dramáticas, irrupções do sagrado (ou do sobrenatural) no mundo. É essa irrupção do sagrado que realmente fundamenta o mundo e o converte no que é hoje (p. 11).

Portanto, o mito é uma história verdadeira, porque sempre se refere a realidade. Nas palavras de Souza (1983, p. 25, grifo nosso), **o mito é um efeito social que pode**

entender-se como resultante da convergência de determinações econômico-político-ideológicas e psíquicas.

Neusa faz uso da noção de mito para criar a noção de Mito Negro que corresponderia todos os simbolismos construídos, ao longo do processo histórico ocidental colonial, passaram a ser associados ao corpo negro. Mito este que teria impactos e efeitos no plano político, ideológico, social e econômico, se expressando pela doutrinação e dominação, mas, também, efeitos no plano psíquico. O mito negro impacta no processo de subjetivação e construção identitária.

Dito de outro modo, pode-se afirmar que **Souza** (1983) propõe uma inovação na discussão sobre racismo no Brasil, ao preconizar que a **transmissão do racismo**, em nível subjetivo, se faz por meio do que denominou de mito negro:

Incrustado em nossa formação social, matriz constitutiva do superego de pais e filhos, o mito negro, na plenitude de sua contingência, se impõe como desafio a todo negro que recusa o destino da submissão. Interpelado num tom e numa linguagem que o dilacera inteiro, o negro se vê diante do desafio múltiplo de conhecê-lo e eliminá-lo. Como Édipo, se encontra frente a frente à Esfinge e seu enigma: é vital apoderar-se do conhecimento, desvendar a resposta e assim destruir o inimigo para seguir livre. Obviamente, cabe a negros e não-negros a consecução desse intento, mesmo porque o mito negro é feito de imagens fantasmáticas compartilhadas por ambos. Razão maior para que tal empenho seja comum é o nosso anseio de construir um mundo onde não mais seja preciso dividi-lo entre negros e brancos. Entretanto, enquanto objeto da opressão, cabe ao negro a vanguarda desta luta, assumindo o lugar de sujeito ativo, lugar de onde se conquista uma real libertação (**SOUZA**, 1983, p. 26).

De acordo com Aiello-Fernandes (2018) e **Souza** (1983), o mito visto como instrumento formal da ideologia, cujo efeito social seria resultante da convergência de determinações econômico/políticas/ideológicas e psíquicas, promoveria um processo de naturalização e essencialização das relações sociais, favorecendo uma dissolução de suas contradições. Seria, enfim, uma fala que objetiva escamotear o real, produzir o ilusório e negar a história.

Assim é que, para afirmar-se ou para negar-se, o negro toma o branco como marco referencial. Com isto, a criatividade, espontaneidade e sensibilidade lhe é um direito negado, não lhe cabe simplesmente ser. Há que estar alerta não tanto para agir, mas para evitar situações em que seja obrigado a fazê-lo abertamente. Há que estar alerta: “Estou cansada de me impor. O negro não pode entrar num restaurante, por exemplo, naturalmente. Tem que entrar se impondo” (**Sônia** – Entrevista de Neusa).

Há que estar sempre em defesa, em guarda e atento, isto é, em alerta. Para evitar de ser atacado, violentado e discriminado.

Souza (193) faz uso da metáfora do ferro em brasa, o qual era utilizado no período de escravização como instrumento de diferenciação, em que a autora diz que a marca da diferença, ferro em brasa, que o separa do branco, é vivida não só em seu comportamento externo, mas também a nível psíquico. Em outras palavras, o corpo negro reedita essa desigualdade (negro-branco) e a introjeta em seu universo psíquico, posto que, quando o corpo negro está com outro negro, seu semelhante, reproduz o ritual de separação, exclusão, segregação.

Além de **Virgínia Leone Bicudo**, por meio de suas entrevistas, **Souza** (1983) consegue nos ilustrar o parágrafo anterior por meio da fala de Carmem:

Eu generalizo isso para todo os negros: os que chegaram às classes altas e os que não chegaram. Os que chegaram às classes altas, com os brancos são racionais, com os negros soltam tudo, ficam emocionais. É primitivo.

Assim, o irracional, o ruim, o sujo, o feio, o exótico, o superpotente são imagens figurativas e representativas do **mito negro**, o qual aponta **Souza** (1983). Cada um desses elementos se expressam através de diversos dispositivos, portando uma mensagem ideológica que busca afirmar, reforçar e manter a linearidade da natureza humana, ou seja, o mito de que o corpo negro corresponderia a uma entidade primitiva, irracional, emocional e suja.

Nesta perspectiva, a representação do negro como elo entre o macaco e o homem branco é uma das falas míticas mais significativas de uma visão que reduz os corpos negros e cristaliza à instância biológica (**SOUZA**, 1983).

“Eu me assumia como negro: ir aos lugares e saber que eu era diferente dos outros. Eu era negro, mas diferente: sabia segurar num garfo, não era um macaco, sabia tocar piano. Muita coisa tenho assimilado do branco: comer de garfo e faca, ser simpático” (PEDRO, entrevistado por **Neusa Santos Souza**).

Ainda no que tange a noção “Mito Negro”, de acordo com **Souza** (1983), a autoridade da estética branca define o que é belo e sua contraparte, o feio, nessa nossa sociedade classista. O “negro é o outro do belo”, como podemos observar no relato de Luísa:

Luísa: Meu pai é um mulato muito bonito: nariz afinado, não tem beijo, pode passar por branco. Como é careca, não dá muito para ver o cabelo ruim de crioulo.

Luísa: Eu me achava muito feia. Quando eu tinha seis, sete anos eu queria ser freira. Eu pensava assim: gente feia casa com gente feia. Eu sou feia, não quero casa com gente feia. Vou ser freira. Eu era muita invejosa, inveja do físico das pessoas, acaba que as pessoas eram muito mais bonitas do que eu.

Luísa: Minha avó não gostava de negro. Dizia que crioulo, sobretudo o negro, não prestava: se você ver confusão saiba que é negro que está fazendo; se vir um negro correr é ladrão; você tem que casar com um branco para limpar o útero”.

Contudo, a mitologia negra também produziria, aparentemente, elementos “positivos”, como **Souza** (1983) descreve sobre o “privilégio da sensibilidade”, que se concretiza na musicalidade, ritmicidade, resistência física, potência sexual, que seriam atributos de reconhecimento de uma suposta superioridade negra. Superioridade esta construída pelo cis-tema colonial do qual estariam associados à irracionalidade e primitivismo, em contraposição à racionalidade, organização e refinamento do corpo branco. Exemplificando na fala de Carmem:

O negro tem uma sensibilidade diferente. Uma forma sentimental diferente. Uma entrega maior. Tudo que penetra parece que o negro tá menos amortecido para sensibilidade. Tem mais dificuldade de ser racional, aí se joga pro emocional. Ele tem uma coisa de jogar mais sentimento no que faz. É mais primitivo, mais humano, mais artesanal. Primitivo no sentido primário a emoção é primária à razão. Talvez o discurso racista tenha razão quando diz que o negro é mais emocional.

Primitivo é uma concepção que se estruturou a partir da lógica do colonialismo e se reatualizou no sistema da colonialidade. Primitivo, que se faz presente na contemporaneidade como sendo um sintoma do período escravagista, onde o corpo negro foi colocado como a carga, se atualiza no mito da resistência física, produzindo, então, um destino fatal “mítico”, que acaba o reduzindo ou garantindo a necessária competência para tarefas árduas.

Assim, vai-se reatualizando o mito negro e um passado não tão distante. Salários de trabalhadores negros são menores que dos brancos, além disto, corpos negros ocupam postos mais precarizados e sem proteção social, em outras palavras, o que vemos se refere a uma “Herança da escravização”.

Pois bem, eu, enquanto Professor e na busca por brechas curriculares nas quais eu possa dialogar com a produção de intelectuais negras e negros, tenho feito uma discussão em uma disciplina nomeada: “Psicologia Organizacional e do Trabalho”, onde inicio a disciplina trazendo **Maria Aparecida Silva Bento**, para falar sobre esta “Herança da escravização” e seus efeitos no contexto de trabalho, bem como as contribuições de **Neusa**.

Estou de acordo com a Ementa da disciplina, mas me aquilombando com as minhas e com os meus, recuperando o saber dessas autoras e, assim, construindo um saber que vai além da denúncia em relação à invisibilização da produção teórica destas autoras

e autores negros e, assim, na efetivação e incorporação do saber destas intelectuais no meu cotidiano enquanto professor de Psicologia.

Fernandes (1975 apud **SOUZA**, 1983) afirma que **o negro é aquele que nasce e sobrevive imerso numa ideologia que lhe é imposta pelo branco como ideal a ser atingido e que endossa a luta para realizar este modelo.**

Neusa exemplifica tal afirmação trazendo o caso de Alberto filho, de pai médico e mãe professora. Seus pais não o deixaram ir à escola para não se misturar com os menos, “aquela gente pobre”, e só passou a ir à escola aos dez anos e, assim, foi criado no contexto da elite com ar de nobreza.

Tal cenário descrito por Alberto se configura por um figurino branco, afirma **Souza** (1983), haja vista que o branco, aqui, refere-se à aristocracia, elitizado, letrado, inteligente, poderoso e bem-sucedido. Portanto, cabe afirmar que corresponde ao modelo a ser escolhido.

Na construção de um Ideal de Ego branco, a primeira regra básica que ao negro se impõe é a negação, o expurgo de qualquer “mancha negra”. É a voz de uma das nossas entrevistadas que ecoa pungente sobre nossos tímpanos: “não havia nenhum empenho por parte dos meus pais em reconstruir os percursos, as raízes negras de minha família. Havia um evitar velado, meio inconsciente da história das raízes negras de minha família” (**SOUZA**, 1983, p. 34-35).

Nesta perspectiva, torna-se fundamental dizer que a rejeição pode ter inúmeras consequências, resultando na própria morte. Por exemplo, Luísa, entrevistada por **Neusa**, relata que, por muito tempo, a mãe colocava pregadores para o nariz ficar menos chato e, ao se olhar no espelho, sentia “um coisa ruim” e, por muito tempo, não podia se olhar no espelho com medo de reviver “aquela sensação”.

Autodesvalorização e conformismo, atitudes fóbica, submissas e contemporizadoras são experiências vividas pelos entrevistados de **Neusa Santos Souza**, haja vista que, por diferentes questões, foram humilhados, intimidados e decepcionados consigo próprios por não responderem às expectativas que se impõem a si mesmo, por não possuírem um ideal realizável pelo ego equivalente ao ideal branco.

No Brasil, afirma **Neusa Santos Souza**, nascer com a pele preta, e/ou outros caracteres, e compartilhar de uma mesma história de desenraizamento, escravização e discriminação racial não organiza, por si só, uma identidade negra.

Ser negro é, além disso, é tomar consciência do processo ideológico que por meio de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada de si, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma consciência

que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração (SOUZA, 1983, p. 77).

Portanto, ser negro não é uma condição que se estrutura e se arquiteta pela essência ou por uma natureza humana comum, mas é um vir a ser. Logo, ser negro é tornar-se negro.

Tornar-se negro, ou consumir-se em esforços por cumprir o veredito impossível – desejo do Outro – de vir a ser branco, são as alternativas genéricas que se colocam ao negro brasileiro que responde positivamente ao apelo da ascensão social (SOUZA, 1983, p. 77).

Ao construir uma identidade negra, pode-se afirmar que tal tarefa é eminentemente política, pois passa ser necessário a contestação do modelo advindo das figuras primárias (família ou setores que possam representar tal instituição), e das demais instituições e dispositivos de controle e poder que docilizam nossos corpos e nossos modos de subjetivação, pautando-se em um letramento racista que passa a ser arquitetado pelo mito negro e mito branco. Isto é, tornar-se negro é romper com este modelo para que possa ser possível organizar condições de narrar a própria história, bem como Souza (1983) aponta, de ter **um rosto próprio**.

O que deixamos de aprender com Isildinha Baptista Nogueira?

No dia 29 de setembro de 2018, em meio as manifestações do #EleNão, iniciava, em São Paulo, o evento Pensamento Negro Brasileiro, tendo, como programação: **Luiz Gama e Maria Firmina dos Reis** – Literatura e emancipação; **Virginia Bicudo e Neusa Sousa Santos** – Subjetividade e as leis de um inconsciente escravocrata; **Machado de Assis e Lima Barreto** – Literatura e nação; **Guerreiro Ramos e Clóvis Moura** – Sociologias para um país; **André Rebouças e José Patrocínio** – Transições canceladas; **Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez** – Diáspora, panafricanismo, quilombismos e **Milton Santos** – Geografias do excesso e da exceção.

No dia 29 de setembro, o debate era sobre **Virginia Bicudo e Neusa Sousa Santos** – Subjetividade e as leis de um inconsciente escravocrata, mediado por **Silvio Almeida**, e comentado por **Janaína Damasceno Gomes e Isildinha Baptista Nogueira**. Lembro de caminhar até o Sesc Pompeia com o sentimento de culpa, afinal, eu deveria estar nas ruas lutando pelo que acredito. Mas estar ali ouvindo os meus também *não era uma forma de luta? E, sobretudo, lutar pelo que amo e acredito?*

Chegando no Sesc Pompeia, pela primeira vez, fui em busca de um lugar para sentar-me. Encontro um lugar na segunda fileira, me ajeito e espero o evento começar. Quando vejo **Isildinha Baptista** chegando, meu coração dispara. A vontade era de gritar e correr para abraçá-la. Mas, claro, me contive. Logo em seguida, avisto Silvio e Janaína, mais uma emoção se fez presente. E assim foi aquele fim de tarde e início de noite.

Ah! **Virgínia e Neusa** estão aí! Ah, **Virgínia e Neusa**, como foi bom estar com vocês por meio da fala de Isildinha e Janaína. Me senti tão próximo de vocês todas. As histórias, as narrativas, os conceitos, as reflexões, questionamentos, tudo me fez ficar mais encantado. Se, antes, eu estava me sentindo culpado, agora estava me sentindo nas estrelas e com mais forças para seguir em frente.

Pois bem, dia 29/09/2018 pode-se dizer que foi a data dos encontros e, principalmente, foi o dia em que encontrei com você, **Isildinha**. Pude te ver, escutar, sentir e admirar. Lembro-me que você me olhava, aliás, eu não piscava praticamente. E, ao final do evento, subi correndo para o palco para ver se seria possível conversar, nem que fosse um minuto, com você.

Estava todo trêmulo e, com a voz baixa, eu me apresento. Você, afetuosa, me atendeu. Agradei sua fala, conversamos por quase cinco minutos, peço seu contato e, no

fim, me despeço, pedindo se poderia abraçá-la. Prontamente, você diz que sim, e me acolhe com um abraço que, até hoje, me lembro.

Abraço forte, carinhoso e carregado de afeto. Você me olha emocionada e ficamos em silêncio. Até hoje me pergunto o que passou naquele minuto em silêncio? Não sei. Mas o que eu sei, **Isildinha**, é que você marcou a minha vida. Pela primeira vez, pude estar presente com 4 mulheres negras que são mais do que referências teóricas, são mulheres guerreiras, de luta, mulheres com as quais eu aprendo e aprendi a ser quem eu sou hoje.

Dia 18 de maio de 2020, tive meu segundo encontro com **Isildinha**. Agora, por meio de videoconferência, pela plataforma *Online Skype*, neste encontro, pude “entrevistá-la” e conhecer um pouco mais sobre a sua história. Conversamos por quase uma hora e, nesta, fui entendendo o processo de construção de sua tese. Falamos um pouco sobre o lugar que ela ocupava na Psicanálise. Ela relatou sobre um evento que esteve na sociedade de Psicanálise em que foi convidada para ministrar uma palestra e que, no auditório, só havia ela e mais dois corpos negros que, por coincidência, eram convidados de Isildinha.

Conversamos sobre sua trajetória acadêmica, suas influências teóricas, também conversamos sobre o cenário atual do país, dos movimentos negros, ou seja, sua percepção em relação à Psicologia, Psicanálise e ao Movimento negro na contemporaneidade. O que mudou? Como também sobre a sua percepção em relação à circulação dos saberes do pensamento negro brasileiro.

Infelizmente, perdi a gravação da conversa e, com ela, os esboços de minha tese quando meu computador queimou. Mas o encontro segue reverberando em mim. Principalmente a frase: *A nossa dor é roubada. Quando falamos, permanentemente, somos silenciados. Quanto menos falamos, menos iremos curar.*

Em *Significações do Corpo Negro – Isildinha Baptista Nogueira* foi levada à refletir sobre a dimensão psíquica da questão do racismo e sobre as formas pelas quais essa realidade histórico, cultural e social do racismo determina configurações psíquicas peculiares no corpo negro.

Isildinha (1998) questiona: Como se dá, para o sujeito negro, a elaboração, no plano psíquico, dos sentidos que o racismo traz consigo? A autora descreve que sentiu a necessidade de investigar tais processos, porque sua hipótese é que vão além de uma pura e simples introjeção; tampouco podem ser explicados como simples consequência de um

lugar de inferioridade econômica e social, embora essa seja a realidade que afeta a maioria da população negra, fruto do processo histórico que, anteriormente, comentamos.

Contudo, na atual conjuntura, o corpo negro pode ser consciente de sua condição, das implicações histórico, sociais e políticas do racismo, mas isso não impede que ele seja afetado pelas marcas que as realidades sócios-culturais do racismo deixaram inscritas em sua psique, afirma a autora.

Citando Rouanet (1987, p. 119 apud **NOGUEIRA**, 1998, p. 16):

As condições sócio-econômicas e a ideologia modelam a estrutura psíquica dos homens (...) e a consciência, assim estruturada, percebe o real de uma forma particular, transformando essa percepção em opiniões e ideias que correspondem às exigências sociais

Nesta perspectiva, cada contexto histórico, cada época gera a estrutura psíquica necessária para sua manutenção; as estruturas psíquicas funcionam, assim, como o mediador entre as condições socioeconômicas e a ideologia, selecionando algumas percepções, excluindo outras, construindo, assim, as representações ideológicas que acabam por funcionar como estereótipos enquanto repertório de representações coletivas (**NOGUEIRA**, 1998).

Em outras palavras, a partir de um contexto histórico, os indivíduos passam a se desenvolver e estruturar psiquicamente. Tais estruturas são contaminadas pelas condições objetivas/materiais e que receberão, no plano inconsciente, elaboração própria a partir das quais são assimiladas, internalizadas e incorporadas.

É o que se verifica no processo de identificação, uma vez que, segundo **Nogueira** (1998), o sujeito introjeta parcial ou totalmente, através da imitação ou da incorporação, o objeto amado ou odiado, ou ambas as coisas, simultaneamente, reagindo, assim, ao amor ou ao ódio pela incorporação das propriedades do objeto: tal processo funciona como mecanismo de defesa.

Portanto, tendo em vista este cenário, **Isildinha Baptista Nogueira** (1998) teve, como objetivo, investigar as formas pelas quais se dá, para o negro, no plano psíquico, a repercussão do racismo e da discriminação e de que maneira tal repercussão do racismo, que afeta o negro enquanto sujeito, produz, nele, configurações psíquicas peculiares.

Pois, na época, as pesquisas que abordavam as questões da negritude, em geral, encontravam-se discutindo o fenômeno do racismo e da discriminação, enquanto fatos sociais, e buscavam analisar de que maneira se manifesta, socialmente, o preconceito contra corpos negros. Com isto, **Nogueira** (1998) passa a construir seu trabalho, cuja

hipótese é de que tais fenômenos afetam o corpo negro não só no plano sociológico, mas, também, no plano psíquico.

Um ponto importante de ser destacado é que **Isildinha Baptista Nogueira**, em seu trabalho, discute a **noção do indivíduo** recorrendo à sociologia, que, por sua vez, se associa às diferentes disciplinas, como a História, a Filosofia, a Psicologia, para melhor visualizar e compreender as complexidades das relações e forças sociais.

Aqui, farei um parêntese para discorrer acerca da noção de sujeito/indivíduo, tendo, como influência, os fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural que tem, como base, a filosofia e o pensamento marxista. Pois bem, sabemos que não é a consciência do indivíduo que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que determina a consciência²², isto é, as sensações, as ideias, os conceitos não emergem da consciência a partir de si mesmos, mas originam-se na materialidade do real.

Deste modo, pode-se afirmar que é a realidade que determinará as nossas ideias, posto que encontramos inseridos e inseridas em um contexto cujo modo de produção é o capitalismo e, logo, este irá influenciar a constituição da consciência e da realidade.

Como afirma Marx (2011, p. 25), as pessoas “fazem a sua própria história, contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”. Nesta perspectiva, a pessoa só se constitui enquanto tal na relação com os seus semelhantes, a partir de um contexto e momento histórico, portanto: “a definição do homem como pessoa implica que, no âmbito das condições sociais em que vive e antes de ter consciência de si, o homem deve representar determinados papéis com os seus semelhantes” (Adorno, T.W. & Horkheimer, M, 1956, p. 48 apud **NOGUEIRA**, 1998, p. 24).

Na ótica de Goldmann (1967), quase nenhuma ação humana tem, por sujeito, um indivíduo isolado. O sujeito da ação é um grupo, um "Nós", mesmo se a estrutura atual da sociedade, pelo fenômeno da reificação, tenda a encobrir esse "Nós" e a transformá-lo numa soma de individualidades distintas e fechadas umas às outras.

Desta maneira: penso ser de suma importância resgatarmos Silvia Lane, para reiterar tal compreensão de que “se o indivíduo não for visto como produto e produtor, não só de sua história pessoal, mas também da história de sua sociedade, a Psicologia estará apenas reproduzindo as condições necessárias para impedir a emergência das contradições e a transformação social” (LANE, 1984, p. 15).

²² MARX, K. A ideologia alemã (I- Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1986.

Então, a concepção histórico-social sinaliza que a atuação do psicólogo se fundamenta, necessariamente, na compreensão de como a *singularidade* se constrói na *universalidade* e, ao mesmo tempo e do mesmo modo, como a universalidade se concretiza na singularidade, tendo a *particularidade* como mediação. Nesse sentido, penso ser de suma importância pensarmos e discutirmos a noção de indivíduo.

O indivíduo singular não é um ser que traria já, dentro de si mesmo, ao nascer, essa essência delimitada e que, por isso, esse indivíduo poderia existir isoladamente, sendo a sociedade somente o ambiente através do qual essa sua essência se desenvolveria. Ao contrário, o indivíduo é um ser social, uma síntese de múltiplas determinações²³:

É uma síntese complexa em que a universalidade se concretiza histórica e socialmente, através da atividade humana que é uma atividade social - o trabalho -, nas diversas singularidades, formando aquela essência. Sendo assim, tal essência humana é um produto histórico-social e, portanto, não biológico e que, por isso, precisa ser apropriada e objetivada por cada homem singular ao longo de sua vida em sociedade. É, portanto, nesse vir-a-ser social e histórico que é criado o humano no homem singular. Como se pode depreender daí, a relação dialética singular-particular-universal é fundamental e, enquanto tal, indispensável para que se possa compreender essa complexidade da universalidade que se concretiza na singularidade, numa dinâmica multifacetada, através das mediações sociais - a particularidade (OLIVEIRA, 2012, p. 2).

Como os conceitos de universal, singular e particular podem ser úteis na compreensão do racismo? A singularidade diz respeito ao nível do indivíduo, isto é, o que diz respeito a pessoa, logo, a singularidade não se repete. Ela se expressa na consciência, na personalidade, na pessoa, ou seja, é aquilo que expressa no corpo negro a nível singular. Por exemplo, sou **Paulo Vítor Palma Navasconi**, por mais que eu seja um homem negro vivendo no século XXI, este fato me faz único. As minhas experiências e vivências são apenas minhas.

Para compreender o singular, é necessário entender o particular, ou seja, o que atravessa a formação desse indivíduo. A universalidade corresponde a tudo que o gênero humano já produziu: linguagem, escrita, ferramentas e tecnologia, e acrescentaria a desgraça-violência. Mas, para se apropriar de tudo que o gênero humano já produziu, esse sujeito precisa da mediação da particularidade. Isto é, um ser singular não tem como se apropriar diretamente de tudo que o gênero humano já produziu, é necessária essa mediação.

²³ MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo, 1983.

Portanto, o que é universal só se concretiza no singular tendo a particularidade como mediação. A particularidade se trata do contexto. Exemplo: que violência é essa, que escola é essa, qual família é essa, qual sociedade é essa etc. São questões particulares. Ao mesmo tempo, essa sociedade é construída, não é algo superior, que paira sobre o ser singular. Nós produzimos e somos produzidos, constituímos e somos constituídos – dialeticamente.

Logo, as categorias de Universalidade-Particularidade-Singularidade são construídas e se perpetuam em conjunto, uma depende da outra. O indivíduo singular é um ser social. Em sua consciência, habita muita sociabilidade que faz com que esse ser singular seja como é. Assim, o sujeito é um ser social, uma síntese de múltiplas determinações, diversas situações diferentes que constituem e, em relação, constroem, também, as particularidades deste ser singular.

Portanto, **raça** pode ser compreendida como sendo uma categoria Universal, **racismo**, como uma categoria Particular, e a **vivência do Racismo**, como uma categoria Singular.

Pode-se compreender o fenômeno do racismo de maneira localizada, isto é, sendo constituído a partir de um momento histórico, social, cultural e econômico, logo, cristalizando-se em uma categoria particular, que se concretiza em um fenômeno singular. Logo, não é porque você é um corpo negro que automaticamente você adoecerá.

Ao introduzir essa nuance em suas análises, Isildinha permitiu a contraposição de um pensamento causalista que associava o ser negro, diretamente, ao sofrimento. Com isto, “a experiência de ser negro não pode ser tomada como uma reprodução automática dos significados negativos socialmente construídos sobre o negro pelos sistemas raciais” (SCHUCMAN; GONÇALVES, 2020, p. 119).

Imagine uma cena em que dois jovens, ao entrarem em um estabelecimento, são barrados por um segurança e são discriminados racialmente. Ou seja, dois corpos negros que sofreram racismo (o mesmo fenômeno). Contudo, esse racismo se concretiza por meio das múltiplas mediações determinadas pelas relações sociais específicas do contexto (a particularidade) em que esses indivíduos estão inseridos. Logo, a experiência dessa violência estará permeada por questões familiares e contextuais, produzindo reações distintas, em outras palavras: singulares.

As categorias se expressam nesse sujeito singular, pois o singular não existe em si e por si, como uma essência humana. Desse modo:

Embora o negro, como categoria social, tenha sido socialmente construído sob um olhar e lugar, social e simbólico, relacionado à inferioridade e de nele terem sido impregnados os significantes da feiura, incivilidade, imoralidade, brutalidade e atraso – expressão hegemônica das relações de dominação vetorizadas pela ideia de raça – as pessoas negras têm produzido, individual e coletivamente, sentidos existenciais não pejorativos ou até mesmo positivos sobre a raça, que envolvem força, poder, resiliência, superação, ancestralidade, os quais englobam uma série de valores que subvertem os significados historicamente construídos sobre a raça, particularmente para os negros (SCHUCMAN & GONÇALVES, 2017 apud SCHUCMAN & GONÇALVES, 2020, p. 119-120).

Isildinha Baptista Nogueira (1998), ao falar sobre o lugar do corpo negro na sociedade, faz uso de uma citação da autora Schwarcz no texto “Ser peça, ser coisa: definições e especificidades da escravização no Brasil”, no qual a autora discorre sobre um documento que orientava e alertava o perigo de calotes na compra de novas peças, isto é, de pessoas na condição de escravização. Este manual intitulado “Manual do fazendeiro ou tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros”, de Jean-Baptista Alban Imbert, foi publicado, pela primeira vez, em 1834, com uma segunda edição em 1839.

Circunstâncias a que se deve orientar toda a pessoa que deseja fazer uma boa escolha de escravos: pele lisa, não oleosa, de bela cor preta, isenta de manchas, cicatrizes ou odores demasiado fortes; com as partes genitais convenientemente desenvolvidas: isto é, nem pecasse pelo excesso, nem pela cainheza; o baixo-ventre não muito saliente; nem o umbigo muito volumoso; peito comprido, profundo, sonoro, espáduas desempenadas, sinal de pulmões bem colocados; pescoço em justa proporção com a estatura, carnes rijas e compactas; aspecto de ardor e vivacidade: reunidas ter-se-á um escravo que apresentará ao senhor todas as garantias desejáveis de saúde, força e inteligência (1996, p. 14).

Nogueira (1998) compreende que, em função desse passado histórico, marcado pela desumanização que, como consequência, constitui um obstáculo à construção da individualidade social, o corpo negro tem o seu processo de tornar-se indivíduo comprometido. Embora haja um processo efetivo em o corpo negro buscar constituir-se como tal, tal processo é conturbado, esbarra em inúmeras dificuldades. Posto que o passado faz parte do presente, do tempo contemporâneo, já que se encontra inserido e inscrito em nossas vidas, significações e particularizações.

Se o negro, de um lado, é herdeiro desse passado histórico que se presentifica na memória social e que se atualiza no preconceito racial, vive, por outro lado, numa sociedade cujas autorrepresentações denegam esse mesmo racismo, camuflando, assim, um problema social que produz efeitos sobre o negro, afetando sua própria possibilidade de se constituir como indivíduo no social;

assim, não se discute o racismo que, **na condição de um fantasma, ronda a existência dos negros** (NOGUEIRA, 1998, p. 34, grifo nosso).

Fantasma que tem cor, gênero, classe social, territorialidade e dentre outros marcadores. Fomentando e intensificando a noção de que corpos negros não apresentariam persona. Assim, o corpo negro foi alijado do corpo social, única via possível para se tornar indivíduo, afirma a autora.

Quais são as marcas e efeitos deste passado-presente? Se, para constituir a minha humanidade, necessito do outro, que outro é este? Em que condições uma mercadoria, uma ‘peça’, pode se autorreferenciar no outro?

Moisés Rodrigues Silvia Júnior (2017) nos ajuda a pensar que o corpo sempre tem um sujeito e que este corpo está inserido em alguma comunidade, grupo, etnia ou nação. Esse corpo é marcado pela história e pelas convenções culturais de um grupo humano. Ou seja, somos seres corporais e, ao longo do desenvolvimento humano, são construídas marcas inscritas no corpo que singularizam o grupo étnico a que o indivíduo pertence. E é, justamente, apoiado na singularidade de um grupo humano que cada indivíduo pode aprender a desenvolver e a expressar a própria individualidade. São essas marcas, impressas temporária ou definitivamente em nossa pele biológica, a primeira pele que forma nossa segunda pele, a que nos faz seres humanos para os outros seres humanos.

Neste mesmo contexto, onde se questionava o que era humano e, conseqüentemente, construía a ideia de humanidade, era possível observar a constituição e a produção de políticas, de princípios éticos, de discursos, de práticas e de uma estrutura de poder fundamentada pelo que chamamos de **colonialismo**.

Césarie (2020) considera necessário estudar, também, como a colonização trabalha no sentido de descivilizar o próprio civilizador, embrutecê-lo, desagradá-lo, despertando seus instintos soterrados, sua violência, seu ódio racial e seu relativismo moral. O autor afirma, ainda, que, ao se habituar a ver, no outro, a besta, ao tratar o outro como besta, o colonizador tende objetivamente a transformar-se em besta.

Afinal, o que este não humano, ou outro, desperta em mim? Um estranho, mas ao mesmo tempo tão familiar. Não odiamos os animais, ainda que estes nos produzem medo. Odiamos o mórbido, o feio, o sujo, o malvado. Mas como se dá a construção dessas categorias? Quem as nomeou? É de suma importância lembrarmos, assim, como Maria Beatriz Costa Carvalho Vannuchi afirma que: “O racismo se alimenta daquilo que aparece reproduzido, daquilo que está presente, mas radicalmente recusado, na inscrição da própria identidade” (2017). Apresenta uma saída, na direção de desprezar de expelir de si aquilo que causa desconforto e é vivido como sinistro. Nego aquilo que não quero ser.

Projetar o estranho é uma solução da economia psíquica, isto é, o mecanismo do ódio racista tem, na estrutura da paranoia, o modelo. Como é sabido, a abolição da escravização trouxe um contingente de “novos brasileiros”, ou seja, aqueles e aquelas que estavam na condição de escravização e, assim, foram incorporados à condição de brasileiros.

Nogueira (1998) sabiamente indaga: como inscrever-se, ao nível das representações, nesse lugar social se, até “*ontem*”, estava-se excluído dele? Como fica essa realidade no cenário interpessoal? Econômico? Político? Psíquico? Subjetivo e do poder?

Tal momento coincide com a fase inicial do modo de produção capitalista no Brasil. “Assim, o negro se vê na situação de, ao mesmo tempo em que adquire o estatuto de cidadão, entrar no registro social da categoria de trabalhador livre, proprietário de sua força de trabalho que, assim, pode livremente vendê-la no mercado. Mas, como entrar nesse registro se, até “*ontem*”, não se pertencia à categoria dos agentes econômicos, já que se estava catalogado nas outras categorias — mercadoria e/ou bem de capital (isto é, instrumento de produção) — em suma, na categoria das *coisas*?” (**NOGUEIRA**, 1998, p. 34-35, grifo da autora).

O corpo negro, no processo de escravização, já tinha um trabalho no campo, além de ser artesão ou serviçal doméstico. Em tese, afirma **Nogueira** (1998), estavam dadas as condições para que a população negra, identificando-se entre si pela ocupação de um mesmo lugar social, determinado por sua condição de “força de trabalho”, se auto representasse como classe, por contraste com outros grupos sociais em relação aos quais se diferenciariam pela posição social e interesse. No entanto, a emergência de tal tipo de representação de classe, naquele contexto, era impossível, dado o fato de que faltava aquilo que seria princípio básico: o estatuto de sujeito, persona, que, para o corpo negro, enquanto escravo, estava excluído.

Neste sentido, a libertação da escravatura não significou para o negro ingresso na classe trabalhadora; ao contrário, tal processo foi vivenciado como um abandono, um excedente na estrutura social.

E, assim, após o período abolicionista, grande parte da população negra que se encontrava ao relento permaneceu, literalmente, à margem do processo de socialização. É, neste ponto, que **Nogueira** (1998) destaca dois aspectos de suma importância, que são, de um lado, a dificuldade para a população negra de construir sua identidade social enquanto negro, enquanto indivíduo pertencente ao grupo dos negros; de outro, o mesmo

tipo de dificuldade em se constituir como indivíduo no interior do corpo social como um todo, pelas identificações com seus semelhantes sociais.

Tais dificuldades são o subproduto, de um lado, do “não-lugar” social do escravo, cuja identidade não correspondia a um lugar de sujeito, no corpo social, mas a um lugar de “peça”, objeto; de outro, ao fato de que, tendo adquirido, pós-escravização, o estatuto jurídico de cidadão, portanto, o reconhecimento de seu lugar de indivíduo social, não pôde, por outro lado, identificar-se com esse lugar no plano socioeconômico (NOGUEIRA, 1998, p. 35).

Como descreve **Souza** (1983), **Nogueira** (1998) também compreende que uma das inúmeras consequências deste processo se refere a de que o negro, no seu processo de tentar se constituir como indivíduo social, desenvolveu um horror ao se identificar com seus iguais, uma vez que, estes sujeitos representariam, para ele, o retorno de um sentido insuportável, que, a todo custo, este corpo tenta recalcar. Nesta perspectiva, o corpo negro desenvolveria uma identificação fantasmática com a classe dominante (o corpo branco).

De acordo com **Nogueira** (1998), o corpo está investido de crenças e sentimentos que estão na origem da vida social, mas que, ao mesmo tempo, não estão submetidas ao corpo. Pois o corpo funciona como marca dos valores sociais. Nele, a sociedade fixa seus sentidos e valores. Socialmente, o corpo é um signo e, como diz Rodrigues (1983, p. 97): “A utilização do corpo como sistema de expressão não tem limites” (NOGUEIRA, 1998, p. 45).

Nessa rede, negro e branco se constituem como extremos, unidades de representação que correspondem ao distante — objeto de um gesto de afastamento — e ao próximo, objeto de um gesto de adesão. Dessa forma, “a rede de significações atribuiu ao corpo negro a significância daquilo que é indesejável, inaceitável, por contraste com o corpo branco, parâmetro da autorrepresentação dos indivíduos” (NOGUEIRA, 1998, p. 46).

Como já vimos, a cultura necessita do negativo, do que é recusado, para poder instaurar, positivamente, o desejável. Tal processo inscreve os negros num paradigma de inferioridade em relação aos brancos. O indivíduo branco pode se reconhecer em um “nós” em relação ao significante ‘corpo branco’ e, conseqüentemente, se identificar imaginariamente com os atributos morais e intelectuais que tal aparência expressa na linguagem da cultura, e que representam aquilo que é investido das excelências do sagrado.

O negro, no entanto, é aquele que traz a marca do ‘corpo negro’, que expressa, escatologicamente, o repertório do execrável que a cultura afasta, pela negativização. Vítima das representações sociais que investem sua aparência daqueles sentidos que são socialmente recusados, o negro se vê condenado a carregar na própria aparência a marca da inferioridade social. Para o indivíduo negro, o processo de se ver em um “nós” em relação às tipificações sociais inscritas no extremo da desejabilidade esbarra nessa marca — o corpo — que lhe interdita tal processo de identificação; ao mesmo tempo, a cultura incita-o a aderir aos signos da desejabilidade, pela injunção, própria das estruturas da cultura, que resulta do fato de que os signos desse sistema são introjetados pelos indivíduos no processo de socialização (NOGUEIRA, 1998, p 46).

Preso às malhas da cultura, o negro trava uma luta infinda na tentativa de se configurar como indivíduo no reconhecimento de um “nós”. Seu corpo negro, socialmente concebido como representando o que corresponde ao excesso, ao que é outro, ao que extravasa, significa, para o negro, a marca que, a priori, o exclui dos atributos morais e intelectuais associados ao outro do negro, ao branco: o negro vive, cotidianamente, a experiência de que sua aparência põe em risco sua imagem de integridade.

Se a cultura lhe atribuiu uma natureza que é da ordem do inaceitável, esses sentidos são introjetados pelo negro e vão, necessariamente, produzir configurações psíquicas particulares. Nesse processo em que a cultura o captura, o negro recusa sua própria imagem e permanece cativo do fantasma da inferioridade (NOGUEIRA, 1998).

Nogueira (1998) pontua que, para compreendermos as representações associadas ao corpo negro, é preciso levarmos em conta a herança do sistema sócio-cultural-econômico escravagista, que não só atribuía, ao negro, o lugar de mão de obra escrava, com todas as implicações sociais de condições de vida miseráveis, mas também construiu teorias racistas.

Segundo a autora (1998), Louis Conty, médico francês radicado no Brasil como professor da Escola Politécnica, realizou, em 1878, estudos sobre a realidade brasileira dando especial ênfase à população negra, com isto, para o médico francês, os negros eram sujeitos afeitos à vagabundagem, recusavam-se a trabalhar, tinham tendências ao alcoolismo e à marginalidade (resultado de sua inferioridade racial). Os negros revelavam-se indiferentes em suas relações sociais: não se importavam com os laços filiais e suas mulheres eram objetos servis; não formavam famílias, eram, por natureza, desagregados; conviviam com a violência de modo indiferente e apático, isto é, como não eram sensíveis aos castigos violentos a que eram submetidos, não construíam uma consciência moral e ética, o que, para Conty, mostrava que os negros eram potencialmente selvagens, atestando sua incapacidade de serem cidadãos (NOGUEIRA, 1998).

Até que ponto, na medida em que o negro é atravessado pelas representações depreciativas em relação ao corpo negro, é possível, para ele, a construção de uma imagem de corpo em que a condição genérica esteja preservada? (NOGUEIRA, 1998, p. 78).

De acordo com **Nogueira** (1998), muitos negros rejeitam sua conformação física e se tornam desejanter de características físicas que os aproximem “do branco”, que os “humanizem”. Sendo assim, não se refere uma prática incomum perceber pessoas negras fazerem cirurgias plásticas numa tentativa de, via o flagelo corporal, modificar suas características físicas. Assim como Luísa, entrevistada de **Santos** (1983), **Nogueira** (1998) também relata que, não raro, mães negras, através de métodos deploráveis, tentam modificar as características físicas de seus bebês, para que não cresçam com seus narizes chatos ou nádegas volumosas.

No entanto, é de suma importância pontuar que a imagem do corpo é singular e, estritamente, ligada à história do sujeito (particularidade). Suporte do narcisismo inconsciente, é, simbolicamente, o perfil do sujeito desejanter. Aqui, cabe a reflexão: que sujeito desejanter é o negro, que vê, no seu equipamento para satisfação do desejo, o corpo, desde já um entrave – sua cor? Um corpo que é a negação daquilo que deseja, pois seu ideal de sujeito, sua identificação, é o inatingível – o corpo branco (NOGUEIRA, 1998).

Como afirmou M., entrevistada por **Nogueira** (1998), “Precisava quando criança tomar vários banhos para tirar a minha sujeira”. Ou C., uma secretária negra: “Preciso estar sempre apresentável, e ser eficiente, para que não me chamem de negra; não suportaria, quando imagino essa situação, sinto meu corpo rachando e sumindo no chão, como nos desenhos animados” (p.79).

A “brancura” passa a ser parâmetro de pureza artística, nobreza estética, majestade moral, sabedoria científica etc. Assim, o branco encarna todas as virtudes, referência de humanidade.

O que significa, do ponto de vista da condição subjetiva do negro, o desejo de brancura? Na medida em que o desejo se põe, imaginariamente, como a tentativa de recuperar um momento original mítico, de plenitude, o desejo de brancura supõe, para o negro, a negação de sua condição própria, a negritude — desde a origem (NOGUEIRA, 1998).

A autora, sabiamente, afirma que negar e anular o próprio corpo não torna o sujeito “outro”, visto que só existimos como sujeito em relação ao outro, à alteridade; portanto, ser sujeito é ser outro e ser o outro é não ser o próprio sujeito. Então, a autora questiona: O que somos nós, os negros?

E o que é ser branco? Resumidamente, podemos dizer que ser branco significa uma condição genérica: ser branco constitui o elemento não marcado, o neutro da humanidade. Por sua vez, o “ser negro” corresponde a uma categoria incluída em um contexto, isto é, em um código social que se expressa por diferentes meios, como, por exemplo, pelo campo etno-semântico, em que o significante ou palavra “cor negra” encerra vários significados.

O signo “negro” remete não só a posições sociais inferiores, mas também a características biológicas supostamente aquém do valor das propriedades biológicas atribuídas aos brancos. **Não se trata, está claro, de significados explicitamente assumidos**, mas de sentidos presentes, restos de um processo históricoideológico que persistem numa zona de associações possíveis e que podem, a qualquer momento, emergir de forma explícita (NOGUEIRA, 1998, p. 90, grifo nosso).

Para ilustrar os efeitos deste processo, faço uso de um excerto do *O Espelho*, de Machado de Assis:

Deu-me na veneta de olhar para o espelho com o fim justamente de achar-me dois. Olhei e recuei. O próprio vidro parecia conjurado com o resto do universo; não me estampou a figura nítida e inteira, mas vaga, esfumada, difusa, sombra de sombra. A realidade das leis físicas não permite negar que o espelho reproduziu-me textualmente, com os mesmos contornos e feições; assim devia ter sido. Mas tal não foi a minha sensação. Então tive medo; atribuí o fenômeno à excitação nervosa em que andava; receei ficar mais tempo, e enlouquecer. - Vou-me embora, disse comigo. E levantei o braço com gesto de mau humor, e ao mesmo tempo de decisão, olhando para o vidro; o gesto lá estava, mas disperso, esgaçado, mutilado... Entrei a vestir-me, murmurando comigo, tossindo sem tosse, sacudindo a roupa com estrépito, afligindo-me a frio com os botões, para dizer alguma coisa. De quando em quando, olhava furtivamente para o espelho; a imagem era a mesma difusão de linhas, a mesma decomposição de contornos... Continuei a vestir-me. Subitamente por uma inspiração inexplicável, por um impulso sem cálculo, lembrou-me... Se forem capazes de adivinhar qual foi a minha idéia... - Diga. - Estava a olhar para o vidro, com uma persistência de desesperado, contemplando as próprias feições derramadas e inacabadas, uma nuvem de linhas soltas, informes, quando tive o pensamento... Não, não são capazes de adivinhar. - Mas, diga, diga. - Lembrou-me vestir a farda de alferes. Vesti-a, aprontei-me de todo; e, como estava defronte do espelho, levantei os olhos, e... não lhes digo nada; o vidro reproduziu então a figura integral; nenhuma linha de menos, nenhum contorno diverso; era eu mesmo (ASSIS, 2008, P. 18).

A mancha negra é a marca da imperfeição, o signo que atravessa os mais diferentes códigos sociais, pois o sentido que porta será sempre o da exclusão. É por isso que a luta do negro será sempre a luta para ser incluído; mas essa é uma luta eterna, pois, no limite, a inclusão nunca é obtida pelo negro (NOGUEIRA, 1998, p. 100).

Desta forma, assim como **Bicudo** (1945/2010) e como **Souza** (1983), **Nogueira** (1998) nos ajuda a compreender que o corpo negro, não conseguindo se ver incluído, acaba por se excluir, como única alternativa para eliminar aquilo que é impossível de ser eliminado. Somente os processos autodestrutivos podem significar, para ele, a eliminação daquilo que exclui seu próprio corpo, sua própria condição de sujeito.

Na sociedade atravessada por uma história de racismo e discriminação persiste, mesmo que silenciosamente, o pressuposto de que o negro deverá agir de acordo com certos estereótipos do comportamento do negro que habitam o imaginário social, ou seja, o negro deverá agir sempre com paciência e moderação; não é suposto estar sujeito às emoções inerentes ao humano — ódio, raiva, amor — das pessoas ou do grupo. **Deverá se contentar com empregos que nada exijam de inteligência e pelo qual lhe paguem um salário de subsistência;** ele se sentirá feliz em viver e criar sua família em habitações inadequadas (NOGUEIRA, 1998, p. 101, grifo nosso).

Esta afirmação me faz lembrar de um episódio que vivenciei em sala de aula em uma disciplina que estava como professor substituto. No momento, estávamos discutindo que a Psicologia havia construído visões do sujeito e do fenômeno psicológico que precisavam ser superadas segundo a Psicologia Histórico-Cultural, uma vez que estas visões estavam pautadas na perspectiva do liberalismo. Em um determinado momento, para exemplificar a discussão, acabo por indicar o curta – Ilha das Flores (1989). Durante a exibição do curta, observo que um aluno negro comenta algo de forma indignada com outra aluna branca. Depois, pergunto a ele, por que estava bravo/indignado, e ele me responde dizendo que este curta exemplificaria que não seriam só negros que sofriam, pois “os negros” teriam que agradecer por ter um salário e emprego, afinal, já seria de bom grado tudo isso. Pois “olha essas pessoas, as condições que vivem” e, no caso em questão, ele estava se referindo às pessoas que, na leitura dele, eram brancas.

Respiro, e começo a construir, junto com a turma, uma linha de pensamento que perpassa a noção de que as diferenças não são naturais ou individuais. Pois, ao naturalizar ou hierarquizar as diferenças, ocultaríamos a origem social delas. Consequências? Classificamos, diferenciamos, discriminamos e estigmatizamos. Bem como naturalizamos e introjetamos que o corpo negro, por exemplo, deve ocupar e atender aos pressupostos que foram construídos de como este corpo deve ser, agir e se portar.

Ele me escuta atento e percebo que, ainda, não entendeu. Então, acabo mudando o foco e começo a falar que a naturalização do e da profissional de Psicologia permitiu a reprodução e até mesmo a construção dessas noções equivocadas, isto é, de que o corpo negro **“deve se contentar com empregos que nada exijam de inteligência e pelo qual lhe paguem um salário de subsistência, afinal, corresponderiam ao corpos menos**

inteligentes”, pois, ao conceber um estado e um desenvolvimento como naturais, permitiu, e ainda permite, que a finalidade do trabalho seja acompanhar um desenvolvimento já previsto, porque é natural. Logo, se o corpo negro é menos inteligente, de nada adiantaria intervir, olhar, escutar ou cuidar.

Ele me olha desconfiado, e eu continuo o conteúdo até o final da aula. Depois de um ano e meio, volto como professor orientador de estágio de uma disciplina e, durante inúmeras conversas, esse aluno me diz que aquela aula ficou “martelando” na cabeça dele e que fez entender uma série de questões: “Entendi quem eu sou, professor”. O aluno concluiu dizendo, não com essas palavras, mas que a Psicologia, por décadas, vem trabalhando para manter os valores dominantes e para justificá-los como a única possibilidade de estar no mundo. Com isto, o diferente passa a ser combalido; visto como crise, como desajuste ou desequilíbrio; passaria a ser “tratado” com a finalidade do retorno à condição saudável, natural do homem, portanto, a Psicologia torna-se, assim, uma profissão conservadora que trabalha para impedir o surgimento do novo. E, então, finaliza: “E eu quero lutar pelo novo, pelos os nossos, professor”.

Fico feliz por ter sido mediador deste processo de tomada de consciência desse aluno, afinal, nem sempre foi assim. Aqui, não estou fazendo apenas uma tese que atenda aos requisitos mínimos para ganhar a titulação de doutor. Mas estou, também, tentando construir junto com os meus uma apresentação de um sonho possível em um cenário de dor e de perda. Rompendo com os silêncios impostos há séculos.

Como **Nogueira** (1998) diz, diversos trabalhos têm contribuído para discorrer sobre a condição do corpo negro a partir de leituras historiográficas, sociológicas, econômicas e políticas. Mas, em sua Tese de doutorado, seu objetivo foi de trazer uma contribuição de outra ordem para esse campo – rompendo com o silêncio.

Finalizo esta sessão com suas próprias palavras, para deixar mais do que demarcado a importância dos estudos acerca das relações sociais e vicissitudes do corpo negro, ou seja, da relação particular-singular do corpo negro.

Penso que a contribuição deste estudo não é a de servir de argumento contra a ação política dos negros, mas antes a de alertar para o fato de que tal ação política pode vir a ser comprometida e limitada pela falta de consciência, da parte dos negros, do processo de formação, em sua própria psique, das representações imaginárias e simbólicas do corpo negro. A ação política pode vir a fracassar, por exemplo, pela sobrevivência, inconsciente, do mito da brancura nas próprias formas em que ela, a ação política, se expressa (**NOGUEIRA**, 1998, p. 141).

O que deixamos de aprender com Maria Aparecida Silva Bento?

A inércia e a omissão da sociedade brasileira frente a uma realidade que atinge metade da sua população caracterizam um silêncio eloquente.

(Bento, 2002, p. 10).

Confesso, professora **Cida**, que a primeira vez em que vi você falar, eu simplesmente fiquei arrebatado, apaixonado e encantado. O encantamento era tanto que passei a pesquisar e buscar vídeos e mais vídeos em que a professora estivesse presente. E, a cada encontro que tínhamos, mais eu me inspirava em sua narrativa, na sua forma de falar e expressar suas ideias e produções intelectuais.

Hoje, sou professor, e ministro diversas palestras pelo Brasil. Você esteve presente em diversas dessas falas, haja vista que a professora passou a me inspirar, logo, muito do que sou hoje, devo aos seus conhecimentos e partilhas.

Infelizmente, não pudemos nos encontrar pessoalmente ou virtualmente para que eu pudesse lhe dizer tudo isso. Mas, me conhecendo, é bem provável que eu não falaria. Tentamos agendar uma entrevista, mas, infelizmente, imagino que por conta de agenda e de outros trabalhos, não foi possível. Apesar dos desencontros e de um contexto do qual estamos, ainda, vivendo, de pandemia, por mais paradoxo que seja, estávamos tão longe, mas tão perto. Durante o ano de 2020, a professora realizou diversas *Lives* e, em quase todas, eu estava lá, para aprender, admirar e te escutar.

Lembro-me que o livro organizado por você e pela Professora Iray Carone – *Psicologia social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, foi, se não me falha a memória, o meu primeiro livro da temática racial no contexto da Psicologia. Lembro que estava no primeiro ano do curso de Psicologia, buscando por bibliografias que abordassem populações vulneráveis e suicídio. Talvez, aqui, já se expressa um desejo, ainda inconsciente, de tentar falar dos meus e falar de mim, pois o que eu estava tentando chamar e encontrar por populações *vulneráveis*?

Eis que, por acaso, em um sebo, encontro esse livro. Meus olhos brilharam e ainda o tenho todo riscado e grifado. Foi a partir da leitura desta obra que pude começar a entender o dinamismo das relações raciais, bem como os estudos sobre branquitude. Esse livro esteve comigo, especificamente, durante o final da graduação, mestrado e, agora, no

doutorado. Ou seja, você, professora, caminha comigo por toda a minha formação. Eu sou mais do que grato.

Em sua tese, *Pactos Narcísicos no Racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*, a autora aborda as manifestações da racialidade branca no discurso dos gestores de pessoal, isto é, chefes e profissionais de recursos humanos de duas prefeituras do sudeste brasileiro. **Bento** (2002) teve, como objetivo, compreender como se dá a reprodução das desigualdades raciais nas relações de trabalho e no interior das organizações. Trata-se de uma obra de suma importância para os campos da Psicologia do Trabalho, Organizacional e Institucional.

Bento relata, em uma fala com **Silvio Almeida e Jurema Werneck** (2020), que, quando trabalhava com o movimento sindical, ela questionava para os membros qual seria a diferença entre negro e branco e as pessoas, no caso, os dirigentes brancos da esquerda, diziam que eram *um ser humano como outro qualquer*. Quando os negros respondiam, eles tinham uma história para dizer sobre o *significado de ser negro*. Isso já nos diz muito.

Essa neutralidade do branco passou a chamar a atenção de Bento, assim como a maneira como se explicava na literatura científica e, nos movimentos sindicais, as mazelas sociais no que se refere às condições dos corpos negros no contexto de trabalho, fruto da herança escravocrata. Segundo a autora, pessoas brancas não se veem como herdeiras da história escravocrata deste país. Por isso, a noção de **herança** é fundamental, pois esta herança está dentro das instituições, está, concretamente, na realidade social e no imaginário social e na construção dos saberes, bem como nos livros didáticos (**BENTO**, 2020).

A autora afirma que, mesmo setores considerados progressistas, que defendem ideais mais democráticos e empreendem ações para combater a pobreza e a exclusão, não escapam ao embaraço quando se deparam com a dimensão racial do problema. Como é o caso da Psicologia durante anos. Uma vez que, na maioria das vezes, reconhecem as desigualdades e atribuem-nas a um passado de escravização, “do qual os brancos parecem ter estado ausentes, uma vez que não falam de um legado do grupo branco, mas, apenas do grupo negro”, ou um problema de classe, de pobreza (**BENTO**, 2002, p. 10).

Cida Bento (2002) levanta uma questão de suma importância para compreendermos, por exemplo, o silêncio das instituições e organizações no que diz respeito adoções de práticas antirracistas. Questão esta que diz respeito à noção de discriminação e preconceito, uma vez que preconceito, segundo a autora, se refere, principalmente, a uma predisposição, por sua vez, discriminação implicaria ações ou

práticas desenvolvidas por membros de grupos dominantes ou seus representantes, provocando um impacto diferencial e negativo nos grupos atingidos ou subalternizados.

Pode-se afirmar que preconceito e discriminação funcionariam como dois elementos essenciais para preservação da desigualdade. Assim, uma ação educativa ou dispositivos legais funcionariam como ferramentas legais para revisar estereótipos, ações e comportamentos discriminatórios e preconceituosos. No entanto, **Bento** (2002) afirma que toda **ação discriminatória nem sempre é diretamente motivada pelo preconceito, pois muitas vezes ela ocorre por outras razões**, como, por exemplo, a manutenção de privilégios. Esta é uma das características da discriminação institucional.

Desde que me tornei professor, isto é, a partir do último semestre de 2017, tenho observado uma questão que me chama bastante a atenção: a quantidade de alunos e alunas negras/os no curso de Psicologia. Pois, durante os cinco anos da minha graduação, contando comigo, deveria haver uns 10 alunos e alunas negras. Quando me torno professor e começo a ocupar não mais o espaço da universidade pública, e sim do contexto privado, começo a observar um número relativamente maior de estudantes negros e negras. Por exemplo, no curso de Psicologia em que ministro aula, deve haver de três a quatro vezes mais alunos negros em comparação a quando eu estava na graduação.

Além disso, a maioria das bibliografias utilizadas nos cursos de Psicologia, para descrever e compreender os fenômenos psicológicos, são de corpos brancos e masculinos. Exceto uma professora ou outra, a maioria do colegiado trabalha com os chamados “clássicos”. Mas, afinal, quem nomeou determinado autor ou autora como clássico?

Quando eu trabalhava em uma outra IES, em reuniões de colegiado, principalmente nas reuniões em que montávamos o calendário acadêmico, bem como as atividades de cada semestre, sempre que a temática racial surgia, era inevitável que todos olhassem para minha pessoa. Ou, então, o silêncio se fazia presente. Afinal, o que este silêncio quer dizer? Até que uma vez ou outra eu atendia a demanda e de prontidão a reunião caminhava. Será que ninguém seria apto para desenvolver um trabalho ou atividade que estivesse interligada com a temática étnico-racial? Por que apenas os corpos negros deveriam se ocupar disso?

Uma vez, escutei de um colega a seguinte afirmação: “Você fala calmo e bonito, eles vão entender melhor você do que eu”. Uma colega chegou a complementar, afirmando que eu vivia aquilo, portanto, seria mais verdadeiro. Bom, eu não sabia que, para discutir e falar sobre relações raciais, era preciso ter uma voz bonita ou falar pausadamente.

Outro exemplo: Hora do intervalo, sala dos professores, eis que um colega chega até mim para desabafar. E logo começa a falar de uma aluna que, segundo ele, “implicava com suas aulas todos os dias”. Conforme o professor foi falando, logo liguei os pontos e entendi de quem ele estava falando. Uma questão interessante foi que, ao falar de outros alunos, estes e estas tinham nomes. Agora, a aluna negra, era, apenas, a aluna irritante. Eis que ele me diz: “Ela fica me desafiando, mas o dela está guardado e começa a rir”. Nisto, uma outra professora branca, de sociologia, que estava ao meu lado, questiona-o, dizendo que aquela fala era totalmente problemática [...] conversa vai e conversa vem, ele se levanta irritado, pois sua demanda não foi acolhida, e se senta no outro canto da sala para conversar com outro professor.

Pois bem, nesta perspectiva, a discriminação institucional se refere a aquela ação que ocorre independentemente do fato de a pessoa ter ou não preconceito consciente ou inconsciente, com ou sem intenção de discriminar. Tal discriminação faz parte da lógica das sociedades racistas, “nas quais comportamentos aparentemente livres de preconceitos podem gerar consequências negativas para os membros de grupos sociais discriminados” (Essed 1991 apud **BENTO**, 2020, p. 12).

É o caso, por exemplo, da compreensão acerca da democracia racial. A partir desta ideologia, criou-se a ideia de que haveria oportunidades iguais para todas e todos. Aqueles e aquelas que não conseguissem êxito ou alcançar tal posto seriam compreendidos e demarcados como incompetentes, discurso este que, ainda hoje, encontra-se presente, munido pela lógica meritocrática. Portanto, o problema estará no sujeito e não na sociedade e suas instituições.

Segundo **Bento** (2002), esta ideologia permeia o cotidiano do trabalho nas empresas e organizações, mostrando sua face mais eficaz, ou seja, garantindo uma forte segmentação racial, em outras palavras:

Nenhuma empresa brasileira declara por escrito: “*não aceitamos negros para o cargo de chefia*”. No entanto, gerentes, chefes, encarregados, selecionadores de pessoal, utilizam, no dia-a-dia, essas regras informais, muitas vezes sem refletir e nem sempre com a intenção de discriminar, mas que acabam por reforçar a situação de desigualdade no Brasil. O fato é que, conscientemente ou não, o resultado dessas ações é o mesmo: reproduzir as desigualdades raciais (**BENTO**, 2002, p. 22, grifos da autora).

Uma vez estava esperando ser entrevistado para uma vaga de professor em uma IES na cidade de Maringá. Durante a conversa, fui muito bem elogiado pela banca, onde pontuaram sobre o meu currículo e dentre outras questões. No entanto, em um determinado momento, começaram a falar sobre o perfil do professor da instituição, e

logo comecei a perceber que o perfil que estava sendo posto ali, não era o meu. Portanto, tudo bem eu ser negro, desde que eu não falasse sobre a temática racial e desde que eu não usasse roupas que pudessem associar a temática racial, afinal, eu estava de turbante. Mas a banca estaria fazendo, apenas, o protocolo estabelecido pela empresa.

Deste modo, o conceito de discriminação institucional passa ser um importante elemento para verificarmos os efeitos de sua ação. Esses efeitos só se verificam perscrutando-se, por exemplo, o número de negros e mulheres nos diferentes postos de trabalho da empresa. Logo, quantas professoras e professores negros e negras você teve durante a sua formação em Psicologia? Quantos alunos e alunas negras estavam sentadas nos bancos das universidades? Quem ocupa os cargos de poderes? Onde estão os corpos negros? O que fazem? Quais são suas atribuições? Onde estão as autoras e autores negros? A literatura dos estudos sobre relações raciais encontra-se inserida em quais disciplinas? Quais autores, autoras e perspectivas teóricas são acionadas para se compreender os fenômenos psicológicos, bem como o desenvolvimento humano? Estas perguntas deveriam ser respondidas. Mas o silêncio prevalece.

Ao analisar a obra de Florestan Fernandes, *A integração do negro na Sociedade de Classes*, publicada em 1965, **Bento** destaca o modo como ela desmistifica a ideologia racial brasileira, demonstrando que as relações entre negros e brancos jamais haviam sido harmoniosas e que os negros viviam em situação de desvantagem em relação aos brancos.

Entretanto, segundo a autora, ao tentar explicar as desigualdades, Fernandes (1978) (e, de modo semelhante, Ianni (1972) e Bastide (1955)) acabou por criar outros estereótipos sobre os negros. Haja vista que, para estes autores, a população negra estava em desvantagem pelo fato de haverem sido escravizados, o que os deixou despreparados para agirem como trabalhadores livres e ingressarem na sociedade, após o fim do escravismo. Ainda segundo os estudiosos, o escravismo teria “**deformado a personalidade do negro**” (FERNANDES, 1978, p. 52 apud **BENTO**, 2002, p. 24).

Por outro lado, as desigualdades raciais foram explicadas, também, como “resultantes de um problema de classe, que desapareceria com o desenvolvimento do capitalismo” (IANNI 1972; FERNANDES 1978 apud **BENTO**, 2002, p. 24). Eis que Bento (2002) passa a apontar que os autores estão tratando a questão como uma questão dos negros, retirando, de cena, os brancos. Caberia, então, perguntar se o escravismo deformou, de algum modo, a personalidade do branco e qual seria essa deformação.

A partir de suas observações, **Cida Bento** aponta que haveria duas linhas iniciais de “estudos” sobre as relações raciais no contexto brasileiro:

- Os estudiosos de meados do século XIX até o início do século XX, diziam que os negros eram inferiores biologicamente e por isso foram escravizados;
 - O quase um século depois, os estudiosos mais progressistas afirmavam que os negros não eram inferiores biologicamente, mas como foram escravizados, eles acabaram ficando psicologicamente deformados.
- É interessante destacar que nenhum desses grupos de estudiosos apontou deformação na personalidade do escravizador, isto é, do branco (**BENTO**, 2002, p. 25).

A autora ainda aponta uma terceira linha de estudos realizados nas áreas da educação, do trabalho e da saúde. Esses estudos, feitos por cientistas negras e negros, brancas e brancos, cujos nomes mais expressivos são Hasenbalg (1979), Oliveira, Porcaro e Araújo Costa (1985), **Carneiro e Santos** (1985), Rosemberg (1985), **Bairros** (1991), Chaia (1988), Silva (1992) e tantos outros, comprovam que a situação de desigualdade do povo negro deve-se à discriminação racial no cotidiano, e não, exclusivamente, à herança do período escravocrata (**BENTO**, 2002).

Atualmente, temos diversos nomes que ajudam a constituir e ressignificar a Psicologia, bem como os estudos das relações raciais. Também cabe afirmar que os sistemas conselhos, em Psicologia, nas últimas décadas, vêm se tornando um eixo fundamental para a construção e efetivação de uma luta que vise uma Psicologia Antirracista, criando cadernos temáticos, abordando diferentes assuntos, dentre eles, genocídio da população negra, saúde mental da população negra, violência contra mulheres negras, infância e negritude. Bem como na realização de ciclo de debates, abordando a temática da Psicologia e do Preconceito Racial em diferentes áreas de atuação da psicóloga (saúde-trabalho, educação-esporte, justiça-segurança pública e assistência social e adoção).

Outro ponto que o trabalho de **Bento** nos ajuda a problematizar é a dissociação entre discriminação e preconceito, como se fosse possível discutir um sem o outro. Como aponta **Bento** (2002), psicólogos e psicólogas reconhecem as desigualdades raciais, só que não as associam à discriminação, e isto é um dos primeiros sintomas da branquitude.

Neste sentido, tudo é atribuído a um passado, a um legado do processo de escravização no qual pessoas brancas são corpos ausentes-invisíveis. Com isto, pode-se afirmar que evitar discutir, focalizar e apontar o corpo branco no debate das relações raciais é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio. Logo, quando o corpo branco é questionado ou, até mesmo, exposto, observamos uma série de argumentos defensivos.

Ao longo dos anos enquanto professor e palestrante, pude escutar diversas argumentações que nomearei por “Mimimi-defensivo”. Listo algumas delas: “Julgo as

peessoas por aquilo que fazem, não pelo que são”, “Não vejo cor, vejo pessoas”, “Somos todos vermelhos por baixo da pele”, “Imagina, ele não é racista. Na verdade, ele é uma pessoa muito boa”, “Este não é meu lugar de fala”, “Eu tenho medo, sabe, de ser julgada, quer dizer, tenho medo de ser mal interpretada”, “Não é fácil ser julgada ou cobrada por algo que você não é”, “Poxa, eu me senti violentada. Eu luto tanto por todos, por uma Psicologia transformadora. Agora, ser chamada de Racista? Logo eu? Isso me dói”, “Eu sinto que, hoje em dia, os alunos estão mais agressivos, principalmente as minorias”, “Eu sei que não é meu lugar de fala, aliás, você poderia me indicar alguma leitura para eu ser menos racista”, “Você que é o especialista do racismo, eu preciso aprender com você”.

Eu não sou especialista em racismo. Quem é especialista em racismo é branco racista²⁴. Eu sou um sujeito que tenta dialogar e estruturar um pensamento que se conecta com as relações raciais. O que verificamos, aqui, é um produto da desonestidade intelectual da branquitude, a qual faz uso de conceitos, de modo distorcido, para justificar o seu racismo. Conceitos produzidos por homens e mulheres negras, como, por exemplo, *lugar de fala*, *necropolítica*, *interseccionalidade*, *racismo estrutural* são utilizados para justificar aquilo que, na origem, deveriam combater.

Uma ilustração conceitual sobre este assunto é feita pelo Professor **Wanderson Flor do Nascimento** em “*Enterreirando a investigação: sobre um ethos da pesquisa sobre subjetividades*” (2020). Nascimento nos ajuda a refletir sobre o “extrativismo epistêmico”. Segundo o autor, depois de muitas tentativas de epistemicídios, no que se refere a produção de conhecimentos dos povos negros, parece haver, no presente, um deslocamento nas possibilidades de compreensão destes saberes e nos possíveis usos investigativos para a produção do chamado conhecimento científico.

No entanto, ao visualizarmos este fenômeno de modo mais atento, o que se verifica é que os espaços acadêmicos pouco se modificaram, bem como as estratégias de pesquisa, persistindo, então, uma espécie de conservadorismo epistêmico que teme que as “modificações estruturais, nos modos como realizamos nossas pesquisas, comprometam o rigor e a confiabilidade dos conhecimentos produzidos” (NASCIMENTO, 2020, p. 200).

Assim como autor supracitado, Grosfoguel (2016) também discute tal fato ao apoiar-se nos referenciais anticoloniais, posto que, para o autor, o extrativismo epistêmico corresponderia a:

²⁴ Parafrazeando Silvio Almeida (2020), Jornadas Antirracistas – Companhia das Letras - Racismo estrutural e instucional com **Cida Bento, Silvio Almeida e Jurema Werneck**.

uma mentalidade que não busca o diálogo que implique uma conversa horizontal, de igual para igual entre os povos, nem o entendimento dos conhecimentos originários em seus próprios termos, mas que busca extrair ideias como se extraem matérias primas para colonizá-las por meio de se sua submissão ao interior dos parâmetros da cultura e da episteme ocidental (GROSFOGUEL, 2016, p. 132).

Em quase todas as palestras ou aulas, cujo tema se refere relações étnico-raciais, ao final, uma pessoa branca, publicamente ou em um canto mais despercebido, começa com a seguinte frase: “Parabéns pela fala. Nossa você me tocou [e começa a chorar], hoje, eu pude ver o quanto eu sou racista [alguns ainda pegam no meu ombro, cabelo e assim por diante], mas estou disposto/a a lutar contra o racismo, porque dói demais saber disso tudo, eu sinto muito”. O que quero dizer, com este exemplo, é que o extrativismo corresponderia como característica das sociedades formadas na lógica do imperialismo, capitalismo, colonialismo e patriarcado, que subjuguou povos como recursos a serem explorados, se estende ao saber e a ciência moderna tem suas origens no “extrativismo epistêmico”.

Logo, estes corpos que chegam até a minha pessoa, visualizam e conseguem enxergar os efeitos do racismo nos corpos negros e não negros, entretanto, pode-se afirmar que, na maioria das vezes, o que verificamos é que estes corpos brancos exercem uma prática na qual se apropria de seres, conhecimentos e culturas, na maioria das vezes, sem consentimento e sem considerar o impacto negativo que gera na vida desses outros seres (humanos e não humanos) e, consequentemente, sem se responsabilizar enquanto corpos brancos.

DiAngelo (2019) afirma que pessoas brancas do ocidente vivem em uma sociedade profundamente dividida e desigual, segundo o critério de raça, e são beneficiárias dessa divisão, dessa desigualdade. Consequentemente, estes corpos brancos estão protegidos do que a autora chamará de estresse racial e, ao mesmo tempo, se sentem merecedores e dignos de suas vantagens. Como afirma Bento (2020), a herança do branco não tem a ver com a história deste país, e sim com o mérito.

Esta herança está no nosso executivo, legislativo, judiciário, é o mesmo perfil masculino, homem branco, e de um determinado nível de classe social. E assim se concretiza a noção de transmissão de lugar de poder e saber – isto é, um lugar de branquitude de masculinidade e cisgeneridade que se concretiza em um modo de compreender, analisar e construir o mundo (BENTO, 2020, p. 18).

Corpos brancos não experimentam desconfortos raciais numa sociedade onde “dominam”, logo, estes corpos não tiveram que construir resistência racial. Portanto,

desde a infância, passam a ser socializados em um sentimento de superioridade internalizando que são sinônimos de deuses. E, assim, se tornam frágeis quando o assunto é raça e racismo.

Em todas as minhas aulas, costumo trazer a temática racial para o debate, independentemente da disciplina, afinal, se refere a uma temática transversal. Quando eu me refiro a algum aluno por branco, é inevitável, principalmente nos primeiros semestres, o desconforto. Em outras palavras, o simples fato de ser branco ou ser chamado de branco tem um significado que faz disparar uma gama de respostas defensivas, incluindo raiva, medo e culpa, além de comportamentos como alteração, silêncio e retratações.

DiAngelo (2019) afirma que essas respostas trabalham para restaurar o equilíbrio branco na medida em que repelem o desafio, reinstalam o conforto racial e mantêm o domínio no interior da hierarquia racial. A autora classifica este processo como fragilidade branca.

Nas palavras da autora, fragilidade branca corresponderia a uma sociologia da dominação (2020), ou seja, se refere ao modo como pessoas brancas mantêm as posições sociais e, conseqüentemente, passam a protegê-las. É importante demarcar que não há um único elemento que constitui a fragilidade branca, e sim uma gama de fatores.

DiAngelo (2020) elenca três fatores possíveis para constituição e formação do que poderíamos entender por fragilidade branca, o primeiro fator a autora afirma ser o individualismo, uma vez que se refere a uma ideologia que faz com que o sujeito se isente das forças de socialização e que permite que corpos brancos possam se irritar ou se queixar. “Quero dizer, só o fato de que hoje nós vamos falar de pessoas brancas, em termos gerais, vai deixar muitas pessoas brancas irritadas, porque “você não me conhece, você não sabe como sou diferente” (p. 16).

Um segundo elemento, de acordo com a autora, seria a ideologia da meritocracia, e este fator se faz muito presente, haja vista que narrativas pautadas na lógica meritocrática são narrativas naturalizadas, ou seja, é comum escutarmos – tenho isto, por que trabalhei duro – o que, na realidade, a autora aponta que na ideologia da meritocracia “nós temos o que temos porque trabalhamos duro, não porque trabalhamos duro dentro de um sistema que recompensou o nosso trabalho duro. Portanto, quando isso é questionado, diz respeito às nossas identidades” (p. 16).

Outro fator é o que autora nomeia por binarismo do bem e do mal:

a ideia simplista de que o racista é uma pessoa ruim, que conscientemente não gosta das pessoas baseando-se em raça e que intencionalmente quer feri-las. Essa seria uma pessoa ruim, e eu não sou essa pessoa, portanto, eu sou uma

pessoa boa e eu não posso ser racista. Se você sugerir que sou racista só por eu ser branco ou branca em uma sociedade que está estruturada hierarquicamente baseada em raça, na minha cabeça, você está questionando o meu caráter moral, e agora eu tenho que defender o meu caráter moral (DIANGELO, 2020, p. 17).

Por fim, outro elemento nomeado pela autora se refere à superioridade internalizada e que, segundo DiAngelo, é o mais difícil de admitir, em algum nível, corpos brancos crescem acreditando que merecem o que têm, que merecem essa posição, porque são corpos inerentemente superiores ao outro.

Tudo isso se apresenta de forma conjunta, não é racional. Há várias contradições, mas não precisa ser racional, só precisa funcionar para retirar o racismo da discussão e proteger o status quo, que é o racismo sistêmico (DIANGELO, 2020, p. 17).

O país não quer discutir, visualizar e transformar o legado da escravização, haja vista que há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. “Não se reconhecer como partícipe dessa história é não assumir um legado que acentua o lugar de privilégio que o grupo branco desfruta na atualidade” (BENTO, 2002, p. 37).

Neste sentido, o silêncio simbólico e concreto dos brancos sobre o lugar que ocuparam e ocupam na situação de desigualdades raciais no Brasil os protege e os desonera de qualquer responsabilidade, como também protege os interesses de seu grupo racial (BENTO, 2002).

Durante os poucos anos que estou como docente de Psicologia, uma das questões que mais me persegue é o fato de, antes de tudo, ser visto como *negro*, e não como professor de Psicologia. Automaticamente, eu não posso errar. Certa vez, recebi uma avaliação discente na qual fui mal avaliado por ser um professor que aborda as questões raciais, abre aspas, “Por ser um professor diferente”. Afinal, o que me difere dos demais?

Ser o único professor negro e trabalhar com as questões raciais dentro de um curso de Psicologia é ser um imigrante em um território que também é meu. Existem diferentes dores, *há a dor da opressão e a dor da exploração da supremacia branca e a dor que vem da resistência e da luta*. Se uma dor nos fere, a outra ajuda a curar feridas.

Segundo Bento (2002), nos estudos sobre discriminação racial, a noção de privilégio é fundamental. Pode-se afirmar que, no campo científico, sobretudo, na Psicologia, muitas vertentes teóricas, como autores e autoras destas, se silenciam sobre a temática das relações étnico-raciais, não porque esses corpos, em sua maioria brancos e

cisgêneros, *odeiam* a população negra, mas sim por compactuarem, conscientemente ou inconscientemente, com a manutenção do próprio privilégio branco.

Bento (2002) utiliza, em sua tese de doutorado, uma expressão para designar tal comportamento. A autora nomeia por: **indignação narcísica**, isto é, quando há um sentimento de indignação com a violação dos direitos das pessoas, mas só quando essa violação afeta o grupo de pertença.

Jodelet (1999) coloca essa questão que, segundo ela, vem aparecendo em muitas pesquisas da atualidade: o que é que faz com que pessoas que cultuam valores democráticos e igualitários aceitem a injustiça que incide sobre aqueles que não são seus pares ou não são iguais a eles? (**BENTO**, 2002, p. 39)

E, assim, a Psicologia brasileira feita por brancos por décadas protege seu grupo. O silêncio capturado, neste trabalho, a omissão, as distorções do lugar do branco na situação das desigualdades raciais, no Brasil, têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vêm acompanhado de um pesado investimento na colocação de si como grupo de referência da condição humana. Quando precisam mostrar uma família, um jovem ou uma criança, todos os meios de comunicação social brasileiros usam, quase que exclusivamente, o modelo branco.

Façamos um exercício:

Primeiro cenário: Imagine que você é um professor de Psicologia e está montando a sua aula. Quais são as imagens e figuras humanas que você escolhe para inserir nos slides? Por quem você busca?

Segundo cenário: Quando você está lendo, por exemplo, um dos livros bases da Psicologia do desenvolvimento: Que sujeito é este que se encontra impresso nas páginas deste livro? Como se concebe o desenvolvimento humano? Como é a infância para uma criança negra? Quilombola? Indígena?

Em sua conhecida obra *O Orientalismo* (1978/1990), Edward Said (apud BELIZÁRIO, 2013), aponta que devemos compreender o orientalismo como discurso que constitui: “a) o orientalismo como uma disciplina acadêmica, b) um jeito de pensar e c) uma instituição que determina como se deve lidar com o Oriente” (p. 10), ou seja, a partir do olhar daquele e daquela que ganhou uma força e identidade clandestina, subterrânea e invisível, na qual passou a ser reconhecida como o “homem universal”, passou a estruturar e determinar o que é o outro, como é este outro e quais *outros* são nomeados como sendo ameaças.

Neste sentido, o discurso eurocêntrico e estadunidense transformou e produziu aquilo que não é espelho em um diferente e, muitas vezes, ameaçador. Assim, criou modos de visualizar, entender, falar e lidar sobre este outro. Com isto, a ciência ocidental, de forma afirmativa, passou a construir, ao longo da história, julgamentos sobre o Outro que visaram submetê-lo e localizá-lo em posição de inferioridade.

Sobre este ponto, **Bento** (2002) afirma que esta forma de construção do Outro, a partir de si mesmo, **é uma forma de medo**, que traz, em sua gênese, a paranoia. O medo do diferente é, em alguma medida, também o medo do semelhante a si próprio nas profundezas do inconsciente. Pode-se afirmar que, desse medo, que está na essência do preconceito e da representação que fazemos do outro, é que nos fala também Célia Marinho de Azevedo, em *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX* (1987).

O estudo de Azevedo (1987) evidência como o ideal do branqueamento nasce do medo, constituindo-se na forma encontrada pela elite branca brasileira do final do século passado para resolver o problema de um país ameaçador, porque majoritariamente não-branco. O medo do negro que compunha o contingente populacional majoritário no país gerou uma política de imigração europeia por parte do Estado brasileiro (**BENTO**, 2002, p. 44).

Bem como afirma **Frantz Fanon** em *Pele Negra Mascarás Brancas*:

Quando a civilização europeia entrou em contato com o negro, ... todo o mundo concordou: esses negros eram o princípio do mal... negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais (**FANON**, 2008, p. 161).

Em coro com o que apontam **Bento** (2002), Azevedo (1987) e Schucman (2020), poderíamos afirmar que o corpo branco psicólogo e psicóloga está com medo de ser questionado, cobrado e taxado por ser racista. Schucman (2020) diz que essas reações fazem parte de um sentimento novo para os brancos brasileiros. Significa que a racialidade branca está sendo marcada, algo que acontece há séculos com corpos negros e indígenas no Brasil. Com isto, o que observamos, nesse cenário em que encontramos inseridos e inseridas, é que o corpo branco não só está sendo demarcado como branco, mas está sendo retirado de um lugar que lhe foi, por mais de 500 anos, construído para ser “confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo: a racialização” (SCHUCMAN, 2020, p. 47).

Quando nós, corpos negros psicólogos e psicólogas, questionamos por que se utilizam discursos produzidos por homens brancos que não se preocuparam em pautar as relações raciais, ou por que contribuir para a longevidade de teorias "universais" de

cânones que silenciaram e objetificaram corpos e saberes negros, o que observamos é a desestabilização. A recusa deste lugar, isto é, nenhum branco quer ser visualizado de forma racializada, “nenhum corpo branco quer ser resumido, em toda a sua complexidade, ao nome branco” (SCHUCMAN, 2020, p. 2).

Em outras palavras, o medo e a projeção podem estar na gênese de processos de estigmatização de grupos que visam legitimar a perpetuação das desigualdades, a elaboração de políticas institucionais de exclusão e até de genocídio (BENTO, 2002, p. 48).

O pacto narcísico é um pacto também de morte. O conceito de narcisismo é um conceito de morte, ele é um pacto de morte no sentido de que é uma sociedade toda totalmente desumanizada e desfigurada por um grupo que quer se manter no poder a qualquer preço, cada vez mais assustado com a ampliação das vozes que apontam a branquitude. E é esse pacto que os mantêm nessa condição de privilégio e poder (BENTO, 2020, p. 16).

No pacto de morte que se institui a partir do medo do outro e da perda de privilégios, instaura-se um campo de violência e aniquilamento concreto. Edson Teles (2018) trabalha com o conceito de “**prática de zoneamento**” a partir das influências de **Achille Mbembe**, no qual refere-se à fabricação de espaços geográficos povoados por hordas perigosas e caracterizadas pelo perigo que representam para a democracia. A insegurança e o medo, gerados pelos inimigos, autorizam o Estado de Direito a agir em condições de exceção, promovendo permanentemente intervenções nos territórios e nos corpos colonizados.

São condições observadas no Brasil, onde territórios periféricos habitados majoritariamente por negros são, historicamente, precarizados e se tornam alvos dos “mecanismos técnicos para conduzir as pessoas à morte”. Esses “os campos” ou esses territórios não seriam resultados do mau funcionamento do Estado, mas, antes, **um projeto necropolítico do Estado**.

Talvez possamos concluir que uma boa maneira de se compreender melhor a branquitude é entender a projeção do branco sobre o negro, nascida do medo e cercada de silêncio, fiel guardião dos privilégios. O que se vê comprometido nesse processo é a própria capacidade de identificação com o próximo, criando-se, desse modo, as bases de uma intolerância generalizada contra tudo o que possa representar a diferença (BENTO, 2002, p. 53).

A história nos mostrou e ainda nos mostra que a sociedade brasileira não economizou recursos para apagar a história negra no Brasil, como fez Rui Barbosa, ao

queimar importante documentação sobre esse período. “Porém, essa herança silenciada grita na subjetividade contemporânea dos brasileiros O silêncio não pode apagar o passado, e assim, esse tema é um permanente desconforto para os brasileiros e emerge quando menos se espera” (**BENTO**, 2002, p. 64, grifo nosso).

ROTA 02

Itinerários Encarnados na Produção de uma Psicologia Antirracista

Morto

Morto

Morto

VIVA

Bomba pra caralho, bala de borracha

Censura, fratura exposta, fatura da viatura

Que não atura pobre, preta, revoltada

Sem vergonha, sem justiça, tem medo de nós

Não suporta a ameaça dessa raça

Que pra sua desgraça

A gente acende, aponta, mata, cobra, arranca o pau

(**Linn Da Quebrada** – Bomba pra Caralho)

“É preciso não carregar a pele como um fardo”

¹ Frase de **Alberto Guerreiro Ramos** é a epígrafe do livro Fala Crioulo de **Haroldo Costa** (1982).

Uma utopia possível

Guerra

Inversão

Afeto

Amor

Esperança

Memórias

Erguer a Voz

Coletivo Yalodê-Badá

Testemunhos

Docência

Encontros

A voz que liberta

Uma utopia possível

A partir da compreensão e imersão nos estudos de relações étnico-raciais em Psicologia, pude dar-me conta de que importantes conhecimentos foram e estão sendo excluídos do currículo e da formação em Psicologia. A formação que tive e que, talvez, você, leitor e leitora, também teve ou está tendo, se estruturou sob e pelos moldes do pensamento imperial hegemônico. De fato, esse saber é particular, portanto, muitos saberes estão de fora da borda do “conhecimento psicológico”.

Um epistemicídio está em curso na Psicologia. Trata-se de um projeto de gestão “a partir das raças dos sujeitos, monopolizando os recursos da sociedade, em nível nacional e planetário” (MOORE, 2012, p. 228). Ou, como afirma **Lélia Gonzáles**, sobre o racismo denegado:

Aqui, prevalecem as “teorias” da miscigenação, da assimilação e da “democracia racial”. A chamada América Latina que, na verdade, é muito mais ameríndia e amefricana²⁵ do que outra coisa, apresenta-se como o melhor exemplo de *racismo por denegação* (GONZÁLEZ, 1988, p. 72, grifo nosso).

Nesta perspectiva, invisibilizar e negar a história gera inúmeros efeitos a todos os indivíduos e grupos sociais. Novamente: a todos os grupos sociais. Haja vista que, um “povo que não lida com seu passado, que não valoriza suas raízes, que “clareia” ou exclui seus personagens nos livros, que nega a existência das diferenças, está fingindo que não sofre com um grave sintoma” (SILVA, 2020, p. 20). Essa escolha gera custos para cada corpo na humanidade, de acordo com o lugar que este ocupa no mundo. Essa escolha não passa em *branco* para ninguém.

Molefi K. Asante aponta que “toda linguagem é epistêmica” (ASANTE, 2014, p. 54). Fazem parte de nossa linguagem as autoras e autores que escolhemos e os que deixamos de fora em nossas práticas diárias de construção da Psicologia.

Levando-se em conta que a Psicologia tem ignorado as relações raciais enquanto importante linha de produção de subjetividade, seja nas salas de aula, nos espaços clínicos, nas revistas e livros, podemos constatar que a discussão existente ainda não é suficiente, é preciso fazer mais. Grande parte dos profissionais que oferecem uma escuta, um serviço, não considera seus pacientes na sua integralidade, pelo contrário, parte de valores e existências supostamente “universais” — mas que remetem a sociedades coloniais, patriarcais, eurocêntricas —, segundo teorias construídas em outros tempos e espaços (SILVA, 2020, p. 21).

²⁵ “A América, enquanto sistema etnográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos. Por conseguinte, o termo amefricanas/amefricanos designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como a daqueles que chegaram à AMÉRICA muito antes de Colombo. [...] Amefricanidade que identifica, na Diáspora, uma experiência histórica comum...” (GONZÁLEZ, 1988, p. 77).

Desta forma, cabe demarcar que, mesmo com movimentos de desconstrução e descolonização que estão sendo produzidos, *principalmente*, pela chegada de psicólogas/os negras/os nas instituições do saber-poder, “é preciso produzir ainda mais deslocamentos, questões, interrogações, até que a Psicologia e psicólogas/os possam descolonizar-se o suficiente para acolher os sujeitos reais deste país” (SILVA, 2020, p. 21).

Por isso a urgência, uma vez que, no país, por conta desse processo histórico e da ausência de políticas visando sua reparação, a renda, a escolaridade, a habitação e as condições de saúde são sempre menores e/ou piores entre os negros, quando comparados aos brancos. Diversas ciências como a História, Demografia e Saúde Coletiva têm mostrado a relevância da raça-etnia como um marcador social importante para compreensão da vulnerabilidade social de indivíduos e coletividades, bem como das desigualdades no Brasil.

Talvez o mais desafiador e importante movimento a ser feito é provocar as estruturas hegemônicas (e os símbolos) que mantêm a injustiça e a iniquidade em seu lugar. “Com esse trabalho a intenção não é deixar de lado o que produziram os estudiosos europeus ou euro-americanos, mas, sim, definir os limites dessa sabedoria” (LADSON-BILLINGS, 2006, p. 273).

Logo, romper com as matrizes colonialistas e lógicas maniqueístas é poder fazer existir e sonhar dentro deste sistema que nos sucumbe a todo o momento. Para exemplificar, compartilharei, aqui, o caso de uma aluna.

No dia 23 de julho de 2021, aconteceu uma *live* no perfil da Professora **Vilma** – “Encontro: Mulheres Negras Vivências e Resistências”.

E, nela, estava presente uma aluna que compartilhou, de forma emocionada e sensível, suas vivências e histórias de luta e resistência enquanto mulher negra. Durante este relato, Lurdinha narra o seu encontro com um professor.

Professor este que, através de suas aulas, pôde tensionar com ela as questões raciais, sobretudo, em relação ao *Tornar-se negro*. De modo resumido, Lurdinha aponta sobre a importância do ensinar a transgredir e, sobretudo, da importância de entendermos a educação como prática da liberdade.

Lurdinha estava falando de mim, ou seja, do nosso encontro - docente e discente. De preto com preto. Um recém professor (afinal, estou como docente apenas há 6 anos) que, um pouco perdido, a cada dia, aprende o que é ser professor numa realidade tão diversa e complexa.

A fala dela me fez acreditar, ainda mais, no poder da Educação. Acreditar que a educação pode ser libertadora. E libertar, aqui, implica poder nomear um fenômeno que até então não tinha nome, ou como diz **bell hooks**, quando escolhemos amar, começamos

a nos mover contra a dominação, contra a opressão. No momento em que escolhemos amar, começamos a nos mover em direção à liberdade, a agir de formas que libertam a nós e aos outros.

Cabe explicitar que, quando aciono **hooks** para falar sobre amor, estou buscando me ancorar na ideia de autonomia de si, bem como a construção de uma narrativa e identidade permeada e atravessada pela negritude, e não pelo branco. Afinal, a racialização delimita, estrutura, constrói e molda as formas de subjetivação de todas as pessoas e, neste molde, há uma demarcação, uma imposição de forma, ritmo e direção, por esse cis-tema criam-se os corpos a serem adestrados, abusados, aniquilados e exterminados.

Lembrar disso é o primeiro passo para a humanização. É, também, lembrar que o colonialismo é uma ferida em aberto. Que nunca fecha. Nesse sistema nunca cessa. Lembrar daquilo que se esqueceu é um movimento cotidiano, pois o trauma racial é cotidiano como afirma **Castiel** (2020).

Portanto, como nos ensinou **Neusa Santos Souza** (2021) e **Isildinha Baptista Nogueira** (2021), numa sociedade racista, a autorejeição, o auto ódio é uma norma. Não podemos ver isso do ponto de vista moral, e sim da ética. Pois tiraram de nós a nossa humanidade. Logo, é, neste ponto, que o amor que **hooks** diz se faz presente, tendo em vista que a reivindicação de humano não será dada, somos nós que damos, a partir do processo que **Souza** (2021) e **Nogueira** (2021) nomeiam por “Tornar-se negro”.

Tornar-se negro é saber e visualizar as amarras do racismo, bem como construir outros modos de subjetivação, não mais em resistência ao branco, mas a partir da sua própria história, isso é amor.

Por este motivo que compreendo que o amor pode ser um instrumento de cura. Mas não a categoria amor construída pela ficção euro-americana, bem como pela literatura de autoajuda, mas sim a partir da experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades” (**SOUZA**, 2021, p. 18), isto é tornar-se negro.

Obrigado, **Lurdinha**, por me ensinar todos os dias em que entrei em sala de aula, para ministrar os conteúdos para você e seus colegas, e por me fazer acreditar em um ensino e numa educação que seja transgressora. Uma vez que tenho consciência que o espaço universitário é violento, no entanto, são encontros como esses que me fazem pensar e acreditar que, ali, pode ser um lugar de possibilidades, um espaço de potencial produção de resistência e liberdades.

Com os meus alunos e alunas, sinto o que é tornar-se negro, bem como o poder do quilombo. **Beatriz Nascimento** afirma que quilombo foi, também, uma forma de “organização política e social com implicações ideológicas muito fortes na vida do negro no passado, e que se projeta após a abolição, no século XX” (**NASCIMENTO**, 2018, p. 98).

Neste sentido, pode-se afirmar que o movimento de *aquilombar-se*, de lutar pela garantia da sobrevivência física, social e cultural, é *histórico*. Abarca uma dimensão secular de resistência e luta dos africanos e seus descendentes, muitas vezes, em conjunto com indígenas e, até, brancos, e chega aos dias atuais na batalha pela garantia de direitos fundamentais.

Quilombo: É no momento em que o negro se agrega, e justamente quando ele veio para o Brasil e se desagregou, quer dizer, todo o motor do colonialismo fez a desagregação dele como homem, como cultura, como sociedade, no momento que ele se aglutina ele sempre está repetindo, vamos dizer assim, a essência do que teria sido o quilombo. (**NASCIMENTO**, 1977/2018, p. 126).

Assim, pensar à docência, bem como a produção acadêmica de mulheres negras, sobretudo, de **Virginia Leone Bicudo**, **Neusa Santos Souza**, **Isildinha Baptista Nogueira** e **Maria Aparecida Bento** me possibilita compreender as insuficiências metodológicas e estruturais do próprio fazer psicologia. Me convidando a pensar e a produzir outras formas de pensar o corpo negro e o corpo branco na sociedade, assim como a própria realidade histórica brasileira.

Nós, negros, temos sido, profundamente, feridos, como a gente diz, "feridos até o coração", e essa ferida emocional que carregamos afeta nossa capacidade de sentir e, conseqüentemente, de amar (**hooks**, 1995, p. 1). A escravização condicionou os corpos negros a conter e reprimir muitos de seus sentimentos. Afinal, de que modo podemos falar sobre o amor? Que forma o amor poderia tomar nessas condições? E, assim, passamos a sobreviver nessas condições de racialização desumana.

Bicudo (1945/2010) explícita este processo quando, a partir de suas entrevistas, observa que o negro não quer ser negro:

Os pretos pouco se visitam. Há preconceitos entre o próprio preto. Muitos não querem demonstrar a sua origem e por isso não se reúnem. O negro não quer ser negro. [...] Os pretos sem educação não gostam de mim: dizem que vivo fazendo graça para o branco, colocando o negro em ridículo. Uma sociedade recreativa de pretos me vedou a entrada (n.º 8 - homem preto, classe social intermediária, p. 77).

Sinto grande desgosto por não ter cabelo bom. Não sei porque tenho cabelo feio. Todos em minha família são bonitos e têm cabelo bom (n.º 29 - homem mulato, classe social intermediária, pp. 118-119).

A cor motiva grande complexo de inferioridade: a gente se sente inferior ao branco, feia, diferente, e muitas vezes tem vergonha de si mesma. Consequentemente, manifesta-se o retraimento, um sentimento de humildade, levando a pessoa a evitar aparecer. Pelo desprezo, os brancos nos colocam nessa situação. [...] Convenci-me de que não sou preta, apenas descendo de preto pelo lado paterno. [...] Evito a companhia de preto e do mulato, por ser um deles, por vergonha. Ninguém quer a companhia deles, a gente também fica acanhada de andar com eles (n.º 23 - mulher mulata, classe social intermediária, pp. 110-111).

Para dialogar com **Bicudo** (1945/2010), trago **hooks** (1995), em que a autora sabiamente nos ensina que, quando nos amamos, sabemos que é preciso ir além da sobrevivência. É preciso criar condições para viver plenamente, “é conseguir sonhar dentro da língua colonial e ao acordar conseguir lembrar da forma, textura, temperatura e cores que antecedem e extrapolam qualquer palavra” **Castiel** (2020, p. 2), ou seja, é conseguir entender e se entender a partir das narrativas e das linguagens que nos tornam “negros” e “negras” e conseguir lembrar, relembrar e jamais esquecer que nós não escolhemos ser catalogados, quantificados e enumerados pelo cis-tema colonial da modernidade.

Portanto, nós, corpos negros que estamos vivendo neste sistema, precisamos de coragem para derrubar as barreiras e construir caminhos produtivos que visam a capacidade mais fundamental do humano: que é o autoamor (**NAVASCONI**, 2019, **SOUZA**, 2021, **NOGUEIRA**, 2021).

É preciso estarmos amando aquilo que vemos: Mas o que vemos? O outro é o espelho que nos mira enquanto o admiramos. Como nos ensina **Oliveira** (2015), o outro é espelho de minha alma, o outro são meus olhos, miro-me e me vejo. Logo, penso, me vejo, me reflito na magia de seu espelho. Eu também sou espelho do outro.

E, numa sociedade racista, não aprendemos a reconhecer que nossa vida é importante. Com isto, descolonizar também é lembrarmos de redefinir, ou melhor, destruir o espelho para que, de fato, possamos romper com as amarras. Pois, ao experimentarmos força transformadora do amor em nossas vidas, assumimos atitudes capazes de alterar completamente as estruturas sociais existentes.

Assim, poderemos acumular forças para enfrentar o genocídio que mata, diariamente, tantos homens, mulheres e crianças negras. Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos, é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura (**hooks**, 1995).

Em síntese: “ser negro não é uma condição dada a priori. É um vir a ser” (SOUZA, p.77), ou seja, não se trata de outra identidade essencializada, mas da construção da trajetória de um sujeito. Através de sua negritude e do amor próprio. Portanto, não se trata da invenção, mas de uma continuação das lutas de emancipação arquitetadas e produzidas por corpos negros.

No mês de novembro de 2020, em uma IES que trabalho, realizamos uma atividade referente a uma atividade que nomeamos por “Projeto Interdisciplinar”. A cada projeto, escolhemos filmes ou livros para discutir durante o semestre e, no final, fazemos um evento e sarau. Naquele momento, o livro escolhido pelo NDE foi *Vida, adoecimento e suicídio: racismo na produção do conhecimento sobre jovens negros/as LGBTQTTIs*. Foi o livro fruto da minha dissertação de mestrado, orientada pelo Prof. Murilo dos Santos Moscheta.

Durante o evento remoto, as lágrimas se fizeram presentes a cada relato, intervenção e participação dos alunos e alunas, em especial, das minhas pestinhas negras, como costume chamá-las. Pois ver os rostos de **Bicudo**, **Neusa**, **Isildinha** e **Cida Bento** sendo expostos nas apresentações, bem como de outros corpos negros, não só me aqueceu, mas ficou explícito que aquele espaço, bem como a docência, pode ser um instrumento e uma forma de aquilombamento, de resistir e avançar na produção do conhecimento histórico.

Uma aluna disse, em um relato, que foi, a partir das nossas discussões, do meu cabelo e das minhas referências que passou a se ver no espelho com outros olhos. Um outro aluno negro e gay diz que, pela primeira vez, sentiu forças para se assumir como um jovem negro e gay para família, sendo possível, agora, “entender o que era o tornar-se negro que **Neusa Souza Santos** dizia”, palavras dele.

As experiências que vivenciei naquela noite me fizeram lembrar de uma crônica de Rubens Alves (2011), em que o autor diz: eu quero desaprender para aprender de novo, raspar as tintas com que me pintaram, desencaixotar emoções, recuperar sentidos.

Esta crônica me atravessa e causa lembranças, afinal, no cotidiano, esquecer é o contrário: perder, abrir mão, deixar ir. E, como afirma o autor, na lógica banal da razão do cotidiano, esquecimento é sempre empobrecimento. Porém, naquela hora, pude observar alunos e alunas negras/os por meio de suas câmeras exibindo seus cabelos soltos e livres, seus turbantes, bem como suas vozes que, por vezes, ecoavam, denunciavam ou reconstruíam novos sentidos de ser e estar em um espaço que, estruturalmente, é branco, logo, essa experiência me fez rememorar a história e a trajetória de **Virgínia Leone**

Bicudo, na qual entrou em espaços onde seu corpo não era um corpo aceito, mas que subverteu e se fez presente.

Em síntese, me peguei pensando na importância da representatividade e na desobediência para romper e reconstruir novas narrativas e possibilidades, posto que os processos identitários se constroem, gradativamente, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, a família, até outras relações que o sujeito estabelece.

Por isso, a importância de papéis identificatórios positivos, dentro e fora de todos os espaços sociais, principalmente, nos espaços acadêmicos, afinal, a construção positiva da identidade negra é um desafio a ser enfrentado pelos corpos negros, uma vez que a história sempre ensinou, ao negro, que, para ele ser aceito, era preciso negar-se a si mesmo (**BICUDO**, 1945/2010; **SOUZA**, 2021; **NOGUEIRA**, 2021; **BENTO**, 2022).

Ainda no que se refere ao evento “Projeto Interdisciplinar”, um relato, em particular, me chamou a atenção. Tratava-se de uma aluna que viveu, por sete anos, em situação de rua e que, depois de anos, como ela disse: “passou a dar vazão a um sonho”. Pois bem, na disciplina de relações interpessoais e dinâmicas de grupo, eu, com um módulo de psicodrama, sempre resgato **Abdias do Nascimento** e **Guerreiro Ramos**, demarcando a importância e originalidade desses autores para se pensar o psicodrama no contexto brasileiro. Costumo solicitar, aos alunos, para fazerem um diário de campo sobre as práticas e atividades. Eis que uma aluna me relata:

Eu descobri, não nessa aula, mas na aula de ética, que o que acontecia na sala comigo era racismo. Em casa, chorei muito, pois, apesar de ser negra e ter passado por vários tipos de violência, não tinha conhecimento do que era racismo de verdade. Na pele. Primeiro sentimento foi desistir, porém a vontade de realizar o meu sonho falou mais alto, foi tenso, mas resisti. Comecei ficar no meu mundinho, não sabia como eu ia lidar com tudo aquilo. Na verdade, tinha, com muita clareza até o momento, que nunca tinha passado por nenhum tipo de racismo na minha vida e criticava as pessoas negras quando falavam disso, sempre dizia que nunca tinha acontecido comigo, o que tinha sofrido era violências por ser pobre ou mulher, e se um dia acontecesse comigo, por exemplo, se a pessoa fosse racista comigo, eu mataria a pessoa. Senti-me um lixo por ver que eu própria negava a minha cor. Aí, nas aulas, você falava dos conceitos do psicodrama como conserva social, retorno do ser, de espontaneidade, criatividade e sensibilidade. Eu ficava pensando, por dias, nisso. Em um dia, você falou sobre a morte da **Marielle Franco**. Neste dia, olhei-me para o espelho e, pela primeira vez, com convicção, consegui falar “SOU NEGRA E NÃO NEGO”. Com as suas aulas, Professor Paulo, fui tomando posse da minha *Negritude* e coloquei, pra minha vida, como você diz em seu livro: o lixo vai falar e, hoje, eu falo, sou mulher negra com muita honra. Eu achava que eu era bem resolvida, mas o senhor me fez ver que, naquele momento, eu não estava, mas agora eu tô caminhando e não mais sozinha.

A docência me fez crer que a performance de um professor e professora negra pode ser similar a uma máquina de guerra, mas não buscando impor algo pela força e pela violência, e pela produção da desestabilização do cis-tema colonial e a construção de uma utopia possível.

Como **Brasileiro** (2020, p. 3) afirma, “é preciso *malandragem* para ter coragem de amar a efemeridade da vida, pois nossas vidas também existem para além do limite existencial da racialização”. Há, na sala de aula, um espaço de produção de encontros e, nesses encontros, a possibilidade de um resgate de uma história que tentaram apagar. Como afirma **Marcus Garvey** (1887-1940), “O povo que desconhece sua história, origem e cultura é como uma árvore sem raízes” (n.p).

A importância do erguer a voz enquanto pessoa, professor e ativista

Figura 37 Erguer a Voz



Fonte: Acervo do autor.

Para todas as pessoas que pretendem ser intelectuais, pensamentos são laboratórios aonde se vai para formular perguntas e encontrar respostas, o lugar onde se unem visões de teoria e prática. O cerne do pensamento crítico é o anseio por saber, por compreender o funcionamento da vida (HOOKS, 2020, p. 31).

Eu não sou um fragmento. Não sou apenas o Paulo, Negro, Professor, Psicólogo, Homossexual. Todos estes fragmentos, por anos, se concentraram mais no pensar, no explicar, no relatar, no descrever do que, necessariamente, no sentir, no experienciar, no viver e no amar. Cresci entendendo que amar e amor era sinônimo de dor, logo, escutar que o amor cura parecia ser algo distante.

No encontro com autoras e autores negros, e, sobretudo, com as quatro autoras negras que apresentei aqui, pude entender que a dor é uma parte da vida e não a razão da nossa existência. Foi no tornar-me professor que pude compreender que, mesmo diante do impossível, é possível. Foi, enquanto psicólogo, militante negro e um corpo “abjeto” que entendi que, se não externalizasse a dor, decerto morreria.

Foi no encontro com uma outra intelectual negra, **Audre Lorde**, que compreendi que o essencial é estabelecer quanto dessa dor sou capaz de sentir, quanto dessa verdade sou capaz de enxergar e continuar vivendo sem visualizar. E [...] quanto dessa dor sou capaz de usar, essa é a pergunta central que precisamos fazer, diz ela.

Existe um ponto em que a dor se torna um fim em si mesmo, e então precisamos nos desapegar dela. Por outro lado, não devemos temê-la, porém, por outro lado, não devemos nos sujeitar a ela. Não devemos celebrar a vitimização, por que há outras formas de ser negro (LORDE, 2020, p. 81)

Escrevo por mim. Para mim. E para pessoas que, eventualmente, possa vir aqui e ler o que escrevo, penso e sinto. Reitero o que **Audre Lorde** nos ensinou, quando digo que escrevo por mim, não estou referindo apenas ao **Paulo Vitor** ou aos fragmentos deste corpo. Mas estou me referindo a todos os corpos negros que num passado foram alocados na sombra da humanidade e que, mesmo assim, subverteram e que insistiram na vida, na força, na resistência, no afeto e no amor. É, por isso, que sinto a responsabilidade de trilhar sem medo para a construção e implantação de um outro mundo permeado e estruturado na e pela esperança. Nossos passos vêm de longe. A nossa sobrevivência e existência é testemunho de nossa força.

Talvez, aqui, esteja uma de minhas teses. Mas, para isso, precisarei contar um pouco mais sobre a minha pessoa e a relação com o: Doutorado – Fazer Doutorado – Ser um doutor.

1 em cada 4 matriculados em programas de mestrado e de doutorado no Brasil é negro²⁶. Em áreas como medicina, por exemplo, proporção de pós-graduandos pretos e pardos em formação cai para 1 a cada 10 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020, n.p).

Neste momento, peço sua licença, leitor e leitora, pois, nos próximos parágrafos, produzirei uma escrita cujo tom será biográfico e singular, mas, mesmo se apresentando singular, este singular se constitui em um ambiente atravessado por raça, gênero, sexualidades e territorialidade, dentre outros fatores.

Pois bem, nunca tive a pretensão de fazer doutorado. Parecia algo distante e, quiçá, impossível. Não me lembro quando e onde descobri o significado de “doutorado”, mas as vezes em que escutei, sempre entendia como sendo algo grandioso e para poucos: apenas para os mais inteligentes. E, aqui, nascia um problema, pois inteligência era algo que internalizei não ter, mas como ter inteligência? É de comer? É de comprar? É de beber? Enfim: Por que este corpo não era um corpo inteligente?

²⁶ As informações raciais foram tabuladas pela Folha de São Paulo a partir de uma base de dados abertos de 2018 da Capes, agência do MEC voltada à pós-graduação no país. Foram considerados nos cálculos apenas os alunos de pós-graduação do país que informaram a cor de pele – o que é feito de maneira autodeclarada.

Cresci em um meio familiar que acreditava muito na minha pessoa. Minha mãe e meu pai viveram por mim, eles investiram tudo o que não tinham para que eu pudesse ser “alguém na vida”. Como apontei, anteriormente, desde criança, escutei que, apenas estudando, eu poderia ser alguém na vida e que, através dos estudos, eu conseguiria alcançar espaços que, jamais, conseguiria alcançar ou imaginar.

E, assim, fui crescendo na obsessão constante de ser alguém na vida. Mas não me via como inteligente, e, sim, como um sujeito esforçado. Por vezes, esse sentimento era reforçado nos espaços escolares e nas relações interpessoais, com falas do tipo: “Nossa, como ele é esforçado” ou “Como ele é dedicado”, mas nunca “como ele é inteligente”.

Sabe aquele aluno que se esforça para ter o olhar do outro, de suas professoras/es e colegas? Prazer, este era eu, sempre correndo para terminar as atividades escolares primeiro, para mostrar, aos demais, o quanto eu era ágil e capaz. Não importava se estava bonito, correto ou de acordo com a proposta da atividade: o importante era terminar e ser o primeiro. E, assim, fui crescendo nesses espaços como um corpo que se esforça para ser alguém na vida.

Figura 38: Um pouco de mim



Fonte: Acervo Pessoal.

Lembro-me, como se fosse hoje, o dia em que ouvi, pela primeira vez, que eu era inteligente. O ano era 1998, no CMEI Laura Paurenti Bossolan, uma pequena escola de madeira de cor azul, localizada na Vila Esperança, na cidade de Maringá. Estava no começo do Pré-II, a professora chamou a minha mãe para conversar e, nessa conversa,

comunicou que eu era um aluno “diferenciado e muito *inteligente*”, que estava à frente dos demais colegas e que, segundo ela, eu poderia estar no Pré-III, pois acreditava que eu conseguiria me desenvolver junto com os demais alunos e alunas.

Na época, minha mãe concordou e, quando ela me comunicou a notícia, lembro-me de me sentir muito importante, em outras palavras, *inteligente*. Talvez, naquele momento, mesmo ainda muito pequeno, pude *sentir* o que era ser *inteligente*. E, então, passei a frequentar o Pré-III. Naquele ano, junto com a professora **Deise**²⁷, pude começar a entender o que seria inteligência.

Nesse ponto, é importante marcar que, aqui, não se tratava de uma questão relacionada a autoestima ou a falta dela, mas o que se encontrava presente era a desmobilização de um cis-tema que coloca corpos negros em lugares sociais inferiores, subalternos e desumanos, impedindo que estes corpos ocupem lugares como o de intelectualidade e de beleza.

Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori, é um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro”. (SOUZA, 1983, p77)

Fica explícito a reconstrução do “ser negro” que atravessa a estruturação política e a sua identidade sociocultural através de um processo de conscientização e valorização da negritude.

Mas, apesar de todas as dores que minha família vivenciava após a morte do meu irmão, de minha avó, e os problemas do meu pai com o álcool, eu era uma criança feliz e gostava de quem eu era. No entanto, durante o ensino fundamental I, na Escola Estadual Rodrigues Alves, experienciei diversos momentos em que ser quem eu era passou a ser um fardo.

Era difícil me reconhecer como um corpo *inteligente*, já não era tão fácil e possível. Por mais que eu me esforçasse para mostrar, para todos/as, o quanto eu era capaz, principalmente, para a minha mãe, parecia que me faltava algo. Eu não sabia o que era, mas sentia que faltava algo.

O problema racial é muito sério, principalmente no nível social em que estou; é pior que num nível mais baixo. Quanto mais inteligente, mais se sente e mais se sofre. A gente vive sempre espezinhada pelos outros - n.º 27 - homem mulato, classe social intermediária (BICUDO, 1945/2010, p. 116).

²⁷ A minha primeira professora negra.

O branco se define, então, como o modelo universal de humanidade, as noções daquilo que é belo, harmônico e humano são construídas com base nos parâmetros brancos (SHUCMAN & MARTINS, 2017) e as identidades desenvolvidas a partir disso têm o branco como ponto de referência (BENTO, 2002), portanto, “o sentimento de inferioridade detectado no negro é ligado à noção de que é o branco quem o define, de que o negro é construído no coração do branco. Ele não tem ontologia própria” (GOMES, 2014, p. 108).

Para alcançar essa humanidade branca ideal e tentar se integrar ao grupo dominante, o negro precisa adquirir símbolos atrelados aos brancos, o que envolve, muitas vezes, a rejeição a si mesmo (CFP, 2017; NOGUEIRA, 1998, SANTOS, 1983), ao seu próprio corpo, logo, passa ser perceptível que este corpo não se visualize como inteligente ou tente fazer dez vezes mais para que consiga o status de “inteligente”.

Cabe ressaltar, neste momento, que não se refere, apenas, a uma questão de ter ou não ter inteligência, afinal, inteligência não é uma categoria inata ou um fenômeno que tenha predisposições hereditárias para aprender, pelo contrário, entendemos que este “fenômeno” se estrutura no processo de desenvolvimento histórico-social, mediante a apropriação da cultura humana.

Continuando a linha de raciocínio, diante as violências racistas e homofóbicas que vivenciava no espaço escolar, faziam com que eu nutrisse, ainda mais, o desejo de ser alguém na vida, para, então, mostrar para o “outro” que eu era capaz e importante, consequentemente: inteligente. Hoje, alguns chamam isto de resiliência.

E, assim, segui na busca de ser alguém na vida. Entretanto, como disse anteriormente, o doutorado não era uma questão ou uma possibilidade, uma vez que era algo que estava distante e que era para poucos. Mas foi durante a pós-graduação que o “fazer doutorado” passou a ser uma questão.

No final do mestrado, comecei a sofrer. Não porque a dissertação estava no seu fim. Mas estava aflito e me perguntando como iria sobreviver. No momento, eu era bolsista *capes*, e foi através dos mil e quinhentos reais que pude acessar espaços, cidades e eventos que, até então, eram espaços impenetráveis.

Foi com o desemprego que o doutorado se fez presente na minha existência. No entanto, não busquei ou cogitei o doutorado para construir uma tese e receber o título de doutor. Ou, simplesmente, pelo desejo de construir e produzir uma tese para contribuir com a Psicologia brasileira. Não. A princípio não.

Naquele momento, busquei o doutorado como forma de sobrevivência, e não tenho vergonha de expor e compartilhar essa realidade que, infelizmente, não atravessou

apenas a minha pessoa, mas encontra-se presente na realidade de milhares de pessoas. Nesse sentido, mesmo diante do cansaço e da exaustão, estruturei um projeto de pesquisa para o processo seletivo de doutorado do programa de pós-graduação da UEM e depusitei todas as minhas fichas nesse processo. Passei. Contudo, só conseguiria a bolsa no final do segundo ano do doutorado.

O desespero se fez presente, uma vez que não estava contando com essa possibilidade. Confesso que, por meses, o fazer doutorado estava sendo sinônimo de cansaço, exaustão e de produção de não sentidos. Bem como uma experiência que muito me afetou, por ter que vivenciar, direta e indiretamente, violências racistas durante um semestre em uma disciplina.

Consequentemente, eu estava reforçando dois fantasmas que, até então, encontravam-se recalcados: de que precisava concluir para ser alguém na vida; e de não me ver como um corpo inteligente/capaz. Na época, intitulei o meu projeto de pesquisa como: *A morte começa antes do tiro – De que modo a ciência psicológica e suas produções estão narrando as relações étnico-raciais em seus saberes?*

Tinha, como objetivo, compreender como era a construção do saber psicológico no contexto do norte do Paraná, no que diz respeito às questões étnico-raciais. Além disso, uma das propostas era de realizar uma leitura crítica dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Psicologia, bem como planos de ensino. A pesquisa se estruturava como uma pesquisa bibliográfica, documental e tinha, como premissa, fazer o uso do recuso autoetnográfico e narrativo, posto que o conceito de autoetnografia seria como ponto de partida para a leitura de textos autobiográficos, reunidos sob uma identidade coletiva.

Segundo Versiani (2002), o conceito de autoetnografia também tende a ser produtivo para a leitura de escritas de sujeitos/autores que refletem sobre sua própria inserção social, histórica, identitária e, em especial, no caso de subjetividades ligadas a grupos minoritários, também como possível modo de conquistar visibilidade política.

Na época, acreditava que o recurso das narrativas poderia ser um importante instrumento no que diz respeito ao método e metodologia, uma vez que, por meio delas, poderia visibilizar histórias que se encontram presentes. No entanto, este presente está relacionado ao anonimato, o que busco afirmar é que, a partir das narrativas profissionais de psicólogos/as negros/as ou não, estes/as poderiam testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea durante o processo de formação e atuação em Psicologia.

Em síntese, eu queria falar das minhas experiências. E, aqui, me arrepio, pois talvez esteja ousando, mas penso que me assemelho as narrativas de **Virgínia, Neusa, Isildinha e Cida Bento**, afinal, elas também falavam e falam de suas experiências.

Desse modo, a partir dos atravessamentos, das experiências e saberes dessas intelectuais, percebemos que, apesar do processo de construção da identidade do corpo negro ser complexa, há esperança para a ressignificação da construção de uma conscientização e valorização da cultura e estética do negro (SIQUEIRA, 2018). É evidente a reconstrução do “ser negro” que atravessa a estruturação política e a sua identidade sociocultural, através de um processo de conscientização e valorização da negritude e, cada dia que passa, compreendo que um dos espaços para isto é a sala de aula.

Foi no encontro com a docência que pude perceber e sentir a potência do amor, e, sobretudo, da esperança. Afinal, nem tudo que se enfrenta pode ser modificado, mas nada pode ser modificado até que seja enfrentado, como afirma **James Baldwin** (1962). E tive que enfrentar.

Ser docente e desenvolver esta tese me proporcionaram uma das capacidades mais bonitas do humano que é o amor e o autoamor, e que, infelizmente, o racismo retirou de mim e retira, diariamente, de diversos corpos negros.

Ao ponto de que não é tão comum morrer de amor, mas, neste momento, em todas as partes do mundo, milhões morrem por falta dele²⁸, e, como forma de descolonizar a dor, o nosso olhar e nossos afetos, penso e reitero o que muitos autores e autoras, há séculos, vêm pontuando, em especial, as autoras **Neusa Santos Souza e Isildinha Baptista Nogueira**. A partir do momento que passarmos a construir novos olhares e narrativas, não mais assentadas nos modos estereotipados que as representações racistas formularam e formulam sobre os corpos e as culturas não-brancas, passaremos a construir outras imagens, outros imaginários que possam romper com a supremacia branca capitalista que domina o ocidente e, então, o amor passará a ser uma das ferramentas possíveis, sobretudo, para construir um discurso sobre si mesmo.

Entretanto, é importante pontuar que o amor não está dado, é uma construção do cotidiano, que só assumirá sentido na ação. Eu e eu mesmo, eu com o outro, portanto, “ocupar-se consigo é conhecer-se” (FOUCAULT, 2006, 87).

Conhecer-se: processo difícil, porém necessário. E foi, durante a construção desta tese, junto do meu orientador, que fomos percebendo que, talvez, devêssemos apostar na

²⁸ **James Baldwin**.

experiência. Em minha experiência, contudo, não mais na vivência da dor e do desamor, afinal, o desamor atormenta e, em um mundo angustiado pela destruição desenfreada, o medo e o desamor prevalecem.

Nosso intuito era de revisar a obra das quatro autoras movidos pela investigação sobre as possibilidades de se construir uma Psicologia Antirracista. Percebemos, então, que essa construção acontecia em meu cotidiano enquanto docente e no modo como, em minhas práticas, essas quatro autoras se faziam presentes.

Carrego, comigo, quatro Psicólogas e Psicanalistas negras e, com elas, instaurou uma prática docente movida de esperança. Educar é estar imerso na esperança.

A esperança amplia os limites do que é possível. Está ligada àquela crença básica na vida sem a qual não conseguiríamos passar de um dia a outro [...]. Viver pela esperança é acreditar que vale a pena dar o próximo passo, que nossas ações, a família, a cultura e a sociedade têm sentido, e que vale a pena viver e morrer por elas. Viver com esperança nos diz: “Há uma saída”, mesmo nas situações mais perigosas e desesperadoras (MARY GREY apud **HOOKS**, 2021, p. 28).

A sala de aula me permitiu entender outras possibilidades de aprendizagem, cuidado, amor e afeto. Ali, vislumbrei que era possível me contrapor à Psicologia hegemônica, construída para psicologizar e ser um instrumento de tecnologia do controle e amansamento dos corpos.

Mesmo com a pressão diária do sucateamento que vivenciamos nos espaços educacionais, bem como o desmonte da educação, somado às pressões de produtividade, salas de aulas com grande número de alunos e alunas, planos de aula, metas desumanas e, cada vez mais, a institucionalização do saber, fui compreendendo que, quando o desespero prevalece, não conseguimos criar comunidades vitais de resistência.

De fato, não é fácil sustentar, diariamente, essa luta. Uma vez que, semanalmente, indireta ou, até mesmo, diretamente sou descrito como o professor da “social”, que “só sabe falar de temas polêmicos”, o professor que “só fala de racismo”. Certa vez, em uma instituição, estávamos realizando um evento que contemplava todos os cursos da instituição e, naquele ano, eu era um dos convidados para ministrar uma oficina sobre relações raciais e educação e, durante a oficina, um dos docentes da instituição afirmou algo do tipo: “Caramba, muito boa a sua colocação, você deu prioridade demais para raça, mas isso não é só uma questão de raça! Porque, se você pensar, os processos econômicos também determinam [...], vou te indicar um autor para você entender melhor [...]”.

Apenas escutei, mas, logo, pensei: em nenhum momento citei ou falei que os processos econômicos seriam o meu foco, afinal, estaria trabalhando com a intersecção

das relações étnico-raciais e educação. Tentei pontuar, mas, infelizmente, não tive escuta, bem como fui demarcado como: militante que fala de raça e não pesquisador/docente. Quando pessoas brancas falam sobre raça, são representadas e visualizadas como seres civilizados, que carregam o saber. Agora, o simples fato de um corpo negro falar sobre raça, a supremacia branca e racista pode fazer com que este corpo seja estereotipado, excluído e colocado como o sujeito que só sabe falar sobre este assunto.

Outro exemplo que posso expor é que, geralmente, quando denunciemos cenas de racismo ou qualquer episódio de discriminação, não é raro sermos apontados como histéricos ou como “os/as violentos/as”, ou seja, corpos negros quando denunciam o racismo são desacreditados e, então, começam os questionamentos, as falas: Mas você tem certeza? Será mesmo?

Enquanto docente, é muito comum receber e-mail ou mensagens no whatsApp de alunos e alunas negras pedindo para conversar sobre questões pessoais. E, muitas vezes, o teor dessas conversas são episódios de racismos que vivenciaram seja nos espaços de sala de aula, nos grupos de sala ou, até mesmo, com outros docentes. Muitos relatam que, no momento que começam a falar, são silenciados/as ou então taxados como exagerados/as.

Na tentativa de buscar amparo e legitimação, muitos acabam me perguntando: “Professor, eu estou errado/a? Eu estou louco/a? Isso é racismo, não é?”. É triste perceber o quanto esses alunos e alunas sofrem, inclusive, muitas de suas dores, também, são dores que eu passo. Certa vez, uma aluna negra, construindo um projeto de iniciação científica, me disse que várias alunas estavam comentando o quanto ela estava ficando bonita com o seu cabelo natural e que ela não poderia cortar ou alisar mais o seu cabelo, afinal, ela, agora, estava se tornando uma negra bonita. Esta aluna, emocionada, relata essa história e afirma: “Às vezes, me sinto mal por achar que isso é racismo. Às vezes, sinto que estou exagerando, mas lembro da produção das mulheres negras e lembro que não estou exagerando. Lembro que o racismo tem dessas de pregar, na gente, a dúvida”.

Esse evento me fez lembrar de **Souza** (1983), quando a autora diz que é a autoridade da estética branca quem define o belo e, sua contraparte, o feio nesta nossa sociedade classista, onde os lugares de poder e tomada de decisões são ocupados hegemonicamente por brancos. E, conseqüentemente, é dentro desta supremacia que podemos observar quem terá o poder de escuta, de fala e de ser acolhido.

No entanto, o trabalho antirracista requer de nós uma vigilância sobre a maneira de como utilizamos a linguagem e o modo como nos percebemos e nos construímos, uma

vez que, enquanto professor negro, deixo de ser visto, apenas, como um professor/docente, afinal, eu espelho aquilo que por muito tempo não foi espelhado.

A minha presença naquele momento passa a representar uma possibilidade e é nisto que tenho me apegado para pensar formas de enfrentamento das violências racistas. É óbvio que, na solidão, não irei transformar o mundo, e tão pouco mudando o modo de pensar das pessoas que mudaremos o comportamento delas. Mas tomar consciência sobre os modos como o pensamento supremacista branco permeia nossa cultura e nossa realidade, por si só, é uma forma de enfrentamento.

Poder utilizar-se de imagens e outras narrativas que rompem com lógicas de controle e representações sociais que reforçam estigmas e estereótipos também é uma forma de enfrentamento. Logo, é óbvio que, apesar das conquistas na área dos direitos civis, temos avançado e conseguido reconhecer a importância de se falar e denunciar práticas e episódios racistas. No entanto, não podemos esquecer que o racismo estrutura nossos modos de subjetivação, bem como o modo como pensamos a educação, e uma educação, como prática da liberdade, não se encontra aliada ao *status quo* racista.

Nesse mundo educacional, aprendi a acreditar nas possibilidades mesmo diante das atrocidades que este sistema produz, pois, ao falar sobre as minhas experiências, tenho, por objetivo, chamar a atenção para a necessidade de um olhar e compreensão crítica quando corpos negros entram em ambientes que continuam sendo estruturados pela política de dominação e exclusão. Como **hooks** (2021) afirma, sem vigilância crítica, a humilhação, como arma de terrorismo psicológico, pode prejudicar uma autoestima frágil de modo irreparável.

E não há lugar melhor para romper com a lógica da humilhação, afinal, toda humilhação faz sofrer e adoecer. Venho acreditando que é, no espaço da sala de aula, o ambiente de possibilidades de aberturas de olhares e de fronteiras, uma vez que passamos a nos questionar, confrontar e superar o trauma, a dor, a vergonha, assim, habitando e construindo outras narrativas, modos de ser e de estar.

Portanto, reafirmo que foi no encontro com essas quatro mulheres negras e na docência que vi a possibilidade de construir espaços de ressignificações, acreditando na possibilidade de experimentação de ferramentas que afirmem diferentes potências de vida.

Como Bicalho (2009) afirma, o saber psicológico hegemônico se estrutura com o anseio de ortopedia social, ou seja, atuando em um domínio de poder que classifica, normatiza e previne, instituindo modelos dicotômicos de verdade: bom/mau; normal/anormal; capaz/incapaz. Nesse fazer, vai dissociando indivíduo e sociedade,

entendendo a subjetividade como um processo puramente interior e substancial, isolado de atravessamentos políticos e econômicos. Desta forma, se institui modelos “normais” de subjetividade, de identidade e normalidade, assim como institui modos de ser aluno e de fazer Psicologia. Neste contexto, uma prática psicológica compromissada ética e social deve rejeitar o lugar dos ajustadores sociais, mas renunciar ao lugar de “ortopedista social” com os seus saberes prontos e fechados não é uma tarefa fácil, mas, com toda a certeza, é um desafio, desafio este que aceitei.

A partir dos estudos de **Cida Bento** (2002), vou me guiando para pensar uma Psicologia compromissada e implicada com as questões raciais. **Bento** (2002/2022) nos ajuda a implicar o corpo branco no debate das relações raciais, bem como acionar a branquitude nos espaços de saber e poder. Isso é uma pedagogia, ou seja, é uma prática antirracista, uma vez que, a partir dos pressupostos teóricos produzidos por **Bento**, a autora nos auxilia a demarcar a brancura da Psicologia, dos autores e autoras, mas também demarcar a posição dos corpos brancos, dos alunos e alunas brancas, bem como dos docentes brancos.

Além disso, assumir uma prática compromissada é romper com a herança colonial e com o legado da colonização que permanece e se expressa pelos privilégios simbólicos e materiais da branquitude, sobretudo, no privilégio de ser um corpo invisível.

Discutir branquitude é discutir questões econômicas, políticas, sociais e uma hegemonia que toda vez que é discutida desperta medo, porque, justamente, fala de todo o aparato da nossa sociedade construída a partir da expropriação de quase quatro séculos, com a escravidão, e depois de um outro jeito. (**BENTO**, 2020, p. 23).

Como vou conseguir fazer alguma intervenção com quem me agrediu?

Recebo a notícia de que fui escalado para desenvolver um projeto piloto para trabalhar com Guardas Municipais Cíveis e Patrimoniais na cidade de Maringá, uma vez que havia sido publicado, no Diário Oficial do Município de Maringá, o decreto que regulamentava o porte de armas. O pedido, destinado a mim, se deu por eu ser professor de uma disciplina de Estágio Básico – Intervenções em Grupos, e, também, por trabalhar com a temática de promoção em saúde e grupos terapêuticos.

Sendo assim, no sentido de contribuir para a saúde desses/as trabalhadores/as, tive de criar uma proposta para trabalharmos e construirmos espaços de diálogo e reflexão sobre saúde mental, condições de trabalho, sofrimento psíquico, alteridade, gênero, preconceito, discriminação e projeto de vida. O espaço de fala e de escuta criado poderia

constituir-se em importante aspecto para a reelaboração das estratégias defensivas e para reflexão sobre a organização do trabalho.

Entretanto, ao receber o convite, vivenciei um misto de sentimentos e sensações, tive medo. Medo de como seria a minha condução, medo de não conseguir sustentar esse processo. Medo do que eu teria que lidar. A princípio, minha primeira reação foi negar o pedido e verificar a possibilidade de outro docente assumir o projeto. No entanto, aos poucos, fui tomando consciência e percebendo o quanto esse espaço poderia ser um espaço de enfrentamento e de ressignificações. Afinal, nossas práticas envolvem uma concepção de mundo, de sociedade, de ser humano.

Foi então que passei a estruturar o projeto e organizar o modo como seria desenvolvido os encontros. Tive dois grupos de estágio que me acompanharam realizando atividades de grupo operativo visando a promoção em saúde. Dois integrantes, ao receberem a notícia de que iriam trabalhar com Guardar Civis, já demonstraram medo e insegurança, afinal, eram alunos/as negros/as.

Aos poucos, fui me aproximando e tentando conversar com estes/as alunos/as a fim de escutá-los. Durante as conversas de corredor, um dos alunos me disse: “Professor, eu estou com muito medo, eu sou negro e gay”. Me senti acuado, afinal, este aluno levantava uma questão que eu também havia pensado e sentido. Então, juntos, fomos nos acolhendo e verificando possibilidades de intervenções que fossem minimamente assentadas no respeito e em um processo que não fosse violento.

Tive muito receio, mas foi ao encontrar a comandante da Guarda Civil Municipal de Maringá que me dei conta que nossas práticas têm sempre efeitos, exigindo que tomemos, portanto, posições. Na apresentação, a Comandante fez questão de pontuar que era a primeira Comandante na Guarda Municipal “mulher, negra e lésbica”.

Eu sei que o simples fato de ser um corpo negro não retira a possibilidade deste corpo não compacturar e reproduzir violências racistas. Entretanto, foi como se ela estivesse falando para mim, para o Paulo docente, que estávamos juntos. No decorrer do processo, conseguimos realizar um excelente trabalho, aliás, pioneiro no Estado do Paraná, mas o que me chamou a atenção foi que, no processo de devolutiva, quando a outra aluna que também, inicialmente, se mostrou resistente e insegura, conseguiu externalizar seus sentimentos.

“Professor, eu gostaria de falar” (Diário pessoal, 2019), disse a ela para se sentir a vontade, afinal, o espaço era para isto:

Ela começa relatando que teve muito medo, afinal, boa parte dos guardas e

policiais realizam seu trabalho baseados na busca ativa de atitudes suspeitas. A grande maioria dos policiais e dos guardas organizam suas abordagens a partir da leitura de características corporais, de vestimenta, de gestual, de modo de andar e olhar e, até, do corte de cabelo. Segundo a aluna, não são atitudes impessoais que eles procuram, mas tipos físicos considerados afeitos ao crime. Dito de outra forma, o trabalho policial depende, fundamentalmente, de estereótipos sobre o corpo e características culturais forjadas pelo racismo.

Mas, durante todo o processo, você me fez sentir segura e, juntos, fomos percebendo que, para além da farda, havia pessoas e desejos. Você possibilitou e me ensinou a olhá-los e escutá-los. Antes de começar o estágio, eu havia sido abordada por uma dupla de guardas civis, foi horrível e humilhante. Quando eu soube que iria trabalhar com os/as guardas civis, eu me questionei: Como vou conseguir fazer alguma intervenção com quem me agrediu?

E você apenas me acolheu e disse: “Tudo bem reconhecer que não estamos prontos para sustentar essa demanda. Mas, se sustentarmos essa demanda, juntos estaremos. E isso foi fundamental para mim neste processo”.

A fala dessa aluna ecoou em mim pois estávamos inseridos em um ambiente corporativo onde preconceitos e ideários racistas se fazem presentes. Eu entendia que esta oportunidade poderia ser única no sentido de recriar novas formas de saberes e posicionamentos.

Penso que esta é uma das grandes potências que pude aprender com a docência em psicologia e com as autoras que me guiaram e me guiam. A desumanização do negro não foi um acaso, mas uma consequência perversa das questões econômicas, políticas e culturais em jogo “naquele momento e que de certo modo permanecem até nossos dias, visto que o negro, via de regra, continua a ser marginalizado econômica e socialmente, além ainda de estar sob uma sujeição cultural em nossa sociedade” (SILVA, 2011, p. 74).

No entanto, é fundamental contra-atacar esse processo, afinal, mesmo que situado, temos a liberdade suficiente para ter “o poder” de viver as nossas vidas e de guiarmos os nossos desejos, bem como sustentar estes desejos que, por vezes, são forjados pelo outro.

Digo tudo isso para pontuar que experiências como estas nos ensinam não só a enfrentarmos, mas, também, lembrarmos, talvez, a máxima que o processo colonial-patriarcal faz questão de nos retirar, que é a capacidade do autoamor e da compreensão da nossa humanidade. Que jamais possamos esquecer que a liberdade só pode existir em oposição a um poder e que há poderes, pois o poder não impede a liberdade, apenas limita-a. A liberdade é da ordem das resistências às sujeições dos diversos poderes.

Como diz Foucault: se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse, apenas, por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil; se ele é forte, é porque produz efeitos positivos de desejo, de saber.

E se, hoje,
 Coloco linhas no mundo, mas já quis pôr no pulso
 Se, hoje, costume falar, e não mais as minhas cicatrizes
 Pois são coadjuvantes, ou melhor, figurantes que nem deviam estar aqui²⁹
 E, no encontro com essas autoras e com a docência, pude entender que essas
 mazelas não me definem.

[...] **Encontros** [...]

Um pouco antes conhecer a obra de **Neusa Santos Souza**, o professor Claudio Stieltjes, um senhor francês, professor de filosofia, antecipava uma discussão que é central nas discussões de **Neusa e Isildinha**, que se refere à noção de mito.

Em uma de suas aulas sobre *mito e realidade*, utilizando um livro do autor Mircea Eliade, no qual dizia-se que o mito fornece os modelos para a conduta humana, conferindo valor à existência, eis que essa afirmação passou a martelar na minha cabeça. Afinal: modelo para a conduta humana? Que modelo?

Não lembro de tudo, mas me lembro que, naquela aula, o professor, freneticamente, começou a falar sobre os mitos e tragédias gregas, correlacionando com a teoria psicanalítica e a sensação de incompreensão e não pertencimento se fez presente. As aulas aconteciam nas terças-feiras durante o período da tarde, 13h30 às 17h30. No final da aula, perguntei se poderia marcar um horário com o professor para conversar. Ele, todo afetuoso, disse que poderia me atender e que seria um prazer.

O professor Cláudio era o tipo de professor que fazia os meus olhos brilharem. Mesmo no começo, me sentindo deslocado e não compreendendo, mesmo assim, sentia que ao assistir suas aulas era como se eu pudesse existir. Ser escutado, visto e reconhecido enquanto um ser potente.

Não se caracterizavam por aulas pautadas no sistema de educação bancária, isto é, baseadas no pressuposto de que a memorização de informações e sua posterior regurgitação representam uma aquisição de conhecimentos que podem ser depositados, guardados e usados numa data futura. Conversando com o Professor Cláudio, disse que a sensação de não conseguir acompanhar suas aulas era grande, que me sentia incapaz, pois todos pareciam entender, e eu não. Ele, na época, me acolheu e por várias vezes nos encontrávamos para que eu pudesse tirar dúvidas.

²⁹ AmarElo - Emicida (part. Majur e Pablo Vittar) - Compositores: Felipe Vassao / Emicida / Dj Duh.

Na sua primeira avaliação, acabei tirando 4,0 pontos e, no fim da avaliação, uma frase dizendo que aquela média não me definia, mas que, assim como o mito era considerado uma história sagrada, qual seria a minha história? Essa afirmação ficou em minha memória por um bom tempo. No fim do ano, com a prova em mãos, nota 10,0, e a mensagem de que, agora, eu não precisaria mais dele, pois conseguiria seguir com os meus próprios passos. Mas, talvez, aqui, caiba pontuar que os meus passos, por mais que meus, são e foram guiados por tantos outros passos, afinal, nossos passos vêm de longe.

Durante a minha trajetória, vários professores e professoras me ensinaram e, mais que isso, acreditaram em minha potência, me fizeram enxergar tal potência. “Claudinho”, como costumava chamá-lo, me fez não só entender filosofia, mas, sobretudo, entender que a minha história era muito maior do que eu acreditava que fosse.

O encontro com ele me fez querer conhecer a minha história. Entender quem eu era. Talvez, experiências como essas tenham sido importantes e disparadoras para o desejo de ser professor. Esse desejo apaixonado de lecionar, de um modo diferente daquele que eu conhecia, foi aumentando, até que me tornei professor de Psicologia.

O primeiro paradigma, naquele momento, era de que eu queria que os meus alunos e alunas pudessem não só conhecer a sua história, mas acreditar em si e no poder da educação. Afinal, uma pedagogia engajada transforma vidas e mundo. Aprendi com **hooks** que a sala de aula deveria ser um espaço e um lugar do entusiasmo, nunca de tédio. “E caso o tédio prevalecesse, seriam necessárias estratégias pedagógicas que interviessem e alterassem a atmosfera, até mesmo a perturbassem” (**HOOKS**, 2013, p, 17).

Assim, me ancoriei nos saberes de **hooks** e com a experiência de afeto que pude vivenciar com os professores/as³⁰ Cláudio, Murilo e com tantos outros e outras ao longo deste processo de formação, passei a enxergar o ensino superior não mais como o local da rigidez. Me esforcei, e ainda esforço, para conhecer todos e todas, para saber de suas singularidades e para que, juntos e juntas, possamos co-construir o que nomeamos por conhecimento.

Sabemos que o entusiasmo não é suficiente para concretizar um processo de aprendizado transformador, mas, para que isso possa se tornar, minimamente, uma possibilidade, era preciso valorizar a presença de cada um que estivesse comigo nesta jornada, haja vista que todos e todas influenciam na dinâmica de sala de aula. Vivemos isto diariamente.

³⁰ Amo vocês, o meu muito obrigado.

A covid-19 nos mostrou muito bem isso, com as aulas remotas, o distanciamento, a dificuldade de não estar perto, olho no olho, mas seguimos na tentativa e na crença de que todos contribuem para a construção de um espaço imerso no e pelo entusiasmo. **O entusiasmo é feito em coletivo.** E, foi assim, amparado nas minhas vivências e nas leituras dos meus e das minhas que comecei a acreditar e a lecionar para transgredir.

Em minha dissertação que, depois, virou livro, citei no último capítulo:

“Cheguei à teoria, porque estava sofrendo, a dor dentro de mim era tão intensa que eu não poderia continuar a viver. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender, querendo entender o que estava acontecendo ao meu redor. Acima de tudo, cheguei à teoria, porque queria fazer a dor ir embora. Eu vi, na teoria, um local para a cura.” (**bell hooks**, In: Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade, p. 83).

E acrescentei: Eu vi, no processo de fazer pesquisa, um local para a cura. Um local para escrever, nomear e afirmar: Vidas negras importam, vidas LGBTQIAs negras importam.

Hoje, posso complementar dizendo que foi no processo de tornar-me professor que estou vendo, também, um local para a cura. Como **hooks** (2013) diz, a teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Mas é possível que seja transformadora e transgressora. Infelizmente, muitos colegas me criticam, pois é preciso “separar” o lado professor do “humano/pessoal”.

Mas esse discurso camuflado se apresenta com a mesma narrativa que se construiu e que, ainda, se faz presente em relação a neutralidade do cis-tema colonial-positivista. Não é fácil dar nome à nossa dor, à nossa existência, à nossa história. Teorizar, a partir desse lugar, não é fácil. Mas escolhi estar aqui. **Escolhi falar deste lugar.**

Eu vivo isso. Eu acredito nisto. Sou esperançoso e acredito que a educação pode ser não só uma ferramenta de transformação, mas, também, de destruição para que possamos construir sonhos possíveis.

Certa vez, em uma disciplina eletiva – Psicologia das Emergências e dos Desastres –, estava falando sobre a atuação do e da profissional de psicologia no que se refere ao contexto de luto em situações de tragédias e desastres. Durante as reflexões, começo a trabalhar com a noção de *mistanásia*³¹ e sobre as condições objetivas de vida e morte, posto que, assim como estruturas sociais e econômicas determinam as condições de vida

³¹ A nomenclatura que traduz essa condição foi criada em 1989 pelo teólogo moralista brasileiro, Márcio Fabri dos Anjos, como um neologismo ao antigo termo “Eutanásia Social” pelo fato de possuir incoerências entre a terminologia e a condição, tendo em vista que Eutanásia significa a morte tranquila e planejada para poupar um indivíduo do sofrimento causado por alguma enfermidade incurável.

e saúde da população, elas também determinam, de certa forma, a morte, pois mesmo que esta seja universal, o momento e a maneira como se morre depende das condições socioeconômicas e, principalmente, raciais.

Mistanásia é o conceito que funcionaria como o oposto da eutanásia, logo, se concretiza quando uma pessoa, em condição de vulnerabilidade social, é acometida de uma morte precoce, miserável e evitável, como consequência da violação de seu direito à saúde. Na maioria dos casos, a mistanásia atinge pessoas excluídas do seio social que dependem das políticas públicas de saúde na garantia de sua dignidade e, mesmo assim, são expostas às situações de risco, em razão da burocracia exagerada, má gestão hospitalar, financeira e governamental, além da omissão estrutural.

Durante esse momento, vários alunos e alunas questionaram até que ponto o Estado não seria o grande atador e alvo desse sistema que visa a produção da morte. Uma aluna negra disse que a mistanásia se fazia presente e recorrente na vida das pessoas negras, porque o estado era racista. Enfim, na minha concepção, isso é destruição, mas no sentido de produção bélica. Destruir para reconstruir. Vendo os meus alunos e alunas compreendendo que a atuação da/o profissional de psicologia necessita ir além do que está posto nos manuais didáticos, bem como a importância de se compreender o que chamamos por contexto e suspeitar do óbvio, isso é o que chamo de uma pedagogia engajada, na qual os próprios discentes passam a questionar a literatura especializada, bem como a buscar outros saberes, linguagens, narrativas e conhecimentos.

Por exemplo, uma das alunas, negra, por sinal, em um dado momento, afirma perante a sala: *“É isso, professor, como falar de luto para uma população que está exposta, diariamente, a cenas de morte, de mistanásia, como o senhor explicou, e de dor? Não cabe, aqui, as cinco fases do luto”* (DIÁRIO, 2019).

É por essa e outras experiências que acredito na construção de uma pedagogia engajada e tenho esperança de que a sala de aula pode ser uma fonte potencial de libertação. Pois, assim como **hooks** (2013), acredito que o início da transformação começa quando começamos a pensar criticamente sobre nós mesmos e em como a nossa identidade, diante das circunstâncias políticas, foi projetada.

A transformação não acontece se não compreendemos que a mudança começa em ações cotidianas, em suas práticas que forjam uma concepção específica de indivíduos. São nos encontros diários que podemos questionar os sistemas de dominação. As verdades únicas e exclusivas que aprendemos. Aqui, encontra-se a minha metodologia do desaprender para aprender. Bem como no cotidiano que posso demarcar e tornar visível os mais diferentes discursos e silêncios naturalizados que registram o racismo, as

desigualdades de classes, sexismo, entre outras violências e opressões que nos atravessam.

Todos os dias serão dias de possibilidades, caminhos e percursos para novas epistemologias, fissurando o silêncio epistêmico colonial, racista, sexista, classista e capacitista que se estruturou e moldou o conhecimento da Psicologia;

[...] a academia não é o paraíso, mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula com todas as suas limitações continua sendo ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, exigir de nós e de nossas camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permite encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginemos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade (HOOKS, 2013, p. 273).

Como hooks (2020) afirma, em *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*, boa educação não consiste, apenas, em nos oferecer conhecimento e nos preparar para uma profissão. Trata-se, também, de uma formação que incentiva o compromisso contínuo com a justiça social, especialmente com a luta por igualdade racial.

Imagine como é ter aula com um professor ou professora que não acredita que você é totalmente humano. Imagine ter aulas com professores que acreditam que pertencem a uma raça superior e sentem que não deveriam ter de se rebaixar dando aulas para estudantes que eles consideram incapazes de aprender.

Isso se mostrou e se mostra muito recorrente nos últimos 20 anos em território brasileiro devido as ações afirmativas. Logo, estar no campo do saber/liberdade pode se tornar mais aversivo do que libertador.

Mas acredito no poder da transformação da pedagogia engajada, pois, assim como Martín-Baró, penso e creio que um dos nossos objetivos é contribuir para construir uma nova humanidade em uma nova sociedade. E se tratando dos saberes da Psicologia:

[...] **Não se trata de abandonar a psicologia**, trata-se de colocar o saber psicológico a serviço da construção de uma sociedade em que o bem-estar dos menos não se faça sobre o mal estar dos mais, em que a realização de alguns não requeira a negação dos outros, em que o interesse de todos não exija a desumanização de todos. (MARTÍN-BARÓ, 1996, p. 23, grifo nosso).

Aprendi com Martín- Baró que o importante é perguntar-nos se, com a bagagem psicológica de que dispomos hoje, podemos dizer e, sobretudo, fazer algo que contribua, significativamente, para dar resposta aos problemas cruciais de nossos povos? Como o autor nos ensinou, a preocupação do cientista social não deve centrar-se tanto em explicar o mundo, mas em transformá-lo.

É isto que eu e que vários corpos que, por séculos, foram alocados em sombras da colonialidade vêm fazendo. Pois bem, que possamos aprender com **Lélia Gonzales**, Paulo Freire, **bell hooks**, **Guerreiro Ramos**, **Abdias do Nascimento**, Jacob Levy Moreno e tantos outros e outras, que pensar é ação, uma vez que, desde muito cedo, somos ensinados e ensinadas a performar a *obediência e a uniformidade*. Logo, neste cis-tema, pensar é *perigoso*. Portanto, é melhor ser obediente em vez de ter consciência de si mesmo.

Inspirado nos pensamentos de Boal, penso que, nos espaços de sala de aula, o/a aluno/a é mais do que um espectador, pois a ideia de espectador nos remete a ideia de um corpo passivo que apenas assiste o que vê ou escuta. Neste sentido, olho para o corpo discente como sendo expect-ator, ou seja, é um espectador na expectativa de atuar, um investigador ativo dos problemas trazidos pelo grupo embrenhando-se numa postura de sempre questionar-se e produzir inúmeras respostas para tais questionamentos.

Portanto, assumo o espaço de aula como sendo o espaço do sonho possível, isto é, utilizando da expressão usada por Paulo Freire, “sonho possível”, ou realidade desejada, do Teatro do Oprimido, não se refere a uma idealização ingênua, mas emerge, justamente, da reflexão crítica acerca das condições sociais de opressão.

É nisto que acredito e penso ser possível de colocar em prática nos espaços acadêmicos e nas salas de aulas. Pois é através da minha posição de mediador do conhecimento e em conjunto com os expect-atores que podemos visualizar, falar e conhecer as condições de subordinação e opressão que nossos corpos são atravessados, bem como construir uma realidade. Como diz Paulo Freire em sua Pedagogia da indignação:

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes (FREIRE, 2000, p. 33).

Que possamos seguir imersos numa insatisfação esperançosa politizada e crítica.

Um pouco de possível, senão sufoco!

(Deleuze, 1992, p. 131).

Mas, mesmo sufocado, **eu ergo a voz** para o possível e impossível. Pois falar sem ser convidado/a se configura como sendo um ato de coragem. Aprendi, com hooks, que

erguer a voz é ter direito à voz, à autoridade, isto é, um privilégio que não seria negado. Por séculos, a nossa fala foi um solilóquio, ou seja, um falar solitário para ouvidos que não escutavam nossos corpos, uma conversa que não era ouvida.

Hoje quando reflito sobre os silêncios, as vozes que não são ouvidas, as vozes daqueles indivíduos feridos e/ou oprimidos que não falam ou escrevem, contemplo os atos de perseguição, tortura, o terrorismo que subjuga, que torna a criatividade impossível. *Escrevo estas palavras para serem testemunhas da primazia da luta de resistência em qualquer situação de dominação mesmo dentro da vida familiar, da força e do poder que emergem da resistência constante e da profunda convicção de que essas forças podem ser curativas, podem nos proteger da desumanização e do desespero* (hooks, 2020, p. 36, grifo nosso).

Para nós, corpos negros, a fala não é somente uma expressão de poder criativo ou de narrar algum fato, mas é um ato de resistência, é um gesto político que desafia todas as políticas de dominação que nos conservam em corpos anônimos e calados.

Aprendi, desde muito cedo, que aquilo que é ameaçador deve ser aniquilado, apagado e silenciado. O número de autores e autoras negras, no contexto da Psicologia, é um dado deste fenômeno, onde as expressões do racismo, machismo, exploração de classe se fazem presentes a todo custo para reprimir e silenciar tais corpos.

Por exemplo, desde 2015, nós do Coletivo Yalodê-Badá junto com o Núcleo de Estudos Interdisciplinar Afro-Brasileiro (NEIAB) – UEM estivemos numa luta constante para a implementação de cotas raciais na UEM. Enquanto coletivo, realizamos uma série de atividades, intervenções, cursos e atos. No ano de 2016, surgiram, no campus da Universidade Estadual de Maringá (UEM), diversas pichações racistas e lá vamos nós erguer a voz. Nisso, fomos acusados de mentirosos, de “racistas com pessoas brancas”, segregacionistas, dentre outros termos.

Mas estávamos lá, erguendo a voz com um ato em frente a reitoria, cobrando medidas de repúdio e ações práticas. Ainda em 2016, em um evento promovido pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), fomos convidados/as para falarmos sobre a importância das cotas raciais, lembro-me que começamos com as seguintes indagações: Por que temos que ter hora marcada para falar deste assunto? Por que vocês escolhem quando querem nos ouvir? Por que falar sobre cotas raciais? Por que falar sabendo que não vamos ser ouvidos?

De 2016 a 2019, ano em que conseguimos a aprovação das cotas raciais, muita coisa aconteceu. Muita luta travamos. Processos intermináveis. Duros diálogos e monólogos. Dia 12/09/2018 foi um dos momentos mais intensos da minha vida. Estive ao lado de **Luara Vieira, Isadora Cândido Yalodê, Nicolas da Silva Alvez e Vivian**

Thomaz para fazer com que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão pudesse nos escutar sobre o porquê a UEM precisaria de cotas raciais.

Figura 39: Coletivo Yalodê-Badá I



Fonte: Acervo do autor.

Figura 40: Coletivo Yalodê-Badá II



Fonte: Acervo do autor.

Figura 41: Coletivo Yalodê-Badá III



Fonte: Acervo do autor.

Naquele momento, eu me lembrava que nossos passos são de longe. Pude experienciar, na pele, o que é *erguer a voz*. Eu pude gritar por mim, pelos meus, pelos que se foram e pelos que ainda estão por vir que: A equidade não significa igualdade de

tratamento, mas sim igualdade de oportunidades: Qual é o compromisso da Universidade Estadual de Maringá? Qual é o compromisso ético, político e pedagógico da Universidade Estadual de Maringá?

Neste momento, pude experienciar e concretizar os estudos, as pesquisas e as afirmações de **Cida Bento** em relação ao pacto narcísico e racismo, a estrutura do poder das instituições, bem como a branquitude e relações de poder. Se podemos melhorar aqui o imediato, por que resistimos? Por que negamos?

Ali, lembrei-me de meu pai, das minhas amadas avós e de minha mãe, que lutou para que eu pudesse estar ali. Também lembrei dos meus antepassados e dos corpos presentes que travaram lutas homéricas para que eu pudesse estar ali: lutando. Naquele momento, pude experienciar e dizer: **A VOZ LIBERTA.**

Quando **Eloá Lamin** ergue a sua voz para denunciar as mazelas do racismo, falando para um auditório de homens e mulheres brancas sobre sua experiência de ser uma mulher, negra, lésbica, periférica, pobre e aluna da UEM, sua voz, por mais singular que fosse, trazia uma particularidade presente em muitos corpos negros.

Eloá erguia sua voz para dizer sobre a importância que a universidade tem na vida de corpos negros. Relatando um episódio no qual ela estava saindo da universidade a caminho do terminal urbano, quando um carro da Polícia Militar a abordou. Eles realizaram uma abordagem violenta com palavras e insultos. Após tais violências, questionam o que ela estava fazendo ali, ela apenas diz que estava saindo da universidade e caminhava para o terminal. Os policiais não acreditam que era aluna da UEM. Afinal, não fazia o perfil.

Mas o que “*salva*” **Eloá** de não ser mais uma vez violentada, incredivelmente, foi um mero cartão que chamamos por registro acadêmico (ra). Esse objeto fez diferença para **Eloá**. Naquele momento, **Eloá** gritou, ergueu sua voz. Para demarcar que, felizmente, esse mesmo campo de guerra e de moer gente, que é a universidade, pode ser também um campo de ressignificações, de vida e potência.

Digo tudo isso, mais uma vez, para demarcar que, quando nos comprometemos com a educação como prática da liberdade, participamos da construção de uma comunidade acadêmica onde podemos ser e nos tornar intelectuais no sentido mais amplo e profundo da palavra. Participamos de um modo de aprendizagem e de existência que torna o mundo mais real ao invés de menos real, ou seja, nos possibilita viver livremente e por completo

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o corpo oprimido, colonizado, explorado e, para aqueles e aquelas que se levantam e lutam do lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de ERGUER A VOZ não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito (**hooks**, 2020, p 39).

Erguer a voz é desvencilhar-se daquilo que a crítica limita a dizer e do que nos separa daquilo que podíamos e podemos criar. É preciso ocupar, também, a chave da criação.

Rotas invertidas para caminhos possíveis³²

Existem partes da nossa história que parecem tão incompreensíveis. Irracionais. Eu penso que não há nada mais traumático do que lidar com o irracional. Lidar com o fato de que não se pode aplicar razão nenhuma à verdade. Mas no racismo não existe nenhum consenso ao nível da razão. Tudo sobre ele é irracional. Tudo. Não há nada que eu mais deseje do que libertar-me desta irracionalidade (KILOMBA, 2019, p. 19).

Grada Kilomba, Frantz Fanon, Isildinha Baptista Nogueira e tantas outras intelectuais negras e negros nos ensinaram que o passado colonial faz parte do nosso presente. É uma doença que nunca foi tratada adequadamente. É uma história que se repete e que está sempre presente no aqui e agora. O passado colonial é uma ferida muito profunda e que sempre dói, bem como afirma e nos mostra **Kilomba**.

Sempre está lá.

Não foi definitivamente tratada e curada

Uma ferida que se encontra aberta

Que dói e, por vezes, infecta e sangra até a morte.

E se pensarmos que esse cis-tema se mantém na e pela desigualdade e que desigualdade é violência. Pois bem. Essa história colonial, então, nos é ensinada e encontra-se nas raízes deste país. Como falamos anteriormente, o passado coincide com o presente.

Como aprendi com **Kilomba**, é preciso colocarmos a história no seu lugar. Muitas histórias não tiveram a possibilidade de serem contadas, narradas, conhecidas e até mesmo, enterradas. Aqui, talvez, seja o ponto de começarmos a retomar o processo de cerimônia e ritualização, colocando a história no seu lugar. Assim como tivemos que aprender a produzir novas formas de ritualizações fúnebres por conta da covid-19.

Pois temos uma história que não foi, definitivamente, nomeada, conhecida e enterrada para ter um lugar nos museus, livros, nas galerias e na educação. Como vimos, isso faz parte da história colonial. Isso foi apagado. Silenciado. Não podemos escapar de nossa história: portanto, é mais do que fundamental uma nova luz sobre histórias antigas.

Por isso que acredito e reafirmo: é preciso desobedecemos. Porque a obediência narra, apenas, a história dominante onde a minha história não pode ser contada. A questão que se coloca, aqui, é o que nós faremos, então, com esses espaços de saberes que

³² Frase extraída da entrevista realizada por **Luciane Ramos Silva** com Grada Kilomba (2020).

possuem uma história e que contribuíram para a história da exclusão, violência e apagamento? A desobediência é útil para interromper um passado que não deixa de existir e que segue glorificado.

Como afirma **Kilomba** (2020), o que significa não existir na tua própria língua? Ou poder, apenas, existir na tua própria língua dentro da nomenclatura racista colonial e não ter a tua própria identidade em que você se define.

Ao ler **Virgínia, Neusa, Isildinha, Cida Bento** e tantas outras intelectuais negras e negros, eu entendi que eu não era agressivo, o que era agressivo era este cis-tema perverso-racista. Eu, apenas, carregava e carrego raiva. E, ao carregá-la comigo, tento transformar em ações, mudanças, transformações no meu cotidiano enquanto professor.

Certa vez, ainda na graduação de Psicologia, escutei ou li a seguinte frase: a doença é uma possibilidade, mas nunca pode ser o eixo central para a Psicologia. Hoje, tento trabalhar isso com os meus alunos e alunas, demarcando que o racismo estrutural, logo, é um fato, é uma realidade. Mas que jamais pode e deverá ser o eixo central da psicologia.

Quando estou com os meus alunos e alunas nos campos de estágios, carrego, comigo, as minhas referências e minhas narrativas que, agora, verbalizo, exponho e construo. Criando formas de existência, conhecimento e de vida. Então, o novo projeto de ciência e profissão significa um rompimento e a construção de um novo lugar, bem como a construção de uma nova relação da psicologia com a sociedade.

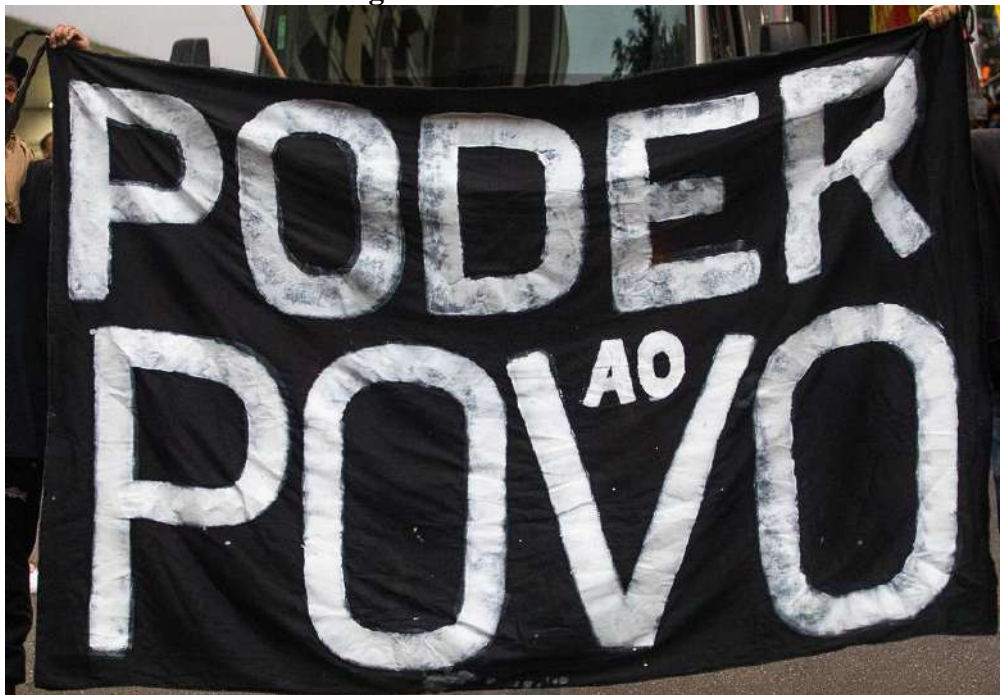
Encontrei minhas origens³³

Encontrei minhas origens. Em velhos arquivos.
Encontrei em malditos objetos, troncos e grilhetas.
Encontrei minhas origens no leste.
No mar, em imundos tumbeiros.
Encontrei em doces palavras cantos.
Em furiosos tambores.
Encontrei minhas origens na cor de minha pele.
Nos lanhos de minha alma em mim.
Em minha gente escura, em meus heróis altivos.
Encontrei. Encontrei-as, enfim me encontrei.

³³ Poema de **Oliveira Silveira** - Encontrei minhas origens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figura 42: Poder ao Povo



Fonte: Sérgio Silva – Ponte Jornalismo.

Quando eu comecei apresentar o meu trabalho eu fiz uma invocação a Virgínia naquele momento – Virgínia você falou sobre isso, lá nos meados de 1930 e 1940, e sua fala soou sem escuta. Tomara que hoje a gente tenha alguma escuta, que sua fala seja ouvida. Que nos possam ouvir dizendo desse lugar, e do socorro que precisamos. Nós os negros (NOGUEIRA, 2021).

Com licença,

Senhora **Virgínia Leone Bicudo**, **Neusa Santos Souza**, **Isildinha Baptista Nogueira** e **Maria Aparecida Silva Bento**, com a benção de vocês, eu escrevo.

Mas não escrevo só, como aprendi com **Jurema Werneck** (2006/2016), muito do que apresentei e apresento, nesta tese, não são ideias minhas. Foram ideias, sentimentos, experiências, saberes e conhecimentos que aprendi com vocês, nos diversos encontros e conexões que tive durante essa trajetória.

Durante este caminhar, por vezes, *fiquei* perdido, não sabia como e para onde ir. Mas jamais me *senti* sozinho. Por quê? Vocês e tantos outros corpos intelectuais negros e negras estavam comigo nesse caminhar e, com isto, vocês foram os *meus mapas e as minhas guias*. Mesmo nos momentos em que estava perdido, vocês me mostraram o caminho. Seja por meio de leituras, *insights*, experiências particulares ou no exercício profissional. Vocês me acompanharam nessa trajetória durante esses quatro anos. E,

agora, no processo de finalização, escrevo e reflito sobre tudo que pensamos, vivemos e experienciamos.

Foram diversas vezes em que pedi socorro a vocês. E como já disse vocês estavam comigo. Me guiando e auxiliando. Hoje, posso dizer que o conhecimento que as senhoras produziram foram e são conhecimentos e saberes que aquilombam e aquecem a alma. São saberes que nos fornecem esperança e, conseqüentemente, nos move.

Nos move de tal forma que foi por meio da produção intelectual que as senhoras produziram que me lembrei de minha avó materna, dona **Josefa Maria da Conceição Palma**, uma mulher negra, “baixinha”, mas de tamanha força e sensibilidade que veio a ser a característica principal de dona “**Josefina**”. Me fizeram lembrar, me conectar e buscas as minhas raízes.

A obra de vocês também me fez lembrar de uma questão que atravessou e atravessa muitos de nós, corpos negros, no contexto da Psicologia, ou seja, a questão da *desobediência*.

Neste ponto, acredito que a senhora **Virgínia Leone Bicudo** foi subversiva em uma época em que ser mulher e negra em um espaço acadêmico era praticamente inaceitável, como a senhora bem disse, era necessário a permissão da figura paterna ou de seu cônjuge para que então pudesse ocupar aquele espaço.

Mas você não precisou da permissão destes. Afinal, você esteve ali, presente, existindo e reexistindo. Em outras palavras, subvertendo na escrita, no olhar e no pensamento da época. Subverteu, por exemplo, as teses de democracia racial de obras como *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre (1933).

A senhora subverte, também, ao pensar o preconceito racial e seus efeitos psíquicos, numa época em que se produzia teorias essencialistas que afirmavam, categoricamente, que corpos negros seriam corpos inferiores e, conseqüentemente, corpos degenerados, e você, mais uma vez, através de sua voz, escrita e saber, apontou que as condições de vida e, conseqüentemente, de sofrimento estão relacionadas às suas condições materiais, sociais, econômicas e raciais.

A história de sua subversão me conecta com a história de outro intelectual negro e de família pobre, **Juliano Moreira**, que, precocemente, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia aos 13 anos. Ele que é designado como sendo fundador da disciplina psiquiátrica no Brasil (ODA; DALGALARRONDO, 2000).

Realizando uma subversão epistemológica na época e inspirado pela psiquiatria alemã, **Juliano Moreira** inovou ao coordenar uma ampla reforma no Hospício Nacional de Alienados, que passou a abolir grades e a investir em recursos humanos qualificados

e bem pagos. Excluiu camisas-de-força, criou laboratórios para sofisticar diagnósticos e pesquisas, oficinas (de serviços e artísticas), organizou setores com diferenciação de geração e gênero, estabeleceu tratamentos específicos para diferentes quadros mentais (**PRESTES**, 2020), favorecendo, então, um olhar e uma práxis humanizada para tais corpos que eram considerados desviantes, anormais e estorvos sociais.

Portanto se, nesse trabalho, utilizo o recurso das rotas, não é simplesmente por adereço, ao contrário, fiz uso deste recurso justamente para explicitar que nossos passos vêm de longe e que estes passos, corpos e vozes deixaram e deixam marcas, mas, apesar dessas marcas, pegadas e vozes, por várias vezes, serem abafadas e silenciadas, elas permanecem presentes.

Afinal, como nos ensinou **Souza** (1993/2021), uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo. E, quando passamos a rememorar lembranças, afetos e narrativas que não se encontram presentes na história hegemônica oficial, passamos a *memoriafetar*. Isto é, a partir do momento em que temos a oportunidade e a possibilidade de acessar episódios e fatos (des)conhecidos, e de entendermos os *efeitos* do epistemicídio, passamos a experienciar um turbilhão de afetos, lembranças e, conseqüentemente, nos damos conta da nossa própria construção e da forma como nos percebemos como sujeitos, ou seja, de nossa identificação.

É neste processo que o sujeito recupera suas vivências e trajetórias que irão guiar a constituição de sua identidade a partir da memória que não esteja mais ancorada, apenas, em dor e desgraça.

Se, hoje, consigo dizer e escrever sobre isto, é porque, no passado, tiveram corpos negros que subverteram, construindo narrativas, saberes e novos modos de ler o mundo, e também os processos subjetivos. Esses corpos falaram, gritaram e exclamaram e, assim como seus passos se fazem presente, hoje, suas vozes também estão presentes. Se, num passado não tão distante, seus pensamentos e vozes eram de difícil escuta, hoje, são vozes que ecoam vidas, saberes e subversões.

Vozes-Mulheres³⁴

A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio. Ecoou lamentos de uma infância perdida. A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo. A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias debaixo das trouxas roupas sujas dos brancos pelo caminho empoeirado rumo à favela. A minha voz ainda ecoa versos perplexos

³⁴ **Conceição Evaristo** (In: Poemas de recordação e outros movimentos, 3.ed., p. 24-25).

com rimas de sangue e fome. A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes recolhe em si as vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas. A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato. O ontem – o hoje – o agora. Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância o eco da vida-liberdade.

As obras de **Neusa Santos Souza** e **Isildinha Baptista Nogueira** ecoam ao subverter uma Psicanálise que, ainda, possui dificuldade de entender e visualizar os efeitos do racismo nos modos de subjetivação. Vocês subvertem ao escutar corpos que, historicamente, foram alocados à margem da desumanização e, afinal, quem escuta vocês **Neusa Santos Souza** e **Isildinha Baptista Nogueira**? Não tenho uma única resposta. Mas tenho a certeza de que nós escutamos. O eco de suas obras e vozes já se inscreve no imaginário e na realidade de uma Psicologia que se faz compromissada política e eticamente frente às relações étnico-raciais.

Como **Oliveira** (2020) diz, minha querida **Neusa Santos Souza**, você foi gigante em aprofundar a ótica da barbárie que assalta os corpos físicos e psíquicos da população negra. Sua pesquisa demonstra, por meio de minuciosas entrevistas, a narrativa de vidas e identidades de corpos negros marcados por uma singularidade única, mas atravessados por um elemento chamado racismo, nos ensinando, contudo, que o conteúdo da angústia é social, mas a estrutura da angústia é singular, histórica, é pessoal.

Seus passos, **Neusa**, são eternos.

Por meio de suas obras, análises e manejos clínicos, você nos ensinou que, antes de tudo, cabe a nós, como sujeitos-analistas, estarmos imersos no desejo e na paciência, isto é: desejo de que haja encontro, a análise, ou seja, a disposição de fazer a aposta e paciência de suportar e, para haver desejo, é necessário reconhecer o outro, escutar o outro.

Sendo assim, olhar para os seus ensinamentos, bem como os ensinamentos de **Virgínia**, **Isildinha** e **Cida Bento**, é reconhecer e reverenciar o que veio antes, o que está no aqui e agora e o que está por vir.

As pegadas deixadas por vocês nos exalam resistência dos corpos negros, resistência de pensamentos e de uma ciência que subverte a lógica hegemônica violenta, colonialista e epistêmica. Por isto que resgatar as memórias e entender que os nossos passos vêm de longe é **urgente**.

Urgente, uma vez que, a história que nos é contada é uma história da voz única e que se estrutura pela lógica de um poder que imobiliza vozes, escutas e corpos. Logo, não é por acaso que a produção intelectual das senhoras foi e, infelizmente, ainda é invisibilizada. Afinal, são produções que abalam as estruturas hegemônicas do poder

supremacista branco. No entanto, gosto de pensar e de me apegar que a produção intelectual dos nossos corpos negros são *bombas bélicas da esperança*.

Uma vez que o saber destas quatro intelectuais negras faz com que possamos vislumbrar possibilidades, mesmo em dias de impossibilidades, são vozes, conhecimentos e rotas que nos mostram que há vida mesmo onde existe a morte.

O legado dessas autoras e de outros corpos intelectuais negros são ardentes. São chamadas que já não se podem mais esconder, afinal, mesmo rompidos, permaneceremos no processo de subversão e de transgressão em busca de outros efeitos, outras rotas e caminhos, pois, nossos passos vêm de longe.

O "novo" direcionamento de uma psicologia brasileira interessada nos corpos e significações da negritude brasileira e contemporânea nada tem de inusitado. São constructos antigos, de pensadores respeitáveis e densos que trilharam em seu tempo histórico as marcas da resistência e do combate ao racismo epistemológico do pensamento negro indígena brasileiro e suas contribuições fundamentais para o processo de emancipação da civilização humana (OLIVEIRA, 2020, p. 63).

E visando este processo **Cida Bento** também subverte ao dizer que discutir branquitude é discutir questões econômicas, políticas, sociais e uma hegemonia que, toda vez que é discutida, desperta medo, porque, justamente, fala de todo o aparato da nossa sociedade construída a partir da expropriação de quase cinco séculos, com a escravidão, e, depois, de um outro jeito (BENTO, 2020).

Sua produção intelectual ecoa e desestabiliza a hegemonia ao falar sobre o pacto narcísico, onde basta olharmos para a Psicologia e, sobretudo, para um país como o Brasil e perceber, em todo o tipo de organização, que as lideranças são brancas.

A senhora não só subverte, mas desestrutura um dos alicerces deste sistema colonial. Por isso, penso que sua voz, assim como suas produções intelectuais, nos possibilita a pensar que uma Psicologia Antirracista e não podemos ignorar esses fatos, logo, não podemos esquecer que a Psicologia naturalizou e se portou como um dispositivo de vigilância no que se refere à construção de uma narrativa única e da ordem. Portanto, o impacto de sua obra nos ensina que consciência sem ação não tem significado (BENTO, 2020; DIANGELO, 2020).

Nesta perspectiva, é por meio dessas rotas, destes saberes e corpos que estamos ampliando a nossa escuta, o nosso afeto e o nosso saber. Talvez, eu não tenha construído nada de novo, mas a certeza que tenho é a de que não ando só. Não estou só. Fiz dessa tese um encontro e uma companhia.

Como disse anteriormente, creio na subversão e na construção de uma Psicologia antirracista que possa ousar como uma máquina bélica de esperança. E foi, com vocês, senhoras intelectuais, e com outros corpos negros/as intelectuais que pude entender o que era sorrir e não sentir vergonha. Foi, com vocês, que pude entender o poder de transformação da Psicologia enquanto ciência e profissão.

Foi, a partir do encontro que tive com vocês, que pude ousar e rejeitar uma Psicologia centrada na história única e vislumbrar um futuro de possibilidades, bem como entender que meu olhar profissional, agora, seria moldado a partir da produção dos nossos saberes.

Isso é tornar-se negro.

Isso é conquistar a autonomia e possuir um discurso sobre si mesmo.

Neste sentido, tornar-se Psicólogo e Professor Negro é ter a ciência de que não preciso mais fazer inúmeras gambiarras para tentar ser aceito numa lógica que jamais irá me reconhecer, afinal, como encontrar reconhecimento numa Psicologia, numa educação, e, conseqüentemente, numa ciência que se molda pela imposição uni direcionada euro-amerocentrica que desrespeita e violenta a/s alteridade/s?

Além de vocês, intelectuais negras e negros, outros corpos também se fizeram presentes me afetando e ensinando neste processo de cura. Foram tantos que fica difícil nomear, mas um destes corpos se chama Murilo dos Santos Moscheta, no qual, desde 2014, segurou a minha mão e passou a caminhar, comigo, por rotas muitas vezes desconhecidas. E foi, a partir de suas experiências, de sua ternura, sensatez e brilhantismo que você seguiu, comigo, como uma bússola, possibilitando que este processo se tornasse mais leve, mais humano e possível. Amo-te e, mais uma vez, obrigado por estar junto comigo nesta trajetória do esperar por uma Psicologia Antirracista.

Por fim, hoje, está mais do que compreensível que lidar com amor, com afeto e esperança não é fazer desuso e renunciar a razão, pelo contrário, é poder tornar o conhecimento, o saber, a razão mais humana, concreta e possível. Como diz **Tatiana Nascimento dos Santos**, em Taipa (o big-bang do criacionismo), “curar não significa nunca mais vai doer, feliz não significa nunca mais vai chorar, ser forte não é rigidez (2019, n.p).” Que possamos seguir em busca das próximas rotas e vias para almejar e esperar uma Psicologia Antirracista.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W; FRAGA FILHO, W. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

AIELLO-FERNANDES, R. *Racismo e Psicanálise em produções acadêmicas*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida. Pós-Graduação em Psicologia, 2018.

ALCOFF, L. M. Uma epistemologia para a próxima revolução. *Revista Sociedade e Estado*, Volume 31, Número 1, janeiro/abril, p. 129-143, 2016.

ALVES, R. Esquecer para saber. *Folha de São Paulo - Cotidiano*. São Paulo, Terça-Feira, 17 de maio de 2011.

ASANTE, M. K. *Afrocentricidade: a teoria de mudança social*. Tradução de Ana Monteiro-Ferreira, Ama Mizani e Ana Lucia. Afrocentricity International, 2014.

ASSIS, M. *O espelho e outros contos machadianos*. Organização Ivan Marques; ilustrações de Angelo Abu. – São Paulo: Scipione, 2008.

BALIEIRO, C. *Mulheres marcantes: Virgínia Leone Bicudo (1910/2003)*, Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade, 2016.

BATISTA, W. V. *Palavras sobre uma historiadora transatlântica: estudo da trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento*. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2016.

BALDWIN, J. *As Much Truth As One Can Bear*. The New York Times, 14 jan. 1962.

BELIZÁRIO, F. "*Edward Said: mundanidade e deslocamento*", *Mestres do Mundo - Projeto Alice*, espelhos estranhos, lições imprevistas. 2013.

BENTO, M. A. S. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*". Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do desenvolvimento e da Personalidade. São Paulo. 2002.

BENTO, M. A. S. *Branquitude e poder - a questão das cotas para negros*. An. 1 Simp. Internacional do Adolescente May. 2005.

BENTO, M. A. S. Notas sobre a expressão da branquitude nas instituições. Em BENTO, M. A. da S.; SILVEIRA, M. de J.; NOGUEIRA, S. G. (orgs.) *Identidade, branquitude e negritude contribuições para a Psicologia Social no Brasil: novos ensaios, relatos de experiência e de pesquisa*. SP: Casa do Psicólogo, 2014, p. 13-33.

BENTO, M. A.; CARONE, I. (Orgs.). *Psicologia Social do Racismo* (11a. ed.). São Paulo: Vozes, 2012.

BENTO, M. A. *O pacto da branquitude*. 1º ed. São Paulo: Companhia das letras, 2022.

BENTO, M. A. S. Companhia das Letras: *Racismo estrutural e instrucional com Cida Bento, Silvio Almeida e Jurema Werneck*. Youtube. 27 de jun, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kSWI7CPtwbk>>.

BENTO, M. A. S. *O branco na luta antirracista: limites e possibilidades*. Instituto Ibirapitanga, 2020.

BERNARDINO-COSTA, J. A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona! *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 504-521, jul.-set. 2016.

BICALHO, P. P. et al. Formação em psicologia, direitos humanos e compromisso social: a produção micropolítica de novos sentidos”. *Boletim Interfaces da Psicologia da UFRRJ*. Vol. 2, Nº. 2, dezembro, 2009.

BICUDO, V. L. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. Edição organizada por Marcos Chor Maio (Org). São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.

BICUDO, V. L. Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas. In: BASTIDE, R; FERNANDES, F (Org.). *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Editora Anhembi/Unesco, 1955. p. 227-310.

BOCCHINI, B. Pioneira no debate, USP é última das grandes universidades a adotar cota racial. In: *Agência Brasil*, São Paulo. 2017.

BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, p. 198-238, 2007.

BOCK, A. M. B. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, 1999, 4(2), 315-329 Evento 315.

BORGES, V. P. *O que é história*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL. LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941. *Lei das Contravenções Penais*.

BRASILEIRO, T. S. A.; SOUZA, M. P. R. Psicologia, diretrizes curriculares e processos educativos na Amazônia: um estudo da formação de psicólogos. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, v. 14, n. 1, p. 105-120, janeiro/junho 2010.

BRASILEIRO, C. V. “*Exú Tranca-Rua das Almas*”. 2020. Disponível em: <<https://ehcho.org/conteudo/exutrancaruardasalmas>>. Acesso em: 2 abril 2021.

CAMBRICOLI, F. “*Só 0,9% dos novos médicos de SP é negro*” O Estado de São Paulo, [São Paulo] 3 fev. Seção Saúde, 2015.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 58, 2003.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CARNEIRO, S. A. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 2005.

CARVALHO, J. J. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista USP*, São Paulo, n.68, p. 88-103, dezembro/fevereiro 2005-2006.

CÉSAIRE, A. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020. 136 p.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

COLLINS, P. H. *Pensamento Feminista Negro conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Dossiê: Decolonialidade E Perspectiva Negra*. Soc. estado. 31 (1). Jan-Apr 2016.

COIMBRA, C. M. B. Práticas “Psi” no Brasil do “Milagre”: algumas de suas produções. Em A. M. Jacó-Vilela, F. Jabur & H. de B. Rodrigues (Orgs.), *Clio-Psyché: histórias da psicologia no Brasil*. RJ: Núcleo Clio-Psyché da UERJ, 1999, p. 43-53, 2004.

COIMBRA, C. M. B. Práticas “psi” no Brasil do “milagre”: algumas de suas produções. *Mnemosine* Vol. 1, nº0, p.48-52, 2004.

COIMBRA, C. M. B. *Guardiães da Ordem: Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do milagre*, Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, CFP. *Contrato de Prestação de Serviços DIEESE: Levantamento de informações sobre a inserção dos psicólogos no mercado de trabalho brasileiro*. CFP. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA RELAÇÕES RACIAIS, CFP: *Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os*. Brasília: CFP, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução CFP nº 018/2002: Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial*, 2002.

COREN, Conselho Regional de Enfermagem. *Mulheres e negros são maioria entre os profissionais de Enfermagem em MT*, 2018. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/mulheres-e-negros-sao-maioria-entre-os-profissionais-de-enfermagem-em-mt_66743.html>. Acesso em: 21 dez. 2021.

COSTA, E. S. Racismo como metaenquadre. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 62, p. 146–163, dez. 2015.

COSTA, J. F. *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

COSTA, J. F. “Da cor ao corpo: a violência do racismo (prefácio)”. In: Santos, N. S. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro*. Rio: Graal, 1983.

- CRUZ, R. A. C. *Gênero e educação nas escrituras de Conceição Evaristo: um olhar sobre Ponciá Vicêncio e Becos da Memória*. Em: Anais do V Simpósio Internacional em Educação Sexual. 2017.
- DAVIS, A. *A liberdade é uma luta constante*. Organização de Frank Barat; tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, 12(23), 100-122, 2007.
- DOMINGUES, P. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Ed.Senac, 2004.
- DUNKER, C. I. L. Virgínia Bicudo e a psicanálise como lugar de escuta. *Blog da Boitempo*, 2018.
- ELIADE, M. *Mito e realidade*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2006, 179 p.
- ENRIQUEZ, E. *A organização em análise*. Tradução de Francisco da Rocha Filho. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- EVARISTO, C. Escrituras da Afro-brasilidade: História e Memória. In: *Releitura*, Belo Horizonte, Fundação Municipal de Cultura, nº 23, novembro 2008.
- EVARISTO, C. *Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira*. Universidade Federal Fluminense, 2004.
- EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, M. A. (Org). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- EVARISTO, C. *Conceição Evaristo: a literatura como arte da 'escritura'*. O Globo, 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/conceicao-evaristo-literatura-como-arte-da-escritura-19682928>>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- ESPINHA, T. G. *A temática racial na formação em psicologia a partir da análise de projetos políticos-pedagógicos: silêncio e ocultação*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2017.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUfba, 2008.
- FRANTZ, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Sebastião Nascimento e colaboração de Raquel Camargo; Prefácio de Grada Kilomba; Posfácio de Deivison Faustino; Textos Complementares de Francis Jeanson e Paul Gilroy. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FANON, F. *Os condenados da terra*. Tradução de José Laurênio de Melo. RJ: Civilização Brasileira, 1968, 275p.

FANON, F. *Alienação e Liberdade*. Escritos Psiquiátricos. São Paulo. UBU Editora, 2020.

FAUSTINO, D. M. Frantz Fanon e a mental brasileira diante do racismo. In: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; organizadoras: Patrícia Carlos Magno, Rachel Gouveia Passos: *Direitos humanos, saúde mental e racismo: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon*. – Rio de Janeiro, 2020, p. 34-49.

FAUSTINO, D. M. “Por que Fanon, por que agora?”, Frantz Fanon e os Fanonismos no Brasil. *Tese de Doutorado*. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

FALLAS-VARGAS, F.; SOLORZANO-DAMASCENO, L. Quilombo, utopía y decolonialidad en la Mítica Histórica de Beatriz Nascimento. *Rev. Filos., Aurora*, Curitiba, v. 33, n. 59, p. 542-555, mai./ago. 2021.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 2 - No limiar de uma nova era. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 2 - No limiar de uma nova era. São Paulo: Ática, 1978.

FREIRE, P. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 44ª edição. RJ: Paz e Terra, 2005, 213p.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Só 1 em cada 4 matriculados em programas de mestrado e de doutorado no Brasil é negro*. São Paulo. 2020.

GIANESI, R. L. *Algumas notas sobre a trajetória de Virgínia Leone Bicudo*. In: Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, Blog de Psicanálise, 2021.

GINSBERG, A. Impressões do Primeiro Congresso Brasileiro de Psicologia. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 6(2), 105-108, 1954.

GOLDMANN, L. *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.

GOMES, J. D. *Os segredos de Virgínia: estudo das atitudes raciais em São Paulo (1945-1955)*. 2013. 166 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GOMES, N. L. O. *Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Vozes, 154 p. 2017.

GOMES, N. L. Intelectuais negros e Produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 419-443.

GOMES, N. L. O. *Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Vozes, 154p., 2017.

GONZALEZ, L. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos* Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1984.

GONZÁLEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Rev. Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan/jun, 1988.

GORDON, L. *Bad faith and antiblack racism*. New York: Humanity Books, 1999.

GROSGUÉL, R. Racismo/Sexismo Epistêmico, Universidades Ocidentalizadas e os quatro Genocídios/Epistemicídios ao longo do século XVI. *Tabula Rasa* [online], n.19, pp.31-58, 2013.

GROSGUÉL, R. Del extractivismo económico al extractivismo epistémico y al extractivismo ontológico: Una forma destructiva de conocer, ser y estar en el mundo. *Tabula Rasa*, (24), 123-143.2016.

HASENBALG, C. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

HOOKS, B. Intelectuais Negras. *Revista Estudos feministas*, vol. 3, nº 2/95, p 464-476, 1995.

HOOKS, B. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo Martins Fontes, 2013.

HOOKS, B. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021. 272 p.

HOOKS, B. *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*. Tradução Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021. 300p.

HOOKS, B. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. Tradução Bhuvan Libanio. São Paulo: Elefante, 2020. 288p.

HOOKS, B. *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019. 356p.

HOOKS, B. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019. 380p.

HOOKS, B. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. E-book.

HOOKS, B. Vivendo de amor. In: *Geledés*, 2010, s/p. Disponível em: <<http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/180-artigosdegenero/4799-vivendo-de-amor>>. Acesso em: 13 set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Pretos e Pardos estão mais escolarizados, mas desigualdade em relação aos Brancos permanece*. Brasília (DF):IBGE; 2017.

JESUS, K. V.; SILVA, L. B.; NASCIMENTO, R. F. A psicologia na construção e enfrentamento do racismo: a experiência do grupo de estudos pretos. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*. v. 5, n. 9, jan./jun. 2020.

JÚNIOR, S. M. R.: Racismo, uma Leitura. In: KON, N.; SILVA, M. L.; e ABDUL, C (orgs.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017. 304p.

KÄES, R. *O Grupo e o Sujeito do Grupo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de Racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: COBOGÓ, 2019.

KILOMBA, G. Prefácio. In: FRANTZ, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Sebastião Nascimento e colaboração de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

LADSON-BILLINGS, G. Discursos racializados e epistemologias étnicas. In: DENZIN, Norman K. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006. 259-278p.

LANE, S. T. M. & CODO, W. (orgs.). *Psicologia Social. O Homem em Movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LANE, S. T. M. A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. LANE, S. T. M. e CODO, W. (Orgs.) *Psicologia Social: o homem em movimento* (pp. 10-19). São Paulo, SP, Editora Brasiliense, 1984.

LIMA BARRETO, A. H de. *Diário do hospício; O cemitério dos vivos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LIMA, F. Trauma, colonialidade e a sociogenia em Frantz Fanon: os estudos da subjetividade na encruzilhada. *Arq. bras. psicol.* vol.72, n°.esp. Rio de Janeiro, 2020.

LIONÇO, T. Psicologia, Democracia e Laicidade em Tempos de Fundamentalismo Religioso no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2017 v. 37 (núm. esp.), 208-223.

LORDE, A. *Irmã outsider*. Tradução Stephanie Borges. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LORDE, A. *Mulheres negras: As ferramentas do mestre nunca irão desmantelara casa do mestre*. Tradução Renata Geledés [online], São Paulo, 10jul. 2013. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-as-ferramentas-do-mestre-nunca-iraodesmantelar-a-casado-mestre/>>. Acesso em: 04 set. 2018.

LORDE, A. *A transformação do silêncio em linguagem e ação*. 1977. Comunicação de Audre Lorde no painel “Lésbicas e literatura” da Associação de Línguas Modernas em

1977. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>> Acesso em: 01 fev. 2019.

LORDE, A. *Sou sua irmã: escritos reunidos*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 224p.

MARINHO, G. L. et al. Enfermagem no Brasil: análises socioeconômicas com foco na composição racial. *Rev Bras Enferm.* 2022;75(2), 2020.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. *Estudos de psicologia*, 2(1), 7-27. 1996 (Obra original publicada em 1985).

MARTÍN-BARÓ, I. Hacia una psicología de la liberación. *Boletín da AVEPSO XII*(3), 6-17, 1986.

MARTÍN-BARÓ, I. Para Uma Psicologia da Libertação. In: GUIZO, R. S. L.; LACERDA JR., F. (Orgs.). *Psicologia Social Para a América Latina: O Resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas, SP: Alínea, 2009.

MARTINS, E; SANTOS, A. O.; COLOSSO, M. Relações étnico-raciais e psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. *Psicol. teor. prat.* [online]. 2013, vol.15, n.3, 118-133p.

MARX, K. *A ideologia alemã* (I- Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, 1983.

MATTAR, C. M. Psicologia em tempos sombrios e o despertar da bela adormecida: estudos em subjetividade e clínica. *Arq. bras. psicol.* vol.72 no.spe. Rio de Janeiro. 2020.

MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. São Paulo, SP: n-1. 2014.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N-1, 2018.

MBEMBE, A. *Sair da grande noite. Ensaio sobre a África descolonizada*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2019.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, no 34, p. 287-324, 2008.

MOMBAÇA, J. Rastros de uma submetodologia indisciplinada. *Concinnitas*, ano 17 volume 01, número 28, 2016.

MOMBAÇA, J., MATTIUZZI, M. M. Carta à leitora preta do fim dos tempos. In D. F. Silva, *A dívida impagável* (pp. 14-27). São Paulo, SP: Casa do povo, 2019.

MOORE, C. *Racismo e Sociedade Novas Bases Epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte, 2007.

- MOORE, C. *Racismo & sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. 2. ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.
- MOURA, M. de J. D.H, atuação profissional e relações raciais. Em CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA: COMISSÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. *Os direitos humanos na prática profissional do psicólogo*. Brasília, p. 24-26, 2003.
- MUNANGA, K. Prefácio. In I. CARONE, & M. BENTO (Orgs), *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 9-11). Petrópolis: Vozes, 2012.
- NASCIMENTO, M. B. *Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição*. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.
- NASCIMENTO, B. Entrevista - *A história do Brasil é uma história escrita por mãos brancas*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-LhM1MaPE9c>>. Acesso em: 23 out. 2020.
- NASCIMENTO, B. *Todas (as) distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento*. In: Alex Ratts e Bethânia Gomes (Orgs); ilustrado por Iléa Ferraz e revisado por José Henrique de Freitas Santos. Salvador: Editora Ogum's Toque Negros, 2015.
- NASCIMENTO, E. L. *Pan-africanismo na América do Sul: Emergência de uma rebelião negra*. Petrópolis: Vozes; IPEAFRO, 1981.
- NASCIMENTO, T. *Cuírlombismo literário: poesia negra LGBTQI desorbitando o paradigma da dor*. Série Pandemia. São Paulo: N-1 Edições, 2019.
- NASCIMENTO, W. F. *Enterreirando a investigação: sobre um ethos da pesquisa sobre subjetividades*. *Arq. bras. psicol.* vol.72 no.spe Rio de Janeiro, 2020.
- NAVASCONI, P. *Vida, Adoecimento e Suicídio: racismo na produção do conhecimento sobre Jovens Negros/as LGBTTIs*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- NAVASCONI, P. V. P., MOSCHETA, M. S. *O existente inexistente: A interseccionalidade de raça, sexualidades e suicídio*. V Simpósio Internacional de Educação Sexual - SIES, 2017.
- NOGUERA, R. Prefácio. In: FANON, F. *Alienação e Liberdade. Escritos Psiquiátricos*. São Paulo. UBU Editora: 2020.
- NOGUEIRA, I. B. *Significações do Corpo Negro*. Doutorado em Psicologia. Universidade de São Paulo, 1998.
- NOGUEIRA, I. B. *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. 1º Ed. Editora Perspectiva, 2021.
- NOGUEIRA, I. B. *Do Olhar do Outro à Sublimação de se Constituir Negro*. Fevereiro 2019 vol. 1 num. 5 - I Simpósio Bial SBPSP – O Mesmo, O Outro.

- NOGUEIRA, I. B. *Conversa com Isildinha Nogueira*. SBPRJ. Youtube, 16 de jun, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6tGi7vbqC9E&t=2575s>>.
- NOGUEIRA, I. B. *Abrão Slavutzky entrevista Isildinha Nogueira*. Youtube. 14 de ago, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LvGG4qsi-cM&feature=emb_title> Acesso em: 30 ago. 2021.
- NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo social*, v. 19, n. 1, p. 287308, 2007.
- NEVES, M. A concepção de raça humana em Raimundo Nina Rodrigues. *Filosofia e História da Biologia*, v. 3, p. 241-261, 2008.
- NUNES, T. S. Cultura, identidade e luta antirracista: o legado do teatro experimental do negro. *XVII Encult - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador - BA. 27 - 30 jul. 2021.
- NÚÑEZ, G. *Genocídio e Saúde Mental das Populações Negra e Indígena: O que a Psicologia tem a ver com isso?* Youtube, 22 de out, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D7Xo7YLiLVA&t=6940s>>.
- ODA A. M. G. R.; DALGALARRONDO, P. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. *Memória Braz. J. Psychiatry* 22 (4). Dez 2000.
- OLIVEIRA, B. *A dialética do singular-particular-universal*. Exposição apresentada na abertura do V Encontro de Psicologia Social Comunitária, 2012.
- OLIVEIRA, B. A dialética do singular-particular-universal. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R.; MARTINS, S. T. F. (Orgs.), *Método histórico-social na psicologia*. Petrópolis: Vozes, 2005, pp. 25-51.
- OLIVEIRA, L. R.; BALIEIRO, T. B.; SANTOS, A. O. Racismo e psicologia na escola: diálogos entre Fanon e Freire. *Arq. bras. psicol.* vol.72 no.spe Rio de Janeiro, 2020.
- OLIVEIRA, N. M. S. A. *Intelectuais negras da periferia: uma auscultação sensível sobre suas histórias*. IV Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão: Didática e Avaliação, Rio de Janeiro, 2010.
- OLIVEIRA, R. M. C. Cheiro de alfazema: Neusa Souza, Virgínia e racismo na psicologia. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*; Rio de Janeiro, 72 (no.spe.): 48-65, 2020.
- PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.
- PATTO, M. H. S. Apresentação. *Psicologia USP*, v.17, n.1, p. 11-16, 2006.
- PATTO, M. H. S. O que a história pode dizer sobre a profissão do psicólogo: a relação Psicologia-Educação. Em BOCK, A. M. B. (org.) *Psicologia e compromisso social*. SP: Cortez, 2009, p. 29-35.

- PENNA, W. P. *Escrevivências das memórias de Neusa Santos Souza: apagamentos e lembranças negras nas práticas psis*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- PESSANHA, E. A. M; DO NASCIMENTO, W. F. Necropolítica: Estratégias de extermínio do corpo negro. *ODEERE*, [S.l.], v. 3, n. 6, p. 149-176, dez. 2018.
- PINN, M. L. G. Beatriz Nascimento e a invisibilidade negra na historiografia brasileira: mecanismos de anulação e silenciamento das práticas acadêmicas e intelectuais. *Aedos*, Porto Alegre, v. 11, n. 25, p.140-156, dez. 2019.
- PIRES, T. R. O. *A pensadora é... Lélia Gonzalez*. Youtube, 18/07/2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DW1kZ9yzkI8>>.
- PRESTES, C. R. S. Não sou eu do campo psi? Vozes de juliano moreira e outras figuras negras. *Revista da ABPN*, v. 12, n. Ed. Especial – Caderno Temático: “III ANPSINEP - Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es”, outubro de 2020, p. 52-77.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-278.
- QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos rumos*, n. 37, p. 4-28, 2002.
- RATTS, A. *Eu sou Atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- REVISAMED, MEDICINA. Brasil tem 500 mil médicos, revela demografia 2020. *Revisamed*, 2021. Disponível em: <<https://www.revisamed.com.br/residencia-medica/quantos-medicos-tem-no-brasil/>>. Acesso em: 30 jan. 2021.
- RIBEIRO, D. *Sobre o Óbvio*. In: *Ensaio Insólitos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.
- RIBEIRO, K. Ancestralidade. In: XONGANI: *A importância da ancestralidade negra com a filósofa Katiúscia Ribeiro*. Youtube. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=f1aaxswpsU>>. Acesso em: 20 abril 2021.
- RIO DE JANEIRO (Estado). Defensoria Pública. *Direitos humanos, saúde mental e racismo: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon*. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; organizadoras: Patrícia Carlos Magno, Rachel Gouveia Passos. – Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2020. 272p.
- RODIRGUES, A.; BRASILEIRO, C. V.; ZAMBONI, J. No entre lugar do corpo, gênero, sexualidade e raça: encontros com outras crianças e infâncias. *Revista brasileira de estudos da homocultura*. v. 1 n. 02 (2018).
- SAID, S. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, A. O.; SCHUCMAN, L. V.; MARTINS, H. V. Breve Histórico do Pensamento Psicológico Brasileiro Sobre Relações Étnico-Raciais. *Psicologia: ciência e profissão*, 2012, 32 (num. esp.), 166-175.

SANTOS, B. S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento. 2006.

SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade*. Campinas: Cortez, 1996.

SANTOS, E. F.; SCOPINHO, R. A. A questão étnico-racial no Brasil contemporâneo: notas sobre a contribuição da teoria das representações sociais. *Psicologia e Saber Social*, 4(2), 168-182, 2015.

SANTOS, G. A. dos. *A invenção do "ser negro": um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo: EDUC/FAPESP; rio de Janeiro: Editora Pallas, 2003.

SANTOS, L. C. F do. *O poder de matar e a recusa em morrer: Filopoética afrodiáspórica como Arquipelago de libertação*. 2018. 237f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, L. C. F.; OLIVEIRA, E. D. Filosofia africana: necropolítica e poética de resistência. *Problemata: R. Intern. Fil. V. 10. n. 2* (2019), p. 212-228.

SANTANA, H. M.; DALTRO, M. R.; CASTELAR, M. Relatos de psicólogas sobre sua formação no âmbito das relações raciais. *Psicologia & saberes*. V.7, n.9, 2018.

SCHECHTER, R. C. *Um percurso através de Virgínia Leone Bicudo - Marcas, Caminhos e Memórias*. Rosa Coutinho Schechter; Paulo Eduardo Viana Vidal, orientador. Dissertação (mestrado) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

SCHUCMAN, L. V., NUNES, S. da S., & COSTA, E. S. A Psicologia da Universidade de São Paulo e as relações raciais: perspectivas emergentes. *Psicologia USP*, 28(1), 2017, 144-158.

SCHUCMAN, L. V.; MARTINS, H. V. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2017 v. 37 (núm. esp.), 172-185.

SCHUCMAN, L. V. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2014.

SCHUCMAN, L. V.; GONÇALVES, M. M. Raça e subjetividade: do campo social ao clínico. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*; Rio de Janeiro, 72 (no.spe.): 109-123, 2020.

SCHUCMAN, L. V. *Alianças possíveis e impossíveis entre brancos e negros para equidade racial*. Instituto Ibirapitanga, 2020.

SCHUCMAN, L. V. *O que o ‘medo branco’ tem a dizer sobre lugar de fala, raça, Beyoncé e cancelamento*. In: FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo. 2020. Disponível

em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/08/o-que-o-medo-branco-tem-a-dizer-sobre-lugar-de-fala-raca-beyonce-e-cancelamento.shtml>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SCHWARCZ, L. M. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: o contexto brasileiro. In L. M. SCHWARCZ & R. da S. QUEIROZ (Orgs.), *Raça e diversidade* (pp. 147-186). São Paulo: EDUSP, 1996.

SILVA, L. G. DA. O racismo tem dessas coisas: constituição de posicionalidade e posturas descolonizadas. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. *Núcleo de Relações Raciais: percursos, histórias e movimentos*. Porto Alegre, 2019.

SIQUEIRA, E. D. A importância da representatividade negra na construção de identificação em crianças negras a partir de literatura infanto-juvenil negra. *Anais X COPENE*, 2018.

SOARES, L. V.; MACHADO, P. S. “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Psicologia Política*. vol. 17. nº 39. pp. 203-219. mai. – ago. 2017.

SOARES, S. S. D. (2000). *O perfil da discriminação no mercado de trabalho: Homens negro(a)s, mulheres brancas e mulheres negras*. Brasília: IPEA.

SOUZA, B. O. *Aquilombar-se panorama histórico identitário e político do movimento quilombola brasileiro*. Dissertação em Antropologia Social. Universidade de Brasília, UNB, 2008.

SOUZA, N. S. *Trilogia da Mente*. Programa Espelho. Entrevista concedida a Lázaro Ramos e Sandra Almada. Rio de Janeiro: Canal Brasil, 2008. Programa de TV. Transmitido em: 4 ago. 2008.

SOUZA, N. S. *Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SOUZA, N. S. *Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da Identidade do Negro em Ascensão Social*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.

SOUZA, V. S.; SANTOS, R. V. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 7, n. 3, p. 745-760, set.-dez. 2012.

TAVARES, J. S. C.; KURATANI, S. M. A. Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”. *Psicol., Ciênc. Prof.* (Impr.) 39. 2019.

TAVARES, N. O., OLIVEIRA, L. V., & LAGES, S. R. C. A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública. *Saúde em Debate*, 37(99), 580-587, 2013.

TEPERMAN, M. H. I.; KNOPF, S. Virgínia Bicudo: uma história da psicanálise brasileira. *J. psicanal.* vol.44 no.80 São Paulo, jun. 2011.

VERGÈS, F. *Um feminismo decolonial*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VINHAS, W. Revisitando Maria Beatriz Nascimento: a continuidade histórica entre os sistemas sociais negros do passado e os assentamentos em favelas urbanas e comunidades rurais da atualidade. *Revista da ABPN*, vol. 10, nº 25, p. 271-293, 2018.

WEST, C. “The dilemma of the Black Intellectual”. In.: *The Cornel West: reader. Basic Civitas Books*, 1999, p. 302-315. (Tradução e notas de Bráulino Pereira de Santana, Guacira Cavalcante e Marcos Aurélio Souza).

WERNECK, J; MENDONÇA, M; WHITE, E. (Org.). *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas; Criola, 2006.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde Soc.* São Paulo, v.25, n.3, p.535-549, 2016.

APÊNDICES

A presença da “Caravela Epistêmica” na formação da Psicologia contemporânea

“(...) devemos interpelar todos aqueles que ocupam uma posição de ensino nas ciências sociais e psicológicas, ou no campo do trabalho – todos aqueles, enfim, cuja posição consiste em se interessar pelo discurso do outro. Eles se encontram numa encruzilhada política e micropolítica fundamental. Ou vão fazer o jogo dessa reprodução de modelos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização, ou, ao contrário, vão estar trabalhando para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam pôr para funcionar. Isto quer dizer que não há objetividade científica alguma nesse campo, nem uma suposta neutralidade na relação.”

(GUATTARI e ROLNIK, 1988, p. 29).

Antes de apresentar qualquer informação, gostaria de ressaltar que não é a minha pretensão de exibir dados visando a Verdade com V maiúsculo, mas, apenas, enfatizar o quanto os Guardiões da Ordem (COIMBRA, 2004) ainda se fazem presentes na formação da Psicologia Brasileira.

Por mais que haja fissuras, a coluna vertebral da Psicologia que sustenta e da forma a ela, ainda, é a matriz colonial, a qual organiza a vida e os saberes, bem como a produção de novas subjetividades carregando a herança dos padrões coloniais de poder que seguem vigentes na sociedade e, conseqüentemente, nas práticas *psis*. Forjando esquemas dominantes de percepção, compreensão e de significação dos saberes psicológicos reforçando e mantendo o apagamento dos saberes de intelectuais negras e negros.

Neste sentido, busco refletir sobre o modo como uma política de circulação dos conhecimentos racializados opera em direção do projeto de epistemicídio, bem como tento observar e verificar a circulação do conhecimento e a contribuição das e dos intelectuais negros, sobretudo de **Virgínia Leone Bicudo**, **Neusa Santos Souza**, **Isildinha Baptista Nogueira** e **Maria Aparecida Silva Bento**.

Para isso, realizei buscas em bancos de dados online (A Scientific Electronic Library Online), Bancos de Teses e Navegador Google. Utilizamos as seguintes

combinações de palavras-chave: Virgínia Leone Bicudo; Virgínia Bicudo; Bicudo; Virgínia Sociologia; Virgínia Ciências Sociais; Virgínia e Raça; Virgínia e Relações Raciais; Virginia Psicologia; Virgínia Bicudo Psicologia; Virgínia Leone Bicudo e Psicologia; Neusa Santos, Neusa Souza, Neusa Santos Souza, Neusa Santos e Psicologia, Neusa Santos Souza e Psicologia; Neusa Santos Souza e Raça; Neusa Santos Souza e Relações Raciais; Neusa Santos Souza e negro; Neusa Santos Souza e Negritude; Neusa Santos Souza e Tornar-se Negro; Tornar-se negro; Isildinha Baptista Nogueira; Isildinha Baptista Nogueira e Psicologia; Isildinha Baptista Nogueira e Psicanálise; Isildinha Baptista Nogueira e Relações Raciais; Isildinha Baptista Nogueira e raça; Isildinha Baptista Nogueira e racismo; Maria Aparecida Silva Bento; Maria Aparecida Silva Bento e raça; Maria Aparecida Silva Bento e Psicologia; Maria Aparecida Silva Bento e Racismo; Maria Aparecida Silva Bento e Relações Raciais; Maria Aparecida Silva Bento e Branquitude.

As buscas pelos materiais foram realizadas no período entre 7 de dezembro a 27 de dezembro de 2019, nas bases de dados Pepsic (Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia), Scielo (A Scientific Electronic Library Online), BDTD (Biblioteca digital de teses e dissertações) e pelo navegador Google. A estratégia está detalhada no quadro 1:

Quadro 1: Revisão Sistemática

Estratégia de busca: Virgínia Leone Bicudo; Virgínia Bicudo; Bicudo; Virgínia Sociologia; Virgínia Ciências Sociais; Virgínia e Raça; Virgínia e Relações Raciais; Virgínia Psicologia; Virgínia Bicudo Psicologia; Virgínia Leone Bicudo e Psicologia; Neusa Santos, Neusa Souza, Neusa Santos Souza, Neusa Santos e Psicologia, Neusa Santos Souza e Psicologia; Neusa Santos Souza e Raça; Neusa Santos Souza e Relações Raciais; Neusa Santos Souza e negro; Neusa Santos Souza e Negritude; Neusa Santos Souza e Tornar-se Negro; Tornar-se negro; Isildinha Baptista Nogueira; Isildinha Baptista Nogueira e Psicologia; Isildinha Baptista Nogueira e Psicanálise; Isildinha Baptista Nogueira e Relações Raciais; Isildinha Baptista Nogueira e raça; Isildinha Baptista Nogueira e racismo; Maria Aparecida Silva Bento; Maria Aparecida Silva Bento e raça; Maria Aparecida Silva Bento e Psicologia; Maria Aparecida Silva Bento e Racismo; Maria Aparecida Silva Bento e Relações Raciais; Maria Aparecida Silva Bento e Branquitude.

Pepsic

7

SciELO

80

BDTD

1430

Google

428

Estudos levantados para análise dos títulos

N = 1945

Estudos excluídos após a leitura dos trabalhos selecionados pelo navegador *google*

N = 396

Razões: Estudos repetidos e estudos que divergiam da proposta da pesquisa

Estudos excluídos após análise dos títulos nos bancos de dados: Pepsic, SciELO e BDTD

N = 1503

Razões: Estudos com língua estrangeira, estudos repetidos e estudos que divergiam da proposta da pesquisa.

Estudos levantados após a leitura

N = 46

Estudos incluídos no metaestudo

N = 46

Estudos excluídos após uma nova leitura

N =

Razões: Estudos que não tratavam especificamente sobre a temática pesquisada

Utilizei, também, o recurso metodológico da pesquisa documental, uma vez que os currículos e os planos de ensino são campos discursivos, ou seja, espaços de significações, representações, tensões, conflitos entre autores/as e teorias, ou seja, não é neutro e acabado, é construído socialmente e, ao definirem o que deve ser ensinado como conhecimentos válidos e legítimos, estabelecem relações de poder e forjam identidades.

Para isso, analisei os 10 cursos mais bem avaliados pelo Ranking Universitário Folha (RUF), uma avaliação anual do ensino superior do Brasil feito pela Folha de São Paulo desde 2012 e publicada sempre no mês de setembro. No ranking de universidades, estão classificadas as 195 universidades brasileiras, públicas e privadas, a partir de cinco indicadores: pesquisa, internacionalização, inovação, ensino e mercado. Há, também, 40 rankings dos cursos com mais ingressantes no país de acordo com o último Censo.

Os dados que compõem os indicadores de avaliação do RUF são coletados por uma equipe da Folha em bases de patentes brasileiras (INPI), em bases de periódicos científicos (Web of Science e SciELO), em bases do MEC, em agências de fomento à ciência federais e estaduais e em pesquisas nacionais de opinião feitas pelo Datafolha. A metodologia tem inspiração em rankings internacionais de universidades e segue uma revisão de literatura de avaliação de ensino superior com cerca de 400 referências.

No ano de 2019, os 10 cursos mais avaliados em Psicologia foram:

Tabela 02: Ranking de Cursos de Graduação

Ranking de cursos de graduação

1º	UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
2º	UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
3º	UNB – Universidade de Brasília
4º	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
5º	PUCSP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
6º	USP – Universidade de São Paulo
7º	UFF – Universidade Federal Fluminense
8º	PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
9º	UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
10º	UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

Fonte: RUF, 2020.

A partir deste momento, realizei uma breve análise do Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia das dez universidades. No entanto, cabe pontuar que utilizamos este recurso apenas como mais uma ferramenta para analisar o objetivo geral. Com isto, após

a busca no navegador Google dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Psicologia, buscou-se encontrar e analisar as ementas das disciplinas.

Neste momento, tinha por objetivo **identificar onde a temática das relações étnico-raciais estava presente no curso de Psicologia, ou seja, quais disciplinas (obrigatórias ou eletivas), quais autores e autoras são acionados/as e se essas disciplinas estariam presentes como obrigatórias ou eletivas/optativas.**

É de suma importância pontuar que a busca por essas informações aconteceu de modo online, isto é, através dos sites de cada Universidade acessada pelo navegador *Google*. Com isto, cada Universidade apresentou um modelo de Projeto Pedagógico do Curso, bem como um formato específico para disponibilização destas informações.

Das 10 universidades listadas pela RUF (2019), tivemos acesso a 09 universidades, apenas a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul que não foi possível acessar o Projeto Pedagógico, bem como as ementas das disciplinas. Com acesso a estes materiais, passamos a investigar minuciosamente a seguinte questão:

Quais disciplinas trabalham com as questões étnico-raciais?

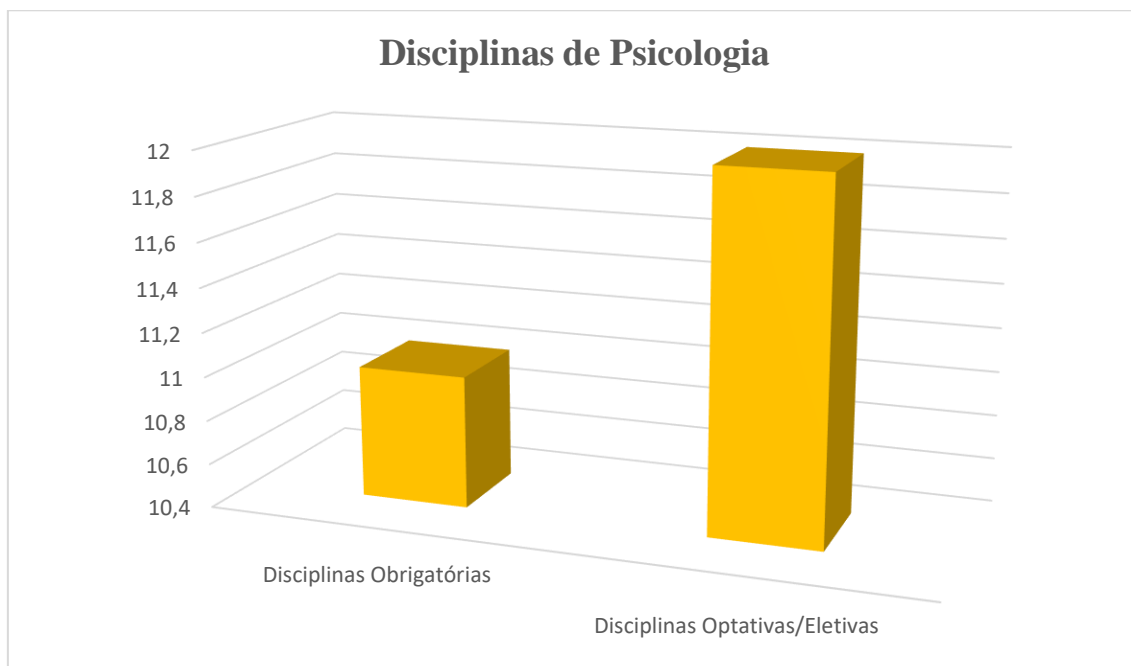
Quais são as referências utilizadas?

Através destas perguntas, passamos a buscar, nas ementas, objetivos e referências, as seguintes palavras-chave: Racismo, Racial, Raça, Etnia, Negritude, Negro/a, Cor, Relações Raciais, Relações étnico-raciais, Étnico-racial, Escravidão (*) e afrodescendentes (*).

Cabe pontuar que a seleção dos materiais aconteceu somente quando apareciam as palavras-chaves listadas ou palavras que faziam alusão às relações étnico-raciais nas ementas, objetivos e referências. Sendo assim, ementas e objetivos das disciplinas que não encontravam as palavras: racismo, raça, relações raciais, etnia, étnico-racial, por exemplo, no corpo do texto, não foram selecionadas para análise.

Conforme pode-se observar nos quadros nos anexos:³⁵

³⁵ É válido dizer também que a falta de disponibilidade dos PPPs ao público de maneira geral dificultou ainda mais o acesso a novas ideias e à realização da própria pesquisa.

Figura 43: Disciplinas de Psicologia – Relações Étnico-raciais

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Verificou-se que a temática das relações étnico-raciais nas disciplinas de Psicologia se fez presente em disciplinas eletivas/optativas, em comparação com as disciplinas obrigatórias. Em relação as obras das autoras **Virgínia Leone Bicudo**, **Neusa Santos Souza**, **Isildinha Baptista Nogueira** e **Maria Aparecida Silva Bento**, nenhuma destas encontram-se presentes nos documentos verificados dos 10 principais cursos de Psicologia.

A obra de **Neusa Santos Souza** encontra-se listada na disciplina de Psicologia Social II, ofertada na Universidade de São Paulo, contudo, na lista das referências bibliográficas, encontra-se, apenas, a utilização do prefácio de sua obra escrita pelo autor Jurandir Freire Costa. Além disso, cabe ressaltar que a disciplina (7610) Psicologia e relações étnico-raciais, ministrada por Lia Vainer Schucman – as obras de **Neusa Santos Souza**, **Isildinha Baptista Nogueira** e **Maria Aparecida Silva Bento** encontram-se listadas nas referências, sejam elas obrigatórias ou complementares.

Um dado de análise importante é que o curso de Psicologia ofertado na Universidade de São Paulo – USP, a partir da análise dos planos de ensino e das ementas, foi o curso no qual a temática das relações étnico-raciais se mostrou mais presente, no entanto, a Universidade de São Paulo foi a última das grandes universidades no Brasil a adotar ações afirmativas para pessoas negras, pardas e indígenas (PPI). Apesar de ter sido um dos primeiros locais de debate acerca da implementação de cotas raciais no Brasil,

somente quinze anos depois de o Estado do Rio de Janeiro adotar as cotas raciais em suas universidades estaduais, a USP decidiu implantar, a partir de 2018, um sistema similar ao estipulado pela Lei de Cotas Para o Ensino Superior, que já está em vigor nas universidades federais desde 2013.

De acordo com a Agência Brasil (2017), o Conselho Universitário da USP aprovou, no início de julho, que, a partir do próximo ano, serão reservadas 37% das vagas de cada unidade de ensino e pesquisa para alunos egressos de escolas públicas; em 2019, a porcentagem deverá ser de 40% de vagas reservadas em cada curso de graduação; para 2020, a reserva das vagas deverá ser de 45% em cada curso e turno de aulas; e, no ingresso de 2021 e anos subsequentes, o índice passará a 50% por curso e turno.

Penso que este dado é um ponto de reflexão e análise, ainda mais neste momento com a inserção de corpos negros, pardas e indígenas ocupando um ambiente que historicamente se estruturou pela elitização do ensino.

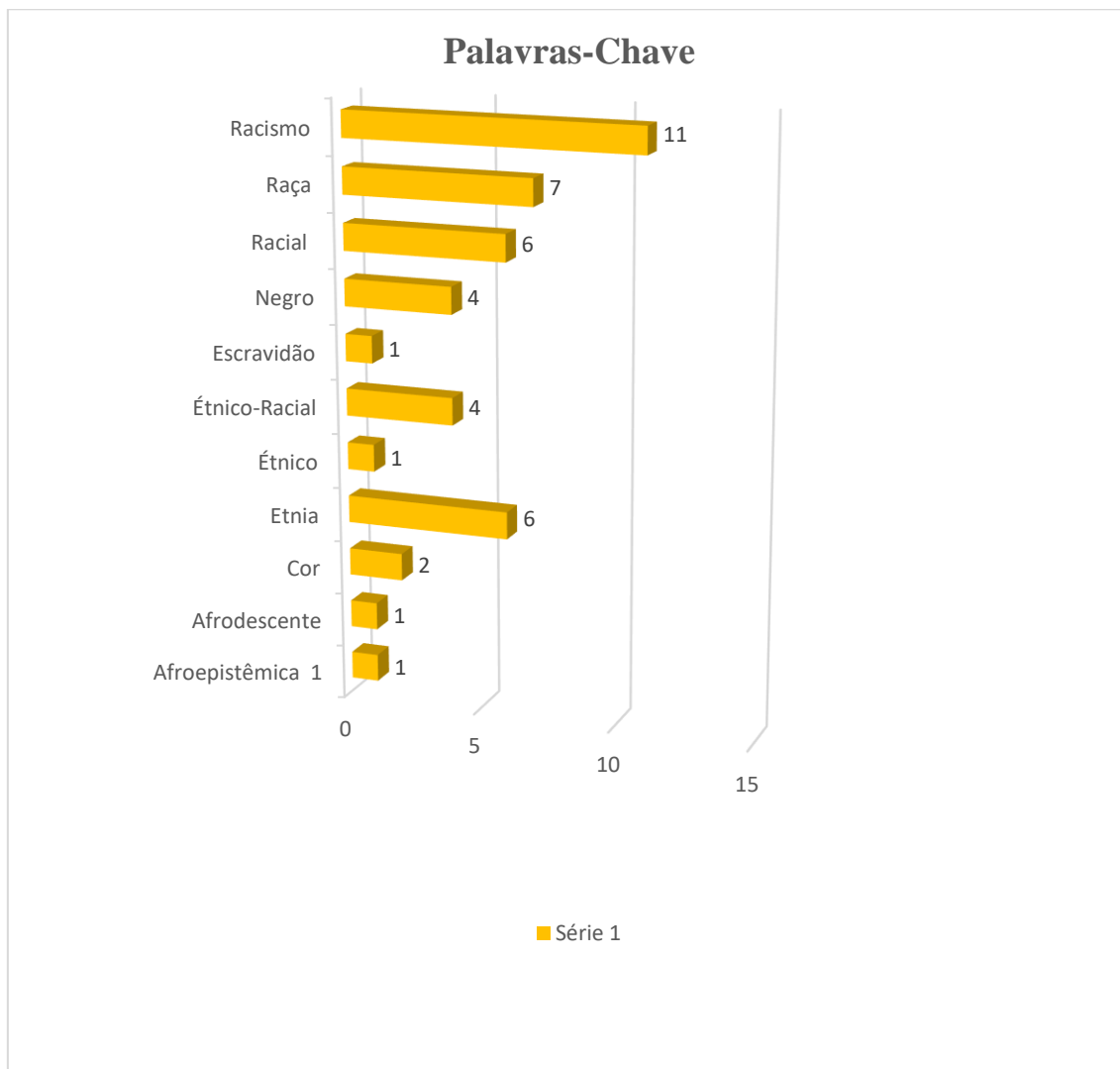
Quadro 02: Disciplinas com temáticas referentes as relações étnico-raciais

Disciplinas	Modalidade
1. Masculinidade e Feminilidade: Aspectos Psicossociais	Optativa/Eletiva
2. Criminologia	Eletiva
3. Introdução à Antropologia	Obrigatória
4. Intervenções Psicossociais em Contextos de Violência	Obrigatória
5. Introdução à Sociologia	Obrigatória
6. Diversidade nas organizações	Eletiva
7. Relações Étnico-Raciais e Psicologia	Obrigatória
8. Educação das Relações Étnico-Raciais e a Psicologia	Eletiva
9. Psicologia Social II	Obrigatória
10. Diferenças, Construção Social e Constituição Subjetiva	Obrigatória
11. Introdução a Psicologia Indígena	Eletiva
12. Pesquisa em Psicologia Socioambiental	Eletiva
13. Psicologia Social: Intercultura e Raça/Etnia	Eletiva
14. Trabalho, Diversidade e Exclusão	Eletiva
15. Prevenção e Promoção da Saúde no Campo da Sexualidade I	Eletiva
16. Sociedade Brasileira e África: Subjetivações Afrodescendentes	Obrigatória
17. Criminologia e Subjetividade I	Eletiva
18. Estudos em Gênero e Trabalho	Eletiva
19. Subjetividades Nativas	Eletiva
20. Sociologia	Obrigatória

21. Psicologia Escolar I	Obrigatória
22. Gênero e Sexualidade	Eletiva
23. Psicologia da adolescência e Juventude	Obrigatória

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Figura 44: Palavras que remetem as relações étnico-raciais nos Planos de Ensino das disciplinas dos 10 cursos de Psicologia



Fonte: Moscheta, Navasconi, 2020.

Quadro 03: Referências sobre a temática das Relações Étnico-raciais

Autoras e Autores	Título da Obra	Formato e Ano
Ana Maria Gonçalves	Um defeito de Cor .	Livro 2006
Albert Memi	Le racisme	Livro 1982
Antônio Sérgio Alfredo Guimarães	Como trabalhar com raça em sociologia	Artigo 2003
Aron Myers	O valor da diversidade racial nas empresas.	Artigo Científico 2003
Carolina Maria de Jesus	Quarto de despejo	Livro 2007
Conceição Evaristo	Ponciá Vicêncio	Livro 2017
Conceição Evaristo	Olhos D'água	Livro 2015
Chimamanda Ngozi Adichie	Meio Sol Amarelo	Livro 2008
Cidinha da Silva	Racismo no Brasil e afetos correlatos	Livro 2014
Fernanda Lopes	Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde	Artigo Científico 2005
Gioconda Mussolini	Evolução, raça e cultura: Leituras de antropologia física	Livro 1969
Helena Hirata	Gênero, classe e raça : interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.	Artigo Científico 2014
José Moura Gonçalves Filho	Humilhação Social - um problema político em Psicologia	Artigo Científico 1998
José Moura Gonçalves Filho	Humilhação social: humilhação política	Capítulo de Livro 2007
Jurandir Freire Costa	Da cor ao corpo: a violência do racismo	Prefácio 1983
Luciano Góes	Entre a sociologia do controle e a criminologia marginal: insurgência (afro) epistêmica sobre o sistema de controle racial / social brasileiro	Artigo Científico Revista/2018
Lázaro Ramos	Na minha Pele	Livro 2017
Marcos Chor Maio	Educação Sanitária, estudos de atitudes raciais e psicanálise na trajetória de Virgínia Leone Bicudo	Artigo 2010
Maria Lucia Aparecida Montes	Raça e identidade: entre o espelho e a ideologia	Capítulo de Livro 1996
Raul Pacheco Filho	Raul. Migração, desamparo, racismo e xenofobia	Capítulo de Livro 2002

Fonte: Moscheta, Navasconi, 2020.

Quadro 04: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	
DISCIPLINA Masculinidade e Feminilidade: Aspectos Psicosociais	EMENTA: Gênero como categoria de análise. Processos de Socialização de Gênero. Construção Social da Masculinidade e da Feminilidade: etnia , classe e geração. Gênero, memória e identidade.

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Quadro 05: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	
DISCIPLINA: Criminologia - IPM012	EMENTA: Disciplina aplicada semestralmente, eletiva, em nível prático e teórico, ministrando conceitos de direito penal, elementos básicos de vitimologia, com objetivo de estudar os problemas do Sistema Penal Brasileiro e a humanização da execução da pena para recuperação do condenado e sua reintegração a sociedade, oferecendo uma formação profissional especializada aos psicólogos que desejem trabalhar junto ao Sistema aplicando sua técnica e formação auxiliando o Judiciário em todas as suas funções: nos julgamentos, na aplicação da pena, no atendimento direto ao detento e a todos os profissionais dessa área, incluindo do carcereiro ao juiz, permitindo julgamentos e tratamentos dirigidos ao condenado mais humanos e justos. Oferecendo aos futuros psicólogos, uma visão dos dramas que envolvem os infratores e a todos que o cercam, bem como o direito da vítima, que fatalmente terão que cuidar ao longo de suas carreiras e abrindo-lhes um mercado de trabalho fértil e carente a ser efetivamente explorado.

REFERÊNCIAS

GÓES, L. A “tradução” de Lombroso na obra de Nina Rodrigues. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

GÓES, L. Entre a sociologia do controle e a criminologia marginal: insurgência (afro)epistêmica sobre o sistema de controle racial/ social brasileiro. *Revista Vanguarda Jurídica*, v.1, p.139-146, 2018.

GONÇALVES, A, M. Um Defeito de Cor. SP: Record, 2006.

DA SILVA, C. Racismos e afetos correlatos. Porto Alegre: Conversê, 2014.

RAMOS, L. Na minha Pele. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

JESUS, M, C. Quarto de despejo: Diário de uma favelada. SP: Ática, 2007.

ADICHIE, C, N. Meio Sol Amarelo. SP: Cia das Letras, 2008.

EVARISTO, C. Olhos D'água. SP: Editora Pallas, 2015.

EVARISTO, C. Ponciá Vicêncio. SP: Editora Pallas, 2017.

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Quadro 06: Universidade de Brasília – UNB

Universidade de Brasília – UNB	
DISCIPLINA: Introdução à Antropologia	EMENTA: O campo da antropologia e o paradoxo da unidade na diversidade: o humano na biologia e na cultura, a evolução humana como processo bio-cultural. Especificidades da Antropologia Social ou Cultural: o conceito de cultura e o princípio do relativismo cultural; o trabalho de campo e a observação participante como o método antropológico. Variedade temática da Antropologia Social: exemplos.
REFERÊNCIAS	
<p>MUSSOLINI, Gioconda. Evolução, raça e cultura: Leituras de antropologia física. São Paulo: Companhia. Editora Nacional, 1969.</p> <p>SANDERS, William T; MARINO, Joseph. Pré-história do novo mundo: Arqueologia do índio americano. Rio de janeiro: Zahar, 1971.</p> <p>CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso; GUDSCHINSKY, Sarah Caroline. Introdução as línguas indígenas brasileiras. Rio de janeiro: Mus Nacional, 1965.</p>	

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Quadro 07: Universidade de Brasília – UNB

Universidade de Brasília – UNB	
DISCIPLINA: Intervenções Psicossociais em Contextos de Violência	EMENTA: Fatores de risco e de proteção para a violência. Violência associada a gênero, orientação sexual e etnia. Relações entre violência e saúde mental. Intervenções preventivas e remediativas nos níveis individual, familiar, comunitário e em políticas públicas.

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Quadro 08: Universidade de Brasília – UNB

Universidade de Brasília – UNB	
DISCIPLINA: Introdução à Sociologia	EMENTA: Introduzir a Sociologia tanto como produto dos processos de modernização como produtora de um discurso sobre a modernidade. Apresentar as contribuições centrais dos clássicos para o pensamento sociológico, assim como as suas concepções particulares sobre o capitalismo e os tempos modernos. Discutir os contrastes históricos entre centro e periferia e a tentativa da sociologia latino-americana e brasileira de explicar a particularidade do subdesenvolvimento, do capitalismo dependente e da modernização periférica. Pensar o mundo contemporâneo através do debate sobre Desigualdade e Diferença (Identidade), Redistribuição e Reconhecimento.
REFERÊNCIAS	
HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. In: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n.1, pp. 61-73, 2014.	

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Quadro 09: Universidade de Brasília – UNB

Universidade de Brasília – UNB	
DISCIPLINA: Diversidade nas Organizações	EMENTA: Introdução à diversidade cultural nas organizações. Conceituação e estudo da inclusão organizacional. Diferenças humanas no trabalho. Transculturalismo e multiculturalismo. Importância e reconhecimento da identidade individual e grupal em estudos transculturais. Dimensões de diversidade cultural nas organizações.
Temas-chaves	
<p>3.1 - ## => O ESTUDO DA DIVERSIDADE: Definição de identidade grupal e de fontes de identidade. Reconhecimento de nossas próprias identidades. Discussão sobre privilégio e opressão na sociedade. Reconhecimento que toda identidade grupal apresenta aspectos de opressão e de privilégios.</p> <p>3.2 - ## => CONCEITO DE PRECONCEITO: Definição de racismo, sexismo e discriminação de idade e orientação sexual. Diferenciação entre preconceitos e discriminação História do racismo na sociedade Brasileira. Discussão sobre os impactos do racismo nas organizações.</p> <p>4.0 - ## => DIMENSÕES DE DIVERSIDADE E DIFERENÇAS: Conceitos sociais de etnia, raça, gênero, habilidades físicas, classes sociais e orientação sexual.</p> <p>4.2 - ## => DIMENSÕES DE DIVERSIDADE: Definição de raça. Raça como um constructo social. Raça versus grupo étnico. Discussão sobre a "Raça Brasileira". Contribuição dos Africanos, Indígenas, Europeu, Asiáticos e Mundo Árabe para a sociedade Brasileira.</p>	

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Quadro 10: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	
DISCIPLINA: Relações Étnico-Raciais e Psicologia - Referências: Não disponível	EMENTA: Estudo das relações étnico-raciais e seus efeitos nos modos de vida das pessoas. Analisa os impactos do racismo na população brasileira, considerando os conceitos de branquitude, branqueamento, produção de privilégios, injúria racial e as práticas profissionais neste contexto. Discute os movimentos negros e indígenas e suas conquistas jurídicas no Brasil. Articula atividades de produção de conhecimento e

	extensão em prática dialógica com movimentos sociais e comunidades.
--	---

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Quadro 11: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	
DISCIPLINA: Educação das Relações Étnico-Raciais e a Psicologia - Referências: Não disponível	EMENTA: Estuda as relações raciais e étnicas no Brasil e no mundo e seus efeitos na produção de subjetividade. Aborda os movimentos negros e indígenas e suas conquistas jurídicas (Leis 10.639; 11.645 e 12.711). Analisa os impactos do racismo na saúde da população brasileira. Articula atividades de extensão no âmbito educativo.

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Quadro 12: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	
DISCIPLINA: Educação das Relações Étnico-Raciais e a Psicologia - Referências: Não disponível	EMENTA: Estuda as relações raciais e étnicas no Brasil e no mundo e seus efeitos na produção de subjetividade. Aborda os movimentos negros e indígenas e suas conquistas jurídicas (Leis 10.639; 11.645 e 12.711). Analisa os impactos do racismo na saúde da população brasileira. Articula atividades de extensão no âmbito educativo.

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Quadro 13: Universidade de São Paulo – USP

Universidade de São Paulo – USP	
DISCIPLINA: Psicologia Social II	EMENTA: Aprofundar a compreensão dos alunos sobre os processos de construção social da realidade e da subjetividade humanas. Prosseguir na exposição dos alunos a desafios da pesquisa, da colaboração e da emancipação psicossociais.

REFERÊNCIAS

Costa, J. F. “Da cor ao corpo: a violência do racismo (prefácio)”. In: Santos, N. S. Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro. Rio: Graal, 1983.

Montes, M. L. “Raça e identidade: entre o espelho e a ideologia”. In: Schwarcz, L. & Queirós, R. S. (orgs.) Raça e diversidade. São Paulo: Edusp, 1996.

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Quadro 14: Universidade de São Paulo – USP

Universidade de São Paulo – USP	
<p>DISCIPLINA: Diferenças, Construção Social e Constituição Subjetiva.</p>	<p>EMENTA e PROGRAMA:</p> <p>a) apresentar um panorama introdutório e crítico da produção social das diferenças; b) apontar a tensão e conflito na articulação indivíduo e sociedade; c) discutir diferentes facetas dos preconceitos e estereótipos, a partir de exemplos concretos; d) refletir sobre práticas e concepções em que as diferenças podem ensejar alargamento dos horizontes culturais.</p> <p>Programa A constituição do sujeito e dos laços sociais e a construção social das diferenças:</p> <p>a) a relação indivíduo e sociedade b) a questão da intolerância: hierarquia, inferiorização, preconceito e racismo c) a supressão das diferenças: autoritarismo, manipulação e violência simbólica d) o inverso da medalha: a servidão voluntária</p> <p>2. Afirmação cultural das diferenças: igualdade e partilha de direitos e deveres a) diferenças e inacabamento, um convite à renovação continuada b) diferenças e complementaridade entre sujeitos sociais c) diferenças e desamparo: mal estar na civilização</p> <p>3. Desafios para trabalhar socialmente as diferenças:</p>

- a) conflitos e diálogos entre gerações
- b) cultura solidária num mundo competitivo
- c) A questão das deficiências e o deficiente na sociedade
- d) desenraizamento e transmissão da história.

OBS: Estes tópicos serão trabalhados a partir de trabalhos e experiências concretas, como por exemplo: a relação entre gerações nas classes populares; a formação e desenvolvimento de cooperativas; a questão do indígena no Brasil; movimentos sociais; violência e juventude; **racismo**; migração; incidências do transcultural nas produções da subjetividade.

REFERÊNCIAS

PACHECO FILHO, Raul. Migração, desamparo, racismo e xenofobia. In Carignato, Taeco; Rosa, Miriam Debieux; Pacheco Filho, Raul (org.) Psicanálise, Cultura e Migração. São Paulo: YM Ed & Gráfica, 2002

MEMI, Albert. Héterofobie et racismes. Le Courier de l' UNESCO, no 36, 1982.

MEMI, Albert. Le racisme. Paris, Gallimard, 1982.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Humilhação Social - um problema político em Psicologia. IN: Psicologia USP, São Paulo, vol. 9, n.2, 1998.

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Quadro 15: Universidade de São Paulo – USP

Universidade de São Paulo – USP

DISCIPLINA: Introdução à Psicologia Indígena

EMENTA: O objetivo da disciplina é introduzir a reflexão sobre o campo emergente das psicologias indígenas no contexto mundial e latino americano, discutindo a especificidade desse campo em relação à constituição do espaço psicológico e seus fundamentos histórico-filosóficos. Oportunizar ao aluno a compreensão de especificidades teórico-metodológicas das psicologias indígenas contemporâneas.

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Quadro 16: Universidade de São Paulo – USP

Universidade de São Paulo – USP	
<p>DISCIPLINA: Pesquisa em Psicologia Socioambiental I</p>	<p>EMENTA: Introduzir a(o) estudante no campo da psicologia socioambiental por meio da leitura de textos introdutórios e da realização de pesquisa em grupo sobre temas de ponta na área.</p> <p>Programa</p> <p>1. Conceitos básicos a. O campo da psicologia socioambiental e sua história junto à psicologia e à psicologia social b. Ambiente, espaço e lugar c. Território e apropriação 2. Ambiente, afetos e identidade: conceitos fundamentais a. Apego ao lugar b. Identidade de lugar c. Enraizamento 3. A crise ambiental como crise civilizatória e sua relação com a psicologia socioambiental 4. Temas atuais em psicologia socioambiental: psicologia rural; gênero e ambiente; racismo ambiental; comunidades tradicionais; psicologia socioambiental em instituições (organizações de trabalho, hospitais, prisões e escolas, entre outras) 5. Formulação de questões de pesquisa em psicologia socioambiental 6. Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia socioambiental</p>

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Quadro 17: Universidade de São Paulo – USP

Universidade de São Paulo – USP	
<p>DISCIPLINA: Psicologia Social: Intercultura e Raça/Etnia</p>	<p>EMENTA: Oferecer aos alunos um conhecimento que lhes possibilite compreender as relações interculturais e étnico/raciais e a construção sociocultural das diferenças e desigualdades.</p> <p>Programa</p> <p>História da Psicologia Social Brasileira na compreensão das diferenças; Estereótipo e preconceito como construções socioculturais; Cor, raça e etnia; Relações étnico/raciais; relações de gênero; Relações interculturais; Discriminação e direitos humanos; Etnias</p>

Indígenas do Brasil e atuação do psicólogo; A Psicologia Intercultural no estudo da migração e da identidade cultural e étnico/racial.

REFERÊNCIAS

Angelini, A. L. **Psicologia Intercultural e Psicologia Educacional: Uma contribuição histórica.** *Boletim da Academia Paulista de Psicologia*, 27(2): 39-46, 2007.

Araujo, M. F. **Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate.** *Psicologia Clínica*, 17 (2): 41-52, 2005.

Bosi, E. **Entre a opinião e o estereótipo.** In: Bosi, E. (org.). *O tempo vivo da Memória.* São Paulo, Ateliê, 2004, p. 113-126.

Candau, V. M. **Direitos Humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença.** *Revista Brasileira de Educação*, 13(37): 45-57, 2008.

Crochík, J. L. **O conceito de preconceito e a perspectiva da Teoria Crítica.** In: Patto, M. H. S.; Mello, S. L.; Schmidt, M. L. S. e Crochik, J. L. (Orgs.). *Perspectivas teóricas acerca do preconceito.* São Paulo, Casa do Psicólogo, 2008, p. 69-101.

Guimarães, A. S. A. **Como trabalhar com raça em sociologia.** *Educação e Pesquisa*, 29 (1): 93-107, 2003.

Guimarães, L.A.M.; Grubits, S. **Alcoolismo e violência em etnias indígenas: uma visão crítica da situação brasileira.** *Psicologia e Sociedade*, 19 (1): 45-51, 2007.

Maio, M. C. **Educação Sanitária, estudos de atitudes raciais e psicanálise na trajetória de Virgínia Leone Bicudo.** *Cadernos Pagu*, 35: 309-355, 2010.

Rodrigues, M. B. **Interculturalidade: por uma genealogia da discriminação.** *Psicologia & Sociedade*. 19(3): 55-61, 2007.

Sarriera, J. C.; Pizzinato, A. e Meneses, M. P. R. **Aspectos psicossociais da imigração em Porto Alegre.** *Estudos de Psicologia*, 10(1): 5-13, 2005.

Sousa Santos, B. **Por uma concepção multicultural de direitos humanos.** *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 48:11-32, 1997.

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Quadro 18: Universidade de São Paulo – USP

Universidade de São Paulo – USP

DISCIPLINA:
Trabalho, Diversidade e Exclusão

EMENTA: Discutir os conceitos teóricos centrais de trabalho, diversidade e relação inclusão-exclusão psicossocial numa sociedade marcada pela precarização do trabalho e pela degradação do laço social;

- Refletir acerca da atual configuração do mundo do trabalho e das relações indivíduo-trabalho que estão sendo criadas, através do estudo das novas formas e estratégias de carreira de pessoas tradicionalmente caracterizadas como “excluídas do trabalho” (por exemplo, pessoas com deficiência e pessoas com transtornos mentais) e de suas possibilidades identitárias;

- Analisar a questão da gestão da diversidade nas organizações e seu impacto psicossocial no mundo do trabalho e das pessoas tradicionalmente caracterizadas como “excluídas do trabalho”;

- Apresentar e discutir as saídas políticas, sociais e psicossociais na relação trabalho, diversidade e exclusão.

1. Conceitos centrais de análise: trabalho, identidade, diversidade e relação psicossocial de inclusão-exclusão.

2. O mundo sociolaboral: mundo moderno das normas e mundo contemporâneo da flexibilização.

3. Diversidade e atributos de exclusão: raça, gênero, etnia, religião, idade, deficiências físicas e mentais, transtornos mentais.

4. Estratégias psicossociais de exclusão e possibilidades identitárias e laborais de grupos tradicionalmente excluídos do mundo do trabalho: da modernidade à contemporaneidade.

5. O mundo do trabalho em transformação: o trabalho na contemporaneidade e a questão da carreira de grupos tradicionalmente excluídos do trabalho (mulheres, homossexuais, travestis, **afrodescendentes**, imigrantes, idosos, pessoas com deficiência e pessoas psicóticas).

6. A gestão da diversidade nas organizações.

7. Trabalho, diversidade e exclusão: saídas políticas, sociais e psicossociais.

REFERÊNCIAS

Myers, A. (2003). O valor da diversidade racial nas empresas. *Estudos Afro-Asiáticos*, 25(3), 483-515.

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Quadro 19: Universidade de São Paulo – USP

Universidade de São Paulo	
<p>DISCIPLINA: Prevenção e Promoção da Saúde no Campo da Sexualidade I</p>	<p>EMENTA: Aprofundar a compreensão dos alunos sobre os sistemas sexo e gênero, sobre a organização social e construção histórico-cultural das sexualidades brasileiras, assim como das noções adolescência e juventude. A partir de dinâmicas e vivências, realizar leituras que informem as concepções implicadas em cada tecnologia e protocolo de processo de trabalho no campo da prevenção e da promoção da saúde, da educação para a sexualidade, com ênfase no quadro da Vulnerabilidade e dos Direitos Humanos adotado pelo Programa Nacional de DST/Aids. Compreender os princípios do Sistema Único de Saúde onde o direito à prevenção e a saúde sexual deve ser garantido.</p> <p>1) Sexualidades e Gêneros: dois sistemas distintos</p> <p>a) A produção do conceito de Gênero e do sistema sexual</p> <p>b) Masculinidades e feminilidades, homossexualidades e heterossexualidades, juventudes e adolescências brasileiras</p> <p>c) Sexualidade e identidade: sujeito sexual e sujeito de direitos</p> <p>d) Sujeito, scripts, cenas e cenários sexuais</p> <p>2) Prevenção e Promoção da Saúde</p> <p>a) Definições de Prevenção e Promoção da Saúde</p> <p>b) O que é o Sistema Único de Saúde?</p> <p>b) O SUS, seus princípios e a crítica aos modelos da epidemiologia socio- cognitiva e comportamental</p> <p>c) O modelos no quadro da vulnerabilidade, direitos humanos e emancipação psicossocial: o caso da prevenção entre jovens.</p>

REFERÊNCIAS

ARILHA, M. George Herbert Mead: contribuições para a psicologia social. *Psicologia Revista*, n. 5, p. 87-104, São Paulo, dez. 1997.

AYRES, J.R.C.M. Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*. 6 (1) 63-72, 2001

BARBIERI, T “Sobre la categoria de Gênero. Uma introducción Teórico-metodológica”. In: (coorde) Azeredo S e Stolcke V. *Direitos Reprodutivos*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1991. (25-47)

BUCHALA, C. M.; PAIVA, V. Comentário: da compreensão da vulnerabilidade social ao enfoque multidisciplinar. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo: v.36, n.4 supl, p.117 - 119, 2002.

COSTA, J.F. “A construção cultural da diferença dos sexos”. In: *Sexualidade, Gênero e Sociedade*, ano 2, número 3, junho 1995. (págs 1,4,6-8)

LOPES, F. 2005. Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde. *Cadernos de Saúde Pública* 21(5):1595-1601.

MOORE, H. (1997) “Compreendendo Sexo e Gênero”. Tradução de Júlio Assis

Simões para uso didático. Do original “Understanding Sex and gender”. In Tim Ingold (ed). *Companion Encyclopedia of Antropology*. London: Routledge

PAIVA, V. *Fazendo Arte com a camisinha: sexualidades jovens em tempos de Aids*. Summus editorial, São Paulo, 2000.

PAIVA, V; AYRES, J.R.C.M; FRANÇA JUNIOR, I. Saúde Sexual e Adolescência: expandindo os padrões normativos para a educação e o cuidado da sexualidade dos jovens. In: **KOGA, D.; GANEV, E. FAVERO, E.** (Orgs.). *Cidade e Questões Sociais*. São Paulo: Andross, 2008. p. 157-184.

HEILBORN, M.L. Entre as tramas da sexualidade brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 43-59, abril 2006.

PAIVA, V. Analisando cenas e sexualidades: a promoção da saúde na perspectiva dos direitos humanos. In: **CACERES, C.F.; PECHENY, M.; FRASCA, T.; CAREAGA, G.** (Eds.). *Sexualidad, estigma y derechos humanos - desafios para el acceso a la salud en America Latina*. Lima, Peru: FASPA/UPCH, 2006. p. 23-52

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Quadro 20: Universidade Federal Fluminense – UFF

Universidade Federal Fluminense – UFF	
DISCIPLINA: Sociedade Brasileira e África: Subjetivações Afrodescendentes	EMENTA: Diáspora africana e capitalismo. Implicações culturais e políticas da diáspora africana para o Brasil. Psicologia e etnocentrismo (eurocentrismo). Subjetivações praticadas no Brasil a partir das tradições africanas ou afro-brasileiras . Os terreiros e a saúde coletiva.
Referências: Não disponível.	

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Quadro 21: Universidade Federal Fluminense – UFF

Universidade Federal Fluminense – UFF	
DISCIPLINA: Criminologia e Subjetividade I	EMENTA: Psicologia, Psiquiatria e Direito Penal no Brasil em suas implicações com dispositivos de controle social. Abolição da escravidão e seus efeitos sobre a subjetividade brasileira. Psicologia e Direitos Humanos: práticas e intervenções no campo da Psicologia. Laudos e Avaliações Psicológicas no campo da Justiça Criminal e suas implicações político-institucionais.
Referências: Não disponível.	

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Quadro 22: Universidade Federal Fluminense – UFF

Universidade Federal Fluminense – UFF	
DISCIPLINA: Estudos em Gênero e Trabalho	EMENTA: Conceito de gênero: diferentes abordagens. História e processos de trabalho; modos e meios de produção artesanal e industrial; relações sociais de gênero e classe; movimentos sociais e tipos de resistência; sistemas identificação e diferenciação dos

	mecanismos de produtividade laborais. As relações de gênero, trabalho e produção de subjetividade. Os vínculos entre conhecimento, identidade de gênero, relações de poder e exclusão social.
Referências: Não disponível.	

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Quadro 23: Universidade Federal Fluminense – UFF

Universidade Federal Fluminense – UFF	
DISCIPLINA: Subjetividades Nativas	EMENTA: O Ethos das tribos da América. Implicações culturais e políticas dos ameríndios na diáspora brasileira. Modos de subjetivação de um Brasil indígena e a questão da alteridade: Etnocentrismo X etnografia indígena. A questão indígena hoje.
Referências: Não disponível.	

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Quadro 24: Universidade Estadual Paulista – UNESP (Bauru)

Universidade Estadual Paulista – UNESP (Bauru)	
DISCIPLINA: Sociologia	EMENTA: 1.A sociologia: surgimento, objeto e métodos 1.1. A modernidade capitalista e o surgimento da sociologia 1.2. A especificidade da sociologia nas Ciências Sociais 1.3. Objeto, métodos e técnicas de pesquisa 2. Teorias sociológicas clássicas: as abordagens sobre indivíduo em sociedade 2.1. Materialismo histórico de Karl Marx: modo de produção, Estado, mercadoria, classes sociais, trabalho e ideologia 2.2. Funcionalismo positivista de Émile Durkheim: socialização, consciência coletiva, coesão e coerção social 2.3.

Sociologia compreensiva de Max Weber: capitalismo, ação social, relações sociais e ética do trabalho 3. Globalização (mundialização) e os novos temas na Sociologia 3.1. Reestruturação produtiva, classes sociais e trabalho, desemprego e exclusão social 3.2. Globalização, Estado, neoliberalismo e instituições multilaterais (FMI, OMC, ONU, UNESCO) 3.3. A estetização da vida social, as necessidades e a sociabilidade humana no capitalismo contemporâneo: publicidade, meios de comunicação de massa, indústria cultural e novas mídias 3.4. Globalização, Estado, neoliberalismo e instituições multilaterais (FMI, OMC, ONU, UNESCO) 3.5. Movimentos e lutas sociais contemporâneas contra o **racismo**, homofobia, machismo e exclusão social. 3.6. Diversidade cultural e multiculturalismo.

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Quadro 25: Universidade Estadual Paulista – UNESP (Bauru)

Universidade Estadual Paulista – UNESP

**DISCIPLINA:
Psicologia Escolar I**

EMENTA: I– A Psicologia Escolar e o contexto sócio-histórico atual 1. As relações entre educação e sociedade 2. A realidade social e educacional brasileira 3. Análise crítica do processo histórico de inserção da psicologia na educação II – A concepção crítica de Psicologia Escolar 1. Fundamentos teórico-filosóficos do pensamento crítico em psicologia 1.1. A Pedagogia Histórico-Crítica 1.2. Psicologia Sócio-Histórica 2. Principais Expressões do pensamento crítico em Psicologia Escolar 2.1. A produção da queixa escolar 2.2. Processos de avaliação 2.3. Medicalização e educação III. Temas contemporâneos em Psicologia Escolar 1. Indisciplina 2. Violência e Bullying escolar 3. Adolescência e escolarização 4. Medicalização: distúrbios contemporâneos (TOD e TDAH) 5. Relações **raciais** na escola 6. Relações entre escola e cultura popular.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social: humilhação política. In ISOUZA, B. P. (org) Orientação à queixa escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 187-222.

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Quadro 26: Universidade Federal do Pernambuco – UFPE

Universidade Federal do Pernambuco – UFPE	
DISCIPLINA: Gênero e Sexualidade	EMENTA: Teorias feministas e os estudos de gênero. Perspectivas teóricas no campo da sexualidade. Os sistemas normativos de sexo, gênero, sexualidade e desejo e suas implicações na produção das subjetividades. Vulnerabilidade em decorrência da interface de gênero e outros marcadores sociais.

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Quadro 27: Universidade Federal do Pernambuco – UFPE

Universidade Federal do Pernambuco – UFPE	
DISCIPLINA: Psicologia da adolescência e Juventude	EMENTA: Adolescência e juventude: a construção social do desenvolvimento. Mudanças biológicas e repercussões psicossociais na adolescência: sexualidade, gênero, identidade grupal e relações familiares. Expectativas sociais e escolha profissional. Principais teorias e concepções subjacentes. Procedimentos de investigação e considerações éticas. Questões centrais no debate atual.

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Um dado para ser pontuado é que a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), colocada na posição 13^o, possui, na grade curricular, uma disciplina obrigatória referente à Psicologia e Relações Étnico-raciais.

Quadro 28: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC**Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC****DISCIPLINA:
Psicologia e relações étnico-raciais**

EMENTA: Conceitos Iniciais sobre raça e etnia. O olhar da Psicologia sobre Relações Étnico-Raciais. Racismo, História e Ideologia. Identidade e Identificações (Negritude, Branquitude, Indianismo e Mestiçagem). Epistemologias Afrocentradas e Descoloniais. Movimentos sociais e políticas públicas de ações afirmativas. Efeitos Psicossociais do Racismo. Intervenção Psicossocial para promoção da igualdade étnico-racial. Sustentabilidade e populações tradicionais.

REFERÊNCIAS BÁSICA

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade/ curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

FANON, Frantz. Black skin, white masks. New York: Grove Press, c1967

COMPLEMENTAR

1. Alves, Míriam Cristiane, Jesus, Jairo Pereira & Scholz, Danielle. (2015). Paradigma da afrocentricidade e uma nova concepção de humanidade em saúde coletiva: reflexões sobre a relação entre saúde mental e racismo. Saúde Debate, 39(106), 869-880. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v39n106/0103-1104-sdeb-39-106-00869.pdf>>.

2. Athias, Renato. (s/d). DIVERSIDADE ÉTNICA, DIREITOS INDÍGENAS E POLÍTICAS PÚBLICAS. Recife: UFPE/NEPE. Disponível em: <https://www.ufpe.br/nepe/publicacoes/publicacoes_4.pdf>.

3. Baniwa, G. (2012). A conquista da cidadania indígena e o fantasma 111 da tutela no Brasil contemporâneo. In A. Ramos. (Org.). Constituições Nacionais e povos Indígenas, (pp. 206-227). Belo Horizonte: Editora UFMG. (xerox)

4. Baniwa, Gerson. (2007). Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo. Revista Tellus, 7(12), 127-146. Disponível em: <<http://www.gpec.ucdb.br/projetos/tellus/index.php/tellus/article/view/136/140>>.

5. Bento, Maria Aparecida Silva. (2002). BRANQUEAMENTO E BRANQUITUDE NO BRASIL. In Iray Carone & Maria Aparecida Silva Bento. (Org.). Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil, (pp. 25-58). Petrópolis: Vozes. Disponível em: <https://www.ceert.org.br/programas/educacao/premio/premio4/textos/branqueamento_e_branquitude_no_brasil.pdf>.

6. Brasil, Sandra Assis & Trad, Leny Alves Bomfim. (2012). O movimento negro na construção da política nacional de saúde integral da população negra e sua relação com o estado brasileiro. In Batista, Luís Eduardo, Werneck, Jurema & Lopes, Fernanda. (Orgs.). Saúde da população negra, (pp. 62-91). Brasília: ABPN. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_negra.pdf>.
7. Brasil. Ministérios da Educação/Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial/Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. (s/d). Etnocentrismo, racismo e preconceito. In CURSO GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA. Brasília: Ministérios da Educação/Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial/Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. Disponível em: <https://grupos.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1704/mod_resource/content/0/modulo4/mod4_unidade1_texto1.pdf>.
8. Brighenti, C. (s/d). Povos Indígenas em Santa Catarina. Disponível em: <<https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/08/povos-indc3adgenasem-santa-catarina.pdf>>.
9. Brighenti, Clovis & Nötzold, Ana L.V. (2011). Movimento indígena brasileiro na década de 1970: construção de bases para rompimento da invisibilidade étnica e social. In I. Scherer-Warren & L. H. Lüchmann. (Org.). Movimentos sociais e participação: abordagens e experiência no Brasil e na América Latina, (pp. 37-58). Florianópolis: Editora UFSC.
10. Carneiro, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.
11. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismosituacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectivade-genero/#gs.KGPwTfl>>.
12. Castelo Branco, Guilherme. (2004). O RACISMO NO PRESENTE HISTÓRICO: A ANÁLISE DE MICHEL FOUCAULT. Kalagatos, 1(1), 129-144. Disponível em: <<http://www.uece.br/kalagatos/dmdocuments/O-racismo-no-presentehistorico.pdf>>.
13. CFP. (2013). Referências técnicas para Prática de Psicólogas(os) em políticas públicas de relações raciais. Brasília: CFP. Disponível em: <<http://ansinep.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/06/psicologia-erelacoes-raciais-2a-ed.pdf?issuusl=ignore>>.
14. Chaves, Evenice Santos. (2003). Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da Psicologia das Massas nos primórdios da Psicologia Social brasileira. Psicologia em Estudo, 8(2), 29-37. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000200004>. (complementar)
15. Crenshaw, Kimberlé. (2002). DOCUMENTO PARA O ENCONTRO DE ESPECIALISTAS EM ASPECTOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL RELATIVOS AO GÊNERO. Estudos Feministas, 10(1), 171-188. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>.
16. CRP. São Paulo. (2010). Psicologia e Povos Indígenas, (pp. 6-99; 232-236; p. 321-333). São Paulo.
17. Souza, N. S. (1983). Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Graal.

Disciplinas complementares

Quadro 29: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	
DISCIPLINA: Relações Interétnicas	EMENTA: Grupo étnico. Processos sócio-culturais de construção de identidades étnicas. Particularidades históricas e processos de diferenciação. Etnicidade e estrutura social. Antagonismo, discriminação e conflito racial. Status e mobilidade. Sociedades pluriétnicas, cultura e política

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Quadro 30: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	
DISCIPLINA: Processos de Ensinar e Aprender	EMENTA: Diferentes concepções de constituição do sujeito que conhece e relações com o conhecimento. Cognição e afeto na produção e transmissão do conhecimento e na formação do professor. O ensino de psicologia no contexto das políticas educacionais e nas licenciaturas.

REFERÊNCIAS

- GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 27(1), 109-121, 2011.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, 26(1), p. 61-73.
- PASSOS, Joana Célia dos. Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. *Educação em Revista*, 31(2), 155-182, 2015.
- ARROYO, M. O direito à educação e a nova segregação social e racial – tempos insatisfatórios? *Educação em Revista, Belo Horizonte*, v. 31, n. 03, p. 15- 47, Julho-Setembro, 2015.

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Quadro 31: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	
DISCIPLINA: Processos Psicológicos na Idade Adulta e Velhice	EMENTA: Teorias psicológicas da vida adulta e do envelhecimento. Dinâmica familiar, vida adulta e envelhecimento. Saúde, qualidade de vida e envelhecimento. Políticas Públicas e a Pessoa Idosa no Brasil. Gênero, classe, etnia no envelhecimento. Intervenção do psicólogo junto à pessoa idosa, sua família e comunidade.

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.

Quadro 32: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	
DISCIPLINA: Psicologia e Relações de Gênero	EMENTA: Teorias feministas e a origem dos Estudos de Gênero. A transversalidade da categoria gênero e sua articulação com as demais categorias sociais de classe, etnia, geração, região, religião. Implicações dos Estudos de Gênero para Psicologia na pesquisa e intervenção profissional.

Fonte: Moscheta; Navasconi, 2020.